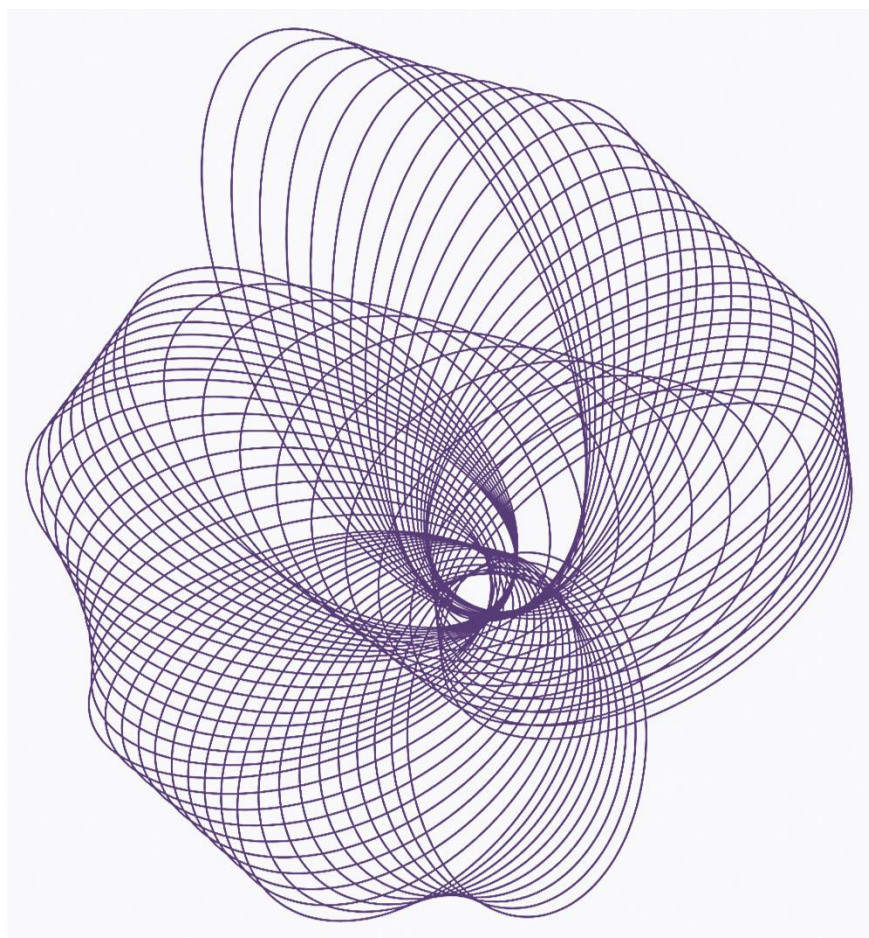


ISSN 2318-1729

# história

# histórias

UNB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS)



**DOSSIÊ**

**“SEXUALIDADES DISPARADAS”: OUTRAS HISTÓRIAS**

DOI: <http://dx.doi.org/10.26512/hh.v6i12>

VOLUME 6, NÚMERO 12, jul. dez. 2018



<p><b>UnB</b> Universidade de Brasília</p> <p><b>PPGHIS</b> Programa de Pós-Graduação em História</p> <p><b>Coordenador</b> André Gustavo de Melo Araújo</p> <p><b>Coordenador adjunto</b> Marcelo Balaban</p> <p><b>Expediente</b> Volume 6, número 12, ago.dez. 2018</p> <p><b>Editor chefe</b> André Cabral Honor (UnB)</p> <p><b>Conselho Editorial</b> Diva do Couto Gontijo Muniz (UnB) Jorge Fernandes Alves (Universidade do Porto) Maria de Deus Manso (Universidade de Évora) Renilso Rosa Ribeiro (UFMT) Rodrigo Nunes Bentes Monteiro (UFF)</p> <p><b>Conselho Consultivo</b> Adriana Maria de Souza Zierer (UEMA) Carla Mary S Oliveira (UFPB) Claiton Marcio da Silva (UFFS) Cristiano Luís Christillino (UEPB) Elizabeth Cancelli (USP) Eloísa Pereira Barroso (UnB) Friedrich Jaeger (Universidade Witten/Herdecke) Gerson Galo Iedezma Meneses (UNILA) Henrique Espada Lima (UFSC) Juçara Luzia Leite (UFES) Luiz Duarte Haele Arnaut (UFMG) Macário Lopes de Carvalho Júnior (UEAM) Manuela Santos Silva (Universidade de Lisboa) Marcelo Cândido da Silva (UnB)</p>	<p>Marcelo de Souza Magalhães (UERJ) Marcelo Fronza (UFMT) Margarida Maria Dias de Oliveira (UFRN) Maria Lêda Oliveira (USP) Matthias Haake (Westfälische Wilhelms-Universität Münster) Mauro César Coelho (UFPA) Nilton Pereira (UFRS) Patrícia Melo Sampaio (UFAM) Sabrina Mara Sant'Anna (UFRB) Sérgio da Mata (UFOP)</p> <p><b>Editoração</b> André Cabral Honor (UnB) Gustavo Gomes de Medeiros (UnB) Cíntia Chaves Rodrigues (UnB)</p> <p><b>Revisão</b> André Cabral Honor (UnB)</p> <p><b>Secretariado executivo</b> Amanda do Couto e Silva Pinheiro (UnB) Cíntia Chaves Rodrigues (UnB) José Vitor Canabrava (UnB) Kairo Hamã Freitas Campos (UnB) Gustavo Gomes de Medeiros (UnB) Isabela Gomes Parucker (UnB) Lucas Silva Novais (UnB) Marcos Paulo Teixeira (UnB) Thallita Barreira Dias (UnB)</p>
--	---

Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos artigos e resenhas, assim como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

**A revista agradece imensamente aos pareceristas ad hoc que contribuíram a essa edição**

Carlos Eduardo Milen Grosso- Sociedade Educacional de Santa Catarina- Brasil

Célia Cristina da Silva Tavares- Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Brasil

Cláudia Costa Brochado- Universidade de Brasília- Brasil

Dante Guimaraens Guazzelli - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Brasil

Durval Muniz de Albuquerque Junior - Universidade Federal do Rio Grande do Norte -  
Brasil

Everton de Oliveira - Universidade Federal do Paraná - Brasil

Lerice de Castro Garzoni- Instituto Federal do Sul de Minas Gerais- Brasil

Lucas de Almeida Pereira - Instituto Federal de Sao Paulo - Brasil

Marcia Eliane Alves de Souza e Mello - Universidade Federal do Amazonas- Brasil

Miguel Rodrigues de Sousa Neto- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul- Brasil

Paulo Pinheiro Machado - Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

Priscila Piazzentini Vieira - Universidade Federal do Paraná - Brasil

Raimundo Nonato Lima dos Santos- Universidade Federal do Piauí- Brasil

Renato Viana Boy- Universidade Federal da Fronteira Sul- Brasil

Regina Célia Lima Caleiro- Universidade Estadual de Montes Claros- Brasil

Susana Cesco - Universidade Federal Fluminense - Brasil

Teresa Cristina Marques- Universidade de Brasília- Brasil

Thiago Fernando Sant Anna e Silva - Universidade Federal de Goiás - Brasil

Yllan de Mattos Oliveira - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Brasil

## SUMÁRIO

<b>Editorial</b>	1
<b>Apresentação</b>	2
<b>DOSSIÊ</b>	
<b>“SEXUALIDADES DISPARATADAS”: OUTRAS HISTÓRIAS</b>	
<i>Organizadores: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Junior e Prof. Dr. Elias Ferreira Veras</i>	
<b>“Que nossa gula o quer na na frente e atrás”: práticas sexuais destoantes na literatura de Pietro Arentino</b>	5
<i>Alloma Noara Pereira Modzelewski</i>	
<b>Regulamento da prostituição, família e imprensa (Belém-PA, 1890)</b>	23
<i>Ipojuca Dias Campos</i>	
<b>Encenando com o martelo: abjeção e sexualidade no espetáculo teatral “Genet – O palhaço de Deus”</b>	42
<i>Kauan Amora Nunes</i>	
<b>Entre o desejo e o pecado: sodomia e sexualidade no Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)</b>	60
<i>Márcio Douglas de Carvalho e Silva</i>	
<b>Dzi Croquettes e as masculinidades disparatadas</b>	80
<i>Natanael de Freitas Silva</i>	
<b><i>Existências (in) pensáveis, vivências condenáveis: quando a vida se torna prescritiva</i></b>	100
<i>Rafael França Gonçalves dos Santos</i>	
<b><i>Concubinas e poderosas: feitiçaria e poder feminino nos sertões das minas gerais no século XVIII</i></b>	118
<i>Rangel Cerveau Netto</i>	
<b>ARTIGO LIVRE</b>	
<b>A lei de terras em Santa Catarina e a política fundiária imperial: a força do poder local pela câmara municipal de Lages e a sociedade lageana para beneficiar e exportar erva-mate</b>	136
<i>Flávia Paula Darossi</i>	
<b>ENTREVISTA</b>	
<b>Entrevista com o Professor Doutor James Green</b>	155
<i>Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Junior e Prof. Dr. Elias Ferreira Veras</i>	

## EDITORIAL

É com muita alegria que entregamos mais um número da Revista História, histórias.

Levamos um bom tempo para conseguir pôr em dia uma série de questões e adequações necessárias. As revistas agora são lançadas no semestre correspondente, conseguimos atribuir o DOI para os artigos (inclusive de todas edições publicadas a partir de 2017) e passamos a incluir o ORCID dos autores abaixo do contato de e-mail.

Esta edição já está sendo lançado no novo sistema de periódicos OJS3. A mudança trouxe diversos benefícios para a revista assim como exigiu algumas mudanças estruturais.

Nos quesitos de submissões, implantamos duas importantes adequações que serão implementadas a partir das próximas edições: exigiremos a titulação mínima de mestre para autores e coautores e adotamos o padrão de citação internacional autor-data. O próprio site está menos poluído e com suas principais informações traduzidas para o inglês.

Além dos sete artigos do dossiê **“Sexualidades disparatadas”: outras Histórias** organizados pelos professores doutores Durval Muniz de Albuquerque e Elias Ferreira Veras, os quais agradecemos imensamente, publicamos um artigo avulso intitulado “A lei de terras em Santa Catarina e a política fundiária imperial: a força do poder local pela câmara municipal de Lages e a sociedade lageana para beneficiar e exportar erva-mate” da professora Flávia Paula Darossi sobre as questões agrárias no Império Brasileiro.

O presente dossiê nos orgulha imensamente por estar diretamente conectado com a realidade, avançado no debate sobre gênero, tema indispensável para a educação brasileira e que se encontra, claramente, sob ataque pelo fundamentalismo que se diz “cristão”. Claramente as estapafúrdias críticas são germinadas no puro ódio ao diferente e não no amor ao próximo doutrinado por Cristo. A leitura, divulgação e citação desse dossiê torna-se um claro movimento de dar as mãos e resistir!!

!

### **Profº Dr. André Cabral Honor**

Editor-chefe da Revista história, histórias

Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília

Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília

## APRESENTAÇÃO

### DOSSIÊ - “SEXUALIDADES DISPARATADAS”: OUTRAS HISTÓRIAS

Em 2016, publicamos na revista *Esboços* (v. 23, n. 35), o dossiê “Quando Clio encontra as ‘sexualidades disparatadas’”,<sup>1</sup> que, inspirado pelas reflexões de Michel Foucault, especialmente, aquelas presentes no primeiro volume da sua *História da Sexualidade*<sup>2</sup> tinha como objetivo problematizar as homossexualidades, lesbianidades e transexperiências na historiografia brasileira.

As pesquisas históricas reunidas naquele dossiê, indícios de uma produção historiográfica marcada pelo uso criativo de fontes tradicionais e o estabelecimento de novas fontes históricas; pelo privilégio do século XX como recorte temporal (em parte, por este testemunhar a politização das “identidades sexuais”); pelo registro da pluralização das experiências homossexuais (a sigla LGBT representa um recorte histórico recente nesse cenário sexual e político), revelaram que Clio encontrara, não sem resistências, as “sexualidades disparatadas”.

O presente dossiê da *Revista História, histórias* do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília - UnB, amplia o debate iniciado em 2016, ao mesmo tempo em que inaugura outras, novas narrativas históricas sobre as “sexualidades disparatadas”, acontecimento que tem contribuindo para a transformação da nossa disciplina.

Nesse sentido, já não se trata mais de (somente) problematizarmos o surpreendente silêncio de Clio acerca das homossexualidades, que marcava a historiografia brasileira, até o início da década de 2000. Nem tampouco, de (apenas) nos perguntarmos por que os/as historiadores/as no Brasil se dedicaram tão timidamente ao estudo das homossexualidades,<sup>3</sup> mas, de lançamos olhares críticos para a recente e diversificada produção historiográfica sobre as sexualidades que se “desviam” da norma heterossexual: Que outras histórias estão sendo gestadas do encontro entre Clio e as “sexualidades

---

<sup>1</sup> O número em questão está disponível no seguinte link: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/issue/view/2420/showToc>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 2009.

<sup>3</sup> PEDRO, Joana Maria; VERAS, Elias Ferreira. Outras histórias de Clio: escrita da história e homossexualidades no Brasil. In: SOUSA NETO, Miguel Rodrigues; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (org.). *História e Teoria Queer*. Salvador: Editora Devires, 2018, p. 123-142.

disparatadas”? Neste número da *História, histórias*, o/a leitor/a conhecerá algumas das histórias paridas desse encontro.

As práticas sexuais não normativas, apresentadas por Pietro Aretino nas obras *Pornólogos I* (1534) e *Sonetos Luxuriosos* (1525), são o objeto de reflexão de Alloma Noara Pereira Modzelewski, no artigo “Que nossa gula o quer na frente e atrás”: práticas sexuais destoantes na literatura de Pietro Aretino. O diálogo de Modzelewski com Paul B. Preciado, Jacques Rancière e Georges Didi-Huberman revela o quanto a escrita das outras histórias que emergem do encontro entre Clio e as “sexualidades disparatadas” estão atravessadas pelos (des) encontros entre história e filosofia.

Em *Regulamento da prostituição, família e imprensa (Belém-PA, 1890)*, Ipojucan Dias Campos, historiciza o regulamento da prostituição e as suas ligações com a família belenense, feitas pela imprensa, no final do século XIX. A partir da leitura do seu artigo, acompanhamos como a preocupação com as mulheres que “deambulavam” pelas ruas de Belém apresentou-se oficialmente por meio da aprovação do regulamento da prostituição no final do século XIX.

No texto *Encenando com o martelo: abjeção e sexualidade no espetáculo teatral “Genet – O palhaço de deus”*, Kauan Amora Nunes nos convida a olhar, sob a perspectiva queer, a encenação teatral “Genet – O Palhaço de Deus”, levada aos palcos de Belém, em 1987. O autor nos lembra de que não apenas a sexualidade, neste caso, a homossexualidade, é apagada da história oficialmente contada, mas a própria produção teatral vinda do Norte do país.

Em *Entre o desejo e o pecado: sodomia e sexualidade no Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)*, Márcio Douglas de Carvalho e Silva problematiza como o Santo Ofício tentou disciplinar os habitantes no território luso-brasileiro, enquadrando-os nas regras ditadas pela Igreja Católica e pelo Estado português. Para tal, Carvalho analisa seis processos que datam dos séculos XVII e XVIII, entre eles, o de Frei Lucas de Souza, considerado pelos inquisidores um “sodomita incorrigível”.

A arte teatral é objeto de reflexão histórica no texto de Natanael de Freitas Silva. Em *Dzi Croquettes e as masculinidades disparatadas*, Silva realiza um debate sobre a ditadura civil-militar brasileira e as relações de gênero e sexualidade no período, a partir do grupo teatral Dzi Croquettes. Em seu texto, o historiador mostra que as performances artísticas

do grupo contribuíram para deslocar as posições de gênero e sexualidade e amplificar práticas e desejos que fogem da norma masculina heterossexista.

Existências (in) pensáveis, vivências condenáveis: quando a vida se torna prescritiva, de Rafael França, apresenta uma reflexão sobre a histórica formação da ideia de um modo de vida prescritivo. A partir do diálogo com Michel Foucault e da discussão sobre gênero e sexualidade, o autor mostra que a possibilidade criativa de uma existência ética e livre pode ser transformada em uma reiteração das normas e hierarquias existentes.

Em *Concubinas e poderosas: feitiçaria e poder feminino nos sertões das minas gerais no século XVIII*, Rangel Cercean Netto historiciza a dinâmica do universo religioso e das atividades laborais desenvolvidas por mulheres mestiças no sertão do Rio das Velhas. A trajetória de Timótia Nogueira é analisada para pensar escravidão, os trânsitos e mestiçagens no complexo universo colonial da América portuguesa setecentista.

Finalizamos o dossiê com uma entrevista com o historiador James N. Green, que este ano lançou *Revolucionário e Gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel, pioneiro na luta por democracia, diversidade e inclusão*.<sup>4</sup> O encontro foi realizado em Florianópolis, em 1º de agosto de 2017, na residência da historiadora Joana Maria Pedro, durante o 13º Congresso Mundos de Mulheres, realizado juntamente com o Seminário Internacional Fazendo Gênero 11. Agradecemos ao historiador James N. Green pela disponibilidade e a Joana Maria Pedro por nos receber em sua casa.

Esperamos que o/a leitor/a encontre nestas outras histórias de Clio não somente novas maneiras de fazer história, mas, também, novas estéticas e éticas de viver o presente (com a história).

Aproveitamos para agradecer à equipe da *Revista História, histórias*, especialmente, ao historiador André Cabral Honor, pela acolhida da nossa proposta e pelo diálogo ao longo do processo de produção deste dossiê.

Boa leitura!

**Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior**  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil  
**Prof. Dr. Elias Ferreira Veras**  
Universidade Federal de Alagoas - Brasil  
Organizadores

---

<sup>4</sup> GREEN, James N. *Revolucionário e Gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel, pioneiro na luta por democracia, diversidade e inclusão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.



**“QUE NOSSA GULA O QUER NA FRENTE E ATRÁS”: PRÁTICAS SEXUAIS DESTOANTES NA LITERATURA DE PIETRO ARETINO**

**“OUR GLUTTONY WANTES IN THE FRONT AND BEHIND”:  
DISCORDANT SEXUAL PRACTICES IN PIETRO ARETINO’S LITERATURE**

**Alloma Noara Pereira Modzelewski**

Pesquisadora do Grupo Arte, Memória e Narrativa, Universidade Federal do Paraná, Brasil  
Mestranda pela Universidade do Paraná, Brasil  
e-mail: [alloma.noara@gmail.com](mailto:alloma.noara@gmail.com)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0055-9288>

**DOI:**

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v6i12.19277>

Recebido em 30 de janeiro de 2018

Aprovado em 17 de abril de 2018

**RESUMO**

O presente trabalho tem como finalidade discutir as práticas sexuais, no que tange, principalmente, as práticas não normativas, apresentadas por Pietro Aretino nas obras *Pornólogos I* (1534) e *Sonetos Luxuriosos* (1525). Os textos de Aretino apresentam diferentes práticas sexuais, algumas inclusive não condizem com a estrutura social vigente, fortemente cercada pelas concepções cristãs. Para essa análise se faz necessário algumas reflexões frente aos estudos relacionados a sexualidade, sobretudo com Paul B. Preciado. Mas também sobre a anacronia, a partir de Rancière e Didi-Huberman, visto que a pretensão desse trabalho intenta em compreender tais práticas consideradas “fora da norma” que circundam entre passado e presente.

**Palavras-chave:** Práticas sexuais; Pietro Aretino; Anacronia

**ABSTRACT**

The present work has the purpose of discussing sexual practices, especially regarding the non-normative practices presented by Pietro Aretino in *Pornólogos I* (1534) and *Sonetos Luxuriosos* (1525). The texts of Aretino present different sexual practices, some even do not fit the current social structure, strongly surrounded by the christian conceptions. For this analysis it is necessary to reflect on studies related to sexuality, especially with Paul B. Preciado. But also about anachronism, starting from Rancière and Didi-Huberman, the pretension of this work tries to understand such practices considered "out of the norm" that surround between past and present.

**Keywords:** Sexual practices, Pietro Aretino, Anachronism

As considerações feitas com relação ao sexo e a sexualidade são frutos de debates estabelecidos em diferentes momentos. Medicina, religião, psicanálise entre outras áreas, se debruçaram sob todo o tipo de material sexual, desenvolvendo teorias e constituindo parâmetros. Nessa variedade de estudos, a sexualidade, em grande medida, foi fortemente reprimida por discursos que sobrepunham uma verdade normativa.

De modo geral, entende-se por repressão sexual o sistema de normas, regras, leis e valores explícitos que uma sociedade estabelece no tocante a permissões e proibições nas práticas sexuais genitais (mesmo porque um dos aspectos profundos da repressão está justamente em não admitir a sexualidade infantil e não genital). Essas regras, normas, leis e valores são definidos explicitamente pela religião, pela moral, pelo direito e, no caso de nossa sociedade, pela ciência também.<sup>1</sup>

A Igreja Católica estabeleceu meios para regimentar o controle sexual dos fiéis, mediando a ação do indivíduo frente a sua sexualidade<sup>2</sup>. Os sujeitos estavam cerceados de normatizações, motivados por diferentes premissas “os teólogos reduziram ao mínimo o tempo para a cópula do casal”<sup>3</sup>. Nesse caminho, a história busca entender a complexidade da sexualidade e das práticas sexuais, alvo de tantas intervenções. Para este trabalho, tomaremos essa questão a partir da visão histórica de duas fontes literárias: *Sonetti Lussuriosi* e *Ragionamento della Nanna e della Antonia*<sup>4</sup>, do escritor italiano Pietro Aretino. Nascido em Arezzo em 1492, e falecido em Veneza no ano de 1556. Os *Sonetos Luxuriosos* foram escritos por volta de 1525, mas foram publicados postumamente. Já *Pornólogos I. Tertúlia entre Nanna e Antonia transcorrida em Roma sob uma figueira*, foi publicado em 1534. Essas obras possuem edições críticas e traduções para o português, sendo possível o acesso dos *Sonetos Luxuriosos*, em edição de 1792, e dos *Pornólogos I*, em edição datada de 1584.

Por ambas as obras exteriorizarem o sexo, num ambiente ainda envolto por inserções cristãs, na qual “[...] moralismos puritanos e contra-reformistas e uma maior introjeção dos controles morais sobre os hábitos somaram-se para promover, a partir do século XVI, um acirramento da repressão cultural em geral e sexual em particular”<sup>5</sup>. Os textos se apresentam como possibilidade de investigação, no que tange essa normatização quista pela Igreja, frente a dissipação de elementos, tal qual a literatura, promotoras das práticas sexuais para além do íntimo.

---

<sup>1</sup> CHAUI, Marilena. *Repressão Sexual: Essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 77.

<sup>2</sup> VAN USSEL, Jos. *Repressão sexual*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

<sup>3</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1986, p. 45.

<sup>4</sup> *Sonetti Lussuriosi* e *Ragionamento della Nanna e della Antonia* são os nomes originais das publicações. Aqui tomaram-se os nomes das edições traduzidas, que são *Sonetos Luxuriosos* e *Pornólogos I. Tertúlia entre Nanna e Antonia transcorrida em Roma sob uma figueira*, respectivamente, utilizados como documentos. Os trechos das obras aqui citadas são retirados das edições críticas traduzidas.

<sup>5</sup> CARNEIRO, Henrique. Amor, sexo e moral medico-clerical na época moderna. *Revista de História*, São Paulo n.132, p. 30, 1995.

A estrutura narrativa dos textos indica que “Aretino tornou essa literatura conhecida de um público leitor mais amplo e alterou seu conteúdo para atender as demandas desse público”<sup>6</sup>. Uma narrativa que usualmente teria o pênis como centro do enredo é **confrontada** por Aretino e suas “[...] bocetas tagarelas que revelaram uma série de segredos igualmente chocantes”<sup>7</sup>. A fala do documento a qual se atribui esse caráter chocante, é um primeiro indício do não lugar da fonte, ao apresentar uma temática sexual num contexto ainda permeado pela religião católica e suas normatizações. Pois “para a antiga moral cristã, a sexualidade nos é dada somente para procriar, e qualquer outro uso seria perverter a obra de Deus”<sup>8</sup>. Assim, esses textos escritos por Aretino, reforçam o caráter chocante por apresentarem práticas sexuais que, nesse contexto, não condizem com o aspecto cristão disseminado. Também se tem a impressão que Aretino circula entre as temporalidades, por assumir nas suas obras, uma expressão sobre as práticas sexuais que envolvem debates atuais.

Dessa maneira, ao tomarmos a literatura como o objeto central dessa pesquisa histórica, podemos propor a ela que nos apresente o seu presente, que aos nossos olhos consigamos encontrar para além do escrito nas páginas. Envolver a literatura concede ao historiador observar os momentos presenciados por essa narrativa, para por fim, nos permitir deixar envolver por ela. Pois,

[...] a Literatura é fonte de si mesma. Ela não fala de coisas ocorridas, não traz nenhuma verdade do acontecido, seus personagens não existiram, nem mesmo os fatos narrados tiveram existência real. A Literatura é testemunho de si própria, portanto o que conta para o historiador não é o tempo da narrativa, mas sim o da escrita [...] <sup>9</sup>.

Assim, a narrativa literária a qual vamos focalizar é a de Pietro Aretino, sua escritura é datada de meados do século XVI em uma Roma efervescente, o círculo pessoal de amizades constituído pelo autor contava com o alto clero romano. Na sua produção escrita, encontramos comédias, sátiras, pasquins, e dentre elas, as duas obras que serão base para esse estudo. Os *Sonetos Luxuriosos* (1525), contam com 24 sonetos que representam

---

<sup>6</sup> FINDLEN, Paula. Humanismo, política e pornografia no Renascimento italiano. In: HUNT, L. (org.) *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da Modernidade, 1500-1800*. São Paulo: Hedra, 1999, p. 98.

<sup>7</sup> FINDLEN, 1999, p. 98.

<sup>8</sup> FLANDRIN, Jean-Louis. *O sexo e o Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 10.

<sup>9</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, n.p.

diferentes posições sexuais. Os *Sonetos* são compostos por uma narrativa mais dura, onde o uso dos tabuísmos dá estímulo ao texto. Enquanto *Pornólogos I* (1534), traz a narrativa de Nanna contando sua vida respectivamente de freira, esposa e prostituta, sendo que o elemento presente em toda sua vida é o desregramento no sexo.

A perspectiva singular de Pietro Aretino, nos proporciona uma reflexão sobre o papel desses documentos na compreensão da realidade descrita pelo autor, com a possibilidade de entender dimensões históricas da produção e da abordagem de um escritor, a partir das referências às práticas sexuais encontradas em sua obra. Nesse sentido,

A Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário. [...] Para além das disposições legais ou de códigos de etiquetas de uma sociedade, é a literatura que fornece os indícios para pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma.<sup>10</sup>

Em seus textos, Aretino coloca-se na voz de suas personagens, suscitando alternativas de refletir sobre como esse homem interpretava o universo ao seu redor, além de perpetuar tal concepção. O uso de fontes literárias nos ajuda a compreender aspectos relacionados ao cotidiano, que representam uma fatia de realidade de difícil acesso e a qual podemos aproveitar na pesquisa.

## **CONCEPÇÕES DE SEXO E PRÁTICAS SEXUAIS DISSIDENTES EM *PORNÓLOGOS I E SONETOS LUXURIOSOS***

Ao escrever *Pornólogos I* e *Sonetos Luxuriosos*, Aretino elencou o sexo como tema central em sua escrita. Nos *Sonetos* as práticas são evidentes, visto o meio em que a obra foi concebida<sup>11</sup>, dessa maneira temos inúmeras descrições das práticas envolvendo um, dois ou três amantes, revelando múltiplos usos do prazer. Já em *Pornólogos I*, a narrativa é fluída, Nanna destaca sua vida, sendo o sexo fundamental na descrição da sua rotina, enquanto

---

<sup>10</sup> PESAVENTO, 2007, s.p.

<sup>11</sup> Os Sonetos foram escritos por volta de 1525, após a apreciação de Aretino das representações de posições sexuais reproduzidas por Marcantonio Raimondi, feitas pelo pintor Giulio Romano. Informações retiradas das notas de tradução de José Paulo Paes: ARETINO, Pietro. *Sonetos Luxuriosos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

freira e posteriormente entre as mulheres casadas. Contudo, quando descreve sua vida na prostituição, o sexo já não é mais central. Mesmo que escritos de maneiras diferentes, ambos os textos possuem um apelo sexual evidente, sendo possível identificar práticas sexuais que fogem a norma. Nesse sentido, Paul B. Preciado acredita que

Os papéis e as práticas sexuais, que naturalmente se atribuem aos gêneros masculino e feminino, são um conjunto arbitrário de regulações inscritas nos corpos que asseguram a exploração material de um sexo sobre o outro. A diferença sexual é uma heterodivisão do corpo na qual a simetria não é possível.<sup>12</sup>

Dessa maneira, Aretino insere em seus textos diferentes práticas, entre elas as que estão fora dessa “heterodivisão”, privilegiando também outras formas de realizar o ato sexual. Michel Foucault afirma que ao fim do século XVI, o discurso sobre o sexo se intensificou, contribuindo para uma consolidação de uma ciência da sexualidade. Para Foucault, compreender o sexo em determinada sociedade, tempo e espaço, está relacionada com diversos fatores, ou seja:

[...] não é tanto saber o que dizer ao sexo, [...] mas levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala [...]. Daí decorre também o fato de que o ponto importante será saber sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas.<sup>13</sup>

O dito sobre o sexo está acompanhado das proposições que condicionam o discurso, compreender o grande enfoque dado por Aretino para as práticas sexuais nos textos, é encontrar caminhos para discutir como tais práticas eram representadas. Pois, para além da representação pública do sexo na literatura, Aretino expunha práticas sexuais não condicentes com a sociedade que o autor estava inserido, Roma do século XVI, onde práticas não voltadas para a procriação seriam passivas de punição,

Assim, por exemplo, numa sociedade que considera o sexo apenas sob o prisma da reprodução da espécie, ou como função biológica procriadora, serão reprimidas todas as atividades sexuais em que o sexo genital for

<sup>12</sup> PRECIADO, Paul.B. *Manifesto Contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014, p. 26.

<sup>13</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 16.

praticado sem cumprir aquela função: masturbação ou onanismo, homossexualismo masculino e feminino (ou sodomia), sexo oral (felácio, cunilíngua), sexo anal, coito interrompido, poluição sem penetração (*voyeurismo*).<sup>14</sup>

Por mais discordante que as representações expostas nos textos de Aretino se apresentem com relação aos ensinamentos cristãos, ele evoca diferentes possibilidades de apresentar e discutir o ato sexual. Os episódios relatados por Nanna, a personagem principal de *Pornólogos I*, iniciam com sua entrada no convento e finalizam com a vida de prostituta. Nessa narrativa Nanna, pretende encontrar o melhor destino para a sua filha, seja como freira, esposa ou prostituta. A figura feminina que Aretino apresenta nessa obra é narrada em primeira pessoa, ele assume a voz dessa personagem, e perpassa com ela algumas conjunturas da sociedade. O autor torna-se a voz de Nanna, compartilhando sentimentos e ações íntimas femininas, como a descoberta da sexualidade. Os passos dados dessa mulher partem de alguém que, a princípio, conhece o funcionamento de seu mundo, sobretudo, por não demonstrar abalo pelas cenas vistas. No convento, a personagem circula livremente e nas frestas encontra seu deleite. “Acho que ninguém se preocupava em os tapar [fresta] e penso que as monjas tinham prazer em ficar se espiando”<sup>15</sup>. Ao apontar o prazer na observação, essa situação nos remete a uma prática de obtenção de prazer conhecida por *voyeurismo*. A este respeito, é possível refletir sobre o exercício do *voyeur*, que

Ao exhibir o perverso, a pornografia privilegia uma das perversões: o *voyeurismo*. Sim, pois o consumidor nunca está na cena pornográfica. Assim como nos espetáculos de strip-tease, ele olha de fora, de outro lugar: ele é um estranho. Isso nos leva novamente às searas da proibição: a experiência do voyeur é sempre da violação.<sup>16</sup>

O prazer em observar o outro nu, no ato sexual, é algo constante da personagem principal enquanto está no convento. Entre suas experiências, há sempre espaço para a observação. “voltei à fresta onde brilhava uma luz porque, como anoitecera, as irmãs haviam acendido velas; espiei novamente e vi que estavam nus”<sup>17</sup>. Na continuação da cena,

<sup>14</sup> CHAUI, 1984, p. 77-78, grifo nosso.

<sup>15</sup> ARETINO, Pietro. *Pornólogos. Tertúlia entre Nanna e Antonia transcorrida em Roma sob uma figueira composta pelo Capricho do Divino Aretino sobre os Três Estados da Mulher*. São Paulo: Degustar, 2006, p. 29.

<sup>16</sup> LAPEIZ, Sandra Maria; MORAES, Eliane Robert. *O que é pornografia ?*. São Paulo: Círculo do Livro, 1984, p. 142-143.

<sup>17</sup> ARETINO, 2006, p. 28.

Nanna presencia um ato sexual, sem ser vista, que envolve múltiplos parceiros. Por atravessar o limite do permitido, ao observar as práticas de terceiros, Nanna como narradora, nos proporciona a observação da cena nos inserindo num espaço pornográfico, sendo “o dispositivo pornográfico — pelo próprio fato de ser um dispositivo de representação para um leitor posto na posição de *voyeur* — transgride as proibições ao introduzir terceiros no espaço íntimo”<sup>18</sup>. Nanna é um *voyeur*, e nós leitores, somos o *voyeur* da própria Nanna, e nessa relação constrói-se maneiras diferentes de contemplar o sexo.

Ao longo de *Pornólogos I*, Aretino descreve a utilização de um “brinquedo sexual”. “Ao contemplar o negócio de vidro, senti que fiquei excitada, pois o que vira daria para excitar todo o eremitério dos Camaldulos. E a força de o contemplar, caí em tentação.”<sup>19</sup>. Essa relação entre o visualizar o ato sexual de outro e sentir prazer, excitação, é um ato de transgressão, violação exemplificado por Lapeiz e Moraes.<sup>20</sup>

Também ao expor um objeto para alcançar o prazer esbarramos em Preciado, pois, essas cenas compunham representações de rupturas que podem ser relacionadas a Dildotectônica, que “se propõe identificar as tecnologias de resistência [...] e os momentos de ruptura da cadeia de produção corpo-prazer-benefício-corpo nas culturas sexuais hétero e queer”<sup>21</sup>. Ao escrever esses diálogos, Aretino apresenta seu panorama da postura de Nanna, que sem pudor, explica claramente como utilizar o que chamou de “o negócio de vidro”: “Havia um buraquinho especial por onde se enchia de água quente [...]. Ergui minha roupa, apoiei a base do estoque no baú, a ponta em meu corpo e comecei a macerar suavemente onde sentia excitação”<sup>22</sup>. Também ao final, a personagem entrega-se as sensações proporcionadas pelo ato, “Quando entrou tudo, pensei que fosse morrer de uma morte mais doce que a vida das beatas. [...] vi que estava coberta de sangue e quis gritar minha confissão”<sup>23</sup>. Nanna, apresenta um pouco da divergência existente com relação a sua sexualidade, e o contexto vívido pelo autor, no momento em que a personagem descreve seus feitos.

Mesmo nesses textos com conteúdo sexual, a concepção católica se faz presente, na figura da Igreja, sendo que Aretino foi muito próximo dos papas Leão X (1513-1521) e

<sup>18</sup> MAINGUENEAU, Dominique. *O discurso pornográfico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p.40.

<sup>19</sup> ARETINO, 2006, p. 27.

<sup>20</sup> LAPEIZ, Sandra Maria; MORAES, Eliane Robert. 1984, p. 142.

<sup>21</sup> PRECIADO, 2014, p. 49.

<sup>22</sup> ARETINO, 2006, p. 27.

<sup>23</sup> ARETINO, 2006, p. 27.

Clemente VII (1523-1534)<sup>24</sup>, entre outros membros do clero<sup>25</sup>. Nesse sentido, Michel Foucault atenta para o significado cristão dado ao ato sexual, segundo ele “[...] o cristianismo o teria associado ao mal, ao pecado, à queda, à morte, ao passo que a Antiguidade o teria dotado de significações positivas”<sup>26</sup>. Assim, do viés cristão, esse conjunto de práticas sexuais expostas tanto nos *Pornólogos*, quanto nos *Sonetos*, confronta os dogmas pregados pelo catolicismo, pois mesmo que o sexo seja atado ao pecado de maneira geral, “[...] todas as atividades sexuais que não tenham finalidade procriadora são consideradas ainda mais pecaminosas, colocadas sob a categoria da concupiscência e da luxúria e como pecados mortais”<sup>27</sup>. Em contrapartida, visualiza-se no Renascimento um período de florescimento das artes e valorização do indivíduo, onde as artes clássicas da antiguidade greco-romana são tomadas como modelo de beleza.

A Antiguidade greco-romana, que desde o século XIV intervém tão poderosamente na vida italiana – enquanto suporte e base da cultura, enquanto meta ideal da existência e, em parte, também como uma nova e consciente reação ao já existente –, havia muito tempo vinha exercendo influência parcial sobre toda a Idade Média, inclusive fora da Itália.<sup>28</sup>

A partir dessa perspectiva, é presumível que os escritos aqui ganhem notoriedade, seguindo a concepção trazida por Foucault sobre o ato sexual. Na Antiguidade, não havia o peso do pecado sobre as práticas sexuais, a aura pecaminosa só foi conferida a elas posteriormente, na Idade Média. Na Renascença a antiguidade clássica foi revalorizada e, com ela, a tentativa de exaltação e descriminalização dos prazeres.

Nesse sentido, o ânus também aparece como centro do prazer nas escritas de Aretino. Contudo, essa prática está, fora da norma cristã, o que nos traz uma divergência frente ao catolicismo, visto a relação, ainda mais pecaminosa, que envolve o sexo anal. Para Georges Bataille, essa relação transgressora evidente faz parte do erotismo e está ligado ao interdito. “O interdito observado fora do medo não tem mais a contrapartida de desejo que

---

<sup>24</sup> Anos de início e fim do papado.

<sup>25</sup> Informações retiradas das notas de tradução de José Paulo Paes na edição brasileira dos Sonetos Luxuriosos. E também presentes no livro de Paul Larivaille, Pietro Aretino. Nel cinquecentenario della nascita, tomo I, Roma: Salerno Editrice, 1995.

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 17.

<sup>27</sup> CHAÚÍ, 1984, p. 87.

<sup>28</sup> BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do renascimento na Itália: um ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 178.



é o seu sentido profundo”<sup>29</sup>. Assim a relação anal, um tabu, também causa atração. No soneto nº 4 esse desejo promovido pela vontade do sexo anal fica aparente:

Este caralho é mais do que um tesouro!  
É o bem que pode me fazer mais feliz!  
Este sim é que é bem de Imperatriz!  
Vale esta gema mais que um poço de ouro!  
[...]  
Sim, é verdade, mas  
O caralho nos dá tanta alegria  
Que nossa gula o quer na frente e atrás.<sup>30</sup>

Em sua resposta, identificamos uma mulher que admite prazer, sem pudor na sua fala, mesmo esse sexo não tendo a finalidade de reprodução, seguindo as premissas cristãs. Essa é uma maneira de propiciar o contato com esse prazer proibido, mas contestado. Também pode demonstrar um fetichismo da escrita de Aretino em situar a mulher como promotora desse diálogo, sendo ela uma figura ainda rebaixada socialmente frente ao homem e ao ato sexual, mas que se permite sentir prazer no sexo. Segundo Jorge Leite Júnior,

Além da proibição bíblica, desde pelo menos a Idade Média, a relação social com o ânus é ambígua. Se, por um lado, ele provoca festivamente uma das expressões do prazer corporal [...], por outro, esta parte da anatomia é constantemente ligada à ofensa e à injúria<sup>31</sup>.

Muito na obra de Aretino tem relação com o ânus. Mesmo sendo afirmado como bestial pela concepção católica, esse tipo de cópula aparenta ser o que propicia mais interesse por parte das personagens, principalmente nos *Sonetos Luxuriosos*, pois em praticamente toda a obra, a conotação sexual em relação ao ânus aparece. Seja como algo ligado ao pecado, algo comum aos pares ou ainda como algo que se busca com ansiedade. Em outros momentos da obra, o sexo anal é trazido à tona pela figura feminina. No soneto nº 20, que ao concluir, apresenta a mulher com voz de poder:

[...]

Ah! Traidor, teu pau é muito duro.

<sup>29</sup> BATAILLE, Georges. *O erotismo*. São Paulo: LPM, 1987, p. 25.

<sup>30</sup> ARETINO, 2000, p. 59.

<sup>31</sup> LEITE, Jorge Júnior. *Das maravilhas e prodígios sexuais: a pornografia “bizarra” como entretenimento*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 222.

Oh! Como já na cona me confeito.  
Prometo que no cu um dia o aceito  
E o faço sair limpo, te asseguro.<sup>32</sup>

[...]

Essa inserção enfática da prática sexual anal representa um ato de transgressão, e o gosto pelo interdito. Nesse sentido, é preciso abordar a pujante denominação que nos salta aos olhos, pois essa expressão do ato sexual nos remete a uma definição desse material sendo erótico e/ou pornográfico. A dificuldade em conseguir delimitar os dois termos em campos específicos e distintos, se apresenta geralmente quanto a uma diferenciação moral. Presa-se o belo o alto, tendo o pornográfico quanto uma categoria menor, rejeitado frente ao erotismo que nos é apresentado como superior. De acordo com Maingueneau,

A valorização do erotismo, aliás, permite a muitos condenarem a pornografia, julgada como elementar, sem incorrer na pecha de puritanos. Com efeito cada uma dessas duas noções se legitima por meio da rejeição da outra: o erótico não para de demonstrar sua superioridade por conta de sua capacidade de não ser pornográfico, enquanto o pornográfico se situa como um discurso de verdade que se recusa hipocritamente a “tapar o sol com a peneira”, que pretende não esconder nada.<sup>33</sup>

Assim, essas duas definições se atravessam pela literatura de Aretino, experimentar ambas é buscar entender as inserções possíveis desses textos. Mesmo que Lynn Hunt apresente o autor como um escritor que estabeleceu os elementos constituidores da chamada escrita pornográfica, que seriam “[...] a representação explícita da atividade sexual, a forma do diálogo entre mulheres, a discussão sobre o comportamento das prostitutas e o desafio às convenções morais da época”<sup>34</sup>. Hunt expõe esse conceito a partir da definição de pornografia, apresentada anteriormente por Peter Wagner, que significa “a representação realista, escrita ou visual, de órgãos genitais ou condutas sexuais, que implica transgressão deliberada da moral e dos tabus sociais existentes e amplamente aceitos”<sup>35</sup>. Estabelecer o que seria pornográfico, implica em estabelecer um direcionamento para essa

---

<sup>32</sup> ARETINO, 2000, p. 91.

<sup>33</sup> MAINGUENEAU, 2010, p. 30-31.

<sup>34</sup> HUNT, Lynn. *A Invenção da Pornografia*. 1 ed. São Paulo: Hedra, 1999, p.26.

<sup>35</sup> apud HUNT, 1999, p. 26

escrita, tendo em vista que erótico e pornográfico são conceitos tão próximos, mas não necessariamente seria preciso situa-los exatamente como opostos.

Por isso, não cabe aqui inserir os textos de Aretino em uma dessas searas, pois a sua contribuição está posta no que diz respeito a transgressão promovidas por essas obras, avançando outras linhas morais. Ao ultrapassar os limites do privado e do permitido, a “[...] exibição do obsceno seria uma verdadeira celebração do prazer, que, condenado e proibido, triunfaria na forma de transgressão”<sup>36</sup>. No soneto nº 24, esse ato transgressor está novamente presente, pois a obscenidade do ato sexual não está só no ato, mas na presença do ânus como objeto de fetiche e prazer,

[...]

Se o caralho no cu todo quereis,  
Porém, à grã maneira, eu me contento  
De que façais de mim o que quereis.<sup>37</sup> [...]

Esse é um soneto em que os personagens dialogam sobre as formas de penetração, onde o sexo anal, mesmo ligado ao pecado, é fonte de prazer. A promoção do ato sexual na escrita de Aretino está ligada a obscenidade. “Num raciocínio levado ao extremo, a pornografia poderia representar até mesmo a possibilidade de realização, através do imaginário, da interminável e desesperada busca do desejo”<sup>38</sup>. Os *Sonetos Luxuriosos* apresentam uma compilação de obscenidades, onde o sexo é algo que deveria ser escondido, não estar declaradamente exposto. “A pornografia grita e cala, colocando lado a lado o escândalo e o silêncio”<sup>39</sup>. As cenas que saltam às páginas são para estarrecer o leitor.

## **POSSIBILIDADES DE ANÁLISE DAS PRÁTICAS SEXUAIS “CONTRANATURA”**

Ao refletir os textos de Aretino, percebemos uma realidade que não é a contemporânea, mesmo que discussões frente a sexualidade são reavivadas atualmente. Contudo, as vivências não do autor, mas do documento, nos permitem reatualizar essas

<sup>36</sup> LAPEIZ; MORAES, 1984, p. 142.

<sup>37</sup> ARETINO, 2000, p. 99.

<sup>38</sup> LAPEIZ; MORAES, 1984, p. 142.

<sup>39</sup> LAPEIZ; MORAES, 1984, p. 110.

mesmas discussões, para a análise das obras de diferentes prismas. “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”<sup>40</sup>. Tal como ela se apresenta no nosso presente, vinda de um tempo que não pertence ao historiador, como se o documento fosse ele contemporâneo de diferentes tempos, talvez essa seja uma colocação possível frente a ele, pois,

o acontecimento extrai sua novidade paradoxal do que está ligado ao redito, ao dito fora de contexto, fora de propósito. Improriedade da expressão que é também uma superposição indevida dos tempos. O acontecimento tem a novidade do anacrônico.<sup>41</sup>

Ele parte de um passado, mas também do presente, os acontecimentos não são mais possíveis de serem vistos na sua totalidade, ao mesmo tempo que a obra de Aretino, escrita no século XVI, tem sua temporalidade diversa, pois atravessa os séculos, sendo evocada em tempos distintos, até chegar nessa pesquisa. Assim, passado e presente coabitam no documento, sendo que “o anacronismo é necessário, o anacronismo é fecundo, quando o passado se revela insuficiente, até mesmo constitua um obstáculo à sua compreensão”<sup>42</sup>. Ao propor o anacronismo como forma viável de observação do documento, encontra-se uma diferente possibilidade de trato com a fonte, ao abarcar temporalidades que se interligam ao documento, onde o acesso ao passado é restrito.

Ao chegar à mesa do historiador, seja um documento dito completo ele é, ao mesmo tempo, fragmentado, cheio de ausências e partes inacessíveis. Ao tratar dos textos de Aretino, eles encaram uma realidade que pode ser tida como atual, por se tratar de um debate relacionado a sexualidade e às práticas sexuais. Contemporaneamente, essa discussão envolve outros tratamentos, talvez, essa também seja uma realidade, uma vivência do documento nesse presente que ele se encontra. Essa sensação perpassa para a figura do observador, do leitor que está vivenciando o texto, os dois se encaram dizem muito sobre suas experiências, parecendo que cada um se apropria da vivência do outro. “Em primeiro lugar, o anacronismo parece emergir na dobra exata da relação entre imagem

---

<sup>40</sup> BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 224.

<sup>41</sup> RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: ensaio de poética e saber*. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 46.

<sup>42</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 25.

e história: as imagens, certamente, têm uma história”<sup>43</sup>. Sendo os textos também portadores de história.

Nessa relação promovida pelo texto, o anacronismo se instaura de diferentes formas e a possibilidade de análise se amplia. Não temos acesso ao passado do documento, mas sua inserção no presente representa novas leituras frente ao objeto.

A multiplicidade das linhas de temporalidades, dos sentidos mesmo de tempo incluídos em um “mesmo” tempo, é a condição do agir histórico. Levá-lo efetivamente em conta deveria ser o ponto de partida de uma ciência histórica, menos preocupada com sua respeitabilidade “científica” e mais preocupada com o que quer dizer “história”.<sup>44</sup>

Os textos de Aretino dialogam com o presente. Dessa maneira o estudo do documento não deve estar preso a seu passado fragmentado, é necessário ir além, encontrar no presente uma nova vivência para a fonte. Em um primeiro momento, Paul B. Preciado, teórico e filósofo contemporâneo que trabalha com estudos de sexualidade e de gênero, não teria colocações possíveis para um escritor italiano renascentista. Contudo, ao abordar as práticas sexuais, ambos recorrem a uma sexualidade plural onde os indivíduos de diferentes formas “reconhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como a todas as posições de enunciação, enquanto sujeitos, que a história determinou como masculinas, femininas ou perversas”<sup>45</sup>. Aretino investe em colocações onde o sexo é protagonista, e a variedade de práticas sexuais completam o olhar. Essa inserção tem propostas diversificadas, pois aquele que observou ao lançamento das obras, não é o mesmo que está hoje contemplando as mesmas narrativas. Entretanto, o diálogo é possível e fecundo, pois não se trata unicamente de uma pergunta feita ao objeto, mas de um a série de relações que circulam entre passado e presente. Nessa relação:

[...] o que funda os acontecimentos é sempre o não acontecimento; o que explica as palavras é o que não é mais palavras. Em suma, o historiador [...] vai ver o que está por trás das palavras. [...] O discurso do historiador é um discurso-medida que relaciona as palavras da história à sua verdade. É isso que quer dizer explicitamente interpretação<sup>46</sup>.

<sup>43</sup> DIDI-HUBERMAN, 2015, p.3 0.

<sup>44</sup> RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó, SC: Argos, 2011, p.49.

<sup>45</sup> PRECIADO, 2014, p. 21.

<sup>46</sup> RANCIÈRE, 2014, p. 48-49.

O historiador trama junto ao documento, sendo sua análise a permear as palavras não ditas presentes na fonte. É o historiador, por meio de seu trabalho, que oferece a fala necessária a fonte, pois, o documento não é capaz de dizer nada por si só, sendo seu resgate feito para que haja história. Por isso, mesmo que tempos venham a se confundir no mesmo objeto,

não se deve dizer que há objetos históricos que dependem de tal ou qual duração: é preciso compreender que em cada objeto histórico todos os tempos se encontram, entram em colisão, ou ainda se fundem plasticamente uns nos outros, bifurcam ou se confundem uns com outros.<sup>47</sup>

Dessa maneira, visualizamos em Aretino também essa confusão de tempos. Ao tratar de práticas ditas subversivas inseridas em um ambiente normativo, temos de diferentes maneiras, colocação que englobam a literatura de Aretino e a teoria de Preciado. Aretino desenvolve seus textos a partir das práticas sexuais, por ter essa temática, classificá-riamos suas obras ao que chamá-riamos de pornográfica ou erótica. Nos *Sonetos Luxuriosos* temos essa colocação visível,

Para provar tão célebre caralho,  
Que me derruba as orlas já da cona,  
Quisera transformar-me toda em cona,  
Mas queria que fosses só caralho.<sup>48</sup>

[...]

Ao desvelar seu trabalho como pornográfico encontra-se um “discurso por excelência veiculador do obsceno: daquilo que se mostra e deveria ser escondido. A exibição do indesejável: o sexo fora de lugar”<sup>49</sup>. Enquadrar o texto em algum parâmetro, se insere em questões mais profundas, pois a veiculação aberta das práticas sexuais, denota como o sexo é motivo de discussão quando parte para o meio público. Quando está “fora de lugar”, as práticas expostas por Aretino encontram essa lógica, evocando o obsceno por meio da literatura. Da mesma maneira, Preciado também entende essa exposição do sexo, visto que “os contextos sexuais se estabelecem por meio de delimitações espaço-temporais

<sup>47</sup> DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 46.

<sup>48</sup> ARETINO, 2000, p. 73.

<sup>49</sup> LAPEIZ; MORAES, 1984, p. 110.

oblíquas. A arquitetura é política. É ela que organiza as práticas e as qualifica: públicas ou privadas, institucionais ou domésticas, sociais ou íntimas”<sup>50</sup>. Assim, a existência de uma norma reguladora, em contrapartida com a veiculação de certas práticas relacionadas ao sexo, extrapola essas convenções, trazer as mais variadas relações sexuais para o meio público qualifica como uma quebra de lugar. Aretino expõe o sexo de maneira literal com os *Sonetos*, mas também na narrativa de *Pornólogos I*, onde o sexo é conduzido a se apresentar como habitual, presente em diferentes extratos da sociedade. Tal como a decepção da camponesa “[...], quando soube que a cevada preparada para ela fora comida por outra, foi para casa com comichões no rabo, e ficou um ano sem falar com a patroa”<sup>51</sup>. Ao observar as colocações postas por Aretino, tanto nos trechos apresentados dos *Pornólogos I*, quanto dos *Sonetos Luxuriosos*, as citações representam a exposição do sexo fora de lugar, contudo não só dessa maneira a relação entre Preciado e Aretino pode ser vista.

A sexualização de práticas que se valem de outros meios, que não o tradicional - homem/mulher, pênis/vagina - são compreendidas como também fora de lugar, extrapolam os limites propostos inicialmente pela Igreja, e dissipados ainda atualmente. Essa regularização não impediu Aretino de situar em seus textos práticas fora de padrão. Como ao tratar o ânus com naturalidade, indicando-o como meio de conquista do prazer. No soneto nº 22, a escrita direta não menospreza o ânus apresentando-o como um meio de prazer eficaz, e até equivalente ao genital,

[...]

Faz de mim o que tenhas por tenção;  
Em cona ou cu, a mim me importa pouco  
Onde busques alívio do tesão.<sup>52</sup>

[...]

Em *Pornólogos I*, as práticas sexuais são variadas, o toque sutil na escrita de Aretino presentifica o ânus através da metáfora. Nanna explica que “No melhor da história, ele havia tirado a torneira da frente do barril e quis enfiá-la pelos fundos [...], cravou-lhe a vara pelos fundos da padaria”<sup>53</sup>. As passagens valorizam a prática que se afasta do natural,

<sup>50</sup> PRECIADO, 2014, p. 31.

<sup>51</sup> ARETINO, 2006, p. 79.

<sup>52</sup> ARETINO, 2000, p. 95.

<sup>53</sup> ARETINO, 2006, p. 30-31.

deixando claro que a sua função é o prazer. Preciado atesta a necessidade de “Difundir, distribuir e colocar em circulação práticas subversivas de recitação dos códigos e das categorias de masculinidade e de feminilidade naturalizadas no âmbito do sistema heterocentrado [...]”<sup>54</sup>. Aretino com seus textos contribuiu, de certa maneira, para essa difusão de práticas subversivas frente às já naturalizadas, evocando um discurso não condizente com seu lugar, uma Roma cristã do século XVI, onde seu círculo social contava com membros do clero, como dito anteriormente. Também um discurso medido na valorização de práticas sexuais que estão na margem do normatizado, visando o prazer como eixo central dessas relações. Para Preciado, o prazer não estaria somente voltado aos órgãos reprodutivos, o corpo todo se torna sexual, possível e passível de prazer. Da mesma forma para Aretino, há meios que fogem o padrão para se efetivar o prazer.

A reconquista do ânus como centro contrassexual de prazer tem pontos comuns com a lógica do dildo: cada lugar do corpo não é somente um plano potencial no qual o dildo pode se deslocar, mas também um orifício-entrada, um ponto de fuga, um centro de descarga, um eixo virtual de ação-paixão<sup>55</sup>.

Preciado compreende que o corpo é sexual, que não deveriam ser designadas zonas específicas para obtenção de prazer, mas sim que o incentivo fosse em ampliar as zonas erógenas, propiciando diferentes meios de chegar ao gozo. Nos textos de Aretino, pode-se observar essa discussão, pois o autor aborda, com suas personagens e seus sonetos, uma variedade de formas sexuais, diferentes posições frente ao sexo, com o único intuito de disseminar o prazer por excelência.

Ao pensar a valorização das práticas sexuais, entretanto, é sabido que Preciado e Aretino não são contemporâneos, nem mesmo partilham conscientemente da escrita um do outro. Mesmo assim, consegue-se observar como é possível uma contribuição de Preciado para a análise de Aretino. Pois, as colocações feitas nas obras, possuem uma ligação visível com as discussões contemporâneas relacionadas a sexualidade. Nesse sentido, ao propor essa leitura das obras de Aretino, é possível um encontro com o que Rancière chamaria de anacronia.

---

<sup>54</sup> PRECIADO, 2014, p. 36.

<sup>55</sup> PRECIADO, 2014, p. 32.



Não existe anacronismo. Mas existem modos de conexão que podemos chamar positivamente de anacronias: acontecimentos, noções, significações que tomam o tempo de frente para trás, que fazem circular sentido de uma maneira que escapa a toda contemporaneidade, a toda identidade do tempo com “ele mesmo”. Uma anacronia é uma palavra, um acontecimento, uma sequência significativa saídos do “seu” tempo, dotados da capacidade de definir direcionamentos temporais inéditos, de garantir o salto ou a conexão de uma linha de temporalidade com uma outra. E é através desses direcionamentos, desses saltos, dessas conexões que existe um poder de “fazer” a história<sup>56</sup>.

Conectar tempos distintos em um objeto com discussões que o invadem, seja ao olhar com perspectivas passadas para as contemporâneas, é permitir sua vivência independente do seu tempo. É possibilitar que seu passado seja presente, pois não compreender a fonte perante esse olhar da anacronia se apresenta como “[...] uma tentativa de eliminar toda temporalidade nesses objetos, de modo a impô-los como objetos a ver sempre imediatamente, sempre exatamente como são”<sup>57</sup>. Admitir sua vivência, garante ao objeto acesso ao presente, perante o historiador incapaz de chegar ao passado na sua totalidade, encontra na fonte que aqui está, um meio de entendimento desse passado.

Ao aceitar os textos de Aretino em um contexto de análise contemporâneo, contribui-se para que discussões diversas sejam inseridas nas obras, como a proposta por Preciado, sem denegrir o potencial da fonte em ajudar a entender experiências passadas, pois “a imputação de anacronismo não é alegação de que uma coisa não existiu numa determinada data, é a alegação de que ela não pôde existir nessa data”<sup>58</sup>. Isso seria imputar ao documento uma realidade possível de ser comprovada, não permitindo que suas nuances sejam sentidas, e compreendidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pretensão de problematizar as práticas sexuais, encontra-se diferentes materiais que ilustram a temática. Dentre eles os selecionados para essa pesquisa, os quais se apresentam com vigor, expondo o sexo de maneira abruta, consolidando o corpo como sexual. Tanto nos *Sonetos*, onde a visibilidade do sexo parece mais intensa, quanto em *Pornólogos*, com o uso de metáforas promotoras de riso, os textos encaram um meio de

---

<sup>56</sup> RANCIÈRE, 2011, p. 49.

<sup>57</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 56.

<sup>58</sup> RANCIÈRE, 2011, p. 31.

disputa frente ao normatizado, ao abordar situações que fogem da norma estabelecida em um contexto onde a presença dos dogmas católicos é preponderante. Pois, segundo Preciado,

O sexo, como órgão e prática, não é nem um lugar biológico preciso nem uma pulsão natural. O sexo é uma tecnologia de dominação heterossocial que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros (feminino/masculino), fazendo coincidir certos afectos com determinados órgãos, certas sensações com determinadas reações anatômicas<sup>59</sup>.

Assim, essas são obras possuidoras de um conteúdo desconectados dos padrões aceitos pelo cristianismo. Pois, transpassam o sexo para além da procriação, para além do quarto, na exposição das cenas, e também fogem dos padrões ditados pela Igreja transformando tudo isso em um espetáculo literário. Através da escrita de Pietro Aretino, algumas situações frente a sexualidade são postas, situações essas que se divergem do esperado, não só no período e local abordado, quanto na contemporaneidade. Pensar as práticas sexuais é reatualizar o documento, é permitir que ele dialogue com o presente, sem deixar seu passado. Proibir a fluidez do tempo no documento infere a ele um status de menor valor, ou ainda impossibilita que diferentes análises decorram a partir desse documento, apresentado já em outro tempo que não o dele. Calar a fonte dessa maneira é “[...] colocar esse impossível no passado, [...] diminuí-lo, afetá-lo com uma parcela menor de ser”<sup>60</sup>. Não permitir que sua vivência seja sentida, nem promovendo uma ligação entre passado e presente, onde as temporalidades se cruzam nos documentos.

Nos textos de Aretino essas “múltiplas temporalidades” se encontram, sendo possível confrontá-los com o presente, “pois irrecuperável é cada imagem do passado que se dirige ao presente, sem que esse presente se sinta visado por ela”<sup>61</sup>. Conceder ao passado seu lugar no presente é ir além de identificar traços de um período, tal qual a literatura de Aretino apresenta. É possibilitar a esse mesmo passado que seja presente, que sua fala seja escutada e discutida frente a problemas contemporâneos, tanto quanto seu passado, sua concepção seja possível de ser encontrada pelo historiador.

---

<sup>59</sup> PRECIADO, 2014, p. 25.

<sup>60</sup> RANCIÈRE, 2011, p. 43.

<sup>61</sup> BENJAMIN, 1987, p. 224.

## REGULAMENTO DA PROSTITUIÇÃO, FAMÍLIA E IMPRENSA (BELÉM-PA, 1890)

### REGULATION OF PROSTITUTION, FAMILY AND PRESS (BELÉM-PA, 1890)

**Ipojucan Dias Campos**

Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil  
Mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

e-mail: [ipojucancampos@gmail.com](mailto:ipojucancampos@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9179-2482>

**DOI:**

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v6i12.19278>

Recebido em 21 de janeiro de 2018

Aprovado em 30 de abril de 2018

#### RESUMO

O objetivo deste artigo é o de interpretar o regulamento da prostituição e as suas ligações com a família belenense, feitas pela imprensa, no final do século XIX. Então, a finalidade é a de evidenciar como os discursos regulacionistas e anti-regulacionistas compreenderam a instituição família no bojo de um tempo e espaço em que a prostituição passou a ser atividade regulamentada pelo Estado republicano do Pará.

**Palavras-chave:** Regulamento da Prostituição; Família; Imprensa

#### ABSTRACT

The purpose of this article is to interpret the regulation of prostitution and its links with the belenense family, made by the press, in the late XIX century. So, the purpose is to highlight how the regulationist and anti-regulationist discourses understood the institution family in the bosom of a time and space in which prostitution happened to be regulated activity by the republican State of Pará.

**Keywords:** Regulation of Prostitution; Family; Press

#### INTRODUÇÃO

(...) o honrado desembargador, chefe de policia esta dando caça aos vagabundos que infestão esta cidade, lembremos-lhes a necessidade de expandir suas redes até aos botequins indecentes, que á noute regogitam de prostitutas e desordeiros que vivem no deboche e na embriagues (...).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> *A República*. Belém, 11 de setembro de 1890, p. 02.

O interesse deste artigo é o de entender os elos e as implicações – empreendidos pela imprensa – quando esta aproximou no final do século XIX o regulamento da prostituição à família belenense. A normatização do meretrício foi institucionalizada pelo governador Justo Leite Chermont por meio da Portaria (inexiste o seu número) de 13 de março de 1890 – publicada no “Diário Oficial do Estado” em 19 de março do mesmo ano – que regulamentou a prática da prostituição no Estado do Pará. Mesmo compreendo ser a medida de cunho estadual, o presente ensaio se debruçará – em virtude da localização das fontes – tão somente sobre a prostituição da capital do Pará entre os meses de janeiro e março de 1890, momento em que vieram à tona, mais “fortemente”, notícias acerca da sua legitimidade.

As reflexões se dedicaram na análise do regulamento da prostituição e nas suas ligações com a família, construídas pela imprensa. O ponto de partida é a lógica de que os jornais belenenses “A República”, “O Apologista Cristão Brasileiro” e “Diário de Notícias”, descortinavam a família como essencial à coletividade, tanto que buscavam saber da opinião um do outro para produzirem os seus argumentos, contudo, mesmo as folhas a considerando importante à sociedade belenense, os regulacionistas (“A República”) e os anti-regulacionistas (“O Apologista Cristão Brasileiro” e “Diário de Notícias”) divergiam profundamente no emprego das ferramentas ditas mais adequadas para protegê-la. Então, o domínio debatido foi: com a regulamentação da prostituição, qual papel a família teve nos discursos fabricados pela imprensa local?

Para se compreender tal campo, os documentos interpretados foram a Portaria de 13 de março de 1890 e três periódicos: “O Apologista Cristão Brasileiro”, “A República” e “Diário de Notícias”. Compilou-se a legislação do livro “Decretos e Actos do Governo do Estado do Gram-Pará”, 1890, obra depositada no Arquivo Público do Estado do Pará;<sup>2</sup> é mister também expressar que o matutino “A República” editou a referida Portaria em 16 de março de 1890. Dezesesseis artigos compuseram a fonte, os quais tiveram como princípio determinar condutas às prostitutas e assim deter a disseminação da sífilis nas zonas meretrícias e na família, segundo o regime republicano. Sobre os jornais, “O Apologista” (veículo dos protestantes metodistas, redigido pelo reverendo Justus Nelson, pastor desta Igreja) e “A República” (órgão oficial do regime republicano) em outros desdobramentos da política paraoara, como ao tempo da laicização do casamento civil e do divórcio,

---

<sup>2</sup> Actos e decisões do governo do Estado do Pará de 1890, 1891, 1892 e 1893. In: *Decretos e Actos do Governo do Estado do Gram-Pará*. Belém: Typ. D’A Província do Pará, 1890.

defenderam as mesmas causas, mas quando o assunto foi normatizar a prostituição ficaram em lados diametralmente opostos.<sup>3</sup> “A República” procurava a todo custo sustentar ante seus leitores as decisões políticas do governo e para tal lançava mão, inclusive, de razões familiares com o intuito de justificar o regulamento da prostituição. Por seu turno, “O Apologista” o criticava de forma acintosa. Outro jornal usado nestas intervenções foi o “Diário de Notícias”, que a respeito da temática em pauta militou contrário a Portaria dita profilática.

Todos estão depositados na Hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado do Pará (CENTUR). Optou-se por trabalhar com somente estes porque em suas colunas, sobejamente publicaram-se notícias a respeito da institucionalização do assunto em tela; referente a cronologia, a mesma se concentrou entre os meses de janeiro e março de 1890 e tal decisão se justifica em decorrência de, nesse recorte, se encontrar o maior número de matérias a debater o meretrício na capital. Nesta esteira, as disputas concernentes ao regulamento ocuparam densamente algumas páginas destes matutinos e, nesta conjuntura, vale dizer que tanto acusações quanto defesas da temática foram editadas pelos referidos jornais, por exemplo, “O Apologista Cristão Brasileiro”, desde o surgimento dos primeiros comentários de que o novo regime legalizaria a prostituição, colocou-se contundentemente contrário, argumentando ser uma imposição pueril, uma afronta à família e à moralidade. Por seu turno, “A República” arguia ser a lei de suma valia à sociedade, porque era premente obstruir a proliferação sifilítica e assim se preservariam os lares belenenses. O “Diário de Notícias” era outro anti-regulamentarista e como seus contemporâneos usou sobejamente a família para sustentar seus argumentos. Deste modo, os três jornais ligavam de forma diferente o regulamento da prostituição à família, esta era apresentada por eles como instituição essencial à coletividade, entretanto, divergiam a respeito da maneira de como manter essa essencialidade.

Então, seguem algumas considerações frente aos eixos ora apresentados.

## **IMPrensa, FAMÍLIA E PROSTITUIÇÃO**

---

<sup>3</sup> CAMPOS, Ipojucan Dias. *Casamento, divórcio e meretrício em Belém no final do século XIX (1890-1900)*. 324 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2004.

A preocupação com as mulheres que deambulavam pelas ruas de Belém no final do século XIX apresentou-se oficialmente por meio da aprovação do regulamento da prostituição de março de 1890, repita-se. O nervosismo do Governo do Estado e, certamente, da Intendência diante do assunto não se encerrava apenas por ser o meretrício “atividade perigosa” e que por esse motivo deveria ser controlado em decorrência da sífilis, segundo o jornal “A República”. As medidas reguladoras passavam igualmente, dizia o veículo, pela proteção da família porque ao se deter a doença “venérea a grassar pela cidade de Belém”<sup>4</sup> as esposas permaneceriam seguras em seus lares, porquanto maridos jamais continuariam a contaminar suas companheiras no leito conjugal. Regular a vida das prostitutas era entendido, pela República, para muito além do controle das suas práticas no interior das “casas de diversões”<sup>5</sup> e nas ruas, o regulamento mediaria a vida, saúde e a felicidade da mulher casada em seu inviolável lar, ou seja, passaria a inexistir o flagelo da sífilis que permeava no seio da família.<sup>6</sup>

O “Regulamento para o serviço sanitário relativo às mulheres de vida livre”<sup>7</sup> possuía 16 itens, vejamos alguns deles:

- I. As autoridades policiaes intimarão todas as mulheres de vida livre, residentes em seus districtos, a comparecerem, dentro de 24 horas, á secretaria de policia, afim de inscreverem-se no livro da matricula;
- II. As matriculadas são obrigadas desde logo a submeter-se á inspecção medica uma vez por semana;
- III. Estas inspecções serão praticadas pelos medicos da policia, no Hospital da Caridade, em dia e hora para esse fim designados pelo respectivo chefe, que poderá permittil-as no domicilio das examinandas, quando ellas assim o preferirem;
- [...]
- IX. As inspecções terão lugar nos dias uteis, distribuindo-se em turmas as examinandas;
- X. Será fornecida pela secretaria da policia, a cada matriculanda, uma caderneta com o nome e as respectivas indicações da sua idade, naturalidade, estado, côr e residencia;
- [...]
- XII. Feito o exame, os medicos deverão declarar na caderneta qual o estado de saude da examinada, usando das seguintes formulas: em caso de saude – ulgada boa, em caso de molestia – ulgada enferma. Datarão e assignarão;

<sup>4</sup> *A República*. Belém, 11 de março de 1890, p. 03.

<sup>5</sup> *A República*. Belém, 11 de março de 1890, p. 03.

<sup>6</sup> *A República*. Belém, 16 de março de 1890, p. 03.

<sup>7</sup> Este é o título completo da portaria. Actos e decisões do governo do Estado do Pará de 1890, 1891, 1892 e 1893. In: *Decretos e Actos do Governo do Estado do Gram-Pará*. Belém: Typ. D`A Província do Pará, 1890.

XIII. As mulheres julgadas enfermas pelos medicos não serão obrigadas às inspecções ordinarias senão quando e julgarem restabelecidas; sendo-lhes, porém, facultado apresentarem-se no hospital;

XIV. Estas inspecções serão consideradas extraordinarias e, para o bom andamento do serviço, não eximem as interessadas de submeterem-se às inspecções ordinarias;

[...]

XVI. Compete as auctoridades da policia impôr ás infractoras d'este regulamento as multas abaixo estipuladas que serão recolhidas ao cofre de policia.

Será imposta á multa de 15\$000 ou 3 dias de prisão ás infractoras das disposições d'este regulamento.<sup>8</sup>

Prescrevia-se conjunto de medidas profiláticas a normatizar as atividades das prostitutas. O governo republicano paraense o impingiu com o discurso da necessidade de conter a proliferação sifilítica na *Belle-Époque*, no entanto, como se analisará mais à frente, o regime será acusado de facilitar a disseminação de cenas imorais-viciosas, de promover relações perversivas na urbe e de fragilizar a base da sociedade, a família. Porém, a República dispensava esse raciocínio por compreender o controle da sífilis elementar à estabilidade da família, porquanto maridos nunca mais contaminariam suas esposas, mas para isso a inscrição das meretrizes belenenses num livro de matrícula era inevitável,<sup>9</sup> bem como a sua inspeção de saúde. A partir de então, as prostitutas teriam de comparecer ao Hospital da Caridade semanalmente para se submeterem a exames ou, se preferissem, poderiam ser inspecionadas em suas casas.<sup>10</sup>

Os custos dos exames não eram por conta do Estado e sim responsabilidade das próprias prostitutas. Os valores se diferenciavam para aquelas que se dirigissem ao hospital e as que desejassem ser examinadas em domicílio. Quantias desiguais foram assunto do quinto artigo: “as meretrizes que comparecerem á exame no lugar para esse fim designado pagarão apenas a taxa de 500 réis; as que preferirem no domicilio a de 5\$000”.<sup>11</sup> Quanto aos locais de pagamento os artigos seis e sete, respectivamente, afirmavam: “a taxa de 500 réis será paga no mesmo hospital á pessoa para esse fim opportunamente designada,

<sup>8</sup> Actos e decisões do governo do Estado do Pará de 1890, 1891, 1892 e 1893. In: *Decretos e Actos do Governo do Estado do Gram-Pará*. Belém: Typ. D`A Província do Pará, 1890.

<sup>9</sup> O jornal Diário de Notícias denunciou perseguições apenas às do baixo meretrício. Diário de Notícias. Belém, 22 de março de 1890, p. 02.

<sup>10</sup> Actos e decisões do governo do Estado do Pará de 1890, 1891, 1892 e 1893. In: *Decretos e Actos do Governo do Estado do Gram-Pará*. Belém: Typ. D`A Província do Pará, 1890.

<sup>11</sup> Actos e decisões do governo do Estado do Pará de 1890, 1891, 1892 e 1893. In: *Decretos e Actos do Governo do Estado do Gram-Pará*. Belém: Typ. D`A Província do Pará, 1890.

mediante recibo que entregará a interessada, guardando o respectivo talão”.<sup>12</sup> “As mulheres que preferirem inspecção domiciliaria deverão pagar, na secretaria de policia, no dia util antecedente ao que lhe fôr designado para o exame, a respectiva taxa”.<sup>13</sup> Nesta ordem, os custos recaíam sobre elas, eximindo-se o Estado de quaisquer ônus, tal questão, segundo José Ronaldo Trindade,<sup>14</sup> provocou tensões entre prostitutas, Governo do Estado e Corpo de Polícia, este o responsável pelo cadastramento, inspeção médica e por mandar cumprir os dezesseis artigos do documento. Todavia, para a República paraense essas ações eram essenciais à família e conseqüentemente à paz doméstica porque a sífilis entre as esposas deveria ser detida de todas as formas.<sup>15</sup> Em matéria intitulada “Regulamento da prostituição e família”, o jornal “A República” enfatizava ser a normatização aspecto elementar para que a sífilis deixasse de se constituir em visita indesejada da família paraense, isto é, a legalização teria o poder de proteger direta e imediatamente as linhagens, as quais estavam há séculos desamparadas.<sup>16</sup>

As interpretações da conjuntura social da prostituição portenha realizadas por Donna Guy são, aqui, importantes. Em suas reflexões advertiu que a normatização em Buenos Aires procurou obrigar as prostitutas à realização de exames periódicos (que diziam ter como finalidade proteger aqueles que procurassem pelo serviço) e ao pagamento de tributos, os quais eram vistos com simpatia pelos administradores públicos.<sup>17</sup> Para Belém, as inspeções seriam semanais e também estavam revestidas do pretexto de buscar verificar o estado de saúde das prostitutas aos clientes, para reforçar tal ensejo elas portariam uma caderneta onde se indicaria o seu estado de saúde: enfermas ou boas. Esta questão foi discorrida no item doze do regulamento: “feito o exame, os medicos deverão declarar na caderneta qual o estado de saude da examinada, usando das seguintes formulas: em caso de saude – julgada boa, em caso de molestia – julgada enferma. Datarão e assignarão”.<sup>18</sup>

<sup>12</sup> Actos e decisões do governo do Estado do Pará de 1890, 1891, 1892 e 1893. In: *Decretos e Actos do Governo do Estado do Gram-Pará*. Belém: Typ. D`A Província do Pará, 1890.

<sup>13</sup> Actos e decisões do governo do Estado do Pará de 1890, 1891, 1892 e 1893. In: *Decretos e Actos do Governo do Estado do Gram-Pará*. Belém: Typ. D`A Província do Pará, 1890.

<sup>14</sup> TRINDADE, José Ronaldo. *As voltas com o cabaré: práticas culturais e baixo meretrício em Belém (1890-1905)*. 97 f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Pará, Departamento de História, Belém, 1996.

<sup>15</sup> *A República*. Belém, 30 de março de 1890, p. 03.

<sup>16</sup> *A República*. Belém, 29 de janeiro de 1890, p. 03.

<sup>17</sup> GUY, Donna. *El sexo peligroso, la prostitución legal em Buenos Aires*. Buenos Aires: Sudamericana, 1991, p. 49.

<sup>18</sup> Actos e decisões do governo do Estado do Pará de 1890, 1891, 1892 e 1893. In: *Decretos e Actos do Governo do Estado do Gram-Pará*. Belém: Typ. D`A Província do Pará, 1890.



A Portaria foi exaustivamente debatida na imprensa belenense. Sobre a existência da caderneta, por exemplo, “O Apologista Cristão Brasileiro” atacava sutilmente afirmando servir para que os clientes soubessem do estado de saúde das meretrizes razão que em nada inviabilizava a contaminação das esposas pelo câncer da sífilis. O regulamento expunha em seu último item ser de responsabilidade das autoridades policiais infligir multas e detenções de até três dias às messalinas que não contemplassem o disposto no documento. O último item: “compete as auctoridades da policia impôr ás infractoras d`este regulamento as multas abaixo estipuladas que serão recolhidas ao cofre de policia. Será imposta á multa de 15\$000 ou 3 dias de prisão ás infractoras das disposições d`este regulamento”.<sup>19</sup> As medidas de caráter policial tiveram funções essenciais, porquanto era de responsabilidade do Corpo de Polícia intimar as meretrizes, conduzi-las à secretaria de polícia para inscrevê-las num livro de matrícula, fornecer carteira de identificação e igualmente pertencia as mesmas autoridades impingir às transgressoras penas como multas e prisões, como dispunha o artigo dezesseis. Em artigo publicado pelo jornal “A República”, o matutino dizia prezar intensamente pela família e por isso a Portaria deveria ser imediatamente aprovada e profundamente aplicada, porque as linhagens belenenses não poderiam ficar desamparadas.<sup>20</sup>

A portaria indicava que as práticas das prostitutas passariam a ser controladas institucionalmente. Diante das condições estabelecidas, violências ocorreram contra as agentes sociais consideradas criminosas por alguns, como queria fazer crer “O Apologista Cristão Brasileiro”,<sup>21</sup> e, por outros, na faculdade de mulheres que deveriam ser tratadas – quando doentes – em hospitais públicos, como defendia o “Diário de Notícias”.<sup>22</sup> Por seu turno, “A República” advogava um cadastro para se facilitar as inspeções de saúde de todas as prostitutas existentes e assim deter doenças a grassar não somente nas ruas e lupanares, mas também no interior da família.<sup>23</sup> As discussões sobre quais eram os melhores caminhos de intervenção pública para conter o meretrício e proteger a família, mostravam-se efusivas.

Na obra “Os prazeres da noite”, Luzia Margareth Rago analisou que, na cidade de São Paulo em 1896, foi criado o “Regulamento Provisório da Polícia de Costumes” com o

---

<sup>19</sup> Actos e decisões do governo do Estado do Pará de 1890, 1891, 1892 e 1893. In: *Decretos e Actos do Governo do Estado do Gram-Pará*. Belém: Typ. D`A Província do Pará, 1890.

<sup>20</sup> *A República*. Belém 29 de março de 1890, p. 03.

<sup>21</sup> *O Apologista Cristão Brasileiro*. Belém, 29 de março de 1890, p. 02.

<sup>22</sup> *Diário de Notícias*. Belém, 22 de março de 1890, p. 02.

<sup>23</sup> *A República*. Belém, 19 de março de 1890, p. 01.

objetivo de conter os comportamentos taxados escandalosos praticados pelas prostitutas que circulavam no centro da capital paulista. Logo em seguida foi imposto às mulheres um “Livro de Registro”, onde informavam dados pessoais como nome, idade, nacionalidade, profissão, residência.<sup>24</sup>

Da mesma forma, o Rio de Janeiro se preocupou em regulamentar a prostituição. Os estudos de Magali Engel dão bons direcionamentos a este respeito. Segundo a pesquisadora, formular um projeto profilático que a normatizasse na capital federal era antigo, datando de 1840, no entanto defesa mais consistente começou a surgir no meio acadêmico em torno de 1860, momento em que esta experiência já havia sido implantada em Paris. Contudo, no alvorecer da República, no dizer de Engel, foi quando os enfrentamentos entre regulamentaristas e anti-regulamentaristas ganharam maior envergadura. Eles teceram articulações procurando convencer não apenas o governo central da necessidade ou não da normatização, mas conquistar a simpatia da população carioca às suas causas. De um lado, os regulamentaristas articulavam ser necessário conter a proliferação da sífilis, manter as prostitutas em certos limites geográficos, ordenar o meretrício e converter o espaço da prostituição numa área útil à sociedade. Por outro, os anti-regulamentaristas teciam considerações contrárias. Estes, segundo a historiadora, tomaram como armas a família, a mulher, os filhos, a moralidade pública e privada, ou seja, regularizá-la expressava legalizar as ações de uma sociedade dita pervertida tanto em relação à saúde quanto frente à moralidade social. Embora estes domínios tenham sido efusivos no Rio de Janeiro e que os favoráveis a legitimação tenham conseguido espaços significativos, a autora afirmou: “(...) a regulamentação sanitária da prostituição jamais seria implantada (...)”.<sup>25</sup>

Projetos reguladores apareceram na Europa do século XIX, disse Judith Walkowitz. Diversos países a tiveram como preocupação, esta inquietação emanava de muitos argumentos, por exemplo, de o comércio sexual constituir-se em atividade perigosa “cujos limites tinham de ser controlados e definidos pelo Estado”.<sup>26</sup> Segundo a historiadora, a França, a Grã-Bretanha, a Bélgica envolveram-se em longos debates em torno dos riscos e

---

<sup>24</sup> RAGO, Luzia. *Os prazeres da noite: prostituição e código da sexualidade feminina em São Paulo 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

<sup>25</sup> ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 140.

<sup>26</sup> WALKOWITZ, Judith. Sexualidades perigosas. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (Orgs.). *História das mulheres no Ocidente*. v. IV. Porto: Afrontamento, 1991, p. 411.

vantagens acerca da liberalização da prostituição; as formas de linguagem empregadas por estes estados, no geral, não conheceram fortes distinções, isto é, a família, a moralidade, os bons costumes, a decência, as doenças, sempre figuraram na faculdade de temas centrais quando o contexto era o comércio corporal. Alain Corbin a respeito da matéria em análise escreveu obra seminal: “*Les filles de noce*”. Nela disse que os desejos irreprimíveis sempre estiveram nas ruas e casas de tolerância de Paris. Em conformidade, o regulamento deu mais atribuições aos agentes da polícia de costume, porquanto passou a ser essencial às autoridades municipais realizar inspeções periódicas sempre sustentadas em pressões arbitrárias contra as mulheres que se encontravam no seio do pesado jogo da prostituição.<sup>27</sup>

Já em Belém, com as medidas do Estado, as reações contrárias e favoráveis, como ocorreram na Europa, logo se fizeram sentir. Teciam-se argumentos rígidos a envolver a moral, a família, a ordem pública, a legalização dos vícios, o leito conjugal. Críticas abrangiam as decisões do governo republicano paraense. Elas se concentravam em determinadas lógicas, dentre as quais a de que se tratava de acinte à liberdade individual, bem como a de que o regime colaborava ao desenvolvimento de crimes, legitimava a prostituição e corroborava à formação de posturas perversivas, as quais seriam prejudiciais à estabilidade familiar, logo da sociedade. Com o código do meretrício, a República do Pará não recebeu ressalvas unicamente por ter tentado impor a profilaxia e o controle às relações sociais das “mulheres de vida livre”; as oposições se desenvolveram para além disso: de que ele secundarizava a moralidade não apenas a pública, mas a familiar e a conjugal.<sup>28</sup>

Cristiana Schettini Pereira ao estabelecer elos entre as prostituições ocorridas no Rio de Janeiro e em Buenos Aires, estudo localizado no final do século XIX, fez compreender que a regulamentação portenha de 1875 foi pensada através da combinação das necessidades higiênica e moral, as quais eram ditas como as salvadoras da nação Argentina, mas estes argumentos são viáveis uni-los ao motivo de ter sido a regulamentação boa forma de transferência de recursos aos cofres municipais. Enquanto Belém intensamente discutiu a eficácia ou não das medidas implementadas, em Buenos

---

<sup>27</sup> CORBIN, Alain. *Les filles de noce: misère sexuelle et prostitution à Paris au XIX siècle*. Paris: Flammarion, 1978.

<sup>28</sup> *O Apologista Cristão Brasileiro*. Belém, 29 de março de 1890, p. 01.

Aires, segundo Pereira era difícil encontrar vozes que se levantassem contra as posturas regulamentaristas.<sup>29</sup>

No que concernia a aspectos político-sociais da normatização da prostituição, no final do século XIX, Buenos Aires e Belém, bastante se distanciavam. A este respeito, “O Apologista Cristão Brasileiro” oferece bons indicativos:

(...) a perda da saúde por toda a vida, os bubões, as úlceras, o veneno oculto no sangue que a cada momento ameaça a vida e complica com qualquer outra molestia para torná-la incurável; e que não desiste quando se sepultara encobre a vítima; mas ainda continua a envenenar a vida dos filhos e dos netos inocentes. É impossível inventariar os estragos hediondos que a prostituição semeia na sociedade.<sup>30</sup>

A família era imprescindível, porém o regulamento a negligenciava. Justus Nelson, pastor da igreja metodista e redator do “O Apologista”, compreendia a prostituição como crime. No entanto, concernente ao tema em questão, para Evaristo de Moraes, um dos principais criminólogos nacionais da passagem do século XIX para o XX, a prostituição deveria ser descortinada como um “mal necessário”, pois a compreendia como essencial à preservação do lar.<sup>31</sup> Todavia, para o missionário, a vida daquelas agentes era um delito pior do que o da gatunagem, entretanto jamais de maneira igual tratados, porque a larapiaria era resolvida, dizia ele, com cadeia e o meretrício agora se tornava legal. O articulista discorria sobre as consequências deletérias da prostituição e da sífilis nas vidas dos filhos e netos, logo, da família. Seus efeitos também trariam enteveros à vida conjugal: “(...) rouba da mulher inocente todo o prazer da vida e dá-lhe o desejo de ver-se mil vezes morta, para não se lembrar da perfídia e traição d’aquella que prometeu-lhe o seu ser inteiro por toda a vida (...)”.<sup>32</sup> As bases da oposição deste jornal se fizeram tomando emprestadas os discursos da família, da prole, da ética cristã e da moral, entretanto, nunca se distanciando das proposições formuladas pelo jornal “A República”. As linhas oposicionistas de Nelson não se restringiam a criticar e a procurar mostrar possíveis alcances da regulamentarização no interior da moral pública, o redator buscava representações sobre os prováveis efeitos

<sup>29</sup> PEREIRA, Cristiana. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. *Cadernos Pagu*, v. 25, 2005, p. 25-54.

CAMPOS, Ipojuca Dias. Repressão, higiene e disciplina na Belle-Époque Belenense (1890-1900). *Textos e Debates (UFRR)*, v. 13, 2007, p. 103-129.

<sup>30</sup> *O Apologista Cristão Brasileiro*. Belém, 29 de março de 1890, p. 01.

<sup>31</sup> MORAES, Evaristo de. *Ensaio de Patologia Social*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1921, p. 238-249

<sup>32</sup> *O Apologista Cristão Brasileiro*. Belém, 29 de março de 1890, p. 01.

da lei diante da vida conjugal e das linhagens belenenses. Assim, ao mesmo tempo em que se preocupava com a ampliação do campo de visibilidade do amor venal, o pastor sinalizava à corrupção do casamento legalmente constituído.

O regulamento, segundo o regime republicano, tinha por finalidade prevenir o contágio das meretrizes e de seus clientes pela sífilis. Contudo, na mesma matéria, a folha prosseguia atacando: “(...) mas nem se se tirasse o perigo inteiro, dariamos o voto a favor do regulamento. Existe outro perigo ainda mais mortífero que a syphilis: é o veneno moral (...)”.<sup>33</sup> Esta lei legitimava o vício e subvertia códigos éticos de sociabilidade, como os da família, dizia o pastor. A folha arrematava:

Trata-se como crime a prostituição, que o é. O governo não deve tornar-se cúmplice dos crimes dos bordeis. O dever do governo não é regulamentar o crime, é suprimil-o. Penas, multas e prisões não emolumentos para os bolsos dos empregados do governo. Com o regulamento, o governo fica sendo socio do negocio nefando dos bordeis, ganhando á custa da saude, felicidade e vida dos concidadãos e das gerações futuras.<sup>34</sup>

Considerando-a crime, Justus Nelson articulava ser função da República paraense suprimir o delito e não o legalizar. “O Apologista Cristão Brasileiro” lançava nos ombros do regime a acusação de se tornar sócio dos bordéis, porquanto a normatização, colocaria em risco toda a ordem social de Belém e assim afirmava que o governo corroborava à desorganização não somente da família contemporânea, mas também da futura ao tornar-se comparsa e quinhoeiro dos crimes da prostituição.

O “Diário de Notícias”, frente ao tema, se solidarizava aos anti-regulamentaristas; este veículo se opusera aos dezesseis artigos do documento. Numa coluna fixa do jornal “A República” intitulada “Vozes da imprensa”, o periódico oficial do governo no Pará, expunha:

O DIARIO DE NOTICIAS, em editorial, attaca o regulamento sanitario da prostituição baixado pelo governo do Estado. “Têm 16 artigos, diz o contemporaneo, cada um mais disparatado, mais violento á liberdade individual e mais escandaloso. Nem um presta! Nem mesmo um artiguinho que seja.”<sup>35</sup>

<sup>33</sup> *O Apologista Cristão Brasileiro*. Belém, 29 de março de 1890, p. 01.

<sup>34</sup> *O Apologista Cristão Brasileiro*. Belém, 29 de março de 1890, p. 01.

<sup>35</sup> *A República*. Belém, 21 de março de 1890, p. 02.

O “Diário de Notícias”, atacava os posicionamentos da República. Com efeito, torna-se importante examinar porque, para o jornal, o regulamento era demasiadamente ilógico e tolhia as mais prosaicas formas de liberdade; ao se buscar os posicionamentos nos originais sobre as apreensões a respeito da sanitização, percebe-se que as críticas eram, por assim dizer, bem mais acentuadas quando comparadas às compiladas pela “A República”. O “Diário de Notícias” tecia ironias quando se referia ao “Diário Oficial do Estado”, e ao criticá-lo, afirmava serem os dezesseis artigos violentos e disparatados à sociedade e por isso não deveriam ser cumpridos: “(...) não pode nem deve ser cumprida, pois, é um ataque à liberdade individual (...)”.<sup>36</sup>

Na segunda parte da matéria “A PROSTITUIÇÃO: regulamento sanitário”, continuava opondo-se publicamente ao referido decreto tomando emprestadas as palavras de alguns clínicos da Academia Nacional de Medicina que se encontravam às turras com o mesmo tema projetado à capital federal, como já indicado atrás.<sup>37</sup> Nesta esteira, o “Diário de Notícias” se apropriou das palavras do doutor Costa Ferraz:<sup>38</sup>

(...) os argumentos que so provam a nenhuma proficuidade da regulamentação como foi posta em pratica na França e depois foi imitada em outros paizes, so dando em resultado a maior desvantagem para a moralidade publica, como collocára a autoridade publica na desagradavel posição de entrar em relação com o que ha de mais abjeto na sociedade (...).<sup>39</sup>

“Abjeto” era a categoria auferida por aquele profissional à prostituição. As posturas eram de total aversão aos mais diversos regulamentos. O médico se apropriou dos resultados da França *bellepoqueana* para justamente se opor e concretizar suas certezas. A profilaxia da prostituição naquele país, segundo o clínico, foi de nenhum resultado ou, ao contrário, bastante contribuiu para o maior desenvolvimento da imoralidade pública, pois as autoridades que deveriam coibir o amor libertino, tinham agora de entrar em contato direto com o mais abjeto e desprezível no interior da sociedade: o amor venal. Laure Adler em “Os bordéis Franceses”, analisou o meretrício na França. A autora sinalizou que o mesmo não era proibido e sim tolerado como deixa entrever a própria expressão “casa de tolerância”. No entanto, segundo a pesquisadora, as autoridades públicas francesas

<sup>36</sup> *Diário de Notícias*. Belém, 20 de março de 1890, p. 02.

<sup>37</sup> Sobre este debate no Rio de Janeiro, veja-se: ENGEL, 1989.

<sup>38</sup> Costa Ferraz, um dos mais expressivos médicos a se colocar contrário ao regulamento da prostituição na cidade do Rio de Janeiro em 1890.

<sup>39</sup> *Diário de Notícias*. Belém, 20 de março de 1890, p. 02.

perceberam a necessidade de regulamentá-lo para melhor controlá-lo. Ainda segundo Adler, as primeiras tentativas de normatizá-lo datam do Consulado; no entanto, uma ação mais efetiva apenas foi possível, em Paris e no interior francês, com a Monarquia de Julho.<sup>40</sup> Segundo a intelectual, o projeto regulacionista francês ficou fadado ao fracasso logo nas décadas iniciais do século XX.

Nas especificidades belenenses, o trabalho “As voltas com o cabaré” de José Ronaldo Trindade indica que a normatização da prostituição foi alvo de resistências, pois as agentes teceram teias mais flexíveis dos domínios que tentavam circunscrevê-las ao interior de normas nada favoráveis nos jogos de poder vigentes na sociedade belenense do final do século XIX.<sup>41</sup> Em estudo recente à cidade de Manaus, Bárbara Rebeka Gomes de Lira em “A difícil vida fácil” indicou caminhos para se compreender a prostituição manauara entre 1890 e 1925. Em parte da sua dissertação, especificamente no capítulo “A cidade doente”, investigou as influências dos discursos médico-higienistas sobre a prática do meretrício, chegando a consideração de que as autoridades focaram na profilaxia dos “territórios do submundo e nas habitações mais empobrecidas”. A historiadora ligou esta concepção à lógica de ser trivial às elites *bellepoqueanas* transitar em uma cidade higienizada, onde o baixo meretrício e as doenças fossem controladas pela política sanitária burguesa.<sup>42</sup> Para Belém, a moralidade teórica tanto dos anti-regulacionistas quanto dos regulacionistas colocava a família como instituição essencial, no entanto, divergiam quando significavam essa essencialidade. A família era importante e deveria ser protegida. Esta seara, todos assim compreendiam. No entanto, regulacionistas e anti-regulacionistas propunham estratégias amplamente adversas entre si para manter e demonstrar à coletividade a força que a instituição família desempenhava no bojo da cidade de Belém.

Nas linguagens anti-regulamentaristas, a mulher e a família sempre figuraram como pauta, veja-se:

(...) não se arreceia de firmar as seguintes proposições, que serve de epigraphe a um trabalho moderno que tem por titulo a prostituição contemporanea e vem a ser que a prostituição regulamentada não é outra coisa do que a organização official do deboche e corrupção legal da mocidade, da família e o aviltamento da mulher sob o patronato

<sup>40</sup> ADLER, Laure. *Os bordéis franceses 1830-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>41</sup> TRINDADE, 1996.

<sup>42</sup> LIRA, Bárbara Rebeka Gomes de. *A difícil vida fácil: o mundo da prostituição e suas representações na cidade de Manaus (1890-1925)*. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História, Manaus, 2014.

criminoso do Estado. Em vez do orador querer o aviltamento da mulher; deseja vê-la rehabilitada, competindo com o homem em todos os ramos da actividade humana, o Estado que representa a justiça e o bem, não deve auctorisar o mal. A inscrição official da mulher publica, além de fazer de seu commercio uma profissão regular e legitima, auctorisou a organização dos lupanares, e o Estado em vez de abafar a impudicicia, ateiou, pelo contrario, o incendio no meio das cidades e creou os fócios mais activos da corrupção, dando facil accesso á mocidade, e contribuindo cada vez mais para o desenvolvimento da immoralidade (...).<sup>43</sup>

O articulista da matéria tinha alguns objetivos, dentre os quais o de lançar responsabilidades nos ombros do Estado. Seu desígnio maior era o de taxar as relações libertinas como sinônimo de corrupção da sociedade, da mulher e da família. Concernentes a estas questões, procurava-se firmar ser o Estado o patrono da proliferação do mal, acusando-o de ser o maior incentivador da institucionalização da prostituição. Ao mesmo tempo era publicizado que, com esses postulados, se formalizaria a corrupção legal dos jovens e das mulheres.

O mínimo lícito a sinalizar é que havia a compreensão de que ao se regulamentar o comércio do sexo se estabeleceria a degradação da mulher pois, com o apoio do Estado, se institucionalizaria a imoralidade. Nesta linha de raciocínio, negava-se de forma incisiva esta maneira de participação das mulheres nas relações de trabalho, entretanto, expunha não se opor a outras formas de atuação delas no mercado. Neste sentido: “(...) desejo vê-la rehabilitada, competindo com o homem em todos os ramos da actividade humana, o Estado que representa a justiça e o bem, não deve auctorisar o mal (...).<sup>44</sup> Segundo a matéria, qualquer trabalho feminino seria bem visto pela coletividade, exceção feita às relações libertinas.

O “Diário de Notícias” permanecia acusando o Estado, logo, o jornal “A República”, em três frentes essenciais: de serem os responsáveis pela oficialização da inscrição da mulher pública, de contribuírem à legalização do comércio sexual e de autorizarem a proliferação das zonas de prostituição. Frente a estes referenciais tidos como focos ativos de corrupção moral, o jornal se posicionava:

“(...) e o Estado em vez de abafar a impudicicia, ateiou, pelo contrario, o incendio no meio das cidades e creou os fócios mais activos da

---

<sup>43</sup> *Diário de Notícias. Belém, 20 de março de 1890, p. 02.*

<sup>44</sup> *Diário de Notícias. Belém, 20 de março de 1890, p. 02.*



corrupção, dando fácil acesso à mocidade, e contribuindo cada vez mais para o desenvolvimento da immoralidade (...)”.<sup>45</sup>

Costa Ferraz, estudioso da experiência francesa, vislumbrava a normatização como foco de corrupção moral a facilitar o acesso dos/das jovens à zona do meretrício. Segundo ponderações contidas na obra os “Os bordéis franceses”, controlar o “amor libertino” por meio da imposição de uma carteirinha onde se registrasse o nome do cliente, o valor e a data da relação sexual não se apresentou, para a Paris da época, como ferramenta eficaz em seus objetivos, isto é, as autoridades municipais francesas passaram a perceber que os esforços estavam fadados ao fracasso; a imagem do fiasco, segundo a pesquisadora, já se apresentava nas décadas iniciais do século XX. O objetivo de controlar e de aprisionar as mulheres prostitutas em determinadas áreas geográficas foi malogrado, porque as prostitutas teceram códigos de conduta que romperam com o postulado no regulamento a elas destinado.<sup>46</sup>

O articulista aplainava e construía alguns subsídios para se contrapor ao regulamento da prostituição no Brasil.

(...) Para honrar a sociedade brasileira, diz o orador bem alto, não se pode acusar a mulher brasileira dos escandalos que nos referem os escriptores europêos, se n'esta cidade os moralistas se apavorão do que se vê, ha de se reconhecer serem elles devidos á importação e immigração estrangeira. Para reprimir tais escandalos não são precisos leis nem regulamentos novos, basta que sejam autoridades moralisadas, que imitem o procedimento do actual e digno chefe de policia. Na propaganda contra os perigos da infecção especifica afim de que todos conheçam os seus males, e no conhecimento dos meios de evital-os, considera o orador como a arma mais poderosa para debellar os males que a infecção especifica tem feito na humanidade (...).<sup>47</sup>

As palavras giravam em torno de se tratar de grave questão de moralidade pública. A prostituição, segundo os anti-regulamentaristas, requeria atenção redobrada por parte das autoridades competentes, porém não poderia passar por uma regulamentação. Neste sentido, os contrários à profilaxia afirmavam que ela (a regulamentação) apenas aumentaria o número de prostitutas e por isso também a sífilis não seria resolvida a partir do controle das relações libertinas, como teria ficado claro em outros países e, para além disso, a família e a moralidade com o regulamento paraense continuariam sendo negligenciados.

<sup>45</sup> *Diário de Notícias*. Belém, 20 de março de 1890, p. 02.

<sup>46</sup> ADLER, 1991.

<sup>47</sup> *Diário de Notícias*. Belém, 20 de março de 1890, p. 02.

O médico anti-regulamentarista Erico Coelho,<sup>48</sup> cuja opinião o “Diário de Notícias” apresentou para embasar a sua aversão à prostituição em Belém, a ela se referia:

(...) A regulamentação de nenhum valor para o orador e só trazendo resultados contrários ao fim visado, só tem por fim abrir empregos para a apresentação de uma alluvião de candidatos. A impudícia como a vadiagem, para ser reprimida não precisa de leis especiaes, e na parte que refere á sciencia medica, diminuição da infecção especifica, se conseguirá melhor o fim abrindo-se novos hospitaes, onde taes individuos sem repugnancia e sem vexames se possam tratar.<sup>49</sup>

A redução de infecções seria cabível com a abertura de hospitais. Seus argumentos giravam no eixo da depravação moral e familiar; enfim, a sua liberalização seria ineficaz provocando unicamente o acréscimo da imoralidade e de doenças.<sup>50</sup> Ela soava como sinônimo de sociedade pervertida e da legalização de um mal a ser combatido com todas as armas possíveis. Legalizar as prostitutas era muito mais do que procurar restringi-las em determinados espaços citadinos ou inscrevê-las num livro ou ainda de dotá-las com uma carteirinha. As preocupações iam além. Passavam pela naturalização de uma chaga historicamente apresentada como ilegal às relações sociais, porém agora a República descaradamente, a oficializava. Para o combate havia divergências sobre os métodos sugeridos aos órgãos competentes, por exemplo, “O Apologista Cristão Brasileiro”, a este respeito, ao compreender a prostituição como crime descortinava ser obrigação do governo suprimi-la com “(...) penas, multas e prisões não emolumentos para os bolsos dos empregados do governo (...)”.<sup>51</sup> Por seu turno, a redação do “Diário de Notícias” defendia como saída a construção de hospitais para o tratamento das prostitutas infectadas; já “A República” não abria mão, na cidade de Belém, da política normatizadora que se dedicasse a controlar a prostituição na capital paraoara.<sup>52</sup>

O jornal “A República”, se manifestava publicando contestações onde suas opiniões ligavam-se à família, à mulher e aos bons costumes, leia-se:

(...) a familia em virtude do regulamento sera a maior e a mais bem deffendida, porque filhos não mais ficarão doentes, as santas esposas não ficarão mais enffermas e continuarão a representar dignamente as bases

<sup>48</sup> Este agente social, assim como Costa Ferraz, era um eminente anti-regulamentarista da prostituição no Estado do Rio de Janeiro em 1890.

<sup>49</sup> *Diário de Notícias*. Belém, 20 de março de 1890, p. 02.

<sup>50</sup> ENGEL, 1989, p. 118-124.

<sup>51</sup> *O Apologista Cristão Brasileiro*. Belém, 29 de março de 1890, p. 01.

<sup>52</sup> *A República*. Belém, 23 de fevereiro de 1890, p. 01.

da sociedade. Isto será possível com a aprovação do regulamento do amor venal (...).<sup>53</sup>

Reafirme-se a seguinte proposição: a família era essencial e mantê-la firme era condição *sine qua non* à coletividade belenense, contudo, existiam extremas diferenças entre os dois grupos em questão. Para o jornal “A República” aventuras extraconjugais masculinas eram inevitáveis, maridos na zona boêmia e em lupanares da cidade constituíam-se em aspectos comuns no bojo da cidade, ou seja, a prostituição fazia parte de algumas famílias belenenses; por isso, o jornal a interpretava na qualidade de ato presente e assim a saída mais sensata para que a família não fosse contaminada com a sífilis era a inspeção total e sistemática das mulheres prostitutas, isto é, com uma carteirinha onde mostrariam aos clientes suas condições clínicas, a sífilis jamais chegaria “ao santo lar domestico onde reina poderosamente a esposa.”<sup>54</sup>

Procuravam-se proteger as linhagens diversamente. Em outro fragmento o periódico “A República” expressava: “esposas, filhos, maridos, famílias não podem se confundir com a sífilis”<sup>55</sup> era por esta razão – muito embora não se descarte a existência de outras – que motivava a República paraense a se colocar absolutamente favorável frente a “implementação do regulamento da prostituição”.<sup>56</sup> Em uma das leituras do periódico, a normatização teria como princípio não apenas a higienização das ruas da cidade, mas a “proteção da mulher casada, da esposa, do lar, dos filhos”,<sup>57</sup> porque os maridos voltariam – depois dos seus divertimentos – sadios para o leito conjugal.

O jornal “A República” insistiu, por diversos meses, na tese de que a higienização das ruas era extensiva à família e ao lar, ou seja, com a aprovação e o emprego sistemático do regulamento da prostituição a linhagem jamais voltaria a ser empesteada com o mal da sífilis, as “esposas, os filhos e o doméstico nunca mais serão importunados com este cancro”.<sup>58</sup> Parte da República estabelecia ligações entre a lei da prostituição e a salubridade doméstica da família; em outros termos, com a Portaria vigorando todos apenas tinham a

---

<sup>53</sup> *A República*. Belém, 21 de março de 1890, p. 03.

<sup>54</sup> *A República*. Belém, 20 de março de 1890, p. 02.

<sup>55</sup> *A República*. Belém, 20 de março de 1890, p. 02.

<sup>56</sup> *A República*. Belém, 20 de março de 1890, p. 02.

<sup>57</sup> *A República*. Belém, 20 de março de 1890, p. 02.

<sup>58</sup> *A República*. Belém, 20 de março de 1890, p. 02.

ganhar: as ruas ficariam mais higiênicas e o sagrado lar protegido de uma doença que não devastava somente o corpo, mas as almas de esposas e filhos.<sup>59</sup>

Perseguia-se outra linha de convencimento. As suas arguições são assimétricas quando comparadas às impressas pelo “O Apologista Cristão Brasileiro” e “Diário de Notícias”. A fonte sinaliza margens de reflexões relevantes entre as quais a compreensão de como estavam formadas teias, espaços, vivências, experiências, os quais foram referenciais múltiplos de tensões. Nesta mesma linha de raciocínio – as tensões, os embates, as vivências múltiplas, e o próprio chão no qual pisavam os sujeitos sociais que se encontravam envolvidos de forma direta ou indireta na complexa disciplinarização da prostituição –, o editorial possibilitou observar outra versão frente ao complexo assunto. À folha, a sanitização era o caminho mais curto para deter, com mais eficácia, a proliferação da sífilis na cidade e com esta ação política as mulheres e a família estariam salvas, porquanto maridos que saíssem “para se divertir” jamais conduziriam consigo a doença para o sagrado lar.<sup>60</sup> Para salvaguardar esse domínio atos repressivos seriam necessários, ou seja, o cumprimento das regras, competia às autoridades policiais e em caso de infração, multas e prisões não seriam dispensadas; por assim dizer, a profilaxia da prostituição e da família foram domínios celulares na Belém do final do século XIX. Estes temas mostraram-se diversamente debatidos, porém todos passavam pelo paradigma do “bem-estar social”.

Parte da história da prostituição na cidade de Belém de 1890 (aqui se acrescenta o sexo e a sexualidade, mesmo sabendo tratar-se de categorias diferentes) possui significados amplos. Nesta esteira, cita-se o entranhado processo de fabricação e publicação do regulamento e, além disso, os debates morais, religiosos e políticos a respeito; por assim dizer, o sexo mercantil esteve presente na capital do Pará do final do século XIX, ele se fez assunto atuante na igreja, por meio de Justus Nelson, mas não se pode esquecer que também se constituiu em temática da família, da vizinhança, da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos recortes cronológico e espacial destas intervenções, nada ou poucos domínios expuseram-se na faculdade de natural em matéria de prostituição. O sexo no decorrer de

---

<sup>59</sup> *A República*. Belém, 21 de março de 1890, p. 03.

<sup>60</sup> *A República*. Belém, 19 de fevereiro de 1890, p. 03.

1890 na cidade de Belém, para além da tentativa de normatizá-los por meio da Portaria, deve ser descortinado na qualidade de processo político que a família não ficou de fora.

Ora, não foram estes os aspectos demonstrados pelo “Regulamento da Prostituição”, bem como por seus advogados e acusadores ao se dirigirem à imprensa local? Se, por um lado, ao tempo desta temática, é viável alocar, na escala do razoável, a sexualidade e o sexo no eixo do instável e do pânico moral; por outro, jamais foi estranho diversos personagens sociais que “representavam” grupos profissionais e religiosos procurarem insistentemente, através do assunto, expandirem suas autoridades política, cultural e social. Em diversas partes do texto ficou-se diante da problemática de que a liberalização do meretrício expressava ressonâncias diversas, quer-se dizer: os regulamentistas afirmavam ser premente controlar doenças venéreas tidas como epidêmicas para justamente proteger a família; por seu turno, os anti-regulacionistas argumentavam se tratar de acinte à família, à moralidade e aos bons costumes.

A prostituição organizada nas ruas da capital do Pará e em lupanares compreendia geografia bastante ampla e em constante movimento. Com as resistências das mulheres e enrijecimento (repressão) da Polícia de Costume, fica pois muito difícil dispensar o pensamento de que a vigilância não se concentrasse em determinados espaços de divertimentos sexuais: nos empórios do baixo meretrício.

Crê-se ter ficado claro que as análises a respeito da prostituição na cidade de Belém foram concentradas nas linguagens apresentadas pela imprensa da capital. Contudo, o que delas se depreendeu? As faces da institucionalização da prostituição, os seus mecanismos adaptados e as narrativas preparadas pelos regulamentaristas e anti-regulamentaristas a respeito da família.

Nesta esteira, a envolver a família, existiam contumazes debates em torno do regulacionismo das mulheres públicas e, neste ambiente, o entendimento de a Portaria ser o “pênis do governo” transitava entre as partes. Por um lado, aqueles favoráveis à construção de normas ao comércio do sexo expuseram ser inevitável conter diversas doenças venéreas, principalmente, a sífilis e, por esse viés, as famílias seriam protegidas; por outro, os contrários nunca recuaram da dialética-argumentativa de que se tratava de absurda fragmentação das moralidades pública e privada e afronta à família, esta sempre entendida como a base da coletividade.<sup>61</sup>

---

<sup>61</sup> *O Apologista Cristão Brasileiro*. Belém, 20 de março de 1890, 03.

**ENCENANDO COM O MARTELO:  
ABJEÇÃO E SEXUALIDADE NO ESPETÁCULO TEATRAL  
“GENET – O PALHAÇO DE DEUS”**

**STAGING WITH THE HAMMER:  
ABJECTION AND HOMOSEXUALITY IN THE THEATRICAL  
SPECTACLE "GENET – O PALHAÇO DE DEUS"**

**Kauan Amora Nunes**

Doutorando pela Universidade Federal do Pará, Brasil  
e-mail: [kauan\\_cinefilo@hotmail.com](mailto:kauan_cinefilo@hotmail.com)

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-2332-6690>

**DOI:**

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v6i12.19268>

Recebido em 30 de janeiro de 2018

Aprovado em 20 de maio de 2018

**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo realizar uma análise histórica da encenação teatral *Genet – O Palhaço de Deus*, levada aos palcos em 1987 por Luís Otávio Barata dentro do Grupo de Teatro Cena Aberta, em Belém do Pará. Sob uma perspectiva *queer*, pretende-se destacar importantes questões do seu discurso cênico como a abjeção e a homossexualidade, sob o conceito de sexo, de Judith Butler em *Os corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo* (2003) e de governamentalidade, de Foucault, estudado no artigo *Governamentalidade neoliberal e o desafio de uma ética/estética pós-identitária LGBT na educação* (2014). Para esta análise foram utilizadas fontes escritas como cartas, jornais e a dramaturgia do espetáculo, bem como fontes iconográficas, como fotos e, por fim, fontes orais, através de entrevistas com pessoas que participaram deste momento. Assim, conclui-se que não apenas as questões de sexualidade são apagadas da história oficialmente contada, mas a própria produção teatral vinda do Norte do país.

**Palavras-chave:** abjeção; homossexualidade; teatro paraense.

**ABSTRACT**

The present article aims to perform a historical analysis of the theatrical play “Genet – O Palhaço de Deus”, brought to the stage in 1987 by Luís Otávio Barata within the Cena Aberta Theater Group, in Belém do Pará. From a Queer perspective, it is intended to highlight important issues of his scenic discourse such as abjection and homosexuality, under the concept of sex, by Judith Butler in *Bodies that matter: On the Discursive Limits of "Sex"* (2003) and Foucault's governmentality, studied in the article *Governamentalidade neoliberal e o desafio de uma ética/estética pós-identitária LGBT na educação* (2014). For this analysis, written sources such as letters, newspapers and the dramaturgy of the show were used, as well as iconographic sources, such as photos and, finally, oral sources, through interviews with people who participated in this moment. Thus, it is concluded that not only sexuality issues are erased from the officially told story, but the actual theatrical production coming from the North of the country.

**Keywords:** abjection; homosexuality; paraense theater.

## INTRODUÇÃO

*Genet – O Palhaço de Deus* (1987) foi um importante espetáculo teatral encenado por Luís Otávio Barata no Grupo de Teatro Cena Aberta. Acompanhando as revoluções temáticas e estéticas que o teatro passou nas últimas décadas do século XX, a obra marcou um período de cena política e subversiva na cidade de Belém. Sendo assim, aqui, pretende-se realizar uma análise histórica desta encenação teatral para compreender como questões de sexualidade e de abjeção apareceram em seu discurso cênico. Para tanto, dialoga-se com os conceitos de governamentalidade, de Foucault, e de sexo, da filósofa Judith Butler.

## ESCREVER COM O MARTELO

Quando o filósofo alemão Friedrich Nietzsche escreveu em 1888 o livro *Crepúsculo dos Deuses* (2012), que continha o subtítulo *Ou como se filosofa com o martelo*, o filósofo consolidava um estilo agressivo e pungente de pensar. Através de seu estilo aforístico, Nietzsche utilizou o martelo como metáfora para demolir valores ultrapassados do homem do ressentimento. Nada passou despercebido da fúria do seu martelo, nem mesmo os grandes ídolos do pensamento ocidental. Desse modo, o título deste artigo faz uma referência a esta máquina de guerra nietzschiana a fim de revelar como o encenador e intelectual paraense Luís Otávio Barata promulgou uma demolição das normas sociais e de convenções culturais através do seu espetáculo de teatro *Genet – O Palhaço de Deus*, de 1987, dentro do Grupo de Teatro Cena Aberta, em Belém do Pará. Tal qual Nietzsche filosofou, Barata encenou com o martelo.

## TEATRO CONTEMPORÂNEO PARAENSE: UMA HISTÓRIA

Na ocasião do início das aulas do curso de Mestrado em Artes Cênicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO), ao informar para sua orientadora que seu tema de pesquisa era o teatro contemporâneo de Belém do Pará, minha amiga ouviu a desconcertante pergunta: “Mas existe teatro contemporâneo em Belém do Pará?”. Na verdade, considero que este episódio seja sintoma do profundo desinteresse e

desconhecimento da produção teatral tanto da região Norte quanto da região Nordeste do país. Este é um episódio ligado a uma história que negligencia estas produções artísticas por não se localizarem no coração do país: as regiões Sul e Sudeste, o grande centro cultural e econômico do Brasil.

O teatro contemporâneo da capital paraense, caracterizado pela produção realizada a partir da segunda metade do século XX, especialmente suas últimas décadas, é constantemente lembrado por sua dimensão política, sua cena experimental, amadora e pela discussão de temas considerados tabus, como a homossexualidade, histórias bíblicas e a marginalidade.

A década de 1960 foi especialmente importante para a produção teatral em Belém do Pará, quando surgiu um dos mais importantes grupos da cena teatral do Brasil, o Grupo Norte Teatro Escola do Pará. Capitaneado pelo filósofo e professor universitário Benedito Nunes<sup>1</sup>, sua esposa Maria Sylvia Nunes<sup>2</sup> e a irmã de Maria Sylvia, Angelita Silva<sup>3</sup>, o grupo começou como uma reunião de jovens amigos que eram amantes de poesia e literatura na casa onde morava o casal Nunes, carinhosamente chamada de “Casa da Estrela” porque ficava na Travessa da Estrela, hoje a Rua Mariz e Barros, no bairro do Marco, Belém, Pará. Sob o incentivo do diplomata e poeta brasileiro Pascoal Carlos Magno, não demorou muito até que o grupo resolvesse adaptar para o teatro a obra do escritor pernambucano João Cabral de Melo Neto, *Morte e Vida Severina*. Como afirma Bezerra, inicialmente, o poema havia sido escrito para Maria Clara Machado encenar no Grupo de Teatro O Tablado, no entanto, a escritora achou que essa tarefa seria impossível. Acreditando no desafio e tendo autorização do próprio autor, Maria Sylvia Nunes resolveu encena-lo ela mesma.<sup>4</sup> Em 1958, o grupo viajou para Recife/PE para apresentar o espetáculo no I Festival de Teatro dos Estudantes de onde saiu laureado com quatro premiações ganhando visibilidade nacional.

---

<sup>1</sup> Professor, filósofo, escritor e crítico de arte. Foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia do Pará. Intérprete de Heidegger, Nunes publicou livros como NUNES, Benedito. *Introdução à filosofia da arte* (1967) e Benedito Nunes; Adalberto Müller (org.) *João Cabral: a máquina do poema* Editora UnB. 2007. 174 p.

<sup>2</sup> Professora e diretora de teatro. Formada em Direito, ao lado de Benedito Nunes, encabeçou a criação do STU – Serviço de Teatro da Universidade, que mais tarde se tornaria na Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará.

<sup>3</sup> Professora e primeira mulher a se formar em Engenharia no Estado do Pará. Irmã de Maria Sylvia Nunes.

<sup>4</sup> BEZERRA, José Denis de Oliveira. *Vanguardismos e modernidade: cenas teatrais em Belém do Pará (1941-1968)*. 583 f. Tese (Doutorado em História). - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Pará, 2016. 583 p.



Segundo Bezerra<sup>5</sup>, é somente em 1943, com a encenação de *Vestido de noiva*, de Nelson Rodrigues, sob a direção do polonês Zbigniew Ziembinski que costumamos identificar o marco da modernização do teatro no Brasil, vinte e um anos após a Semana de Arte Moderna. É com esta encenação que o teatro é elevado ao status de linguagem artística tão sofisticada e erudita quanto a poesia e a pintura. Ainda na esteira da modernização do teatro, que segue uma linha europeia, para Bezerra, é só com a fundação do Norte Teatro Escola do Pará, em 1957, que chegaremos ao marco de modernização das artes cênicas na cidade de Belém. No entanto, mesmo com todos os prêmios e com todas as premiações o Grupo Norte Teatro Escola do Pará permaneceu invisível nos grandes manuais de história do teatro brasileiro.

Uma das críticas realizadas por Bezerra é a negligência e o apagamento do papel do teatro realizado no Norte e no Nordeste brasileiro dentro dos grandes manuais de história do teatro no Brasil escritos por Décio de Almeida Prado e Sábato Magaldi. Mesmo tendo sido encenado e saído premiado do I Festival dos Estudantes, em 1958, o grupo foi esquecido e foi dado ao TUCA, grupo de teatro da PUC de São Paulo, o crédito de primeira encenação do poema de João Cabral de Melo Neto. A estreia pelo grupo TUCA aconteceu em 1965, sete anos após a premiada encenação de Maria Sílvia Nunes.

Morte e Vida Severina [...] teve de esperar um decênio até receber a encenação que consagraria no Brasil e na França, ao ser apresentada no Festival de Nancy. O nosso teatro precisou progredir muito, no sentido de quebra de convenções realistas, para que pudesse evidenciar a dramaticidade latente de um poema como este, em que predomina o coletivo, sem enredo e quase sem personagens (só dois, José e Severino, são nomeados pelo autor). Foi o que conseguiu compreender e realizar a belíssima, a forçosamente original – não havia modelos – encenação feita pelo TUCA, Teatro da Universidade Católica de São Paulo, sob a direção de Silnei Siqueira<sup>6</sup>.

Por ser localizada na região amazônica, ou seja, fora do eixo Sul-Sudeste onde estão os grandes centros econômicos e culturais do país, a capital paraense possui uma cultura peculiar, no sentido de que há uma dificuldade maior de acesso e de mobilidade, além do fato de que as políticas de incentivo culturais são mais escassas. Talvez sejam esses alguns

---

<sup>5</sup> BEZERRA, José Denis de Oliveira. *Memórias cênicas: poéticas teatrais na cidade de Belém (1957-1990)*. Belém: IAP, 2013, 126 p.

<sup>6</sup> PRADO, 2008, p. 86 *apud* BEZERRA, 2013, p. 82.

dos motivos pelos quais a produção teatral do Norte do país não raramente é esquecida na história consagrada de Décio de Almeida Prado e Sábato Magaldi.

No entanto, não foi somente essa a participação de sucesso no Festival de Estudantes. Em sua segunda edição, no ano seguinte, em Santos/SP, o Norte Teatro Escola do Pará apresentou a tragédia grega *Édipo Rei*, de Sófocles. Maria Sylvia Nunes ganhou o prêmio de melhor direção e pôde passar seis meses ao lado de Benedito Nunes assistindo e estudando teatro na França. Quando voltaram, se reuniram a outros artistas e foram solicitar ao reitor da Universidade do Pará um curso de iniciação teatral vinculado a UFPA. Daí, mais tarde, surgiu em 1962, o STUP – Serviço de Teatro da Universidade do Pará, que viria a se tornar o curso técnico de formação de ator da Escola de Teatro e Dança da UFPA.

Em contraposição a glória e ao reconhecimento do teatro da década de 1960, o teatro da capital paraense na década de 1970 foi caracterizado pelo recesso econômico, pela repressão dos anos de chumbo da Ditadura Militar e pela escassez de editais de fomento à cultura e à arte. Com isso, os grupos aos poucos deixaram de montar textos do cânone literário europeu e brasileiro e se dedicaram a construir uma cena política, reivindicatória e de resistência retirando o texto dramático do seu centro de importância e de conforto. Assim, o corpo começou a surgir nos palcos em sua dimensão poética e política. Em seguida, a década de 1980 foi marcante por sua efervescência cultural. Foi o momento onde os principais grupos de teatro que existem hoje se formaram. Com espírito de libertação dos grilhões da Ditadura Militar que durara mais de duas décadas, as diversas linguagens artísticas se uniram em prol da redemocratização da sociedade brasileira e da liberdade de expressão e de pensamento.

A produção teatral deste período é caracterizada pelo engajamento estético e político do Grupo de Teatro Cena Aberta, fundado por ex-alunos da Escola de Teatro e Dança da UFPA, Luís Otávio Barata, Margaret Refkalefsky e Zélia Amador de Deus. Sua primeira montagem foi uma adaptação da obra *O Quarto de Empregada*, em 1976, de Roberto Freire, quando o grupo se apresentou no Teatro da Paz, uma das mais importantes e antigas casas de teatro do país. Revolucionando o espaço, o grupo colocou a plateia no palco junto com os atores. Após a temporada, o Da Paz fechou para reforma e permaneceu fechado por anos. Desta forma, o grupo começou a apresentar espetáculos de teatro no anfiteatro da Praça da República, uma das praças mais conhecidas e tradicionais da “cidade

das mangueiras”, como é carinhosamente chamada a capital paraense. Assim, nasce o que costumamos chamar de “teatro contemporâneo paraense”.

O que aconteceu entre estes dois momentos que os fizeram mudar a forma de pensar e de fazer teatro? O que aconteceu que mudou tanto a forma quanto o conteúdo? Que fez com que os artistas abandonassem os textos consagrados do cânone europeu e começassem a criar a cena a partir de diversos outros indutores onde o texto aparecia subvertido, colado ou sequer aparecesse?

Em entrevista realizada em 2015, Wlad Lima, professora e encenadora que começou a fazer teatro ao lado de Luís Otávio Barata e que testemunhou esse período de revolução cultural na cidade afirma:

No início da década de 1970 começa uma perda de acesso, uma perda de recurso, uma perda de verbas. Por coincidência, isso não acontece só dentro da Universidade com a Escola de Teatro ou com o grupo coreográfico, isso acontece com a cidade inteira porque quando a Escola está nesse auge, produzindo, viajando, isso começa a contaminar Belém inteira, então a década de 1970 é uma década de arar, de mexer a terra e acho que com um sabor de “podemos”, “somos”, “podemos fazer um teatro de grande qualidade”. 1970 inicia com uma decadência dentro da Universidade, uma decadência na cidade, de grana, de incentivo, de tudo. Tudo fecha, tudo para, tudo fica congelado. Acho que os cinco primeiros anos da década de 1970, até 1975 mais ou menos, é um momento, por exemplo, o Cena Aberta surge desse frisson dos 1960, ele aparece em 1970, acho que em 1975 ele tá no auge da Praça gritando, fazendo... Os espaços zero, os recursos zero, tudo era zero. Eu acho que aí tem um grande detonador: quando a gente tá nesse “miserê” infernal onde não tem dinheiro para nada, eu acho que alguns valores de elite como uma dramaturgia rigorosa, parece que isso tudo de valores que você não tem neh? Você quer ser um teatro de primeira grandeza, não tem dinheiro. Quando você não tem dinheiro e não tem nada, você começa a chutar o pau da barraca. Eu acho que esses cinco primeiros anos da década de 1970 são fundamentais. Todo mundo tá fazendo teatro dentro de escola, na escola de ensino como a Augusto Meira neh? Tem uma FETAPA, tem uma briga, o teatro vai pra rua e grita, grita, grita. Para você ter uma ideia, entre 1975 e mais ou menos 1980 – 1975 e 1978 – o Cena Aberta não para de produzir no anfiteatro. Não para de produzir, não para de gritar. Ele produz uns três ou quatro espetáculos por ano e cada espetáculo é uma pancadaria no poder público. Até que nessa discussão – o Luís foi um militante incrível, um jornalista, um político muito forte – ele vai puxando a categoria, a categoria vai se agregando àquele grupo na Praça da República, até que o Secretário de Cultura, nesse balanço total, resolve atender o pleito da categoria e faz essa conquista do prédio

do Waldemar Henrique e em 1978 começa o empenho de dinheiro para a criação desse teatro<sup>7</sup>.

Como Wlad Lima aponta em sua fala, outro fator que podemos creditar para esta ruptura é a inauguração do Teatro Experimental Waldemar Henrique, em 17 de setembro de 1979. Para a encenadora, com um teatro experimental, que atende as ambições estéticas da classe teatral, a forma se altera e com ela se altera também o conteúdo.

O Teatro Waldemar Henrique coloca para a categoria assim: abre a comporta da linguagem! Experimental! Não dá para ser esse teatro italiano. Não dá para ser esse “comportadinho” aí como forma. Há que ter algo que é outro. Abrir as portas do teatro e ventilar essas salas. É o Teatro Experimental. Tem que se experimentar de tudo. Nesse experimentar de tudo enquanto “em forma” mexe a “informação”, entende? Porque vai se preocupar com a forma. Quando você se preocupa com a forma é como se preocupar com o corpo. O corpo, a gente já sabe hoje, se você começa pelo corpo você altera tudo. Inclusive o que vai ser dito por ele. Quando se preocupa com a forma de abrir os bastidores do teatro... que cena essa? A proximidade do público, sem ruptura. O que vai ser montado? Aí entra na cabeça de uma forma séria. O que eu vou fazer? Vou fazer um Hamlet? Não. Vou gritar aqui. Eu tô putto! Eu tô empobrecido. Eu tenho que falar de outras coisas. Eu tenho que falar das coisas que estão esfregando na minha cara, sabe? Aqui no meu nariz, que tá doendo no meu estômago, que tá entrando pelo meu cu... e aí eu acho que é a grande loucura. Porque você não tem nada, mas você tem o teatro que te exige tudo, um teatro experimental, físico. E aí, mano, começa uma reviravolta que é incrível porque quanto mais os grupos estão no teatro – que é um teatro para os grupos teatrais do Pará, um teatro experimental do Pará, é para a categoria teatral da cidade – ele te começa a te exigir isso porque cada vez que tu entra o outro vai lá diz: “credo! Com esse teatro, com esse jogo de armar esse cara faz essa bobagem?”. O público chega, então o público quer mais, o público quer essa mudança neh? De perspectiva de política. Há uma abertura no país na década de 1980, a volta do exílio de muita gente. Então, ferve tudo. Eu acho que nessa hora que ferve tudo, eu acho que é a hora que no discurso intelectual dentro da academia aparece o corpo como um dispositivo de discussão. O corpo, ele toma a cena. E se o corpo toma a cena a sexualidade toma a cena, tu entende?. Não é uma sexualização do teatro, é o corpo que se torna imperioso da cena. A palavra não é mais suficiente, a dramaturgia...É o corpo, a preparação corporal, o desbunde dos atores, a exposição...a grande pergunta de Nietzsche e de Deleuze: “O que pode o corpo?” Acho que quando se pergunta o que pode o corpo, aí o sexo, a sexualidade, a transgressão, a libertinagem, tudo vem passando, entende? Mais do que a sexualização, para mim, é a exigência de um tempo, é quando aquele tempo grita, sabe? Não grita por um tipo de fazer, mas grita assim: “esse é o tempo para tudo, é o tempo para

---

<sup>7</sup> LIMA, Wladilene de Sousa. Entrevista. Realizada por Kauan Amora, em 15/08/2015.

tudo”. Tudo pode ser convocado, tudo pode ser permitido, as sexualidades rejeitadas, as sexualidades reprimidas, guardadas...<sup>8</sup>

A fala de Wlad Lima aponta para a mudança estética e política dos grupos teatrais da cidade. Nesse período, as encenações teatrais levadas para o palco do Teatro Waldemar Henrique, ou Waldeco, como é carinhosamente chamado, já não optavam mais pela disposição do palco italiano, mas por uma experimentação do espaço cênico utilizando todos os lugares do teatro para a criação de cena, inclusive seu mezanino. Da mesma forma, os grupos de teatro já não mais adaptavam de forma fidedigna os textos do cânone literário europeu ou estadunidense, optando pelo processo colaborativo na dramaturgia e pela colagem de textos diferentes com cenas que não se interligavam através de uma narrativa cronológica.

### **GENET – O PALHAÇO DE DEUS (1987)**

Barata dirigiu uma famosa trilogia conhecida como Trilogia Marginal composta pelos espetáculos *Genet – O Palhaço de Deus* (1987), *Posição pela carne* (1989) e *Em nome do amor* (1990). *O Palhaço de Deus* conta a história de Genet que ao longo de sua trajetória de vida encontra com diferentes sujeitos em sua trajetória pelo mundo marginal da homossexualidade. A busca pelo sagrado através de um mergulho vertiginoso pelo pecado, faz com que *Genet* encontre Jesus, passe pelos sacramentos cristãos e conheça travestis, drogados e criminosos levando o espectador junto na sua própria santificação pelo crime, pelo sexo e pelas drogas. Discutindo temas como corpo, abjeção, religião e sexualidade, Barata, como exímio apreciador de literatura e filosofia, se inspirou em cinco obras do escritor e poeta homossexual francês Jean Genet, sendo elas *Pompas Fúnebres*, *Nossa Senhora das Flores*, *Querelle*, *O milagre da rosa* e *Diário de um ladrão*.

O primeiro espetáculo de teatro de Barata foi encenado em 1983 e se chamou *Theastai Theatron*, uma brincadeira com a etimologia grega da palavra “teatro”, que significa “o lugar de onde se vê”. Após ter sido considerado “atentado ao pudor” e proibido de ser levado a público por conter cenas de nudez explícita, dialogar com histórias bíblicas e colocar uma mulher interpretando Jesus Cristo, Luís Otávio Barata, em uma semana, montou um espetáculo do zero e estreou na data marcada uma obra teatral que colocava

---

<sup>8</sup> LIMA, Wladilene de Sousa. Entrevista. Realizada por Kauan Amora, em 15/08/2015.

não só a nudez do corpo no centro do discurso cênico, mas a própria censura. O título deste novo espetáculo teve suas sílabas trocadas e passou a se chamar *Trontea Staithea* (1984).



**Figura 1** - A cruz humana. Jesus Cristo crucificado sendo interpretado por uma mulher foi o motivo pela censura do espetáculo na íntegra. Ano da foto: 1983. Foto do acervo de Solange Calcagno e Eduardo Kalif. Fotógrafo desconhecido.

Na esteira desta transformação estético-cultural da cidade e do polêmico *Theastai Theatron* surge *Genet – O Palhaço de Deus* (1987) realizando sua primeira temporada no Teatro Experimental Waldemar Henrique entre 23 e 31 de outubro de 1987<sup>9</sup>. Sendo a primeira parte do que ficou conhecida como sua Trilogia Marginal, *O Palhaço de Deus* precede *Posição pela carne* (1989) e *Em nome do amor* (1990).

Ernani Chaves, professor do curso de Filosofia da Universidade Federal do Pará, estudioso de Nietzsche e de Foucault, chegou a participar como ator do espetáculo e como consultor da equipe acerca do pensamento destes filósofos, além de ter publicado textos em jornais sobre o espetáculo e sua polêmica na cidade<sup>10</sup>. Chaves pode nos esclarecer o que

<sup>9</sup> “Genet” ainda em cartaz no Experimental. Jornal O Liberal, Belém, 29 de outubro de 1987, p. 34.

<sup>10</sup> CHAVES, Ernani. Quando a nudez do corpo é a nudez da alma. O Liberal. Belém, 28 de outubro de 1987, p. 32.

pretendia um encenador como Barata na década de 1980, em um Brasil que ensaiava os primeiros passos de volta a democracia encenando obras e o pensamento de um dos poetas mais líricos e eróticos do século XX que se tornou a voz dos seres abjetos e marginais?

Despatologização da sexualidade, em especial da homossexualidade. Uma ideia absolutamente importante no *Genet* [espetáculo]: despatologizar. Quebrar a clássica distinção no campo da sexualidade entre o normal e o patológico do ponto de vista do discurso médico, psiquiátrico, do ponto de vista do discurso religioso. Então, acho que essa é uma ideia fundamental e filosófica que permeava o espetáculo<sup>11</sup>.

Para o professor e filósofo, a resposta para o aparecimento de um espetáculo como *Genet – O Palhaço de Deus* (1987) é a epidemia da Aids:

Isso é importantíssimo! A década de 1980 é a chegada do HIV no mundo. Era necessário combater. Duas coisas importantes: a Aids como o “câncer gay”. Depois, por que os homossexuais são os infectados por esse vírus? Por que ele é um vírus gay? Por causa da promiscuidade. Então, o *Genet* [espetáculo] é uma resposta a essas questões, entendeu? [...] Nesse sentido, o *Genet* e eu penso também que o projeto da trilogia e o papel que a sexualidade, que o corpo, que a homossexualidade tem nesses espetáculos tem a ver com uma resistência, uma resposta crítica a esse momento<sup>12</sup>.

Neste espetáculo, temos um personagem chamado Genet que através de uma dramaturgia fragmentada, sem início, meio e fim, se encontra com Jesus e passa, ao longo de sua vida, pelos diversos sacramentos cristãos. Aqui, a santidade e a absolvição só podem ser alcançadas a partir da aceitação e do orgulho da homossexualidade, do crime, do pecado e da delinquência. A sujeita, a violência e a morte se tornam parte de uma ética da marginalidade.

Tive acesso a dramaturgia do espetáculo, uma cópia do exemplar enviado a Polícia Federal antes de sua estreia para a liberação pelo órgão da Censura. Em uma das cenas, se encontram em um banheiro público uma bicha, uma maricona, uma travesti e dois michês, um assumido e um enrustido. Procurando por sexo, a travesti entra no banheiro e aborda o michê enrustido que responde com resistência e violência. A partir daí se inicia um diálogo entre estes seres que aceitaram sua condição marginal e que a utilizam como forma de existir e não de se apagar.

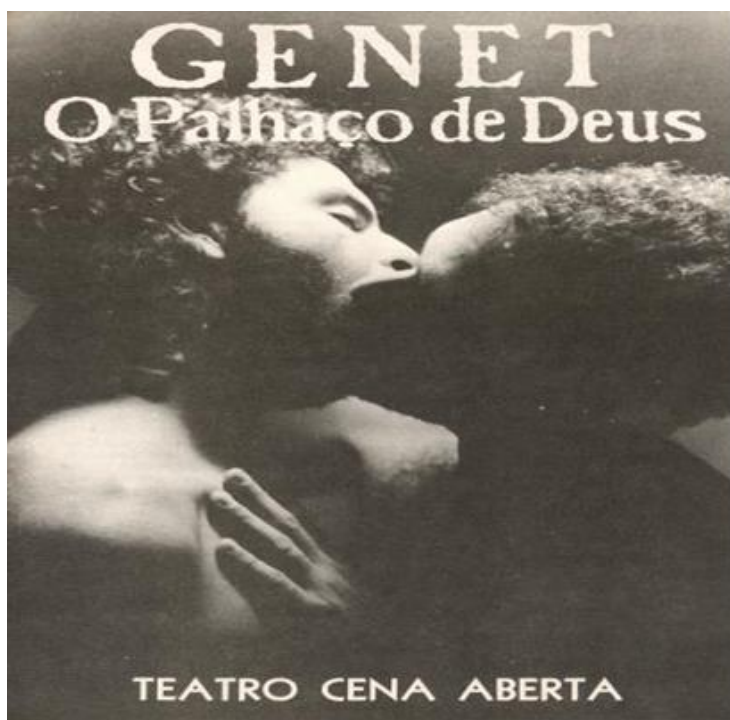
---

<sup>11</sup> CHAVES, Ernani. Entrevista. Realizada por Kauan Amora, em 02/12/2017.

<sup>12</sup> CHAVES, 2017

Barata incluiu esta cena no espetáculo após saber que as autoridades pretendiam demolir o banheiro do Bar do Parque, importante bar localizado na Praça da República, alguns metros ao lado do Teatro Experimental Waldemar Henrique, lugar de encontro da boemia e dos artistas da cidade. Considerado um antro de pervertidos sexuais, de ladrões e de Aids, ele seria demolido na tentativa de higienizar a Praça. Com isso, Barata colocou palavras de resistência na boca de seus marginais. O banheiro permaneceu.

O sexo ocupa então um ambiente ao mesmo tempo sagrado, suspeito e sombrio, é o caso da cena do banheiro público, onde cinco personagens circulam pelo local: o travesti, a bicha, a mariconna, o michê enrustido, e o michê assumido, eles debatem sobre uma notícia de jornal que anuncia a destruição daquele banheiro, acusado de ser “antro de ladrões, de Aids, e mais um monte de coisas”, uma alusão direta a situação em torno do banheiro do Bar do Parque. A cena tem desfecho na “passeata dos ouquets” conduzida sob vaías pelo coro que entoia: “Veado unido e sempre colorido / Banheiro de veado não vai ser derrubado”<sup>13</sup>.



**Figura 2** - Cartaz do espetáculo. Fotografia: Aníbal Pacha. Acervo Aníbal Pacha (1983).

<sup>13</sup> MIRANDA, Michele Campos. *Performance da Plenitude e Performance da Ausência: Vida/Obra de Luís Otávio Barata na cena de Belém*. 2010. 226 p. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2010. 226 p.



Este é o cartaz de divulgação do espetáculo que mostra dois homens se beijando sob um foco de luz a pino. Sem concessões, a foto é uma prévia do discurso explícito e impactante que viria a ser abordado no espetáculo.

Gostaria de operar com dois conceitos para trabalhar com minha problemática compreendendo uma relação entre eles: o primeiro deles é o conceito de “sexo”, da filósofa estadunidense Judith Butler, e o outro é o de “governamentalidade”, de Foucault. Em *Os corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*, Butler discute a materialidade dos corpos e, sob uma perspectiva foucaultiana, aproxima o sexo do poder, um poder produtivo antes de repressivo<sup>14</sup>.

A categoria do “sexo” é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de “ideal regulatório”. Nesse sentido, pois, o “sexo” não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que controla<sup>15</sup>.

Ou seja, o sexo não é só uma normal social para todos os corpos, mas também uma prática regulatória. Todo corpo deve ter um sexo e é esse sexo que vai localizar este corpo e seus privilégios (ou a falta destes) na sociedade. Esta estratégia de regulação existe através de um poder que não age através da repressão, mas da produção daquilo que proíbe justamente para poder governa-lo. Assim, o conceito foucaultiano de “governamentalidade” nos é muito importante neste momento, pois se refere a uma série de estratégias da biopolítica, nascidas no âmbito do Estado Moderno, que propõem formas de vigilância, de controle e de intervenções do aparelho estatal sobre as populações. Utilizarei como exemplo os sujeitos LGBT. Assim, o sexo, como “ideal regulatório”, faria parte de uma estratégia da biopolítica, na Modernidade, para vigiar e controlar corpos e vidas de acordo com as intervenções do aparelho estatal. Assim, se produziria sujeitos LGBT cujo estilo de vida está em consonância com os princípios regulatórios desta governamentalidade.

No artigo *Governamentalidade neoliberal e o desafio de uma ética/estética pós-identitária LGBT na educação*, Sierra e César se debruçam em uma análise sobre a atual forma de

---

<sup>14</sup> BUTLER, Judith. Os corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica. 2003, 176 p.

<sup>15</sup> BUTLER, 2003, p. 153-154.

governo de sujeitos LGBT sob a perspectiva identitária dos movimentos sociais brasileiros e lançam propostas de uma política da diferença no âmbito da educação.

Segundo os autores, a governamentalidade dos movimentos sociais LGBT age de acordo com uma adequação às normas sociais através de uma demanda de aceitação e não através da crítica radical das mesmas. Seu objetivo é defender estes sujeitos como sujeitos de direito e garantir-lhes benefícios que historicamente lhes foram negados. No entanto, a luta destes movimentos, que é identitária, produziria corpos e vida operados sob a égide da heteronormatividade – onde não existe problema em ser gay, mas em ser veado, sim – e em consonância com uma viabilidade moral e econômica específica. Sobre esse conceito de viabilidade moral e econômica, Sierra e César apontam que isso implica em um processo de classificação, correção e normalização de quais corpos, práticas sexuais e afetivo-amorosas seriam consideradas corretas, normais, saudáveis ou úteis e rentáveis a ordem do consumo e do trabalho para que seus direitos lhes sejam garantidos.

Ainda segundo Sierra e César, esse processo de tornar-se correto moralmente e útil economicamente teve início na década de 1970 com os processos de “saída do armário”, mostrando que sexualidade não está intimamente vinculada a caráter e que os sujeitos LGBT’s não se diferenciariam tanto assim de sujeitos heterossexuais, podendo construir um modo de vida semelhante, digno e respeitoso. Contemporaneamente, esta forma de governo se fortaleceu com a aliança dos movimentos LGBT com o aparelho estatal. No entanto, isso acaba por limitar o sujeito dentro de uma identidade e de um corpo dócil e aceitável, silenciando aqueles cuja a docilidade e a aceitação nunca foi uma opção, como é o caso dos personagens de *Genet – O Palhaço de Deus*.

Quando Foucault falou da sexualidade como um dispositivo histórico de poder surgido no Ocidente moderno e cristão através de uma *scientia sexualis*, ele estava falando de uma nova forma de governamentalidade que classificaria os sujeitos de acordo com sua sexualidade e promoveria um processo de normalização daqueles dissidentes produzindo corpos dóceis para serem governados. Por muito tempo, os movimentos LGBT’s agiram de acordo com essa forma de governo, que implicaria em uma luta identitária, para promover aceitação e dignidade para estes sujeitos. No entanto, esta luta tem um limite e alcança só determinados sujeitos. Daí a proposta de um desafio pós-identitário que defende o respeito às diferenças e a crítica radical às normas.

O sexo, como uma prática regulatória, faz parte das estratégias da governamentalidade moderna que acaba produzindo os corpos que vai governar, ou seja, corpos dóceis e submissos. No caso de sujeitos LGBT's, aqueles que são assumidamente gays, mas não viados; que levam um estilo de vida reto e que almejam o sucesso profissional e amoroso; que planejam se casar e ter filhos; que frequentam as igrejas e que vivem de acordo com a ordem do dia do mercado, produzindo e consumindo.

O sexo é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural<sup>16</sup>.

Mas, o que acontece com os corpos e vidas que não se adequam a esta governamentalidade? O que acontece com os sujeitos que não adotam uma identidade legível e traduzível? O que acontece com a travesti, a bicha, a mariconna e os dois michês de *Genet – O Palhaço de Deus*? Sem desvalorizar as conquistas dos movimentos LGBT e sua importante atividade, os autores apontam os limites dessa luta identitária que não dá conta dos corpos abjetos, insubmissos.

Butler sobre abjeção:

Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são "sujeitos", mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui aquelas zonas "inóspitas" e "inabitáveis" da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do "inabitável" é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual – e em virtude do qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida<sup>17</sup>.

Emprestado da psicanálise, o conceito de abjeção se refere a corpos e vidas não legíveis, invisíveis às normas e excluídos pelas estratégias do biopoder. É para estes corpos e estas vidas fantasmagóricas que *Genet – O Palhaço de Deus* foi produzido. Corpos não governados, inviáveis. Assim, o espetáculo nos ajuda a pensar sobre questões como a abjeção, o submundo marginal da homossexualidade e sua despatologização.

---

<sup>16</sup> BUTLER, 2003, p. 154-155.

<sup>17</sup> BUTLER, 2003, p. 155.

A abjeção é, portanto, facilmente associada à sexualidade. Mas, afinal, o que seria abjeção? Esse termo tão usado pelos teóricos *queer*, sobretudo por Judith Butler, tem origem na Psicanálise, mas foi repensado por feministas como Julia Kristeva e antropólogas como Mary Douglas. O abjeto é algo pelo que alguém sente horror ou repulsa como se fosse poluidor ou impuro, a ponto de ser o contato com isso temido como contaminador e nauseante<sup>18</sup>.

Um dos conceitos mais importantes e mais discutidos da Teoria *Queer* é a questão da abjeção, ou seja, a existência dos seres invisíveis, dos seres marginalizados. Para o teatro paraense esta questão sempre foi igualmente importante. Não raramente, os seres abjetos dos entornos da Praça da República, como travestis, michês e etc. eram convidados a participarem destes espetáculos por Barata e, mais tarde, por outros encenadores, pois estes não só gostavam de trabalhar com atores e não atores como pretendiam construir encenações que traduzissem no palco a existência destes sujeitos marginalizados, esquecidos na penumbra do anoitecer e nas esquinas da cidade. Estes encenadores abriam espaços para que estes sujeitos pudessem falar. Além disto, a presença destes seres que falavam em cena abertamente sobre suas experiências causava um impacto muito maior pela força que representavam.

O desfile destes sujeitos pelas ruas da cidade de Belém, suas formas de socialização, marcação de territórios e estabelecimento de hierarquias estavam à margem do governo e faziam parte de um modo de existência que o espírito provinciano e moralista não pretendia agregar. Eram mortos-vivos. Empurrados para o submundo criaram uma estética e uma ética. Os artistas da cidade, cientes disso, procuraram construir uma poética que não contribuísse ainda mais para a sua segregação. Em contraposição a uma poética teatral plástica e higienizadora, os artistas ouviram e dialogaram com estes sujeitos abjetos e mais do que falar por eles, eles lhes abriram espaços de fala. Sujeitos marginalizados, mais pareciam ter saído de uma narrativa de Jean Genet, como *Diário de um ladrão* ou *Nossas Senhora das Flores*, quando, na verdade, eram personagens da vida real, personagens desta história de desejo e como tal o teatro não poderia passar intacto sem se deixar “contaminar”.

Desta forma, a arte serve como um espaço profícuo não apenas para discutir questões de gênero e de sexualidade, mas também para dar visibilidade e ajudar a contar a

---

<sup>18</sup> MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 87 p.

história destes corpos inviáveis, abjetos. Em *Genet – O Palhaço de Deus*, não é o homossexual moral e economicamente útil que aparece nos palcos, mas o marginal, aquele que vive e sobrevive nos becos escuros do submundo. Assim, através da visibilidade, construímos uma possibilidade de despatologização.

*Genet – O Palhaço de Deus*, depois da sua segunda temporada que ocorreu entre 17 e 22 de novembro de 1987, participou de um mini-festival de teatro ao lado de outros espetáculos e foi selecionado para representar a região Norte no Festival Nacional de Teatro Amador, que ocorreu em Brasília, em 1988. A recepção por parte da classe artística, em Brasília, foi mista, tendo sido acusado de “espevitado” e “pernóstico”<sup>19</sup> por conta, principalmente, da sua cena final onde todos os atores esfregam pelos seus corpos diversas frutas e depois partem para entregar para o público. Neste momento, o público começou a pular as cadeiras da fileira da frente da Sala Martins Penna para fugir do elenco.

A Trilogia Marginal de Luís Otávio Barata, como fruto da transformação cultural que o mundo estava passando, ficou conhecida pelos temas delicados que tocou, como a homossexualidade, a santidade, a delinquência e a marginalidade como estilo de vida. Em 1988, veio *Posição pela Carne*, outro espetáculo inspirado nos pensamentos de um escritor marginal, o francês Antonin Artaud e, por fim, aquele que viria a ser a grande declaração de amor de Barata a um ator do elenco, *Em nome do amor*, inspirado nos pensamento do filósofo alemão Friedrich Nietzsche. Três espetáculos teatrais, três pensadores malditos, três formas de pensar e de viver a homossexualidade em um momento de transformação dos comportamentos e dos costumes.

Luís Otávio Barata, filho de um médico oftalmologista e de uma dona de casa, segundo de seis irmãos, viajou pelo país, foi aluno do curso de cenografia da Escola de Artes Dramáticas, da USP, depois de formado viajou para Checoslováquia para estudar com Josef Svoboda, importante cenógrafo teatral. Por alguns anos, viajou pelos países da Europa, de Bélgica a França, onde testemunhou as ocupações estudantis nas ruas de Paris durante as manifestações de Maio de 1968. Assistiu a produção teatral do mundo inteiro, transou com homens e com mulheres, visitou becos, leu importantes escritores e filósofos, entre eles Foucault, Nietzsche e Genet.

Em carta endereçada da Bélgica para o Brasil quando descobriu através da internet que uma pesquisadora brasileira, Michele Campos de Miranda, estava realizando uma

---

<sup>19</sup> Revista Palco – Festival Brasileiro de Teatro Amador. Número 2. Brasília, 1988.

pesquisa acadêmica sobre a vida e obra de Barata, Susana Rossberg, mulher judia radicada na Bélgica conta sobre as influências culturais na produção artística do encenador. Transcrevo um trecho da carta presente na sua dissertação e encontrada no seu blog intitulado “O Palhaço de Deus”, onde Michele publicou diversas informações sobre o andamento de sua pesquisa<sup>20</sup>:

Não sei se o ano e tanto que o Luís passou na Europa foi-lhe útil. Penso que sim – sempre serve pra alguma coisa viajar, viver no estrangeiro, ver outras coisas, outros lugares. Deve ter sido um tempo bastante solitário porque, a partir do momento em que ele não foi mais ao INSAS, ficou sozinho em casa, desenhando, exceto no que diz respeito às visitas eventuais e às saídas nas boates. A gente não tinha, exatamente, os mesmos interesses. Às vezes íamos ao teatro juntos. Imagino que o Luís refletia muito sobre seu futuro, sua carreira. Infelizmente não pensou em fazer um novo pedido para ir pra Checoslováquia em março de 1968. Mas a Checoslováquia também tinha mudado, após uma invasão repressiva russa. Víamos espetáculos de vanguarda, que devem ter servido ao Luís nos espetáculos que montou mais tarde, em Belém. De qualquer maneira, o Luís sempre se manteve a par, onde quer que estivesse, por qualquer meio que fosse. Anos depois, vi um espetáculo do qual o Josef Svoboda tinha feito o cenário. Era, realmente, um trabalho fora do comum. Mais tarde, quando eu encontrava gente de Belém do Pará, inclusive um professor da Universidade de Harvard, eu perguntei se ele conhecia a família Barata e o Luís. Todos o conheciam. Me diziam que ele era um diretor de teatro famoso em Belém, e que militava pelos direitos dos gays, o que acho ótimo. Quando fiquei sabendo que, no fim da vida, ele também estava morando numa pensão, em São Paulo, refleti que ele terminou sua vida como quando eu o conheci. Talvez ele tivesse querido retomar seus passos, ver o que teria acontecido se tivesse trilhado outro caminho<sup>21</sup>.

Um elogio ao fedor que vem dos guetos, uma ode ao crime e ao pecado, *Genet – O Palhaço de Deus*, que ainda permanece fora dos manuais consagrados de história do teatro brasileiro, nos ajuda a contar não somente a história de sexualidades disparatadas, mas também de uma cidade que permanece abjeta, no cu do Brasil, como afirma Wlad Lima (2015). Genet e Barata nos ensinaram que isso não precisa ser necessariamente ruim.

Podemos concluir que, com a perspectiva de Foucault sobre governamentalidade e de Butler sobre sexo, a noção de sexualidade, relativamente recente, haja vista que nasce a partir do século XVIII, é uma das técnicas da biopolítica para o governo dos corpos e das

---

<sup>20</sup> Endereço de seu site: <https://opalhacodedeus.wordpress.com/>

<sup>21</sup> Carta endereçada em 2009 a Michele Campos Miranda durante a escrita da sua dissertação de mestrado sobre a vida e a obra de Luís Otávio Barata. Susana Rossberg viveu com Barata na Europa e foi sua amada durante esse tempo.

vidas de acordo com a sua consonância com o aparelho estatal. Quanto mais se aproxima, maior a segurança, enquanto que, quanto mais se afasta, mais direitos lhes são retirados. Daí a necessidade do movimento LGBT de atuar reivindicando apoio de políticas públicas do Estado e, sobretudo, sob uma perspectiva identitária, onde identidades vão ser produzidas por esse “ideal regulatório” que é o sexo para serem governados de forma eficaz, ao passo que as identidades intraduzíveis para a lógica do saber-poder permanecem relegadas ao silêncio e a escuridão da marginalidade e da abjeção. Considero que este é o triunfo de *Genet – O palhaço de Deus*: falar com a voz desses corpos que não só não podem como não querem ser traduzidos, entender a marginalidade como uma linguagem e uma ética e desestruturar a lógica identitária apontando seus limites.

## ENTRE O DESEJO E O PECADO: SODOMIA E SEXUALIDADE NO GRÃO-PARÁ (SÉCULOS XVII E XVIII)

## BETWEEN DESIRE AND SIN: SODOMY AND SEXUALITY IN GRÃO-PARÁ (XVII AND XVIII CENTERS)

**Márcio Douglas de Carvalho e Silva**

Professor da Secretaria do Estado da Educação do Estado do Maranhão, Brasil

Mestre pela Universidade Federal do Piauí, Brasil

e-mail: [conectadonmarcio@hotmail.com](mailto:conectadonmarcio@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7615-0097>

### DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v6i12.19269>

Recebido em 26 de janeiro de 2018

Aprovado em 17 de maio de 2018

### RESUMO

A presença do Santo Ofício no território luso-brasileiro, tinha como objetivo disciplinar os habitantes dessas terras, enquadrando-os nas regras ditadas pela Igreja Católica e pelo Estado português. Nas visitas realizadas, vários crimes foram identificados e punidos pelo tribunal inquisitorial, entre eles, a sodomia. Muitas pessoas foram presas e processadas pela Inquisição por serem denunciadas ou confessarem de alguma forma, terem tentado ou concretizado algum ato sodomítico. O objetivo desse trabalho é analisar, a partir dos processos inquisitoriais disponíveis no arquivo digital da Torre do Tombo e no Livro da visitação do Santo Ofício ao Estado do Grão-Pará, as formas como homens e mulheres expressavam sua sexualidade e os seus desejos nessa parte das terras lusas. Para isso, analisamos seis processos que datam dos séculos XVII e XVIII; entre eles, o de Frei Lucas de Souza, conhecido por ser considerado pelos inquisidores um “sodomita incorrigível”.

**Palavras-Chave:** Sexualidade; Sodomia; Inquisição

### ABSTRACT

The presence of the Holy Office in the Luso-Brazilian territory had the objective of disciplining the inhabitants of these lands, in accordance with the rules dictated by the Catholic Church and the Portuguese State. In the visits made, several crimes were identified and punished by the inquisitorial court, among them, sodomy. Many people have been arrested and prosecuted by the Inquisition for being denounced or confessed in any way, attempted or engaged in any sodomy act. The objective of this work is to analyze, from the inquisitorial processes available in the Torre do Tombo digital archive and the Book of the Holy Office's visitation to the State of Grão-Pará, the ways men and women expressed their sexuality and their desires in that part of the Portuguese land. For this, we analyze six processes dating from the seventeenth and eighteenth centuries among them that of Frei Lucas de Souza, known to be considered by the inquisitors as an "incorrigible sodomite".

**Keywords:** Sexuality; Sodomy; Inquisition



## INTRODUÇÃO

Durante o período em que teve domínio sobre as terras do além-mar, Portugal buscou imprimir aos habitantes do Brasil suas leis e costumes juntamente com a Igreja Católica. Comportamentos considerados desviantes pela Igreja eram identificados, perseguidos, julgados e muitas vezes condenados. Para esse trabalho, existia o Tribunal da Santa Inquisição, fundado em Portugal em 1536.<sup>1</sup>

No Brasil, embora seja dado como certo pela historiografia, que não existiu um Tribunal da Inquisição, o povo que habitava essas terras não esteve livre dos olhares atentos e moralizantes dos agentes da Igreja e do Estado através das visitas do Santo Ofício. Muitos historiadores afirmam que existiram ao todo quatro visitas desse tribunal ao Brasil, a saber: a primeira entre 1591 e 1595 (Bahia e Pernambuco), a segunda entre 1618 e 1621 na Bahia<sup>2</sup>, uma terceira no Rio de Janeiro em 1627<sup>3</sup> e a última delas, no Grão-Pará entre 1763-1769.<sup>4</sup>

Mesmo com uma ação mais intensa durante as visitas, quando muitas pessoas eram acusadas e/ou confessavam<sup>5</sup> seus “crimes” por conta própria, a ação do Santo Ofício não restringiu-se apenas ao recorte cronológico em que os visitantes estiveram no Brasil, pois,

os diversos mecanismos de vigilância e controle da religiosidade no mundo colonial ultrapassavam a atuação de uma visita do Santo Ofício – expediente extraordinário de averiguação do Tribunal. No século XVIII, espalhado pelas maiores cidades da América portuguesa,

---

<sup>1</sup> MOTT, Luiz. Primeira visita do Santo Ofício à Bahia: 1591. In: MOTT, Luiz. *Bahia: inquisição & sociedade*. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 17-27.

<sup>2</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. A Visita do Santo Ofício à Bahia em 1618. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 3, 1968, p. 4.

<sup>3</sup> PEREIRA, Ana Margarida Santos. Terceira Visita do Santo Ofício às partes do Brasil. Capitâneas do Sul, 1627-1628. *Politeia: História e Sociedade, Vitória da Conquista*, v. 11, n. 1, p. 35-60, 2011.

<sup>4</sup> MATTOS, Yllan de. *A última Inquisição: os meios de ação e funcionamento da Inquisição no Grão-Pará pombalino (1750-1774)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

<sup>5</sup> Após o século XVII houve um avanço do ato de confessar baseado no preceito cristão, pois devia-se confessar tudo, até mesmo os atos sexuais mais estritos do homem, portanto, “um discurso obediente e atento deve, portanto, seguir, segundo todos os seus desvios, a linha de junção do corpo e da alma: ele revela, sob a superfície dos pecados, a nervura ininterrupta da carne. Sob a capa de uma linguagem que se tem o cuidado de depurar de modo a não mencioná-lo diretamente, o sexo é açambarcado e como que encurralado por um discurso que pretende não lhe permitir obscuridade nem sossego”. FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade do saber*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 22.

os diversos oficiais da Inquisição – comissários e familiares – contavam também com a própria atuação do clero secular e regular para executar as primeiras etapas do processo inquisitorial, tais como denúncia, inquirição, tomada de depoimentos e captura. Essa estrutura nada simples se mostrava bem eficaz na averiguação da consciência religiosa, movendo a engrenagem da Inquisição nestas terras.<sup>6</sup>

A Amazônia Portuguesa foi o foco dessa “última inquisição”, realizada em um período em que muitos consideram estar o Tribunal da Inquisição em um processo de derrocada e, por isso, não eram mais comuns as visitas às colônias portuguesas.<sup>7</sup> Yllan de Mattos<sup>8</sup> apresenta a especificidade dessa visitação ao fazer uma análise da atuação do Santo Ofício em confluência com o projeto de Marquês de Pombal para o Grão-Pará, tendo a visitação desse Tribunal a finalidade de reorganizar a estrutura eclesiástica dessa parte do Brasil e definir os seus contornos políticos.

Durante esse processo, leva-se muito em conta a duração da permanência do visitador Giraldo José de Abranches que atuou como “visitador inquisitorial nos Estados do Pará, Maranhão, Rio Negro, Piauí e terras adjacentes”<sup>9</sup>. Embora, oficialmente a visitação tenha sido a mais longa de todas as realizadas no Brasil, resultou em um número reduzido de pessoas acusadas e/ou processadas, no comparativo às demais visitações.<sup>10</sup>

Entre os anos que se estenderam os trabalhos do Santo Ofício no Grão-Pará (embora também sejam identificadas denúncias e confissões nos anos anteriores e posteriores à permanência de Abranches), foram realizadas um total de 80 denúncias das mais diversas naturezas; sendo, feitiçaria e práticas mágicas 39, bigamia 14, blasfêmia e sacrilégio 14, sodomia 06, e solicitação 01<sup>11</sup>.

Dos casos elencados acima, daremos foco nesse trabalho aos processos de sodomia – denunciados ou confessados –, além dos casos em que um processo no seu transcurso

---

<sup>6</sup> MATTOS, Yllan de. Os mil braços de um polvo: Justiça Eclesiástica e Inquisição no Grão-Pará, ação e funcionamento na segunda metade do século XVIII. In: MATTOS, Yllan de; MUNIZ, Pollyanna G. Mendonça (Orgs.). *Inquisição e Justiça Eclesiástica*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 286.

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Maria Olindina Andrade de. *A inquisição na Amazônia Portuguesa (XVII-XIX)*. Curitiba: Editora Prismas, 2014, p. 245.

<sup>8</sup> MATTOS, 2012, p. 252.

<sup>9</sup> OLIVEIRA, 2014, p. 09.

<sup>10</sup> CAMPOS, Pedro Marcelo Pasche de. *Inquisição, Magia e Sociedade Belém, 1763-1769*. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Curso de Pós- Graduação em História, Niterói, 1995.

<sup>11</sup> Para chegar a esses números, Maria Olinda Andrade de Oliveira baseou-se no Livro da Visitação, Cadernos do Promotor e Caderno de Solicitações. OLIVEIRA, 2014, p. 117-120.

envolvia outra pessoa que foi cúmplice no ato, como o caso de Frei Lucas de Souza; sodomita que por ter um grande número de cúmplices (parceiros/amantes/namorados) acabou “arrastando” alguns deles para a Inquisição durante o andar do seu processo.

O objetivo desse trabalho é identificar as formas como homens e mulheres expressavam sua sexualidade no Grão-Pará pombalino através da prática da sodomia, mesmo sob o perigo de ser condenado pela Inquisição. Para isso, utilizaremos como fonte os documentos resultantes dos processos inquisitoriais de homens e uma mulher acusados de praticarem o nefando<sup>12</sup>.

Escolhemos, dentre os documentos dispostos no arquivo digital da Torre do Tombo, os processos que datam de um período que vai do ano de 1660 a 1763, não adotando necessariamente o recorte que trata do período da visitação. Além disso, usaremos como fonte o *Livro da Visitação do Santo Ofício da inquisição ao Estado do Grão-Pará 1763-1769*<sup>13</sup>, onde foi possível identificar três confissões que ocorreram durante a permanência do visitador ao Grão-Pará.

## VIVER, ESCONDER E EXPRESSAR A SEXUALIDADE NA COLÔNIA

Muitos falavam a verdade, alguns mentiam, mas pouco importava avaliar a veracidade de suas narrativas, isto é, se haviam praticado o coito anal ou apenas as molícias confessadas ao inquisidor. Seus relatos indicam-nos, de qualquer forma o universo da sexualidade possível de ocorrer nas relações homoeróticas masculinas.<sup>14</sup>

Se nos dias atuais expressar a sexualidade<sup>15</sup> e concretizar os desejos é uma tarefa que ainda pode não ser muito fácil em meio à onda de discriminação e olhares avessos da

<sup>12</sup> Na língua portuguesa, a expressão pecado nefando apresenta mais ou menos o mesmo significado, (*de sodomia*) sendo acompanhada, (...) de um agravante: a palavra pecado. O sodomita desobedecia em primeiro lugar a Deus, pois pervertia o que estava escrito nas Escrituras Sagradas. O termo nefando, por sua vez, significava basicamente “o pecado cujo nome não se pode dizer o nome”. WALLAS, Edson Santos Silva e LIMA, Jefferson. Decifrando palavras: o sexo nos documentos inquisitoriais. *Todas as Musas*, n.1, Jul-Dez 2013, p. 202.

<sup>13</sup> LIVRO DA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO DA INQUISIÇÃO AO ESTADO DO GRÃO-PARÁ (1763-1769). Petrópolis: Vozes, 1978, p. 214.

<sup>14</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 332.

<sup>15</sup> “A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas a grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos

camada mais conservadora da população, também não era uma atividade simples viver e muitos menos demonstrar os seus interesses sexuais nos séculos XVI, XVII e XVIII (e posteriores) no Brasil, em uma época em que além dos olhares vigilantes do Estado, da Igreja, dos vizinhos e inimigos, o indivíduo tinha na mente o encargo do pecado.

Embora grande parte dos homens e mulheres tenham se sentido atraídos por pessoas do mesmo sexo, no período em que essas terras eram subjugadas a Portugal, por medo “do pecado” e da justiça, alguns reprimiram seus desejos o máximo possível, outros o concretizaram de alguma forma (seja através de atos que em si não consumava o crime da sodomia, ou materializando o abominável ato nefando), arrumando parceiros (as) sexuais ou forçando seus criados as práticas sexuais proibidas<sup>16</sup>, como no caso de Francisco Serrão de Castro. Residente no Engenho da Boa Vista, freguesia da Sé, Maranhão, foi denunciado ao Santo Ofício em 1767<sup>17</sup> sob a acusação de sodomia “pelo jovem escravo Joaquim Antônio, negro de origem angolana. Francisco seria incriminado por violentas sodomias contra quase vinte escravos, solteiros ou casados, jovens ou moleques, todos oriundos da África”<sup>18</sup>, sendo considerado um violento sodomita que provocara inchaços na parte traseira de vários deles e em consequência disso, a morte de cinco outros.

Mas não só de forma violenta se praticava o nefando. Alguns sodomitas expressavam abertamente os seus desejos, seus casos amorosos e sua sexualidade, embora fossem alvo de constante perseguição, “depois dos cristãos novos, os sodomitas representaram o grupo social mais perseguido pela Inquisição portuguesa”<sup>19</sup>, como o caso do Frei Lucas de Souza.

Expressar a sexualidade para os ditos sodomitas na Colônia era um desafio; além de ser uma tarefa muito arriscada, pois punha em risco a própria vida. Daí em muitas

---

controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder.” FOUCAULT, 2017, v. 1, p. 115.

<sup>16</sup> O grupo majoritário de sodomitas “compunha-se da gente mais oprimida da sociedade, incluindo índios dos aldeamentos jesuítcos, forros, (...) vagabundos e principalmente criados, trabalhadores dependentes e escravos. (...) Vulnerabilidade, sujeição a homens poderosos, absoluta indigência, eis as prováveis razões do predomínio desses homens entre os somítigos coloniais, especialmente porque, na maior parte dos casos envolvendo escravos e criados, a sodomia era uma consequência direta da servidão e da pobreza.” VAINFAS, 2017, p. 214.

<sup>17</sup> ANTT, IL, proc. 12894. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2313102>. Acesso em: 20 jan. 2018.

<sup>18</sup> VAINFAS, 2017, p. 226.

<sup>19</sup> MOTT, Luiz. Sodomia não é heresia: dissidência moral e contracultura. In: VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno; LIMA, Lana Lage da Gama (Orgs.). *A Inquisição em Xequê: temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006, p. 253.

confissões e interrogatórios, mesmo que admitissem terem experiências sexuais com pessoas do mesmo sexo, ou o sexo oposto, que tivesse como objeto de desejo o “vaso traseiro”, poucos assumiam terem concretizado o coito, derramado a “semente” dentro deste vaso, pois essa prática determinava o que se chamava “sodomia perfeita”, caracterizava pela

penetração e ejaculação dentro do ânus, daí enfatizar, como tantos outros presos suspeitos deste crime venéreo, que apenas cometera “coxeta” e “punheta” – termos populares em Portugal e Brasil, desde o século XVI, para designar, respectivamente, a cópula femoral e a masturbação, práticas que os inquisidores rotulavam genericamente de “molice”.<sup>20</sup>

Mesmo que se tentasse esconder dos olhos mais atentos, a vida sexual do colono parecia ser difícil de ocultar, haja vista, os vários casos de denúncias de sodomia feitos pelos olhares mais curiosos e/ou muitas vezes até mesmo pelos cúmplices daqueles que buscavam prazer no mesmo sexo ou penetrando o vaso traseiro. O denunciante podia ser algum inimigo, um vizinho, ou até mesmo um familiar, como no caso do barbeiro Salvador Rodrigues, residente em Belém do Grão-Pará. Foi denunciado ao Santo Ofício sob a acusação de sodomia pelos próprios irmãos em 1661.<sup>21</sup> A denúncia poderia vir de qualquer pessoa, seja:

a população livre, ou escrava, branca ou mestiça, rica ou desvalida, que, por medo do poder ou dele cúmplice, acorria a delatar vizinhos, parentes, desafetos e rivais. Fazia-o – e isto é o que mais importa frisar -, porque todos estavam sempre a se vigiar mutuamente, murmurando da vida alheia, mexericando o que viam ou ouviam favorecidos pela escassa privacidade que caracterizava a vida íntima de cada um.<sup>22</sup>

Em um mundo onde a intimidade corria às vistas de todos, esconder a sexualidade era um desafio. Se praticar um ato sodomítico já era uma grande ousadia, dar prosseguimento a esses casos com um amante fixo ou múltiplos amantes era uma afronta à ordem estabelecida, vide mais uma vez o caso de Frei Lucas de Souza, considerado um

---

<sup>20</sup> MOTT, Luiz, 2010, p. 123.

<sup>21</sup> ANTT, IL, proc. 135. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2300006>. Acesso em: 20 jan. 2018.

<sup>22</sup> VAINFAS, Ronaldo. Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: SOUZA, Laura de Melo e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 228.

“sodomita incorrigível”<sup>23</sup>, devido ao grande número de parceiros sexuais que tivera. Embora soubesse do pecado que cometia, este amante do nefando não dava sinais de abandonar a prática, assumindo que, embora fosse preso por sodomia, “mais e mais companheiros havia de ter”<sup>24</sup>

Mesmo com toda a vigilância estabelecida em torno do sexo, a Igreja Católica, não foi capaz de suprimir essa (sodomia) e outras formas de manifestação da sexualidade de homens e mulheres que viviam no Brasil, sendo comum, além da sodomia, outras práticas como: fornicação, bigamia, adultérios e concubinatos.

O discurso da Igreja não confluía com o discurso do desejo: para controlar todas essas formas de expressão da sexualidade, a moral teológica fundou “uma erótica celeste que supunha uma hierarquia entre o objeto do amor e os sujeitos, entre Deus e os homens, (...) onde o exercício do amor se confundia com a oração e a salvação da alma, (...) dessexualizada, que implicava a recusa da carne”.<sup>25</sup>

Aqueles que escapavam dessa moral religiosa eram quase sempre identificados, interrogados e quando culpados, condenados pela Inquisição. Nesse contexto, moral pode ser entendida como “comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos”<sup>26</sup>,

designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores; o estudo desse aspecto da moral deve determinar de que maneira, e com que margens de variação ou de transgressão, os indivíduos ou os grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles têm uma consciência mais ou menos clara. Chamemos a esse nível de fenômenos a “moralidade dos comportamentos”.<sup>27</sup>

---

<sup>23</sup> ANTT, IL, proc. 6702. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2306762>. Acesso em: 21 jan. 2018.

<sup>24</sup> ANTT, IL, proc. 6702. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2306762>. Acesso em: 21 jan. 2018.

<sup>25</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Casamento e amor no Ocidente Cristão*. São Paulo: Editora ática, 1992, p. 50.

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2: os usos dos prazeres*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 32.

<sup>27</sup> FOUCAULT, 2017, v. 2, p. 32-33.

Ao tentar moldar as regras de comportamentos dos homens que habitavam o Brasil, ordenando “as práticas sexuais pelos campos do certo e do errado, do lícito e do ilícito, a Igreja Católica procurava controlar justamente o desejo (...) *determinado que, o que existia* fora dos laços matrimoniais *seriam* o amor-paixão, a perseguida luxúria, os pecados da carne”<sup>28</sup>

Foi esse desejo pecaminoso que muitos deixaram exacerbar, e mesmo diante do perigo da morte não se renderam “ao código de ação”<sup>29</sup> instituído e fizeram “uso dos prazeres” que ansiavam os seus desejos, seja às escondidas, ou mesmo quase às claras.

Atualmente, em que diariamente se busca combater a homofobia<sup>30</sup>, muitos homossexuais se sentem reprimidos escondendo a própria sexualidade e não aceitando a si mesmos nem a sua condição; quase da mesma forma que os sodomitas que viveram no período colonial brasileiro, que não viviam somente com a dúvida de si e com o dedo apontado da sociedade, mas também sob os pesos da lei da Igreja Católica que agia com e apoiando o Estado<sup>31</sup>, pois praticar o nefando, ser considerado um sodomita em tempos de domínio da Igreja Cristã, era crime. Sexualidade reprimida, vivida, ameaçada, escondida e em poucos casos expressada: essas foram algumas formas do homem e da mulher que viveu no período colonial administraram os seus desejos.

## SODOMIA E SEXUALIDADE NO BRASIL COLONIAL

Uma dupla evolução tende a fazer, da carne, a origem de todos os pecados e a deslocar o momento mais importante do ato em si para a inquietação do desejo, tão difícil de perceber e formular; pois que é um mal que atinge todo o homem e sob as mais secretas formas.<sup>32</sup>

---

<sup>28</sup> DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 23-24, *grifo nosso*.

<sup>29</sup> Após “dado um código de ação, e para um determinado tipo de ações (que se pode definir por seu grau de conformidade ou de divergência em relação a esse código), existem diferentes maneiras de “se conduzir!” moralmente, diferentes maneiras, para o indivíduo que age, de operar não simplesmente como agente, mas sim como sujeito moral dessa ação.” FOUCAULT, 2017, v. 2, p. 33.

<sup>30</sup> Ver ARIÈS, Philippe. Reflexões sobre a História da homossexualidade. In: ARIÈS, Philippe e BÉJIN, André. *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 77-92.

<sup>31</sup> A visitação do Santo Ofício às terras do Grão Pará, comandada por Giraldo José de Abranches, teve como “papel auxiliar a administração pombalina na tarefa de conhecer as gentes das terras do Pará”, concluindo que o inquisidor “não se esqueceu do Santo Ofício, mas é manifesto que se deteve amplamente dos assuntos d’el-rei”. MATTOS, 2012, p. 143.

<sup>32</sup> FOUCAULT, 2017, v. 1, p. 21.

O termo “sexualidades periféricas” foi usado para designar no histórico da sexualidade, o surgimento de novas subjetividades, entre elas o “jovem homossexual”. Para o Foucault, “a sexualidade está ligada a dispositivos recentes de poder; esteve em expansão crescente a partir do século XVII”<sup>33</sup>. Se formos analisar a sodomia baseando-nos nas concepções do autor, o homem que viveu no Brasil dos séculos coloniais e tinha predileção pelo mesmo sexo, não poderia ser considerado um homossexual no sentido do termo usado na contemporaneidade<sup>34</sup>, pois

é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas. E, nesse avanço dos poderes, fixam-se sexualidades disseminadas, rotuladas segundo uma idade, um lugar, um gosto, um tipo de prática. Proliferação das sexualidades por extensão do poder; majoração do poder ao qual cada uma dessas sexualidades regionais dá um campo de intervenção.<sup>35</sup>

Essa concepção de Foucault é rebatida por um dos grandes pesquisadores da sodomia no Brasil, Luiz Mott<sup>36</sup>. O autor não avista no Brasil colonial o que Foucault chamou de “sujeito jurídico”, pois “homossexuais ultra-efeminados ou publicamente reconhecidos circulavam com certa desenvoltura na novel colônia brasileira”<sup>37</sup>. Vainfas afirma que mesmo com a legislação que criminalizava a prática, “nem por isso deixaram nossos povoadores de praticá-la as fartas”<sup>38</sup>. Mott identifica ainda por essas terras naquele período, a existência de uma “subcultura *gay*”,<sup>39</sup> enquanto para Foucault

A sodomia - a dos antigos direitos civil ou canônico - era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com

<sup>33</sup> FOUCAULT, 2017, v. 1, p. 126.

<sup>34</sup> É importante definirmos os usos dos termos usados para referir-se ao homossexual da atualidade para não correremos o risco de cometermos anacronismo, da forma como explica Paul Vayne: “empregar um conceito pensando que é suficientemente claro é arriscar um anacronismo implícito. O erro está no caráter incerto e implícito dos conceitos sublunares, na sua auréola de associação de ideias”. VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 112.

<sup>35</sup> FOUCAULT, 2017, v. 1, p. 54.

<sup>36</sup> MOTT, Luiz. Cripto-sodomitas em Pernambuco colonial. *Revista Antropológicas*, n. 13(2), 2002, p. 7-38.

<sup>37</sup> MOTT, 2002, p. 16.

<sup>38</sup> VAINFAS, 2017, p. 193.

<sup>39</sup> MOTT, 2002, p. 33.



uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre.<sup>40</sup>

“A antiga sodomia, (...) embora designasse um ato ou um conjunto de atos pecaminosos, ofensivos a Deus e à lei, jamais se limitou a esse significado, nem seus autores foram vistos simplesmente como eventuais praticantes de um crime ou desvio moral”<sup>41</sup>; a história da sodomia é antes de mais nada marcada pelos dilemas e pelas incertezas.

Por ser um tema que gera debates com concepções antagônicas, para falar dessas sexualidades no período colonial brasileiro, precisamos primeiro compreender como era caracterizado, visto e entendido o sodomita que muitos (como Mott) atribuem ao que conhecemos hoje como homossexual.

A palavra é originária no Antigo Testamento no livro de Gênesis e marca o episódio da destruição de Sodoma.

A recusa de Lot em oferecer aos moradores da cidade os dois anjos que havia hospedado, e o suposto desejo sexual que a todos animava quando forçaram a porta daquele piedoso hebreu no encalço dos hóspedes, eis as raízes da associação entre o castigo de Sodoma e a condenação judaica das relações sexuais entre homens.<sup>42</sup>

Ao longo do tempo, o termo sodomia foi fortemente influenciado pelo aparecimento de “uma moral sexual religiosa apoiada na concepção filosófica do mundo”<sup>43</sup>, sofrendo variações. Santo Tomás de Aquino na sua *Suma Teológica*, fixou o que seria o pecado contra a natureza.<sup>44</sup> Para esse doutor da Igreja, “sodomia era o mesmo que relações homossexuais entre homens ou entre mulheres, embora também ele, partidário da morfologia dos atos, considerasse o coito anal entre homens como a suprema manifestação da “perfeita sodomia”<sup>45</sup>.

---

<sup>40</sup> FOUCAULT, 2017, v. 1, p. 47.

<sup>41</sup> VAINFAS, 2017, p. 194.

<sup>42</sup> VAINFAS, 2017, p. 195

<sup>43</sup> ARIÈS, 1985, p. 84.

<sup>44</sup> VAINFAS, 2017.

<sup>45</sup> VAINFAS, 2017, p. 197.

É certo que o termo passou por diferentes significações no transcorrer do tempo sendo quase sempre relegado à condição de exemplo de uma manifestação da sexualidade que deveria ser banida. No Brasil colonial, o sentido do termo também teve suas oscilações.

Referida às relações homossexuais masculinas, ora significava especificamente cópula anal com ejaculação *intra vas*, ora aludia a certos hábitos homoeróticos em que tão importantes quanto o coito anal consumado eram a frequência das relações, o gosto pelo sexo nefando e a consciência do praticante em face desses prazeres.<sup>46</sup>

O sodomita era visto como alguém que tinha cometido um crime, pois transgredia as leis divinas e humanas ao consumir um ato sexual específico,<sup>47</sup> por isso, “mais do que no domínio do homoerotismo, a sodomia se afigurava aqui como sinônimo exclusivo de penetração anal com derramamento de sêmen, excluindo-se das terríveis fronteiras do nefando os demais atos, carícias e molícies”<sup>48</sup>, assim, é que estando presentes na mesa da Inquisição os acusados de sodomia, sabendo que a autoridade do Santo Ofício era voltada para perseguir “a sodomia perfeita, embora ostentando numerosa plêiade de amantes, evitavam cuidadosamente qualquer derramamento de semente *intra vas*, não obstante praticassem amiúde o *coitus interruptus*, seja ativa, seja passivamente”.<sup>49</sup>

Daí surgiu a dificuldade que os inquisidores tiveram para enquadrar as relações homoafetivas entre mulheres, pois para que o ato nefando se concretizasse, era necessário penetração e derramamento de semente no “vaso traseiro”; dessa forma,

a maioria dos inquisidores alegou que somente se uma mulher introduzisse o “sêmen” no “vaso posterior” de outra ficaria caracterizada a perfeita e consumada sodomia, levando-se em conta a impropriedade da vagina para a efetuação do dito crime e a eventual incapacidade do instrumento utilizado para “*comunicar semen agentis no vaso preposterum*”. A

<sup>46</sup> VAINFAS, 2017, p. 327.

<sup>47</sup> No tocante à consumação do ato, Luiz Mott, afirma que havia um interesse dos inquisidores em descrever “friamente a morfologia dos atos homoeróticos entre ‘agentes’ e ‘pacientes’”. A preocupação destes padres-juizes era desvendar se houve a consumação da ‘sodomia perfeita’, isto é, ‘penetração do membro viril desonesto no vaso traseiro com derramamento de semente’, a única performance homoerótica considera crime capaz de levar o réu à fogueira”. MOTT, Luiz. *Sodomia na Bahia: O amor que não ousava dizer o nome*. Disponível em: <https://luizmottblog.wordpress.com/artigos/sodomia-na-bahia-o-amor-que-nao-ousava-dizer-o-nome/>. Acesso em: 23 jan. 2018.

<sup>48</sup> VAINFAS, 2017, p. 339.

<sup>49</sup> MOTT, Luiz. Os filhos da dissidência: o pecado da sodomia e sua nefanda matéria. *Tempo*, v. 6, n. 11, Universidade Federal Fluminense, 2001, p. 195.

opinião majoritária insistia, pois, na imagem do coito anal como o autêntico ato sodomítico e conjecturava, ainda, sobre o uso de instrumentos, réplicas do falo, para a ocorrência do nefando.<sup>50</sup>

Diante dessa indefinição<sup>51</sup>, fica mais evidente que os inquisidores acabavam taxando o homem ou mulher pelo que identificavam ser a sua preferência no ato sexual quando consumada através do coito anal. Com isso, o derramamento de sêmen fora do “vaso natural” era um desperdício<sup>52</sup>. Líquido carregado de teor simbólico, não podia ser desperdiçado no coito anal, pois é através deste que se dá a procriação. Derramá-lo em local infértil era pecar contra Deus, por isso o vaso “natural da mulher” “era o local legítimo para a prática sexual, uma vez que “até o século XVIII, e ainda muito tempo depois, em vastas camadas populares da sociedade urbana e rural, a sexualidade parecia localizada e concentrada no campo da procriação; nas atividades dos órgãos genitais”.<sup>53</sup> Talvez por não envolver o desperdício de sêmen, a Inquisição portuguesa em 1646, retirou definitivamente da “sua alçada a *sodomia foeminarum*”.<sup>54</sup>

O termo sodomita do Brasil Colonial, embora se referisse ao homem adepto das práticas sexuais dos considerados homossexuais na atualidade, possuíam características que se aproximavam e se distanciavam do homossexual definido por Foucault. Vimos que o termo era aplicado de maneira ampla, tanto para homens como para mulheres que apreciavam o coito anal, seja concretizado homem com homem ou mesmo homem com mulher.

Concordamos com a tese defendida por Luiz Mott ao afirmar que existiram grandes sodomitas (homossexuais), e até travestis no Brasil Colonial. Isso é fato: os documentos inquisitoriais analisados por ele dão a entender isso, mas o que trazemos aqui é que sodomia era tanto aplicada ao sodomita que tinha consciência do pecado que estava cometendo e era conhecido por essa prática, como também para aqueles que realizavam o

---

<sup>50</sup> VAINFAS, 2017, p. 268.

<sup>51</sup> “Na prática judiciária inquisitorial, a sodomia acabou sendo menos do que as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. (...) O nefando limitar-se-ia ao mundo dos somítigos e dos fanchonos – nossos antigos homossexuais”. VAINFAS, 2017, p. 351.

<sup>52</sup> CORREIO, Edson Santos Silva e CORREIO, Wallas Jefferson Lima. Homo eroticus: Considerações acerca do conceito de Sodomia nos processos da Inquisição Portuguesa. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 265-284, 2016, p. 272.

<sup>53</sup> ARIÈS, 1985, p. 84.

<sup>54</sup> VAINFAS, Ronaldo. Homo erotismo feminino e o Santo Ofício. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 139.

ato uma ou poucas vezes na vida para satisfazer um desejo sexual; além disso, como já vimos, aplicava-se tanto aos homens que penetravam e se deixavam ser penetrados no “vaso traseiro” como também às mulheres, por exemplo, o caso de Feliciano de Lima Barros, habitante do Grão-Pará que confessou à mesa de Giraldo Abranches ter cometido um ato sodomítico com Felipe Jacob Batalha.

O que importa aqui é identificarmos as maneiras que esses homens e mulheres satisfaziam seus desejos, seja abertamente ou de forma discreta. Em um período em que praticamente tudo relacionado ao sexo era proibido (até mesmo falar sobre ele), experimentar “outros prazeres” que estavam fora do menu (por sinal com muitas poucas opções) estabelecido pelos códigos morais da época, era mais que um ato de coragem, era uma transgressão religiosa digna até da pena capital. Mesmo assim, nossos antecessores ousaram transgredir as fronteiras do permitido em nome da sexualidade e da concretização do prazer.

### **O DESEJO E CULPA: SEXUALIDADE CONFESADA E SEXUALIDADE DENUNCIADA NO GRÃO-PARÁ (SÉCULOS XVII E XVIII)**

As pessoas que foram processadas e estiveram presentes na mesa do Santo Ofício no Grão-Pará, foram porque assumiram a sua culpa (e dessa forma o seu desejo pela penetração no “vaso traseiro”) ou atribuíram a concretização do ato a uma condição de descontrole das próprias faculdades, como a embriaguez ou tentação do demônio. Confessados ou denunciados, os casos de sodomia que analisamos aqui, registrados no Grão-Pará, envolvem nos seus meandros a expressão da sexualidade do homem e da mulher que viveu nessa parte no Brasil durante a colonização. A atração pelo “vaso traseiro” do mesmo sexo ou do sexo oposto, foi uma realidade que demonstra que o “pecado” fazia morada nos campos mais intrínsecos do desejo.

Daremos atenção primeiramente a três casos em que a realização do ato nefando acabou chegando à mesa do inquisidor por confissão dos sodomitas. Atormentados pela sua consciência, homens e mulheres acabavam, na tentativa de livrarem-se da terrível culpa do nefando, confessando na esperança de serem perdoados; sendo nesse contexto, “a confissão, o discurso da culpa, sem a qual não pode haver perdão. O que se procura é a

introeção do código, evidencia o verdadeiro arrependimento pelas faltas cometidas”.<sup>55</sup> Mais do que isso, quem confessa sujeita-se a interpretação do confidente. Mesmo sabendo dos riscos que corriam caso fossem condenados, esses cristãos (ãs) preferiam sujeitar-se à análise do inquisidor, confessando os seus pecados.

A confissão de alguma forma estabelecia-se através de um discurso que pode ser entendido como um “conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro”<sup>56</sup>. A confissão, de certa forma, era uma estratégia. Melhor confessar do que ser denunciado. A confissão demonstrava arrependimento e poderia despertar mais facilmente a piedade do inquisidor.

Frente à mesa da Inquisição, o confessante era interrogado e orientado a falar a verdade sobre tudo<sup>57</sup> que cometeu no ato, da forma como explica Foucault:

pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, e em detalhe, no jogo da confissão e da direção espiritual. O sexo, segundo a nova pastoral, não deve mais ser mencionado sem prudência; mas seus aspectos, suas correlações, seus efeitos devem ser seguidos até às mais finas ramificações: uma sombra num devaneio, uma imagem expulsa com demasiada lentidão, uma cumplicidade mal afastada entre a mecânica do corpo e a complacência do espírito: tudo deve ser dito.<sup>58</sup>

Um dos primeiros a confessar o seu crime ao inquisidor Giraldo Abranches foi Frei Manuel do Rosário. Natural de São Romão de Nogueira, arcebispado de Braga, residia no Convento da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, no Pará. Aos 60 anos, exercia as funções de religioso e professor da Ordem de Nossa Senhora do Carmo. Apresentou-se voluntariamente ao Santo Ofício dia 12 de outubro de 1763, assumindo culpas de

---

<sup>55</sup> LIMA, Lana Lage da Gama. Aprisionando o desejo: confissão e sexualidade. In: VAINFAS, Ronaldo. *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graael, 1986, p. 69.

<sup>56</sup> FOUCAULT, Michel. *A verdade sobre as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2005, p. 09.

<sup>57</sup> Pelo *Tratado de Confession* instruía as principais perguntas que deveriam ser feitas ao interrogado entre elas: “quem pecou, que pecado cometeu, em que lugar, quantas vezes, se foi ajudado por alguém, porque fez o pecado, o que moveu a fazê-lo, como pecou, quando pecou”. LIMA, 1986, p. 83. Alguns aspectos que eram necessários ao confessante na moral cristã: “Examinai, portanto, diligentemente, todas as faculdades de vossa alma, a memória, o entendimento, a vontade. Examinai, também, com exatidão todos os vossos sentidos, ... Examinai, ainda, todos os vossos pensamentos, todas as vossas palavras e todas as vossas ações. Examinai, mesmo, até os vossos sonhos para saber se, acordados, não lhes teríeis dado o vosso consentimento”. FOUCAULT, 2017, v. 1, p. 22.

<sup>58</sup> FOUCAULT, 2017, v. 1, p. 21-22.

sodomia.<sup>59</sup> Na sua confissão o religioso declarou ter consumado o pecado da sodomia com duas índias, a primeira:

Há quatorze anos ou mais ou menos, na fazenda chamada o Camará, na Ilha do Marajó (...) se achou ele confidente com Micaela, índia solteira e hoje casada (...) e por ocasião de a chamar ao seu quarto e se achar só com ela a persuadiu (...) a que consentisse que com ela cometesse o pecado nefando de sodomia no que ela veio e consentiu: estando ela deitada e costas em uma esteira ele confidente lhe levantou as pernas e desta forma lhe introduziu o seu membro viril pelo vaso prepostero da mesma: porém não derramou dentro dele o sêmen (...), mas depois passados alguns dias tomando a chamar a dita índia Micaela e tendo-a na mesma postura fez o mesmo pecado sem derramação dentro deste vaso (...) ainda que desta última vez a dita Micaela não queria consentir como consentiu da primeira.<sup>60</sup>

E novamente com outra índia chamada Anna:

Quatorze anos ou menos na mesma fazenda se achou ele confidente com Anna, índia. Não sabe o nome dos pais nem de onde era natural. Na ocasião que a de querer saciar o seu libidinoso apetite a persuadiu para que consentisse na mesma culpa e posta ela de costas ele confidente lhe levantou as pernas e meteu o seu membro viril dentro do vaso prepóstero: e está lembrando que nele não semeou, mais sim fez dentro do vaso natural no que tudo a dita índia consentiu e nessa ocasião não passaram a mais, porém passado algum tempo caiu com a mesma índia Anna por mais duas vezes na mesma forma e com as referidas circunstâncias sendo sempre ele confidente agente e ela paciente (...).<sup>61</sup>

A confissão de Frei Manuel do Rosário é carregada de culpa, mas revela aspectos da sexualidade possível naquele período. Apesar de ser membro da Igreja Católica, o frei não conteve os seus desejos sexuais ao persuadir duas índias e concretizar o pecado nefando, sempre mais de uma vez. Destacamos que nesse e no próximo depoimento, o indivíduo do sexo masculino sempre aparece como aquele que convence a mulher a ceder o seu “vaso traseiro” para que se realize a cópula, revelando que a penetração anal era um desejo comum aos homens, porém ao mesmo tempo em que a mulher o consentia sem uso da força ou necessidade de pagamento para tal ato, podemos entender que as mesmas

---

<sup>59</sup> ANTT, IL, proc. 2695. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2302626>. Acesso em: 24 jan. 2018.

<sup>60</sup> LIVRO DA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO DA INQUISIÇÃO AO ESTADO DO GRÃO-PARÁ (1763-1769), 1978, p. 42-43.

<sup>61</sup> LIVRO DA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO DA INQUISIÇÃO AO ESTADO DO GRÃO-PARÁ (1763-1769), 1978, p. 43.

também tinham certa predileção pela penetração fora do “vaso natural”, principalmente quando esta permitia que este se repetisse, como ocorreu com as índias.

Se formos pensar na posição que exercia o religioso naquele período, temos a ideia de que o mesmo, além de trair os seus votos, cometia um pecado que podia ser punido com a morte na fogueira; daí percebermos na confissão que em nenhum dos casos o religioso assumiu ter realizado o coito dentro do “vaso traseiro” e sim no “vaso natural”, pois certamente o mesmo sabia que o derramamento da semente do homem no vaso traseiro agravaria a sua situação perante o tribunal.

Desejo concretizado, sexualidade revelada. Embora o frei tenha relatado ter realizado as cópulas há mais de uma década nos dois casos, não ousou repetir por mais de uma vez o seu desejo pela penetração anal com as duas índias. Destacamos com este caso que o pecado da sodomia, como já mostrando anteriormente, se caracterizava pela penetração anal chamada de “sodomia perfeita”, seja de homem com homem ou homem com mulher, revelando que os habitantes dos trópicos já demonstravam uma variedade de desejos e sexualidades, seja através da cópula com o sexo oposto ou com o sexo igual.

O outro caso que apresentamos é o de Felipe Jacob Batalha. Natural e residente no Pará, com idade de 32 anos e viúvo, exercia atividades em sua fazenda de onde tirava seu sustento. Apresentou-se voluntariamente ao Santo Ofício em 29 de outubro de 1763, assumindo culpas de sodomia.<sup>62</sup> Frente ao inquisidor confessor que:

Há uma era de nove anos pouco mais ou menos no sítio do Rio Mirim Marim, em que ele confidente se achou com Marcela, índia solteira, já defunta (...) e por ocasião (...) a persuadiu a que consentisse que com ela cometesse o pecado da sodomia. (...) e tendo-a na sua cama com as costas para cima ele confidente a penetrou com o seu membro viril introduzindo-o no seu vaso prepostero, onde não semeou (...), mas fora dele e dentro do vaso natural.<sup>63</sup>

Passados alguns tempos, repetiu o ato com a mesma índia, além de uma outra mulher chamada Feliciano de Lira Barros,

(...) branca viúva de Gregório Ferreira da Silva (...) por ocasião de estar com ela, o demônio, estando só com ela, a persuadiu a que consentisse

<sup>62</sup> ANTT, IL, proc. 2694. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2302625>. Acesso em: 25 jan. 2018.

<sup>63</sup> LIVRO DA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO DA INQUISIÇÃO AO ESTADO DO GRÃO-PARÁ (1763-1769), 1978, p. 93.

no mesmo pecado nefando, ao que ela repugnara porem finalmente viera a consentir (...) ficando ela de costas para ele confidente lhe meteu o seu membro viril pelo vaso prepostero dela, não derramando dentro dela, mas sim no chão (..) Dali algum tempo (...) também repetira o mesmo ato não seminando dentro, mas sim fora.<sup>64</sup>

Demonstrando arrependimento, pede misericórdia. Um dia depois foi a vez de Feliciano de Lima Barros<sup>65</sup> comparecer ao tribunal para confessar o que fizera com Felipe Jacob.

No depoimento de Felipe Jacob, encontramos muitos elementos que se aproximam ao de Frei Manuel do Rosário. Além de se mostrar arrependido da mesma forma que o frei, Felipe aparece como o incitador dos atos, que da mesma forma que o primeiro, demonstra sua predileção pelo sexo anal com mulheres, persuadindo primeiro uma índia e depois uma viúva.

Não há também admissão de ejaculação no “vaso traseiro”, mas há aqui da mesma forma que o frei, a recorrência do ato, sinal que havia grande apreço do confessante com a penetração anal. Felipe chega a atribuir a sua ação à tentação do demônio, mas fica evidente que este era apenas um artifício para tentar aliviar sua culpa perante a sua consciência e perante o tribunal. Desejo realizado, sexualidade revelada e negada.

O demônio certamente não obrigou Felipe a convencer estas duas mulheres a manterem relações sexuais com ele; trata-se mais do artifício da sedução atizado pelo desejo que felizmente graças aos arquivos deixados pela Inquisição chegou até aos nossos dias, revelando ser a colônia povoada por homens e mulheres que buscavam driblar a sua própria fé, vencendo os seus medos para satisfazer os seus desejos mais obscuros.

Outro sodomita que os documentos dão conta, é Frei Lucas de Souza<sup>66</sup> e mais dois homens acusados de serem seus cúmplices: Salvador Rodrigues<sup>67</sup> e Manuel Gonçalves<sup>68</sup>.

---

<sup>64</sup> LIVRO DA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO DA INQUISIÇÃO AO ESTADO DO GRÃO-PARÁ (1763-1769), 1978, p. 93.

<sup>65</sup> ANTT, IL, proc. 2707.

<sup>66</sup> ANTT, IL, proc. 6702. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2306762>. Acesso em: 21 jan. 2018.

<sup>67</sup> ANTT, IL, proc. 135. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2300006>. Acesso em: 23 jan. 2018. Preso acusado de ter concretizado mais de cinquenta atos sodomíticos com Frei Lucas de Souza, Salvador Rodrigues ficou preso por mais de um ano, mas nunca confessou ter se relacionado com o padre. Na sua defesa alegou ser perseguido pelo religioso por causa de uma dívida. Acabou sendo absolvido em 1662.



Frei Lucas de Souza era cristão velho, natural do bispado de Leiria e residente no Pará; tinha na época da denúncia, 78 anos de idade. Exercia a atividade de sacerdote da Ordem de Nossa Senhora das Mercês. Foi denunciado ao Santo Ofício em 20 de outubro de 1646 por Manoel de Brito Monteiro, sob a acusação de sodomia.<sup>69</sup>

Este religioso, à essa idade, já possuía uma larga experiência na prática do nefando, iniciando logo após “fazer a profissão dos votos”; tendo como primeiro parceiro um membro da ordem religiosa a que pertencia, repetindo com o este o ato por diversas vezes “ora como agente, ora como paciente”. Os documentos trazem, além dessas, outras experiências do frei ainda antes de chegar às terras brasileiras, como o relacionamento com um soldado em Évora (Portugal), e com Manuel Meireles, este mantendo um relacionamento mais “estável” por cerca de dois anos, concretizando mais de duas centenas de atos sodomíticos, ocupando, o religioso, sempre a posição de paciente.

Embora já tivesse sido denunciado por essa prática em Portugal, Frei Lucas de Souza ao chegar ao Brasil, continuou arrumando cúmplices para satisfazer os seus desejos. Sexualidade reprimida, mas nunca sufocada. Pelo número de amantes e pela recorrência no ato, o frei parecia não temer uma possível prisão pela Inquisição, tal é que ao ser denunciado no Grão-Pará, muitos foram os que testemunharam contra o religioso relatando ter conhecimento dos seus atos nefandos.

Denunciado durante o julgamento de Frei Lucas de Souza, Manuel Gonçalves, cristão velho, 23 anos, natural da Ilha Terceira, Açores e residente em Belém, era casado e trabalhava como oleiro. Foi preso em 03 de fevereiro de 1659 sob a acusação de sodomia.<sup>70</sup> Contra este, apareceu o relato de uma carta trocada entre ele e o Frei Lucas de Souza que findava com a expressão “amor, amor, amor”, além de ser do conhecimento de muitos que eram comuns os presentes do frei para o oleiro. Outra testemunha afirmava que sabia que os dois “se abraçavam e se beijavam”.

É notório o envolvimento amoroso do religioso com o oleiro. Além de manterem relações sexuais, percebemos que havia um envolvimento afetivo. Parece que aqui

---

<sup>68</sup> ANTT, IL, proc. 1465. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2301360>. Acesso em: 22 jan. 2018.

<sup>69</sup> ANTT, IL, proc. 6702. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2306762>. Acesso em: 21 jan. 2018.

<sup>70</sup> ANTT, IL, proc. 1465. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2301360>. Acesso em: 22 jan. 2018.

encontramos um verdadeiro caso de “amor sodomítico” – na atualidade homoafetivo, - em pleno século XVIII!

Este caso amoroso certamente não foi o primeiro de Frei Lucas de Souza. Considerado pelos inquisidores como um “sodomita incorrigível”, este religioso parecia não dar importância ao que ditava a Igreja Católica e como punia a Inquisição nos casos de sodomia, a ponto de dizer que “Deus tinha culpa de lhe dar o que lhe deu e que tinha no vaso traseiro natura de mulher”. Sexualidade denunciada, sexualidade declarada. Frei Lucas de Souza, mais do que um sodomita denunciado, era um sodomita “assumido” que gostava de homens e estava disposto a enfrentar o que fosse necessário para concretizar os seus desejos. Os documentos afirmam ser um grande paquerador. Provavelmente não se conformava com um único parceiro, além dos citados, deve ter tido muitos outros ao longo de sua vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora sob a ameaça da Inquisição e sofrendo o encargo do pecado na consciência (ou não), os ditos sodomitas que viveram no Grão-Pará, buscaram satisfazer seus desejos e vivenciar a sua sexualidade da maneira que era possível. Homens e mulheres mesmo sentindo culpas, buscavam através da penetração anal a realização das fantasias sexuais mais torpes para a época.

São exemplos de sexualidades sensíveis e possíveis de serem vivenciadas seja através de uma “transa casual” eventualmente ocorrida com uma ou duas pessoas com um número reduzido de vezes e nunca mais repetida (?) como no caso do Frei Manuel do Rosário e Felipe Jacob, ou com a demonstração explícita de afetos e paixões como fez o Frei Lucas de Souza com os seus amantes.

Mais do que na atualidade, no Brasil Colonial, amar e expressar esse sentimento parecia algo quase impossível até mesmo para relacionamento de homem com mulher – união aceita pela Igreja. Nem por isso homens e mulheres deixaram de ser amar, muito menos os homens aos próprios homens! O desejo e o amor acabavam sendo expressão máxima da sexualidade que empurrava o colono a cometer o pecado. Sexualidade reprimida, sexualidade vivida, sexualidade confessada ou denunciada. Mesmo reprimida e

ameaçada foi vivida de alguma forma, não importando se após concretizada fosse necessário confessar ou ter que suportar a acusação da Inquisição.

Ao final, os que confessaram não foram tão castigados, e os que foram acusados parecem não terem se arrependido dos seus atos: os confessos receberam recomendações de não mais repetir aqueles atos. Se voltaram a praticar o nefando, provavelmente nunca iremos saber. Os acusados tiveram suas penas mais severas, não por acaso, Frei Lucas de Sousa era um sodomita reincidente e não escondia a determinação de continuar praticando o nefando. Não queremos pensar que ele e seu cúmplice tenham tido penas mais duras pelo fato de serem “fanchonos” (um dos vários termos usados para se referir ao sodomita masculino na época). Se foi, não duvidamos, mas isso não é uma discussão que queremos ampliar no momento; o que sabemos é que a sentença de Manuel Gonçalves determinava que este fosse “açoitado publicamente e degredado por cinco anos para as galés além de penitências espirituais”. Já o seu amante, Frei Lucas de Souza, teve suspenso o “exercício de suas ordens, privado de voz ativa e passiva para sempre, além de degredo por dez anos para as galés, penitências espirituais, pagamento de custas”.

## ***DZI CROQUETTES E AS MASCULINIDADES DISPARATADAS***

## ***DZI CROQUETTES AND THE DISSIDENT MASCULINITIES***

**Natanael de Freitas Silva**

Doutorando pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Mestre pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

e-mail: natanaelfreitass@gmail.com

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-7532-4312>

### **DOI:**

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v6i12.19275>

Recebido em 20 de janeiro de 2018

Aprovado em 21 de setembro de 2018

### **RESUMO**

A ditadura civil-militar brasileira é tema de uma ampla produção historiográfica. Entretanto, discussões sobre a complexa trama ditadura, gênero e sexualidade, entre os anos 1964-85, demandam mais estudos e reflexões. Assim sendo, o objetivo deste artigo é apresentar um breve debate sobre a historiografia do período, atentando para as relações de gênero e sexualidade e situar alguns elementos para se repensar as masculinidades disparatadas a partir do grupo teatral *Dzi Croquettes*.

**Palavras-chave:** Ditadura; Gênero; Sexualidade

### **ABSTRACT**

The Brazilian civil-military dictatorship is the subject of a wide historiographic production. However, discussions about the complex plot dictatorship, gender and sexuality, between the years 1964-85, demand more studies and reflections. Thus, the purpose of this article is to present a brief debate on the historiography of the period, paying attention to the relations of gender and sexuality and situate some elements to rethink the mad masculinities from the theater group *Dzi Croquettes*.

**Keywords:** Dictatorship; Gender; Sexuality

“O elenco das questões históricas nunca estará encerrado: a história terá de ser sempre reescrita”.<sup>1</sup>

“Tarefa inadiável de repensar a história, o fazer histórico e a historiografia de modo diferente daquele até hoje dominante nos círculos acadêmicos e de formação profissional”.<sup>2</sup>

Tomando como ponto de partida a afirmação desses dois historiadores que, apesar de suas singularidades, concordam que a História é um campo de lutas, disputas e

<sup>1</sup> PROST, Antoine. *Doze lições Sobre a História*: Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 79.

<sup>2</sup> AGUIRRE, Carlos. *Antimanual do mau historiador*. Londrina: EDUEL, 2007, p. xv.

enfrentamentos sobre o *passado*<sup>3</sup>, neste artigo, apresento algumas questões e provocações para examinar as relações de gênero e sexualidade circunscritas ao período da ditadura civil-militar brasileira<sup>4</sup> (1964-85). Para isso, apresento um breve panorama da produção historiográfica sobre esse período, em seguida, localizo o surgimento do grupo teatral *Dzi Croquettes*, e, por fim, esboço como a concepção de masculinidades disparatadas me permite indagar e visualizar como esse grupo, a partir de suas performances artísticas, contribuíram para deslocar as posições de gênero e sexualidade e amplificar uma gama de práticas e desejos que fogem da norma masculina heterossexista.

Inegavelmente, a produção historiográfica sobre a ditadura civil-militar é ampla e heterogênea. Áreas como História, Ciências Sociais e Ciências Jurídicas são predominantes nesse debate. De modo geral, arrisco dizer que, pelo menos três eixos temáticos orientam a produção historiográfica sobre o período, são eles: o Golpe de 1964<sup>5</sup>, a luta armada<sup>6</sup> e a denominada resistência democrática<sup>7</sup>. Acrescente-se também os debates sobre cultura política<sup>8</sup> e revisionismo histórico<sup>9</sup>.

---

<sup>3</sup> Segundo Keith Jenkins, o “passado e a história não estão unidos um ao outro de tal maneira que se possa ter uma, e apenas uma leitura histórica do passado. [Pelo contrário] o passado e a história existem livres um do outro; estão muito distantes entre si no tempo e no espaço”, por isso, nós, historiadores/as, podemos interpretar e atribuir múltiplos sentidos ao mesmo objeto por meio de práticas discursivas. Ver: JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 24.

<sup>4</sup> Sobre o uso da nomenclatura civil-militar, já expliquei em texto anterior. SILVA, Natanael. Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidades e feminilidades vigiadas. *Mosaico*, v. 7, n. 11, p. 65-83, 2016.

<sup>5</sup> DREIFUSS, René. *1964: a Conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: VOZES, 1981.; FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n° 47, p. 29-60, 2004.; FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.; MORAES, Maria Lygia. O Golpe de 1964: testemunho de uma geração. In: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964- 2004)*. Bauru: EdUSC, 2004, p. 297-314.; ALONSO, Angela & DOLHNIKOFF, Miriam. (orgs). *1964: do golpe a democracia*. São Paulo: Editora HEDRA, 2015.; ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *1964: 50 anos depois: a ditadura em debate*. Aracajú: EDISE, 2015.

<sup>6</sup> JÚNIOR, Ottoni. *O baú do guerrilheiro: memórias da luta armada urbana no Brasil*. Editora Record, 2004; SALES, Jean. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.; SALES, Jean. *Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

<sup>7</sup> AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.; NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980)*. Tese (Livro-Docência em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011; RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964- 2004)*. Bauru: EdUSC, 2004, p. 53-65; RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA,

Segundo a historiadora Mariana Joffily,<sup>10</sup> essas preleções temáticas, principalmente nas datas de aniversários “redondos” do golpe de 1964 como os 40 anos do golpe em 2004 e os 50 anos do golpe em 2014, se constituíram em momentos de efervescência e controvérsias, públicas e acadêmicas, em torno de temas como o caráter do golpe, a relação da sociedade civil com o regime, o papel da luta armada e a periodização da ditadura.

Todavia, para o historiador Douglas Marcelino, parte significativa da produção historiográfica sobre a ditadura civil-militar brasileira enfatiza a dimensão política, no sentido *stricto* do termo, como os partidos e as instituições, sedimentando uma narrativa marcada pela díade censura e repressão. Assim, diz o autor:

[as] questões como a sexualidade e outras relacionadas ao plano comportamental, quando mencionadas, são tomadas apenas como epifenômenos de uma variante política fundamental. Assim, a história do Brasil entre 1964 e 85 tem sido reduzida à história política da ditadura militar<sup>11</sup>.

Contudo, desde o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000, uma preocupação com o ‘lugar’ das mulheres e dos homossexuais (assim como lésbicas, travestis e transgêneros) no campo da ditadura, ampliou o olhar e a abordagem historiográfica,

---

Rodrigo P. Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 30-47.

<sup>8</sup> MOTTA, Rodrigo. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, 2018.

<sup>9</sup> MELO, Demian. *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014; SENA JÚNIOR, Carlos; MELO, Demian; CALIL, Gilberto. (Orgs.). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

<sup>10</sup> JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, 2018.

<sup>11</sup> MARCELINO, Douglas. *Subversivos e Pornográficos: Censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011, p. 22.

complexificando o entendimento de tal *realidade*.<sup>12</sup> Como ponto de partida, temos os trabalhos da historiadora Ana Maria Colling<sup>13</sup> e do historiador James Green.<sup>14</sup>

Para Colling, a discussão sobre sexualidade feminina, ao longo dos anos 1960-70, era considerada um tabu e assim:

não somente a Igreja e as parcelas conservadoras da sociedade brasileira negam-se a discuti-la, considerando-a algo promíscuo e atentatório à moral e aos bons costumes, mas até mesmo as organizações de esquerda e as próprias militantes repudiavam as tentativas da discussão neste sentido, optando pelo viés estritamente político<sup>15</sup>.

Na visão da historiadora Mariza Corrêa, as pesquisas em torno das décadas de 1960-70 têm frequentemente esquecido elementos do âmbito social e cultural como “a música e o teatro” bem como “a relação entre sexo e gênero e a temática, só recentemente transformada em questão teórica, do uso performático do corpo”<sup>16</sup>, como no caso dos nossos personagens, *Dzi Croquettes*.

Além disso, Colling argumenta que boa parte da história sobre as oposições e resistências às arbitrariedades da ditadura naturalizou uma narrativa predominantemente masculina, produzindo silêncios e apagamento das mulheres como sujeito político. Nas palavras de Margaret Rago,

as memórias, os testemunhos, as autobiografias ou os romances memorialistas que tratam da experiência da militância política em partidos de esquerda e da prisão foram, em sua maior parte, produzidos por militantes do sexo masculino, embora muitas mulheres tivessem tido uma

---

<sup>12</sup> *Realidade* aqui não é apenas “o dado bruto da experiência imediata das coisas e das relações, mas a concomitante elaboração que estas sofrem a partir de nossa capacidade de simbolização, conceituação e significação”, mas, como argumenta Albuquerque Júnior, é um conceito, um efeito de múltiplas “operações de significação, de classificação, de racionalização, de rememoração, de imaginação”, empreendidas pelos indivíduos de acordo com históricas condições de possibilidades numa dada sociedade assim como as suas relações sociais, práticas culturais, posição de classe, de gênero, de sexualidade, etnia e geração. Ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. O historiador Naif ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. RJ: 7Letras, 2006, p. 198.

<sup>13</sup> COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

<sup>14</sup> GREEN, James Naylor. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

<sup>15</sup> COLLING, Ana Maria. 50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OP SIS*, Catalão, v. 15, n. 2, p. 375, 2015.

<sup>16</sup> CORREA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 13-30, p. 21, 2001.

atuação de destaque nos grupos políticos “revolucionários” e na resistência contra o regime<sup>17</sup>.

Para essas autoras, na esteira do pensamento foucaultiano, falar da mulher militante na ditadura, por exemplo, “não é somente relatar os fatos em que esteve presente, mas é reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos”<sup>18</sup>. É observar os jogos de poder, os ditos e os interditos que uma dada ordem discursiva e um regime de verdade costumam prescrever.

Green e Quinalha, por seu turno, ao pensarem a relação entre ditadura e homossexualidades, reconhecem que, apesar do esforço analítico e da “profusão de reflexões nos últimos anos sobre o tema”<sup>19</sup>, ainda existe uma “ausência de produção acadêmica mais profunda que se mostre capaz de analisar, com o devido cuidado, as questões relacionadas às sexualidades dissidentes e suas interações com as mudanças que marcaram o regime de 1964”<sup>20</sup>.

Com efeito, os autores identificam que os trabalhos que focalizam a sexualidade, geralmente ignoram “sua relativa autonomia dos processos políticos mais gerais” ou discute-a “como se estivesse completamente desconectado da história do período”<sup>21</sup>, conseqüentemente, ambos os pressupostos acarretam prejuízos para analisar as complexas relações e mediações das sexualidades com a dinâmica social e institucional das relações de poder. Nessa lógica, indagam:

quais foram os efeitos da ditadura no cotidiano de mulheres que amavam outras mulheres, de homens que desejavam outros corpos masculinos ou mulheres e homens que se recusaram a reproduzir as noções e o comportamento hegemônico de gênero?<sup>22</sup>

E digo mais, quais os possíveis efeitos na produção das masculinidades a partir da ambigüidade cênica e performativa dos *Dzji Croquettes*? Além de Colling e Green, os quais

---

<sup>17</sup> RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 62.

<sup>18</sup> COLLING, 2015, p. 381.

<sup>19</sup> GREEN, James; QUINALHA, Renan. (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EduFSCar, 2014, p. 18.

<sup>20</sup> GREEN & QUINALHA, 2014, p. 19.

<sup>21</sup> GREEN & QUINALHA, 2014.

<sup>22</sup> GREEN & QUINALHA, 2014.



considero instauradores de discursividades, em termos foucaultianos<sup>23</sup>, destaco também os trabalhos<sup>24</sup> de Fábio Henrique Lopes, João Silvério Trevisan, Júlio Simões, Margaret Rago, Renan Quinalha, Rita Colaço Rodrigues e Susel Rosa que na encruzilhada dos estudos de gênero, sexualidade e ditadura e numa abordagem interdisciplinar, não só matizam as minhas reflexões como também tensionam uma histórica trama discursiva, trazendo para o centro da narrativa histórica a trajetória e atuação de homens e mulheres que por não se enquadrarem na gramática hegemônica do gênero, foram censurados, vigiados, denunciados e até punidos moralmente por expressarem uma feminilidade e/ou masculinidade considerada subversiva.

### **“NEM HOMEM, NEM MULHER, APENAS GENTE” - *DZI CROQUETTES***

Genealogicamente, os *Dzi* foram oficialmente formados em 08 de agosto de 1972, em Santa Teresa, no Rio de Janeiro, e duraram até 1976, quando a sua primeira formação se desmontou. Entre pelos, barbas, purpurinas e paetês, suas performances artísticas caracterizavam-se pela ambiguidade de gênero, numa fusão de teatro e humor, com passos fortes, danças e rebolados, eles combinavam, de maneira inusitada, meias de futebol com salto alto, sutiãs com peitos cabeludos, cílios postiços com barbas e diziam: “Nós não somos homens, nem somos mulheres. Nós somos gente, gente computada igual vocês!”<sup>25</sup>.

<sup>23</sup> FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

<sup>24</sup> LOPES, Fábio. Corpos trans! Visibilidade das violências e das mortes. Dossiê *Transversos: O Corpo na História e a História do Corpo*, Rio de Janeiro, v. 05, n. 05, p.8-22, 2015; LOPES, Fábio. Visibilidade da experiência Trans! Corpos, idades e imagens. *Sociopoética* (Online), v.1, p. 04-22, 2016; LOPES, Fábio. Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira: Apontamentos de uma pesquisa. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 145-167, 2016; TREVISAN, João. *Devassos no paraíso – A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2011.; SIMÕES, Júlio & FACCHINI, Regina. *Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009; RAGO, 2013.; QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Universidade de São Paulo, USP, 2017.; RODRIGUES, Rita de Cássia. *De Daniel a Chrysóstomo - quando travestis, boencas e homossexuais entram em cena*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.; RODRIGUES, Jorge. *Impressões de Identidade: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil*. Niterói: EduFF, 2010.; PEDRO, Joana; WOLFF, Cristina (orgs.). *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis; Ed. Mulheres, 2010; ROSA, Susel. *Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante*. São Paulo: Intermeios, 2013.

<sup>25</sup> LOBERT, Rosemary. *A Palavra Mágica: A vida cotidiana do Dzi Croquettes*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

Expressando também que “o masculino está no feminino e o feminino está no masculino”<sup>26</sup>, ampliando a visão binária e estática desses campos.

O grupo era formado por 13 homens - atores/bailarinos. Seus integrantes tinham entre 18 e 40 anos, negros, brancos, brasileiros e um norte-americano, eram eles: Wagner Ribeiro, Bayard Tonelli, Roberto de Rodrigues, Cláudio Gaya, Reginaldo e Rogério de Poly, Paulo Bacellar, Ciro Barcelos, Leonardo Laponzina (Lennie Dale), Cláudio Tovar, Benedicto Lacerda, Carlinhos Machado e Eloy Simões. Evidenciando assim a diversidade e a pluralidade de experiências presentes no grupo. Porém, como articular a heterogeneidade inerente ao grupo e seus 13 integrantes? Como não cair na armadilha de homogeneizá-los?



Figura 1: Dzi Croquettes. Fonte: <https://bit.ly/2JePfpN>

Tomando a masculinidade e feminilidade como metáforas de poder e capacidade de atuação dos indivíduos, isto é, não são “sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres”, como sugere o antropólogo Miguel de Vale de Almeida, mas são acessíveis tanto a homens quanto mulheres. Aproprio-me, então, da concepção de “sexualidades disparatadas” para abarcar uma ampla gama de práticas, citações e desejos que fogem e/ou deslocam a heteronorma. Segundo os historiadores Elias Veras e Albuquerque Júnior, na apresentação do Dossiê *Quando Clio encontra as sexualidades disparatadas*, publicado em 2016,

se durante décadas, a historiografia invisibilizou essas experiências [homossexualidades e travestilidades etc] que, ao longo da história

<sup>26</sup> CORRÊA, Mariza; PISCITELLI, Adriana. Flores do Colonialismo. Masculinidades numa perspectiva antropológica. Entrevista com Miguel Vale de Almeida. *Cadernos Pagu*, v. 11, 1998, p. 210.

assumiram diferentes denominações e significados, [...], nos últimos anos, os olhares de Clio voltaram-se para os clamores dos “disparatados”, revelando que as demandas do presente orientam os usos do passado e contribuem para a reescrita da história<sup>27</sup>.

Em raciocínio similar, o sociólogo Richard Miskolci e o antropólogo Júlio Simões, na apresentação do Dossiê *Sexualidades Disparatadas*, publicado em 2007, sublinham que o termo disparate “designa contra-senso, extravagância, ação ilógica ou estúpida”<sup>28</sup>. Em outras palavras, é aquilo que foge, desloca e/ou fratura as insígnias da *e* na heteronorma. Tomado de empréstimo de Michel Foucault, o termo “sexualidades disparatadas” circunscreve um dispositivo que não só reprime o sexo como também cria e/ou possibilita a emergência de novos prazeres e desejos. Nas palavras do autor:

nas sociedades industriais modernas [...]. Não somente assistimos a uma explosão visível das sexualidades heréticas [como as homossexualidades] mas, sobretudo [...] a um dispositivo bem diferente da lei: mesmo que se apoie localmente em procedimentos de interdição, ele assegura, através de uma rede de mecanismo entrecruzados, a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatadas<sup>29</sup>.

Por isso, ao historicizar as concepções, os sentidos e o processo de invenção na e das experiências de masculinidades a partir dos *Dzi Croquettes*, busquei compreender como, no período da ditadura civil-militar, as identidades eram valoradas e configuradas como inteligíveis e quais eram vigiadas, censuradas e até punidas.

Além disso, historicizar o “masculino, revelando-o como gênero permeado, também, pelas relações sociais do sexo”<sup>30</sup>, nos ajuda a desmistificar e desnaturalizar as insígnias constituintes da masculinidade e suas investidas, colocando no primeiro plano as práticas discursivas e não discursivas inerentes aos processos de regulação de gênero<sup>31</sup> que pressupõe uma heterossexualidade compulsória e, por sua vez, subalterniza outras

<sup>27</sup> VERAS, Elias; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. (Org.). Dossiê: Quando Clio encontra as “sexualidades disparatadas”. *Revista Esboços*, v.23, n.35. Florianópolis: UFSC, p. 7, 2016.

<sup>28</sup> MISKOLCI, Richard; SIMÕES, Júlio (Org.). Dossiê Sexualidades Disparatadas - n. 28. *Cadernos Pagu*, p. 9, 2007.

<sup>29</sup> FOUCAULT, 1988, p. 56-7.

<sup>30</sup> WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica Raisa (org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004, p. 117.

<sup>31</sup> Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*. n.42, p. 249-274, 2014.

expressões e performances de masculinidades, às quais desestabilizam o modelo de masculinidade branca, heterossexual e viril.

Desde 2010, com o lançamento do documentário *Dzi Croquettes*<sup>32</sup>, em DVD, algumas teses<sup>33</sup>, dissertações<sup>34</sup>, monografias<sup>35</sup> e artigos<sup>36</sup> diversos vêm sendo produzidos sobre o grupo. Assim, autores/as comungam de um mesmo artefato narrativo audiovisual para problematizar e levantar diversas questões sobre gênero, sexualidade e corporalidade.

Todavia, em minha dissertação de mestrado<sup>37</sup>, busquei expandir a análise para além da narrativa do mesmo, entrecruzando-a com alguns dos enunciados que circulavam nos jornais da época como *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Última hora* etc., além de buscar, numa abordagem discursiva foucaultiana, recompor a trama de sua produção, as regras que incidem em “coisas ditas e ocultas, em enunciações exigidas e interditas; com o que supõe de variantes e de efeitos diferentes segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra”<sup>38</sup>. Isto é, não se restringindo apenas ao nível das palavras, “ou apenas das coisas; muito menos, buscar a bruta e fácil equivalência de palavras e

<sup>32</sup> ALVAREZ, Raphael; ISSA, Tatiana. DVD, *Dzi Croquettes*: Brasil. 110 min. 2010.

<sup>33</sup> TEÓFILO, Magno. *Modos de subjetivação na experiência Queer*: micropolíticas do corpo, do gênero e da sexualidade no filme *Dzi Croquettes*. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2015; FREITAS, Talitta. *Life is a Cabaret*: a obra dos *Dzi* para além das lentes do cinema. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

<sup>34</sup> BRAGA, Cíntia. *Desejos desviantes e imagem cinematográfica*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013; CYSNEIROS, Adriano. *Da Transgressão confinada às novas possibilidades de subjetivação*: resgate e atualização do legado Dzi a partir do documentário *Dzi Croquettes*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014; OLIVEIRA, Haroldo. *Te contei, não?:* a “glitter revolution” Dzi escrita em plumas e sangue. Dissertação (Mestrado em Letras) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

<sup>35</sup> SCHÜTZE, Jéssica. *Dzi Croquettes*: Teatro de resistência no período da ditadura militar brasileira. Monografia em história, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015; TOLEDO, Ricardo. *Corpo e cultura*: um estudo sobre a arte do grupo *Dzi Croquettes*. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Educação Física), Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2015.

<sup>36</sup> OLIVEIRA, Edson. Falta de definições ou exploração da ambigüidade? *Dzi Croquettes* e a busca por uma teoria queer. *Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História – LHAG/UNICENTRO*, p. 187-194, 2013; FOSTER, David William. Cultural re-visions of the brazilian troupe, *Dzi Croquettes*. *Journal of Theatricalities and Visual Culture*, California State University, Los Angeles, 2013. Disponível em <http://web.calstatela.edu/misc/karpa/Karpa6.2/Site%20Folder/foster1.html>. Acessado em 22 de dez. 2016.

<sup>37</sup> SILVA, Natanel de Freitas. *Dzi Croquettes*: invenções, experiências e práticas de si - masculinidades e feminilidades vigiadas. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

<sup>38</sup> FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 111.

coisas”, mas é procurar “não o que estaria escamoteado, mas os modos de se fazer verem certas coisas num determinado tempo”<sup>39</sup>.

Um exemplo é *A mensagem pintada nos rostos*, em que a jornalista Liana Horta abordou a recorrência do uso de maquiagem por atores masculinos, principalmente, em peças teatrais nos anos 70, que poderia significar uma mudança na composição estética artística masculina.

Quando o grupo de bailarinos dos Dzi Croquetes aparece em cena, a reação da plateia – tanto na temporada carioca no Pujol, como agora no teatro em São Paulo – é quase sempre a mesma. As figuras masculinas, com uma forte maquiagem colorida e trejeitos femininos, se chocam entre si, provocando o aparecimento de seres híbridos e de sexualidade dúbia. O público, a princípio perplexo, reage sistematicamente com o riso irônico. O caso dos Dzi Croquetes não é o único. Secos e Molhados, um conjunto de música jovem, pinta os rostos de seus cantores com o mesmo exagero do ritual que acompanha as suas apresentações. Maria Alcina tem um rosto diferente em cada show, enquanto no teatro e na televisão, os atores acreditam que pintados se comunicam melhor com o público<sup>40</sup>.

Um outro exemplo desses enquadramentos e classificações em torno das performances artísticas dos *Dzi Croquettes* é a matéria intitulada *Até o Próximo Verão*, publicada no Caderno B do *Jornal do Brasil*, pela jornalista Emília Silveira. Em um tom irônico, ela chama a atenção para o “cidadão reboativo” que deixava de ser “viado” e passava a ser o *andrógino*. Este último usava e abusava da maquiagem para ser “entendido” por parte da plateia. Em suas palavras:

Antigamente, homem que reboava acima dos padrões permitidos ao seu sexo recebia alguns qualificativos ofensivos. Este verão marcou a reabilitação pelo menos temporária do cidadão reboativo, agora não mais conhecido pelo nome daquele arisco animal selvagem [**leia-se, veado**] mas pelo sonoro nome de *andrógino*. E androginia marcou o grande sucesso da temporada no show-business, com uns coloridos jovens chamados Secos e Molhados. A família e a não-família vibraram com os trejeitos e a música dos rapazes, que, do ponto-de-vista artístico, não chegaram para quem quis. O *Vira-Vira* tornou-se uma espécie de hino, e alguns descobriram transcendentais implicações em seus versos. Na esteira do sucesso dos Secos e Molhados, baixaram os Dzi croquetes, que também arrebataram multidões. Garantindo a permanência de

<sup>39</sup> FISCHER, Rosa. *Trabalhar com Foucault- arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p.138.

<sup>40</sup> *Jornal do Brasil*, Caderno B; Rio de Janeiro, quinta-feira, 01 de novembro de 1973, p.1.

correntes mais tradicionalistas, tanto do ponto-de-vista artístico quanto existencial, houve (e há) Chico Buarque. Ainda não precisou pintar o rosto e cantar em falsete para ser entendido<sup>41</sup>.

O modo como os *Dzji* foram nomeados e classificados me permite dizer que o discurso jornalístico também é instituintes de reais, isto é, participe na construção de sentidos, nos jogos e enquadramentos discursivos em torno das performances artísticas do grupo. Na medida que eles foram classificados de *andróginos* ou de “cidadãos reboletivos”, seus corpos foram marcados, valores foram agenciados por uma vontade de saber-poder que tentava capturá-los numa gramática das novas identidades sexuais emergentes naquela década.

Segundo Júlio Simões, o termo *entendido* foi agenciado, ao longo dos anos 70-80, como uma nova categoria social para identificar e nomear pessoas que se relacionavam com outras do mesmo sexo, “independentemente de serem afeminadas ou masculinizadas”<sup>42</sup>. Logo, O termo *entendido*, no contexto vigente, poderia denotar um jogo linguístico de identificação dos *Dzji* como homens gays. Além disso, ao descrever o cantor Chico Buarque como um homem que “ainda não precisou pintar o rosto e cantar em falsete para ser entendido”, há um desejo de marcar e situar uma identidade masculina heterocentrada e desejável em oposição ao homem *entendido*, sedimentando hierarquias e delimitando fronteiras entre os sujeitos de gênero.

Ao longo de sua existência os *Dzji* desenvolveram um tecido social e afetivo e uma complexa rede que envolvia produtores de teatro, intelectuais, artistas e músicos diversos. Figuras como Elke Maravilha, Betty Faria, Luiz Carlos Miele e Ronaldo Bôscoli se tornaram fundamentais ao longo da formação e consolidação dos *Dzji*. Frequentadora assídua do *Cabaret Casa Nova*, situado na Lapa, Rio de Janeiro, Elke Maravilha viu as primeiras apresentações dos *Dzji*, em 1972.

Foi nesta casa que os *Dzji* estrearam o espetáculo “*Dzji-família Croquette*”. O número apresentava uma linguagem de cabaré, marcada pela teatralidade, vivacidade e alegria, com ênfase no humor e na linguagem musical. Em paralelo, utilizavam práticas do carnaval carioca como o costume de alguns homens vestirem-se de mulher e apresentavam também componentes do nosso teatro de revista, como sátiras sociais e políticas entrecruzadas com muita sensualidade.

---

<sup>41</sup> *Jornal do Brasil*, Caderno B, Rio de Janeiro, quinta-feira, 21 de março de 1974, p. 1.

<sup>42</sup> SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 57.

Por certo, Elke se tornou o elo entre o grupo e o produtor Luiz Carlos Miele, que por sua vez, aproximou parte do grupo como Wagner Ribeiro com Lennie Dale, o norte-americano que imprimiu uma estética *Broadway* nas performances dos *Dzi*, como a utilização de jogos de luzes como um dos recursos cênicos acompanhando os passos das coreografias.

Um dos pontos de maior destaque na trajetória do grupo foi a censura sofrida no primeiro semestre de 1974. Suas apresentações foram suspensas por mais de três meses, de maneira que eles foram obrigados pelos censores da ditadura a “aumentar dois centímetros o tamanho das tangas”<sup>43</sup> para poder continuar em cartaz. Boa parte desse acontecimento foi noticiado pelo *Jornal do Brasil* durante os meses de fevereiro e março de 1974. Um exemplo é a matéria a “Censura revê Dzi Croquetes”:

(...) dependerá de um ensaio especial, para a Censura Federal, marcado para hoje à tarde no Teatro da Praia, a volta ao cartaz do show dos Dzi Croquetes, com temporada interrompida há uma semana, depois de novas exigências das autoridades. O espetáculo foi um sucesso de público durante meses em São Paulo e ficou uma semana no Rio, até que na noite do dia 20 foi interdito pelos censores. Hoje se decidirá sobre a exigência ou não de cortes no texto para o seu prosseguimento em cartaz<sup>44</sup>.

Ao longo desse período, os *Dzi* foram negociando com os censores e, infelizmente, tiveram prejuízos durante o tempo que ficaram suspensos. Como observou James Green, no início dos anos 70 as disputas de censura “estavam circunscritas em larga medida às expressões literárias e artísticas que os militares encaravam com um desafio direto à política do regime ou à moralidade pública”<sup>45</sup>. Sendo assim, após a promulgação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, que “decretou o fechamento do congresso, a suspensão dos direitos constitucionais e a cassação de inúmeros mandatos”<sup>46</sup>, registra-se que cerca de 500 filmes, 450 peças teatrais e aproximadamente 1000 músicas foram censuradas.

---

<sup>43</sup> LOBERT, 2010, p. 122.

<sup>44</sup> *Jornal do Brasil*, 1º caderno, Quinta-feira, 28 de fevereiro de 1974, p. 10.

<sup>45</sup> GREEN, 2000, p. 399.

<sup>46</sup> GREEN, 2000, p. 391.; NAPOLITANO, 2011.

Carlos Fico e Luiz Morando<sup>47</sup> argumentam que a ditadura aperfeiçoou as práticas de censura já existentes no Brasil antes mesmo da ditadura civil-militar, assim como Benjamim Cowan. Para este, a partir da análise de documentos oficiais da repressão como relatórios do SNI (Sistema Nacional de informações) e da ESG (Escola Superior de Guerra), os ideólogos conservadores e planejadores do regime de segurança nacional dos anos 1960-80 recorreram à uma tradição presente desde o Integralismo no Brasil, dos anos 1930, que concebia a homossexualidade – principalmente a masculina, seja ela pública ou privada, como uma espécie de subversão inimiga.

Esses ideólogos compreendiam a homossexualidade “como uma prática degenerativa, furtiva e de efeminados, que eles, vaga e variavelmente, associaram com subversão comunista e vulnerabilidade política”<sup>48</sup>. Efetivamente, os principais alvos da censura foram, além da imprensa (a exemplo do *Lampião da Esquina*), as atividades artísticas como o “teatro, o cinema, a tv, o circo, os bailes musicais [e] as apresentações de cantores em casas noturnas”<sup>49</sup>, ou seja, todas as manifestações que em alguma medida apresentassem uma ‘ameaça’ ao projeto de homogeneização da sociedade da época.

Por outro lado, Daniel Aarão Reis argumenta que devemos revisitar os chamados anos de chumbo (1969-1974) de maneira a perceber a sua riqueza,

pois foram também *anos de ouro*, descortinando horizontes, abrindo fronteiras [...] prenhes de fantasias esfuziantes, transmitidas pela televisão, em cores, alucinados anos, com seus magníficos desfiles carnavalescos e tigres e tigresas de toda sorte dançando ao som de frenéticos *dancin' days*<sup>50</sup>.

Desta maneira, além da repressão, os *anos de ouro* também foram constituídos como um período muito criativo no campo dos costumes e das artes, assim como de expansão ou

---

<sup>47</sup> MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In: GREEN, James; QUINALHA, James (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EduFSCar, 2014, p. 53-81.

<sup>48</sup> COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan. (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EduFSCar, 2014, p. 32.

<sup>49</sup> FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia. (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 189.

<sup>50</sup> REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 91.



de implosão de fronteiras identitárias<sup>51</sup>. Com efeito, “os códigos de vestuário do homem e da mulher ficaram mais flexíveis, enquanto o estilo unissex confundia as distinções entre as roupas masculinas e femininas”<sup>52</sup>. Não por acaso, os *Dzj* usavam e abusavam da ambiguidade de gênero ao sobrepor em seus corpos másculos um misto de movimentos com passos fortes e gestos suaves, as suas bailarinas peludas, porém, super maquiadas, com vestidos esvoaçantes, brilhosos e em cima de longos saltos.



**Figura 2:** Cláudio Gaya - Bailarina Nazista. Fonte: <https://goo.gl/HbMhnm>

O questionamento das tradicionais concepções de gênero teve seu início ainda nos anos 1960, como um efeito do surgimento da chamada cultura jovem. A historiadora Maria Rainho<sup>53</sup> sugere que a criação da minissaia, pelo estilista André Courrèges, na coleção primavera-verão de 1965 e o lançamento do *smoking* feminino por Yves Saint Laurent, em 1996, potencializaram mudanças significativas nas subjetividades femininas e masculinas daquela geração. Principalmente no modo de produção de si, potencializando outros sentidos ao corpo, ao desejo e a sensualidade.

Por sua vez, o surgimento da figura ambígua/unissex difundida e materializada na figura artística de Caetano Veloso, na esteira da Contracultura e do Tropicalismo, ressoou nas performances dos *Secos e Molhados*, nos *Dzj Croquettes* e no trabalho solo do cantor Ney

<sup>51</sup> Em texto anterior, já foi discutido as tensões entre as masculinidades nos anos 1970. Ver: SILVA, Natanael. Masculinidades hierarquizadas: entre o 'gay macho' e a 'bicha louca', performances de gênero nos anos 1970. *Revista de Artes e Humanidades*, n. 14, 2016.

<sup>52</sup> GREEN, 2000, p. 403.

<sup>53</sup> RAINHO, Maria. *Moda e Revolução nos anos 1960*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2014.

Matogrosso, promovendo a chamada androginia e “abalando as marcas e representações de gênero tradicionais de masculinidade”<sup>54</sup>. Nas palavras de Djalma Thürler, os *Dzi* ajudaram a

questionar um padrão hegemônico de masculinidade [...]. Para eles o gênero era mutável, múltiplo e não apenas masculino e feminino. Eles implodiram a constituição da masculinidade quando foram mulheres e bichas em corpos marcados por pelos<sup>55</sup>.

Essa outra possibilidade de compreensão da dinâmica social no período em tela, possibilita aos pesquisadores/as observar que apesar da complexa conjuntura marcada pela repressão e pelo desbunde<sup>56</sup>, é potente e possível (re)pensar e historicizar as performances artísticas desses personagens de modo a politizar e desconfiar das concepções que tentam colocar essas manifestações como um efeito ‘menor’ de uma política mais ampla e institucionalizada. Pelo contrário, esses acontecimentos nos dão outros caminhos para acessar o nosso passado recente e observar as brechas e estratégias forjadas naquela geração para criar outros modos de existência e resistência.

É notório que hoje, na contemporaneidade, não podemos mais escamotear as proposições que os estudos sobre ditadura, gênero e sexualidade podem nos oferecer. Afinal, quando fazemos história, falamos de homens e mulheres no tempo, marcados por sua posição de sujeito, gênero, raça, classe, sexualidade, geração etc., ou, em termos sociológicos, os *marcadores sociais da diferença* que estruturam nossas subjetividades, isto é, falamos de corpos sexuados, situados no tempo e no espaço, saturados por relações de poder.

Ao indagar que tipo de notícia, de atribuição de sentido e quais valores eram agenciados ao anunciarem os espetáculos do grupo, pude observar o que se tornou notícia como a nudez, a androginia e a ambiguidade presente em suas performances e outros temas como família e revolução sexual, possibilitando explorar e ampliar o escopo de análise em torno das masculinidades na ditadura.

---

<sup>54</sup> GREEN, 2000, p. 410.

<sup>55</sup> THÜRLER, Djalma. *Dzi Croquettes: Uma política queer de atravessamentos entre o real e o teatral*. In: *Congreso Iberoamericano de Masculinidades y Equidad: Investigación y Activismo*, Barcelona. (trans)formando la masculinidad: de la teoría a la acción, 2011.

<sup>56</sup> Gíria predominante nos anos 70, aqui eu a utilizo como uma metáfora, uma alusão a uma mudança radical de comportamento, significava, também, da emergência de outra moralidade, outra estética, em contraponto ao conservadorismo moral vigente. Ver: DINIZ, Sheyla. *Desbundados e Marginais: A MPB “pós-tropicalista” no contexto dos anos de chumbo*. XII BRASA: CONGRESSO INTERNACIONAL DA BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION King’s College, Londres, 20 a 23 de agosto de 2014.

Os *Dzji*, para além da ambiguidade de gênero presente em suas performances que com seu modo libertário e caracterizados de ‘mulher’ *causavam*<sup>57</sup> em cena, também são considerados os percussores do chamado teatro besteiro e/ou teatro do improvisado que se popularizou nos anos 1980<sup>58</sup> subvertendo a linguagem, criando inclusive uma espécie de vocabulário particular. Sobre isso, Lobert menciona que:

Os *Dzji* adotavam, consolidavam e até inventavam uma linguagem doméstica sempre acompanhada de um forte tempero de “meu amor”, “maravilhoso”, com um calor humano na entonação que beirava ao exagero. Utilizavam ainda sempre o pronome feminino- ela- para se referir a qualquer pessoa, homem ou mulher<sup>59</sup>.

De modo geral, essas manifestações em torno do corpo, da sexualidade e do gênero foram possibilitadas pelo inflamado lema - “o pessoal é político”<sup>60</sup>. Como assevera Margareth Rago, entre os anos 70 e 80, devido aos feminismos e a emergência do movimento de afirmação homossexual,

foi fundamental, ainda, a entrada em cena do corpo, do desejo e da sexualidade no campo da política. Nesse sentido, os feminismos renovaram o discurso político da esquerda, questionando o binarismo das representações sociais, propondo outras categorias de análise e construindo novas formas de tecer a política, o que afetou também o discurso acadêmico<sup>61</sup>.

Dessa maneira, “o movimento feminista problematizou a maneira como fomos produzidos como sujeitos generificados. [E] politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação”<sup>62</sup>. Diante disso, é salutar destacar a carência e/ou necessidade de mais pesquisas que tenham como objetivo explorar e complexificar como performances artísticas, empreendidas por grupos como *Secos e Molhados*<sup>63</sup> e *Dzji Croquettes* promoveram

---

<sup>57</sup> Na gíria *gay* significa impactar, chamar atenção, gerar comentários.

<sup>58</sup> CYSNEIROS, 2014; SILVA, 2017.

<sup>59</sup> LOBERT, 2010, p. 103-4.

<sup>60</sup> *Slogan* atribuído à jornalista e ativista norte-americana, Carol Hanisch, ícone do feminismo radical. Publicou em 1969 um ensaio com o título, *The Personal is Political*. Disponível em <<https://we.riseup.net/assets/190219/O+Pessoal%2B%C3%A9%2BPol%C3%ADtico.pdf>> Acessado em 15 de jun. 2017.

<sup>61</sup> RAGO, 2013, p. 121.

<sup>62</sup> COLLING, 2015, p. 373.

<sup>63</sup> Apesar de não problematizar o grupo neste artigo, o mesmo faz parte do meu projeto de doutoramento sobre masculinidades disparatadas nos anos 1960-70.

mudanças, fraturas e ressignificação nas prescrições normativas de gênero e sexualidade em um período onde os corpos eram vigiados e punidos.

Tendo como premissa a concepção de que sexualidade não é um sinônimo de relações sexuais, mas um constructo que envolve “desejo, afeto, autocompreensão e até a imagem que os outros têm de nós”<sup>64</sup>, entendo que falar de sexualidade na ditadura é evidenciar como os indivíduos historicamente forjados são posicionados, marcados, atravessados e constituídos pelas normas e pela experiência de sujeito de gênero.

Examinar e indagar quais concepções, imagens e práticas de masculinidades e feminilidades foram mobilizadas e moduladas por nossos personagens nos processos de subjetivação, na criação histórica, social e cultural de subjetividades, assim como pelo aparato censório do período, é um modo de mostrar como a sexualidade é móvel, cambiante e permite uma série de estratégias e táticas de manutenção do heteropoder tal como de suas resistências micropolíticas.

Entretanto, quando falo de resistência não me refiro ao sentido predominante na historiografia sobre a ditadura que, na visão de Ridenti<sup>65</sup>, enfatiza as ações coletivas, principalmente dos agentes da esquerda ortodoxa, adeptos da luta armada, e pormenoriza as ações nos campos da arte e da cultura. Ou melhor, na esfera política, como argumenta Foucault, “o elemento mais importante pode ser, quando se examina o poder, o fato de que, segundo certas concepções anteriores, ‘resistir’ significa simplesmente dizer não”<sup>66</sup>.

Isto significa que “é somente em termos de negação que se tem conceitualizado a resistência”<sup>67</sup>. Todavia, para Foucault, “a resistência não é unicamente uma negação. Ela é um processo de criação. Criar e recriar, transformar a situação, participar ativamente do processo, isso é resistir”<sup>68</sup>. Ao problematizar a relação entre *poder e sexualidade*, Foucault nos mostra que “a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias”<sup>69</sup>.

---

<sup>64</sup> MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças* - BH: Autêntica Editora, UFOP-2012, p. 39.

<sup>65</sup> RIDENTI, 2004; SILVA, Natanael. Desmistificando a “resistência democrática” à ditadura civil-militar (1964-1985). *Dia-Logos*, UERJ, vol, 10, n.1, p. 60-69, 2016.

<sup>66</sup>FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política de identidade. *Verve*, v. 5, p. 268, 2004.

<sup>67</sup>FOUCAULT, 2004, p. 268.

<sup>68</sup>FOUCAULT, 2004, p. 268.

<sup>69</sup>FOUCAULT, 1988, p.114.

Ao politizar a amizade<sup>70</sup> e o convívio entre si, os *Dzi* forjaram outros modos contingentes de existência e resistência. Segundo Francisco Ortega, “a amizade constitui uma alternativa às velhas e rígidas formas de relação institucionalizadas”<sup>71</sup> como a família, o matrimônio, a profissão, os sindicatos, as agremiações políticas etc., ou seja, espaços demarcados por um conjunto de regras e um histórico *script* de atuação social heterocentrado.

Sem romantizar essa relação, os *Dzi* forjaram uma concepção própria de família<sup>72</sup> em que, cada integrante assumia, na sua maioria, uma personagem construída e percebida socialmente como feminina. Essa concepção de família era constituída da seguinte forma: Wagner Ribeiro, por ser considerado o idealizador do grupo escrevendo e compondo a maioria das músicas e os textos do espetáculo, era a Mãe - Silly Dale. Leonardo Laponzina, mais conhecido como Lennie Dale - era o Pai. Dançarino, coreógrafo, cantor e compositor, a ele é creditado o processo de profissionalização dos *Dzi*. Sob seu comando com intensos ensaios diários, mais de 8 horas por dia, os *Dzi* desenvolveram e aperfeiçoaram suas técnicas de dança, canto e interpretação, aprimorando suas performances artísticas.

Essa “família” denominada de “mágica” tinha três cunhadas, as irmãs da mãe. Bayard Tonelli era a Tia Bacia Atlântica, tinha a função de cuidar do dinheiro do espetáculo. Reginaldo de Poly era a Rainha, tinha esse nome por ser uma pessoa extremamente organizada e, por isso, cuidava da parte administrativa do grupo, além de se inspirar na figura histórica da Rainha Elisabeth para fazer suas performances. E por fim, Roberto de Rodrigues, um dos responsáveis pela elaboração de cenários, interpretava a Tia Rose, também chamada de Lady Oregon, que tinha uma performance lacônica, isto é, com foco nos gestos mais do que nas palavras.

Tinha-se também cinco filhas. As três filhas consideradas naturais eram Cláudio Gaya, chamada de Claudette ou Gayette, que era um dos responsáveis por escrever os textos e roteiros dos espetáculos. Ciro Barcellos, por ser um dos mais novos integrantes dos *Dzi*, tinha por volta de 17 anos na época, era a filha caçula, Sillynha Meleca, também

---

<sup>70</sup> Sobre a amizade ver o item 1.1 - “da amizade como modo de vida”: formação e invenção dos *Dzi Croquettes*. SILVA, 2017, p. 7-29.

<sup>71</sup> ORTEGA, Francisco. *Para uma política da amizade Arendt, Derrida e Foucault*. Relume Dumará. 2000, p. 56.

<sup>72</sup> Pelos limites do presente texto, não é possível explorar as potencialidades desse arranjo familiar. Porém, o mesmo foi feito no item “Nós não temos sexo nem destino. Somos uma família mágica”: a concepção de família em *Dzi Croquettes*”, em: SILVA, 2017, p. 85-101.

chamada de “tonta”. E Rogério de Poly - por dançar com a bunda de fora lembrando um patinho, diz ele em uma de suas falas ao longo do documentário, era a Pata Dale. E, por fim, duas filhas adotivas, as filhas que a mãe teve com um amante.

Paulo Bacellar era a Paulete e Carlinhos Machado, por ser de pequena estatura, era carinhosamente chamado de Lotinha e, no mais, tinha-se duas sobrinhas. Benedicto Lacerda era a “Old City London”, porque gostava muito da Inglaterra e Claudio Tovar, um dos responsáveis pelo cenário, era chamada de Clô ou Franga Safada. E finalmente, Eloy Simões, a Eloína, era a empregada, também conhecida como a Mágica da Companhia. Ele entrou no grupo em São Paulo, na época foi contratado para ser o camareiro pessoal de Lennie Dale, depois acabou se tornando o camareiro de todo o grupo.

De modo geral, esse arranjo familiar funcionava como um suporte para duas percepções de família: uma encenada, levada ao palco, e outra, a família interna, dos bastidores. É como se o texto engendrado para ser apenas uma peça ganhasse vida, se espraiando para o dia a dia e misturando as fronteiras entre bastidores, palco e vida cotidiana.

No caso dos *Dzi*, a amizade se torna um espaço de experimentação e um “exercício do político, uma forma de retraçar e reinventar o político”<sup>73</sup>. Ou, ainda, uma alternativa à sociabilidade institucional burguesa, produzindo outros arranjos familiares, a partir do trabalho coletivo, criativo e profissional.

Isso é fundamental para entendê-los, pois eles engendraram uma outra possibilidade de fazer ‘revolução’, em um período marcado pelo ideal revolucionário das esquerdas em que os militantes da luta armada, em sua maioria, tinham que abrir mão de seus desejos e anseios para instituir a ‘revolução’, inclusive sublimando sua homossexualidade, (como o caso de Herbet Daniel que participou de organizações guerrilheiras como a Polop (Política Operária) e a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), e durante sete anos<sup>74</sup> negou sua (homo)sexualidade para ser aceito pelo

---

<sup>73</sup> SILVA, 2017, p. 58.

<sup>74</sup> Em *Meu corpo daria um romance*, Herbert Daniel relata que ficou desde 1967 até 1973, aproximadamente, sem conceber uma relação sexual plena por temer ser descoberto, assim, ela conta que ficou apenas no exercício do sexo solitário, ou seja, masturbação, pois, dizia ele “creio que se tivesse apagado meu sexo nunca teria acreditado na militância. Um militante sem sexo é um totalitário perigoso”, 1984, p.164. VER: GREEN, James. *Revolucionário e Gay: A vida extraordinária de Herbert Daniel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

grupo), os *Dzî* optaram não pelas armas, mas por um modo de vida, uma arte de viver, uma outra forma de fazer política e politizar as experiências e as masculinidades.

Assim, e consciente de que cada época impõe “seus pontos de vista à escrita da história”<sup>75</sup>, ousou dizer que os *Dzî Croquettes* em seu tempo, protagonizaram uma guerrilha estética. Ao historicizar as relações entre masculino/feminino, hetero/homossexualidade, é possível observar como a narrativa histórica molda, inventa e participa do jogo e manutenção dessas posições hierárquicas de gênero e de sexualidade.

Por isso, e a partir de uma análise discursiva dos jornais e do documentário, me propus a investigar e localizar frestas, fissuras e linhas de fugas que possibilitaram não só o surgimento dos *Dzî*, mas também de novas formas de viver a vida através da politização dos corpos, dos desejos e dos afetos, sendo afetados e se deixando afetar por uma “subjetividade revolucionária”<sup>76</sup> que impulsionava parte daquela geração.

Por fim, enfatizar as ações micropolíticas na produção de outra estética da existência, de outras práticas de si, daquilo que Foucault denominou de *arte do viver*, é um modo de politizar e historicizar as experiências de masculinidades e mostrar que “a forma como nós fazemos as coisas não é a única forma de fazê-las pode causar um salutar abalo”<sup>77</sup> em nossos pressupostos heterossexistas que organizam boa parte da escrita da História.

---

<sup>75</sup> PROST, 2008, p. 85.

<sup>76</sup> RAGO, 2013.

<sup>77</sup> WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 45.

## **EXISTÊNCIAS (IM) PENSÁVEIS, VIVÊNCIAS CONDENÁVEIS: QUANDO A VIDA SE TORNA PRESCRITIVA**

### **EXISTENCES (UN) THINKABLE, REPREHENSIBLE EXPERIENCES: WHEN LIFE BECOMES PRESCRIPTIVE**

**Rafael França Gonçalves dos Santos**

Doutor pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil  
Mestre em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense, Brasil  
e-mail: rafael.fgs@hotmail.com

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-3662-2456>

**DOI:**

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v6i12.19274>

Recebido em 21 de janeiro de 2018

Aprovado em 6 de outubro de 2018

#### **RESUMO**

Este texto tem como propósito apresentar as bases de uma reflexão sobre a histórica formação da ideia de um modo de vida prescritivo. Para tanto, aproprio-me da reflexão feita por Michel Foucault sobre o que é um modo de vida; pretendo considerar como esta possibilidade criativa de uma existência ética e livre pode ser transformada em uma reiteração das normas e hierarquias existentes, particularmente a partir de dois marcadores sociais: o gênero e a sexualidade.

**Palavras-chave:** Modo de vida; Prescrição; Gênero; Sexualidade

#### **ABSTRACT**

This writing aims to introduce the foundations of an initial reflection on the historical formation of the concept of a prescriptive way of life. To do so, I prepare the reflection made by Michel Foucault on what is a way of life; I intend to consider how this ethic and creative possibility of free existence can be transformed into a reiteration of existing standards and hierarchies, particularly from two markers: the gender and sexuality.

**Keywords:** Way of life; Prescription; Gender; Sexuality

#### **QUESTÕES INICIAIS**

O que é um modo de vida? Como, na contemporaneidade, têm sido produzidos os sujeitos, as subjetividades? De que maneira e por que o poder forma, cria e provoca a criação de subjetividades moldadas sob o signo da aceitação, ao mesmo tempo que qualifica e nomeia diversas outras como abjetas, inaceitáveis e desprezíveis?



Essas e outras questões poderiam ser indicadas como disparadores para justificar o interesse por esse tema de reflexão, e de alguma maneira fazem parte das interrogações daqueles e daquelas que se aventuram pelas pesquisas que envolvem os debates de gênero e sexualidade; o que permite, sugere e nos convoca a refletir sobre a invenção dos modos de vida. Paralelamente a tudo isso há um interesse em indagar, pensar e problematizar as históricas formas de produção das subjetividades. Nesse sentido, a subjetividade é compreendida, conforme a noção foucaultiana como um processo dado a partir das experiências localizadas no tempo e no espaço. E, como lembra Deleuze:

Foucault não emprega a palavra sujeito como uma pessoa ou forma de identidade, mas os termos “subjetivação”, como sentido de processo, e “si”, no sentido de relação (relação a si). E do que se trata? Trata-se de uma relação de força consigo (ao passo que o poder era a relação da força com outras forças), trata-se de uma “dobra” da força.<sup>1</sup>

Portanto, refletir sobre essa dinâmica de produção de subjetividade, ou os chamados processos de subjetivação, torna-se tarefa urgente neste momento histórico em que se observa a proliferação dos diversos movimentos sociais com reivindicações baseadas nas desigualdades de gênero, sexualidade, raça, etnia dentre muitas outras. Esses movimentos têm tomado a cena pública, tanto no Brasil quanto em outros países. O feminismo, o movimento negro, indígena e LGBT (todos eles no plural e com imensas variações) tem constituído e mobilizado uma série de formas de organização que pautam a defesa dos “direitos humanos” de grupos historicamente invisibilizados e excluídos dos desses direitos ditos universais, marcadamente com a Revolução Francesa, em 1789, e posteriormente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948<sup>2</sup>.

De maneira geral, poder-se-ia pensar que esses movimentos reivindicatórios conduziram, teleologicamente, à criação de subjetividades livres das normas e poderes que historicamente as marginalizam. Nessa esteira, eles seriam uma possibilidade de criação de dinâmicas não normativas, capazes de driblar os tentáculos de captura do poder que engendram os circuitos de violência, muitas vezes produtores das diversas formas de exclusão e abjeção. Mas será isso verdade? Quais limites podem ser encontrados nos discursos dos movimentos sociais que permitiriam desconfiar daquilo que é pregado como liberdade?

<sup>1</sup> DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 116.

<sup>2</sup> HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

Considerando os limites desse texto escrito e a impossibilidade de mapear todos esses movimentos citados, a reflexão apresentada a seguir dará atenção a algumas produções acadêmicas localizadas nos estudos de gênero e sexualidade, particularmente naquelas nomeadas como feministas.

## **MODOS DE VIDA OU UMA VIDA SEM MODOS!**

Nos últimos anos de sua produção intelectual, Michel Foucault apresenta uma inquietação que orientará parte de seus estudos, nomeadamente a questão da estética da existência. Recorrendo aos gregos, Foucault se depara com essas problematizações sobre a criação da vida como uma obra de arte, e passa então a indagar as formas possíveis de criação da existência. Um dos textos emblemáticos, nesse sentido, é uma entrevista do filósofo francês intitulada *Da amizade como modo de vida*. Nessa entrevista Foucault reflete sobre os homossexuais, e imagina como estes poderiam criar uma existência menos domada pelos circuitos do poder institucionalizado, ou seja, inventar uma existência criativa, diversa e, em última instância, ética. Nesse escopo, Foucault insere a noção de modo de vida e explica que:

Um modo de vida pode ser partilhado por indivíduos de idade e atividades sociais diferentes. Pode dar lugar a relações intensas que não se parecem com nenhuma daquelas que são institucionalizadas e me parece que um modo de vida pode dar lugar a uma cultura e uma ética. Ser gay é, creio, não se identificar os traços psicológicos e às máscaras visíveis do homossexual, mas buscar definir e desenvolver um modo de vida.<sup>3</sup>

Inicialmente, portanto, pode-se pensar que o modo de vida está associado a uma prática de liberdade, uma possibilidade de criação, invenção e produção de formas de (re) existência ao que foi historicamente definido como aceitável. Entretanto, o universo do possível pode estar distante de sua concretização na realidade. Aquilo que seria a invenção de uma liberdade autônoma e criativa pode se tornar a reiteração de repertórios e regras de conduta.

É neste ponto que a ideia de prescrição se insere como uma quebra, uma armadilha e possibilita um questionamento sobre o potencial presente nesses discursos que

---

<sup>3</sup> FOUCAULT, M. De l'amitié comme mode de vie. *Gai Pied*, n. 25, p. 38-39, 1981. Disponível em: <http://escolanomade.org/2016/02/12/599/>. Acesso em: 12 nov. 2014.

pretendem a liberdade dos sujeitos. As práticas de liberdade, as formas criativas de vida e as existências éticas e estéticas podem ser capturadas pelos discursos feitos com tom imperativo, que invocam a patrulha das condutas, sob o argumento de que esse movimento é justificável pelo ideal de liberdade que se almeja. Para melhor explicar essa ideia apresentada tomo como campo de análise o movimento feminista.<sup>4</sup> Tal escolha se deu a partir do contato com a literatura apresentada ao longo do texto; destaque, porém, que uma reflexão semelhante, considerando-se as especificidades de gênero, classe, raça/etnia e/ou geracionais, também poderia ser feita a partir da análise de grupos homossexuais ou étnico-raciais, por exemplo, na medida em que são grupos considerados desviantes, minoritários ou dissidentes a partir de algum marcador social da diferença.

O movimento historicamente chamado de feminista é tradicionalmente reconhecido pelo engajamento das mulheres nas lutas pela emancipação feminina e igualdade entre os sexos, reivindicando uma posição de sujeito de direitos, tal como fora conferido aos homens. No longo processo em curso no mundo Ocidental, particularmente a partir do final do século XVIII, a Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã, assinada por Olympe de Gouges<sup>5</sup> é um dos marcos dessa luta por igualdade no mundo Ocidental. Ao longo do XIX, portanto, a categoria *mulher* fora construída como sendo capaz de se referir a um sujeito universal e universalizante, tal como teria sido feito com o homem masculino. Ela teria a mesma sede de liberdade em todos os lugares do mundo. Assim, a ideia em voga permitiria que as mulheres trilhassem um caminho em busca dos direitos civis e políticos, e o anseio por uma liberdade que se equiparasse à masculina. Os estudos acadêmicos produzidos por diversas historiadoras na segunda metade do século XX dão destaque a essa luta empreendida pelas mulheres<sup>6</sup> em busca da liberdade civil, política e social. Nesse cenário caberia uma questão cuja resposta parece certa, mas talvez não seja: que mulher em sã consciência não aspiraria à sua liberdade? Se a

---

<sup>4</sup> Destaco reconhecer que o movimento feminista não é único e tampouco homogêneo, e é justamente essa diversidade de posições dentro do próprio movimento que permitirá o desenvolvimento da análise proposta no texto. Convém pontuar, também, que a vasta literatura produzida sobre o tema não será contemplada nos limites desse texto em função do propósito, que é o debate sobre os modos de vida prescritivos. Assim, do mesmo modo que a reflexão será feita a partir do diálogo com os feminismos, também poderia ser a partir do que atualmente se denomina de movimento LGBTI+.

<sup>5</sup> SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

<sup>6</sup> Além dos clássicos trabalhos de Michelle Perrot, merece destaque o livro de Joan W. Scott, “A cidadã paradoxal”, que apresenta a trajetória de cinco importantes mulheres desde a Revolução Francesa até as primeiras décadas do século passado lutando pela conquista dos direitos para as mulheres.

dominação masculina, como pressupôs Pierre Bourdieu<sup>7</sup> organiza estruturalmente as relações em todas as sociedades, seria evidente que todas as *mulheres* almejassem o rompimento com tal sistema; talvez somente aquelas que estivessem alienadas e submetidas às estruturas patriarcais e machistas é que não conseguiriam buscar o rompimento.

Esta visão unívoca e simplificadora das relações sociais foi fortemente propalada por uma vertente do feminismo, que não levaria em consideração as especificidades das mulheres negras, de periferia, lésbicas dentre muitas outras. É desta compreensão, e pretendendo uma análise crítica a certo modo de compreensão das ideias elaboradas no próprio movimento feminista, que pretendo conduzir um fio analítico para desenvolver alguns comentários sobre a ideia de prescrição associada à noção de modo de vida.

Os debates acadêmicos cada vez mais verticalizados, o surgimento de grupos e núcleos de estudos no Brasil e exterior e a consolidação dos estudos de gênero e sexualidade é o contexto que permite, incita e provoca a reflexão sobre quem seria o sujeito do feminismo; até mesmo o questionamento da homogeneidade dos sujeitos que participam desse movimento.

Isso não significou, porém, que possamos considerar que há um consenso, que todas e todos refletem na mesma direção. Ainda que as reflexões suscitadas nos e pelos Estudos de Gênero propusessem uma compreensão não essencializante e biologizante do gênero, existem grupos que pautam seus discursos e reflexões com argumentos que reivindicam a condição biológica para nomear um corpo como feminino ou masculino. Um dos efeitos desse tipo de postura é o surgimento de outros e novos discursos, resistências e enfrentamento.

No 10º Seminário Internacional Fazendo Gênero, realizado em Florianópolis em outubro de 2013, registrou-se o GT 44, intitulado *Feminismo Transgênero ou Transfeminismo*<sup>8</sup>, que denunciava essa associação limitada feita entre gênero e biologia, cujo efeito principal é a negação da feminilidade das mulheres transexuais e travestis.

Esta provocação feita pelo grupo de trabalho está em sintonia com algumas leituras feitas pela historiadora Joan W. Scott: a de que a base biológica continua sendo estruturante das construções de gênero possíveis. Algumas estudiosas, na esteira do pós-estruturalismo, levaram a cabo reflexões que ficaram conhecidas como *Estudos Queer ou Teoria Queer*. De

---

<sup>7</sup> BORDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

<sup>8</sup> Conforme disponível no site do evento: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/> Acesso em: 21 set. 2017.

forma bastante genérica, pode-se dizer que elas identificam esse *apego* ao biológico, ainda presente nos Estudos de Gênero, como um empecilho à compreensão do gênero para além do binário, bem como a ocultação de sexualidades não enquadradas na heteronormatividade.

Compreende-se, pois, que o Transfeminismo materializa uma crítica à noção corrente, mesmo nos feminismos: a defesa de que o uso do substantivo mulher só pode, ou merece, ser corretamente empregado para nomear corpos com vagina e seios<sup>9</sup>. O lugar do sexo dito biológico é reivindicado como comprovação de uma suposta verdade da experiência de gênero, neste caso, o feminino.

A reiteração desta definição é problemática em dois aspectos centrais: o primeiro no que diz respeito há uma essencialização da mulher (e do feminino); o segundo no que tange à universalização de uma experiência que desconsidera diversas variáveis – de gênero, classe, raça/etnia, sexualidade, geracional. Ainda que por vezes certas generalizações possam ser definidas como estratégias, e invocadas em favor de determinadas ações políticas, há de se ter o cuidado para que elas não engessem e inviabilizem o próprio movimento que pretendem colocar em curso.

Como demonstrado por Henrietta Moore<sup>10</sup>, desde a década de 1960 muitos estudos têm contribuído para minar a ideia de sujeito universal e essencial, conforme fora propalado pelo Iluminismo. Com isso, novos sujeitos, novas formas de produção da subjetividade ganham mais visibilidade. Passam a ser corpos que importam para as pesquisas realizadas, sujeitos que passam a figurar nas páginas dos livros de história; passam a existir.

De Lacan na Psicanálise, passando por Roland Barthes e Jacques Derrida, na Semiótica e Filosofia da desconstrução, chegando a Michel Foucault, com sua análise sobre a história da produção dos discursos e dos saberes, percebemos uma tessitura de práticas discursivas diversas que contribuem para novas e mais criativas formas de compreensão dos sujeitos. Esses e outros autores e autoras concebem que o sujeito é formado por uma

---

<sup>9</sup> Para verticalizar o debate pode-se perceber, por exemplo, a adoção do termo cisgênero como uma demarcação de particularidades, tal como aplicara-se às/aos transgêneras/os. Evidencia-se, com isto, que este é um campo de disputas políticas intensas e em curso, cujos desdobramentos podem ser verificados, por exemplo, com a criação do Transfeminismo, cujo registro em língua portuguesa por ser visto na recente publicação organizada por Jaqueline Gomes de Jesus, *Transfeminismo: teorias e práticas*.

<sup>10</sup> MOORE, Hanrietta. The problem of explaining violence in the Social Sciences. In: GOW, Peter e HARVEY, Penelope (eds). *Sex and Violence – Issues in Representation and Experience*. New York: Routledge, 1994, p. 140-1.

multiplicidade de posições (contraditórias ou não) historicamente localizáveis. Em um texto sobre as revoltas que ocorrem na história, Michel Foucault lembra que:

Um delinquente arrisca a sua vida contra castigos abusivos; um louco não suporta mais estar preso e decaído; um povo recusa o regime que o oprime. Isso não torna o primeiro inocente, não cura o outro e não garante ao terceiro os dias prometidos. Ninguém, aliás, é obrigado a ser solidário a eles. Ninguém é obrigado a achar que aquelas vozes confusas contam melhor do que outras e falam a essência do verdadeiro. Basta que elas existam e que tenham contra elas tudo o que se obstina em fazê-las calar, para que faça sentido escutá-las e buscar o que elas querem dizer. Questão moral? Talvez. Questão de realidade, certamente. Todas as desilusões da história de nada valem; é por existirem tais vozes que o tempo dos homens não têm a forma de evolução, mas justamente a da história.<sup>11</sup>

Além de reconhecer e defender a história como uma ferramenta na produção do conhecimento, Foucault destaca a relevância em se desnaturalizar olhares que o tempo sedimenta como naturais. Essa perspectiva é fundamental e pode ser transposta para as análises de gênero. É esse eixo de análise que permite com que autoras como a filósofa Judith Butler compreendam o gênero como parte de um processo de repetição reiterativa<sup>12</sup>, perpassado por uma dinâmica espaço-temporal específica para cada sociedade, integrando uma trama que envolve raça, cor, geração, classe e local de moradia.

Esse entendimento auxilia a compreender como e porque as feminilidades e masculinidades são produzidas e reproduzidas nas práticas e instituições sociais e são dispostas de forma hierárquica. Mais do que apenas identificar a existência das desigualdades, torna-se possível perscrutar os meandros desse sistema e mapear o modo como se dá a criação de modelos a serem seguidos – modelos de masculinidades e feminilidades, ainda que tais modelos possam ser identificados como ideais ou utópicos.

É provocadora a ideia de Judith Jack Halberstam<sup>13</sup> ao apostar no fracasso como uma forma de produção das subjetividades; com isso o autor<sup>14</sup> contribui para se pensar o

---

<sup>11</sup> FOUCAULT, Michel. É inútil revoltar-se? In: \_\_\_\_\_. *Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 80.

<sup>12</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 199.

<sup>13</sup> HALBERSTAM, Judith Jack. Repensando o sexo e o gênero. In: MISKOLCI, Richard e PELÚCIO, Larissa (orgs.). *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012.

<sup>14</sup> Utilizo a indicação do autor no masculino, embora em sua referência apareça um prenome feminino, já que o mesmo viveu uma transição de gênero e atualmente assume o nome de Jack Halberstam, embora nas referências bibliográficas ainda apareça seu prenome Judith.

quão utópica, e contraproducente pode ser a noção de um sujeito verdadeiro. Halberstam propõe que se alimente o antiutopismo, ou seja, olhar para aquilo/aquele que está ali; não somos aqueles que iremos nos realizar, somos apenas aqueles que ali estão, nas dobras, faltas e falhas. Para além das críticas cabíveis a esta leitura, vista por vezes como uma apologia do fracasso, é interessante apreender seu caráter positivador. Na medida em que materializa e confere legitimidade às experiências reais que constituem sujeitos historicamente (in) possíveis, esta análise faz com que o sujeito universal fique nu, denunciando seu caráter irreal, fantasmagórico. Halberstam defende a apresentação da:

... genealogia de um feminismo antissocial ou anti-humanista, ou ainda contraintuitivo, o qual surge do queer, do pós-colonial e dos feminismos negros, e que pensam nos termos da negação do sujeito ao invés de em sua formação. Nessa genealogia queer feminista (...) não encontramos nenhum sujeito feminista, mas apenas sujeitos que não podem falar, que recusam falar. Sujeitos que desfazem, que recusam ser coerentes. Sujeitos que recusam “ser” onde ser já foi definido nos termos de um sujeito liberal autoativo, que conhece a si mesmo.<sup>15</sup>

Neste artigo, Halberstam contribui com outro ponto que muito interessa ao argumento central desse texto, e que também parece ser uma das bandeiras mais caras aos feminismos (e outros movimentos sociais), além de estar em fina sintonia com a noção que estou pensando sobre modos de vida prescritivos: a ideia/noção de liberdade.

Desde muito tempo as feministas colocaram em pauta a questão da liberdade das mulheres, começando, talvez, com o direito ao voto e, mais recentemente, com o direito ao próprio corpo – do controle da reprodução à gestão dos prazeres. Toda esta luta teve e tem grande relevância social e histórica e contribuiu para transformações fundamentais na vida das mulheres. Todavia, parece haver aí um aspecto que faz chamar a atenção: a liberdade é colocada como um valor universal e a-histórico.

Já nas últimas décadas do século 20, as críticas à homogeneização da categoria mulher dentro do próprio feminismo começaram a surgir. No contexto estadunidense, a filósofa Angela Davis, cuja prisão da década de 1970 gerou protestos dentro e fora dos Estados Unidos, já denunciara o quão relevantes eram as questões de classe e raça nas

---

<sup>15</sup> HALBERSTAM, 2012, p. 128-9.

análises sobre as diversas formas de violência e opressão às quais estavam submetidas as mulheres negras<sup>16</sup>.

Também não se pode desconsiderar que o processo de globalização, de maneira geral, contribuiu para que outras realidades, fora do eixo Ocidental, ganhassem alguma visibilidade. Pesquisadoras que voltaram seus olhares para além dos Estados Unidos e Europa conseguiram apresentar em seus trabalhos as experiências formadoras de mulheres que não se enquadram nestes valores universalizantes. Neste movimento, identificado muitas das vezes como Estudos Pós-Coloniais, autoras como Saba Mahmood, Veena Das e Grace Cho problematizam a realidade indiana, sul-africana e coreana, dentre outras. É neste cenário ainda que Lila Abu-Lughod, antropóloga da Universidade de Columbia, oferece uma crítica ao feminismo Ocidental por ter uma pretensão colonizadora e salvacionista<sup>17</sup>.

Na década de 1990 as antropólogas Carol Vance e Gayle Rubin criticaram as feministas dos anos de 1970 que atacavam radicalmente a pornografia, identificada como prática reiterativa das violências contra as mulheres. Tais autoras, não ingenuamente, percebiam o potencial político e prazeroso de tais práticas, vendo-as como possíveis e produtivas para compreensão da reprodução pura e simples da dominação. Por aproximação, podemos pensar que mesmo a repetição de processos de dominação e de práticas consideradas violentas ensejam caminhos de redefinição, negociação e modificação daquilo que é (re) produzido. Tal como sugere Butler, ao falar das normas de gênero: “Na medida em que as normas de gênero são reproduzidas, elas são invocadas e citadas por práticas corporais que também têm a capacidade de alterar as mesmas normas no transcurso de sua citação”<sup>18</sup>.

A pesquisa de Saba Mahmood com mulheres islâmicas no Cairo, Egito, também reforça essa crítica ao modelo liberal que pretende prescrever às mulheres um modelo

---

<sup>16</sup> OLIVEIRA, João Manuel de. Os feminismos habitam espaços hifenizados: a localização e interseccionalidade dos saberes feministas. *Ex æquo*, n. 22. Lisboa: Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres - APEM, 2010, p. 29.

<sup>17</sup> ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, 2012.

<sup>18</sup> BUTLER, Judith. El reglamento del género. In: \_\_\_\_\_. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006, p. 83.

No original: En la medida en que las normas de género son reproducidas, estas son invocadas y citadas por prácticas corporales que tienen también la capacidad de alterar las normas en el transcurso de su situación.



pronto de liberdade e supostos direitos que estas deveriam almejar. Mahmood reitera a historicidade desses conceitos:

Se reconhecemos que o desejo de liberdade ou de subversão das normas não é um desejo inato que motiva a todos o tempo todo, mas que é permeado pelas questões culturais e históricas a todo o tempo, então surge a questão: como analisamos as operações de poder que constroem diferentes corpos, saberes e subjetividades cujas trajetórias não almejam a políticas liberais?<sup>19</sup>

Com isto, Mahmood denuncia e problematiza os limites das visões universalistas que acabam colonizando os desejos e práticas dessas mulheres islâmicas, reduzindo-as à categoria de vítimas na medida em que não se engajam nesse repertório liberal da noção de liberdade. A autora ainda expõe uma dificuldade em pensar a agência apenas nos marcos de uma resistência direta e aberta, de modo radical (talvez um modo Ocidental e “óbvio”). A partir da leitura de Mahmood, torna-se possível e viável a observação de que o processo de agência supera os marcos de uma noção clássica de resistência, sendo necessário compreender como ela ocorre no interior das próprias normas, fazendo-as de uma nova maneira. Segue daí a crítica feita à Butler, para quem as normas seriam subvertidas ou reiteradas simplesmente.

É interessante observar, ainda, que a ideia de liberdade está conectada a outra noção facilmente tomada como uma categoria pronta e acabada: a de violência. A ideia de que a violência destrói, mata e significa o fim dos corpos e dos sujeitos é novamente desconstruída quando temos acesso às pesquisas de Michel Taussing e Alan Feldman. Taussing em *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*<sup>20</sup>, investiga a produção de sujeitos a partir de um repertório de violências e os usos sociais que se tem do terror. Ele percebe como uma economia do terror é arquitetada para dar forma a um modelo específico de sociedade povoada por sujeitos fragmentados. Em sua narrativa também fragmentada, o terror é produzido naquilo que o autor denomina de espaço da morte; ao mesmo tempo

---

<sup>19</sup> MAHMOOD, Saba. *Politics of piety: the Islamic revival and feminist subject*. Princeton University Press, 2005, p. 14. No original: If we recognize that the desire for freedom from, or subversion of, norms is not an innate desire that motivates all beings at all times, but is also profoundly mediated by cultural and historical conditions, then the question arises: how do we analyse operations of power that construct different kinds of bodies, knowledges, and subjectivities whose trajectories do not follow the entelechy of liberatory politics?

<sup>20</sup> TAUSSING, Michael. “Cultura do terror, espaço da morte”; “De Casement a Grey”; “A economia do terror”. In: \_\_\_\_\_. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

que mata, faz viver, mas este viver significa habitar um espaço específico, um espaço de terror e horror.

Numa sequência semelhante, Alan Feldman extrai o potencial político de processos escatológicos, considerando que processos violentos instituem repertórios, memórias e subjetividades. *Formations of violence*<sup>21</sup> é uma apresentação do quão política pode ser a abjeção quando sujeitos marginalizados usam de sua própria experiência abjeta para constituir um efeito político específico, que é um processo de agência.

Dessas leituras que pretendem compreender a historicidade dos processos sociais e as categorias que criamos para nomeá-los, emergem novas possibilidades de problematização das subjetividades. No cenário acadêmico brasileiro é importante citar a contribuição de Maria Filomena Gregori. Em *Cenas e queixas*<sup>22</sup> a autora critica a narrativa de denúncia presente na violência conjugal (mulher-vítima e homem-culpado) por considerar que ela reforça a ideia de violência à priori, cujo traço seguiria uma linha evolutiva que iria do tapa à morte. Como demonstrado pela autora, os repertórios de violência são muito mais nuançados e complexos do que aparentam. Com isso, oferece, também, uma crítica ao feminismo tradicional que não sabe dialogar com esta pluralidade e acaba por reforçar a vitimização das mulheres. Perguntar-se sobre os sentidos e formas que a violência e a liberdade podem assumir em diversos contextos sociais, com suas especificidades temporais e espaciais, torna-se uma tarefa imprescindível para nuançar as complexidades presentes na produção dos sujeitos.

Contribuindo para este exercício, outra autora brasileira oferece elementos para se pensar com mais densidade sobre as violências. A antropóloga Miriam Pillar Grossi pontua que o gênero e a violência são categorias historicamente constituídas e, portanto, não naturais, mas marcadas por variações significativas no tempo e no espaço<sup>23</sup>. Tal assertiva, que parece simples e pode até mesmo ser tomada como óbvia, é de uma densidade ímpar, na medida em que chama a atenção para o cuidado teórico e metodológico que deve estar implicado na construção das análises que fazemos, sempre na perspectiva de não naturalizar tais noções.

---

<sup>21</sup> FELDMAN, Alan. *Formations of Violence: The Narrations of the Body and Political Terror in Northern Ireland*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

<sup>22</sup> GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas*. In: \_\_\_\_\_. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Anpocs/Paz e Terra, 1993. p. 123-198.

<sup>23</sup> GROSSI, Miriam. *Novas/Velhas violências contra a mulher no Brasil*. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, Número Especial: 473-485, 1994.

É neste percurso, por exemplo, que vemos a materialização da ideia de Butler (inspirada em Foucault e outros) de que o gênero não age sobre um indivíduo tomado como sujeito pré-existente, mas age e forma tal sujeito. Não havendo, portanto, um sujeito antes do gênero; segundo Butler: “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performatividade constituída, pelas próprias expressões tidas como seus resultados.”<sup>24</sup>

Apresentando um posicionamento abertamente político<sup>25</sup>, Butler radicaliza com a noção do corpo como um elemento cultural. Transitando no campo da Filosofia e da Psicanálise, ela argumenta que o corpo é uma construção e que só passa a existir a partir do momento em que recebe sua marca de gênero, observando que o próprio sexo é estabelecido como um elemento pré-discursivo. “Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como uma interpretação cultural do sexo.”<sup>26</sup>. Para ela os sujeitos são criados a partir de suas marcas de gênero que, por sua vez, são elaboradas a partir de um padrão de desejo heterossexual utilizado até mesmo para aqueles cujas elaborações sejam socialmente sancionadas como transgressoras.

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual.<sup>27</sup>

Segundo Butler<sup>28</sup>, os corpos abjetos são aqueles que não se enquadram nos padrões ditados pelo sistema hegemônico, e este deslize faz com que percam, em partes, o status de humano. Isto, como destacado por Louro<sup>29</sup>, dá suporte à compreensão de que os discursos não habitam simplesmente os corpos; eles (os discursos) moldam e definem parte desses corpos e sua pertinência ao histórico regime de verdade instituído na realidade.

---

<sup>24</sup> BUTLER, 2003, p. 48.

<sup>25</sup> Esse caráter político também é invocado por Beatriz Preciado. Em entrevista a Jesús Carrillo, ela constata que: “Si en un sentido político los movimientos queer aparecen como posgays, podemos decir que desde un punto de vista discursivo la teoría queer va a aparecer como una volta reflexiva sobre los errores del feminismo (tanto esencialista como constructivista) de los años ochenta: el feminismo liberal, o emancipacionista, es denunciado una vez más desde sus propios márgenes como una teoría fundamentalmente homófoba y colonial.” CARRILLO, Jesús. Entrevista com Beatriz Preciado. *Cadernos Pagu*, 2007, p. 375-405, p. 379.

<sup>26</sup> BUTLER, 2003, p. 25.

<sup>27</sup> BUTLER, 2003, p. 45.

<sup>28</sup> BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

<sup>29</sup> LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 80.

E sendo o gênero um conjunto de dispositivos, ou seja, de aparatos de poder que o definem, há brechas, lacunas e possibilidades de transgressão, ruptura e mudanças. Tais particularidades são percebidas quando nos dedicamos a uma análise mais capilarizada de tais processos. Neste movimento o sujeito não é, necessariamente, um indivíduo, mas um conjunto de práticas e inteligibilidades baseadas em um poder soberano<sup>30</sup>. Com isso pode-se indagar, por exemplo, como Butler faz em *Problemas de gênero*, quem seria o atual sujeito do feminismo? Com isso, abre-se espaço para uma reflexão intensa num campo de saber e poder que se quer tão seguro e consolidado com suas certezas.

### **TERRITÓRIOS DO SABER E AS MARCAS DO PODER!**

Por fim, é oportuno pensar sobre as dinâmicas de territorialização desses discursos que estão em andamento, tanto nos movimentos sociais quanto nas produções acadêmicas. E aqui é possível, e produtivo, pensar no território em duas dimensões: espacial e corporal. Espacial porque evidencia uma separação historicamente constituída entre Norte e Sul, Ocidente e Oriente, Metrôpoles e Colônias; um tal binarismo que institui os “desenvolvidos” como portadores da boa-nova e libertadores de todas as opressões que poderiam acometer povos “atrasados”, “primitivos” e esquecidos pelo tempo humano. E corporal porque cria zonas habitáveis para os corpos feitos sujeitos, ou as subjetividades instituídas a partir de corpos, bem como a maneira como cada carne merece ser moldada, enrijecida e esticada para assumir aspectos de legitimidade, no masculino ou feminino, na homossexualidade e heterossexualidade, nas marcas de classe, nas formas de falar – com sotaques ou tentando escamoteá-los.

Referindo-me ao binarismo, tenho em mente também a dicotomia que sustenta os discursos aos quais me refiro aqui, marcadamente os inscritos nos debates dos feminismos. De modo geral, arrisco dizer que o peso eurocêntrico (ocidentalizante), com ares de profecia libertadora, é colocado em pauta nestas falas universalizantes, cujo efeito principal se faz sentir nos processos de gestão da vida. Como analisado por Judith Butler, algumas vidas podem ser choradas, merecem ser compreendidas e constituídas como vidas que valem, ou corpos que pesam. Mesmo que esta produção seja feita após o fim da pulsação

---

<sup>30</sup> BUTLER, Judith. Violencia, duelo, política. In: \_\_\_\_\_. *Vida precaria: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2006, p. 73.

física, estas vidas serão válidas. Neste contexto, assume-se o peso político da morte, um evento que também é capaz de conferir humanidade aos corpos.

Butler acentua a importância do corpo para seu argumento, pois seria no corpo que as normas de gênero teriam sua dinâmica de reatualização permanente, onde o gênero seria uma chave fundamental para a humanização das vidas. Para ser considerado humano não basta estar vivo, é preciso que sua vida seja considerada digna de ser vivida, chorada, é preciso que seu corpo pese e importe. Estas normas que qualificam os corpos são um conjunto de técnicas e procedimentos que atuam na materialização de corpos, na produção de sentido sobre e a partir dele. O corpo individual está inscrito na ordem do público, faz parte de uma criação coletiva e participa dessa gestão da vida em curso na nossa sociedade. Talvez não se possa dizer que ele pertença exclusivamente ao sujeito: “Ainda que lutemos pelos direitos sobre nossos próprios corpos, os corpos pelos quais lutamos nunca são suficientemente nossos; o corpo tem uma dimensão invariavelmente pública”<sup>31</sup>.

Tal compreensão auxilia a ponderar sobre como e porquê qualificamos as vidas humanas e defendemos a existência e proteção de algumas delas, de modo que uma simples ameaça contra elas basta para que exércitos inteiros sejam mobilizados, guerras declaradas e o mundo fique em alerta; enquanto que outras vidas não merecem tal atenção, sequer são qualificadas como vidas que valham a pena<sup>32</sup>.

Estes empreendimentos que atuam na territorialização dos corpos e experiências também integram os repertórios de gestão dos prazeres, nos quais muitas vezes são criadas possibilidades que tencionam os limites da sexualidade.

Maria Filomena Gregori estabeleceu a ideia de limites da sexualidade como uma tentativa de verticalizar a leitura feita por Carol Vance, nos anos de 1980, sobre a tensão existente na sexualidade das mulheres que viveriam entre o prazer e o perigo. É nesta chave analítica que diversos trabalhos foram realizados, principalmente os que abordaram a indústria da pornografia e práticas BDSM, popularmente conhecidas como sadomasoquistas.<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> BUTLER, 2006, p. 52. No original: “Aunque luchemos por los derechos sobre nuestros propios cuerpos, los cuerpos por lo que luchamos nunca son lo suficientemente nuestros. El cuerpo tiene una dimensión invariablemente pública.”

<sup>32</sup> BUTLER, 2006, p. 58.

<sup>33</sup> Ver os trabalhos de: LEITE Jr., Jorge. Monstros, bufões e freaks: riso, medo e a exclusão dos anormais. In: *Boca Larga* - Caderno dos Doutores da Alegria, Nº 2, 2006; DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. *Nas redes do sexo: os bastidores do pornô brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010; FACCHINI, Regina. Rainhas e escravas numa comunidade BDSM paulistana. In: *Entre umas e outras: mulheres*,

Essas discretas reflexões sobre a ideia e prática de liberdade, a violência e as subjetividades, podem ajudar, de alguma maneira, a refletir sobre a emergência de um elemento que parece integrar as dinâmicas de produção dos sujeitos: os processos de subjetivação. Presente nas tramas do poder, nas redes de saber e na proliferação de corpos e subjetividades, a prescrição surge como uma mão, ou um corpo, invisível que direciona os discursos, as lutas políticas em dimensão micro e macro, tornando possível a presença da dominação, do controle e da citação normativa em movimentos, trajetórias e saberes que parecem sugerir, incitar e permitir a transgressão, o rompimento e a criação do novo.

Pensar sobre a prescrição como um elemento que pode estar presente nessa dinâmica de produção de si, dos prazeres e desejos, é como que um incômodo partilhado, uma autocrítica em busca das incertezas. Como propusera Foucault, é preciso pensar sobre o que temos feito de nós mesmos; como e porque ainda temos produzido corpos que pesam e corpos que nada valem. Mesmo nos espaços de reconhecida luta por igualdade, diversas hierarquias são reinventadas e outros tantos corpos continuam nada valendo. Muitas vezes os grupos que se apresentam e são legitimados como transgressores e/ou revolucionários, podem simplesmente reatualizar a dinâmica de um sistema normativo que é responsável pela prescrição, enquadramento e hierarquização de experiências, vivências e subjetividades.

Não se trata de fazer concessões às desigualdades, pactuar com os discursos que historicamente provocaram e promoveram a exclusão e a criação de corpos que não pesam, conforme sugere Butler<sup>34</sup>. Entretanto, é preciso, possível e urgente uma oxigenação das reflexões e a superação da dicotomização que ainda impera em muitas análises. Esse exercício pode abrir espaço para as fissuras, os silenciamento e as antiutopias de Halberstam.

## PROVOCAÇÕES FINAIS

Nessa profusão de textos, reflexões e imagens, evidencia-se o quão restritivas podem ser as possibilidades de experimentação do corpo. Até mesmo para aqueles que se

---

(homo)sexualidade e diferenças na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado de Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, IFCH, Campinas, 2008.

<sup>34</sup> BUTLER, 2010.

dedicam a pensar e problematizar as questões que envolvem, se materializam e partem do corpo. É no mínimo sintomático observar que algumas leituras ou imagens<sup>35</sup> possam provocar ânsia de vômito, horror e estranhamento profundo.

Essas experiências que compõem repertórios não tradicionais, ou não tão abrangentes, são classificadas, estigmatizadas e segmentadas. Produz-se uma curiosidade e comoção social quando certas práticas que sugerem a erotização do corpo são visibilizadas e passam a requerer o estatuto de legítimas. A ideia de que se trata de algo exótico ganha força e passa a localizar tais práticas, corpos e produzir sujeitos.

Em *Prazeres perigosos*<sup>36</sup>, Maria Filomena Gregori observa que as práticas eróticas não apagam as diferenças, pelo contrário, essas diferenças produzem e assinalam tensões de poder assimétricas; assim, o erotismo seria um tensor que organiza e potencializa as diferenças sociais, mas não consegue apresentar uma solução para tal problema. Neste sentido, Gregori destaca que existe uma tensão permanente entre prazer e perigo; o prazer não apaga os riscos envolvidos no processo de produção dos prazeres da e na carne. E é justamente esta relação entre prazer e perigo que compõe o que ela denomina de limites da sexualidade.

A leitura de Gregori é profícua para refletir sobre a ideia de prescrição de um modo de vida, ou um *modo de vida prescritivo*. Toda esta tradição de estudos que tem em Marquês de Sade e Sacher-Masoch dois grandes nomes, dá conta de um repertório de possibilidades eróticas e sexuais que provocam um questionamento sobre os usos possíveis e (in) pensáveis do corpo.

Literatura, medicina e os estudos acadêmicos, em temporalidades e espacialidades próprias, cada qual com seus propósitos políticos específicos, por vezes conflitantes, se dedicaram a descrever as práticas do corpo que parecem impensáveis, que causam nojo, repulsa e horror; na mesma medida, talvez, que são capazes de atrair e provocar fascínio.

---

<sup>35</sup> Refiro-me aqui principalmente às últimas sessões do curso, sobre erotismo, fetiches e pornografia. Uma das sessões previa a leitura de Sacher-Masoch, Marquês de Sade e Deleuze. O repertório de imagens criadas é no mínimo instigante. Vale aqui a observação desenvolvida por Susanna Paasonen, sobre a afetação carnal, ou seja, as sensações causadas naqueles que assistem o pornô. Ver: SACHER-MASOCH, Leopold. *A Venus das Peles*. Lisboa: Edição Livros do Brasil. SADE, Marquês de. *Los 120 días de Sodoma o la escuela del libertinaje*. Madrid: Ediciones Akal, 1978.

<sup>36</sup> GREGORI, Maria Filomena. S/M. In: *Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade*. Tese de livre docência. Unicamp. 2010, p. 167-200.

Jorge Leite Jr.<sup>37</sup> pontua o valor da pornografia bizarra na atualidade, e compara-a a certo fascínio que se tinha pelos *freaks shows* nos séculos precedentes.

A questão que parece estar ao fundo não é exatamente o que se vive ou como os seres humanos (e não humanos) são feitos sujeitos a partir de e por meio das práticas sexuais e eróticas<sup>38</sup> que experienciam; mas os usos políticos e pedagógicos que são feitos dessas práticas.

Há de se pensar nessa dimensão do político, pois se constata uma reatualização das normas e a imposição de um novo modo de vida, o que pode ser compreendido como uma prescrição, uma determinação de como deve ser, negando-se a possibilidade de autonomia na gestão dos corpos. Os corpos feitos sujeito são dispostos segundo sua adequação (e respeito) ao sistema normativo que lhes é imposto.

Uma “saída” interessante é indicada por diversos/as autores e autoras que percebem movimentos de agência e resistência em realidades nas quais a dor, dominação e violência aparentemente sugerem o fim, a destruição. Não é justo atribuir tal percepção a uma suposta flexibilização e relativização antropológica; pois é por meio deste exercício, quase que hercúleo, que podemos compreender, sob os mais diversos aspectos, que as subjetividades são de fato plurais.

A força normativa das prescrições é tal que as práticas eróticas e/ou sexuais são apresentadas como desprezíveis, são sentidas como um verdadeiro insulto, de modo que aqueles e aquelas que a integram são vistos como sujeitos abjetos. Prazer e pesar são elementos acionados como importantes marcadores das subjetividades.

O cultivo do erótico e do exótico é feito, muitas das vezes, como algo distante do cotidiano, e talvez por isso seja tão instigante tentar buscar nesse distante uma aproximação com o trivial, o próximo, aquilo que nos é dado como comum. Talvez nos deparemos com indícios do *exótico* em nossas próprias práticas, o inimaginável que modula nossos corpos.

Nesse movimento de desfazer-se, em que podemos perceber a falta, a fratura, o não existente, é que assumimos aquilo que somos como sujeitos. Não há um sujeito verdadeiro,

---

<sup>37</sup> LEITE Jr., 2006.

<sup>38</sup> As práticas que são eróticas não são necessariamente sexuais. O erotismo é algo mais amplo e complexo do que o ato sexual. Esta é uma questão que pode ser aprofundada com as leituras de textos sobre os fetiches de humilhação e pornografia bizarra de Jorge Leite Jr. e Maria Elvira Díaz-Benítez. Ver: DÍAZ BENÍTEZ, María Elvira. Sexo com animais como prática extrema no pornô bizarro. *Cadernos Pagu* (UNICAMP. Impresso), v. 38, p. 241-279, 2012.



dado no futuro utópico, mas muitos sujeitos do antiutopismo proposto por Judith Jack Halberstam, aqueles que estão ali, nas dobras, nas falhas, nas faltas.

Volto aqui à reflexão de Saba Mahmood ao desnaturalizar a ideia de liberdade como um valor universal e natural, demonstrando como esta simples noção pode ser normativa no liberalismo e no próprio feminismo. Inspirado e incitado por Mahmood, ensaio este encerramento, considerando que nossos ideais políticos estão encrustados nas categorias analíticas que usamos, muitas das vezes ainda apegados a um modelo liberal, colonizador e universal. Assim, criamos e perpetuamos um arsenal conceitual incapaz de compreender a legitimidade de outras formas de vida. Talvez fôssemos mais criativos e menos prescritivos se permitíssemos com que essas formas de vida afetassem com toda sua potência (des)construtiva os repertórios analíticos, as formas de saber e os conceitos que criamos cotidianamente.

## CONCUBINAS E PODEROSAS: FEITIÇARIA E PODER FEMININO NOS SERTÕES DAS MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII

### CONCUBINAS Y PODEROSAS: BRUJERÍA Y PODER FEMENINO EN LOS SERTÕES DE LAS MINAS GERAIS EN LO SIGLO XVIII

**Rangel Cerceau Netto**

Professor do Centro Universitário de Belo Horizonte, Brasil

Doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

e-mail: cerceup@gmail.com

**ORCID:** <http://orcid.org/0000-0001-8013-7645>

**DOI:**

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v6i12.19248>

Recebido em 30 de dezembro de 2017

Aprovado em 1 de julho de 2018

#### **RESUMO**

Este artigo, a partir da trajetória individual da parda Timótia Nogueira, retrata a dinâmica do universo religioso e das atividades laborais desenvolvidas por mulheres mestiças no complexo universo colonial da América portuguesa setecentista, especificamente no sertão do Rio das Velhas. Por meio das pastorais e devassas eclesiásticas foram arrolados casos que se denominaram chamar de feitiçaria e que foi associado à trajetória de uma ex-escrava que conquistou a alforria e se tornou liberta, utilizando diversas estratégias envolvendo a sexualidade, as relações consensuais, o meretrício e o domínio de práticas religiosas mestiças. A perspectiva de análise insere-se nos eixos da escravidão, dos trânsitos e das mestiçagens, o que possibilitou a Timótia conquistar mobilidade material, social e espacial em um mundo misógino.

**Palavras-Chave:** Poder feminino; Religiosidade; Mobilidade; Mestiçagens

#### **RESUMEN**

En este artículo, a partir de la trayectoria individual de la parda Timótia Nogueira, busca retratar la dinámica del universo religioso y actividades industriales por las mujeres mestizas en el complejo mundo de la América colonial portuguesa del siglo XVIII, concretamente en el interior de Rio das Velhas. Por medio de las pastorales y devasas eclesiásticas fueron arribados casos de brujería en el que se propone analizar la trayectoria de una ex esclava que conquistó la alforria y se volvió liberada utilizando diversas estrategias envolvendo la sexualidad, las relaciones consensuadas, el meretrício y el dominio de prácticas religiosas mestizas. Nuestra perspectiva se inserta en los ejes de la esclavitud, de los trânsitos y de los mestizajes, lo que posibilitó a Timótia conquistar movilidad material, social y espacial en un mundo misógino.

**Palabras Clave:** Poder femenino; Religiosidad; Movilidad; Mestizajes

## INTRODUÇÃO

O impacto planetário e demográfico causado pelo tráfico oceânico de escravos, pelos deslocamentos não forçados de pessoas para o Novo Mundo e pelas dinâmicas de mestiçagens de gente tão heterogênea foram os reflexos mais visíveis da globalização que inseriu a América, em especial as regiões interioranas e de mineração do Brasil, no contexto mundial. Em Minas Gerais, no século XVIII, as mesclas entre índios e mestiços nativos, africanos e europeus construíram uma sociedade de intensas modificações, na qual os choques, as potencialidades e as contradições também marcaram um mundo de crenças diversas.

As disputas religiosas no período moderno promoveram vários tipos de intolerâncias em relação às tradições e crenças. Assim, costumes religiosos conhecidos, mas estranhos à doutrina eclesiástica católica, eram reprimidos. Muitas pessoas foram consideradas apóstatas, hereges, judeus, mouros, idólatras e feiticeiros, tornando-se também foco de possíveis perseguições inquisitoriais. Os bispos, mediante as estratégias de catequização, marcadas por pressões psicológicas, físicas e financeiras, impunham uma cultura cristã a partir dos pressupostos tridentinos. Ao tratar deste mesmo contexto, Foucault afirma que a campanha moralizante, que incluía sermões, visitas e devassas, voltou-se, então, para a perseguição a sexualidade que viesse a se contrapor ao modelo católico ou concorrer com ele.<sup>1</sup> Portanto, no plano da sexualidade e das relações consensuais para os teólogos cristãos, o amancebamento acabou sendo uma forma de pecado condenável, que deveria ser extirpada.

As ações dos eclesiásticos nas visitas episcopais começavam com a aplicação do Regimento do Auditório Eclesiástico, um edital com 40 perguntas que tinha por objetivo filtrar os relatos dos denunciadores e denunciados, ajustando-os aos estereótipos da moral católica. Ou seja, os bispos, ou inquisidores, faziam uma releitura do cotidiano para, por meio de repreensões, aplicarem os códigos de conduta desejáveis. Certamente, a cultura imposta pelos religiosos durante os dois primeiros séculos iria fazer algum efeito sobre os

---

<sup>1</sup> Foucault comenta que, depois do Concílio de Trento, os países de forte influência católica intensificaram o ritmo dos preceitos eclesiásticos. As pastorais, sermões e confissões tiveram maior frequência, e os chamados “*crimes da carne*” e/ou “*pecados da carne*” passaram a ser evidenciados com maior cuidado e atenção. O sexo passou a ser perigoso e, portanto, precisava ser controlado na prática e no discurso. FOUCAULT Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*, 7 Edição. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 22-24.

diversos grupos sociais que compuseram a mesclada teia social da América portuguesa do século XVIII.

Nesse contexto, as religiosidades, as crenças, as formas de trabalho e as relações amorosas e familiares são alguns dos muitos aspectos elencados pela historiografia que tratam a escravidão e as mestiçagens como eixos teóricos de reflexões.<sup>2</sup> Apesar da multiplicidade de temas e abordagens, poucos trabalhos atentaram para o poder de influência feminino aplicado às relações entre religiosidade, sexualidade e família. O pouco destaque historiográfico dado às mulheres que detiveram a experiência do cativo e se tornaram, através dos contatos amorosos e da manipulação do oculto, donas de sua própria ação histórica, ainda é uma lacuna em nossa historiografia.

Busca-se, aqui, demonstrar como as mulheres caracterizadas como mestiças, no período colonial, reproduziram mesclas de valores culturais e biológicos dentro dos campos das práticas religiosas, familiares e sexuais. Elas exerciam poder sobre outros, mesclando tradições religiosas e crenças diversas, denominadas pela Igreja Católica de “feitiçaria”, influenciando o universo das relações amorosas nos sertões das Gerais, no século XVIII.

A metodologia utilizada consiste em captar os indivíduos, ou seus familiares, em diversas tipologias documentais, por meio da ligação nominativa. Esse método foi muito utilizado por genealogistas que tinham como objetivo traçar perfis de ascendência e descendência familiares. Abordagens amparadas nessa metodologia têm sido reutilizadas com a ampliação dos objetos de análises,<sup>3</sup> procurando-se reconstituir não só aspectos de descendência e ascendência baseadas no parentesco do biografado, mas toda a trajetória dos sujeitos em diversas etapas da vida, assim como a vivência coletiva de toda a família e o que ela produziu e consumiu.

---

<sup>2</sup> A abordagem cujo eixo teórico envolve a junção dessas temáticas pode ser vistas, principalmente, na seguinte produção bibliográfica: CERCEAU NETTO, Rangel. População e mestiçagens: a família entre mulatos, crioulos e mamelucos em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Vitória da Conquista: Ed.UESB, 2010, p. 165-185; Famílias Mestiças e as representações identitárias: entre as maneiras de viver e as formas de pensar em Minas Gerais, no século XVIII. In: PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, Márcia e IVO, Isnara Pereira. (Orgs.) *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 165-177.

<sup>3</sup> Outros exemplos de trabalhos que utilizam a ligação nominativa como método ver: GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom (1750-1925)*. New York: Vintage Books, 1977; SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor. As esperanças e as recordações na formação da família escrava, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

## A PARDA TIMÓTIA NOGUEIRA E SUAS APROPRIAÇÕES NO COMÉRCIO SEXUAL

Em 3 de agosto de 1777, na freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Pitangui, Comarca do Rio das Velhas, Capitania de Minas Gerais, o visitador Domingos Soares Brandão deu início a uma visitação diocesana. Naquela devassa compareceram, como testemunhas, 30 homens, sendo 29 livres e 1 liberto.<sup>4</sup> As qualidades desses homens eram 28 brancos e 2 pardos, sendo 2 casados, 27 solteiros e 1 viúvo. A escolha dessas testemunhas fazia parte de uma estratégia velada da igreja em arregimentar as principais personalidades da vila para se apresentarem à mesa dos interrogatórios da visita. Por meio da publicidade em edital, pregado na porta da igreja e dos sermões em missas, além das conversas reservadas no ato da confissão, os padres criavam mecanismos de controle, manipulação e influência da comunidade.

A grande maioria dos denunciantes era constituída de indivíduos oriundos de Portugal, em menor número, também apareciam os provenientes das ilhas atlânticas e das diversas regiões da América portuguesa. Eles praticavam atividades econômicas bem diversificadas. Nessa localidade, 12 trabalhavam como homens de negócio, 6 tiravam a subsistência de suas roças, 3 viviam como sapateiros, 3 laboravam na mineração e com um representante estavam os praticantes dos ofícios de alfaiate, pedreiro, cabeleireiro, caixeiro, militar, oficial de justiça e um escrívão dos ausentes. Os perfis das testemunhas dessa vila indicavam práticas de atividades econômicas urbanas e diversificadas.

Foi justamente neste universo, no dia 8 de agosto de 1777, ao final dessa mesma visita episcopal ocorrida na Vila de Pitangui, que o visitador determinou a Timótia Nogueira, parda forra, que fosse ordinariamente remetida presa. A ordem usual do visitador referia-se às pessoas culpadas por crime de “feitiçaria”.<sup>5</sup> Aos olhos daqueles que tentavam moralizar os costumes de acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), Timótia parecia não ter uma conduta exemplar. Afinal, os relatos das testemunhas referidas acima ajudaram a condenar a parda Timótia e foram produzidos exclusivamente por homens portugueses e brancos, em sua grande maioria.

---

<sup>4</sup> AEAM, Devassas, Liv. Testemunhas, jan.-mar. de 1767-1778, f. 69 v.

<sup>5</sup>AEAM. Devassas. Liv. Testemunhas, jan.-mar. de 1767-1778, f. 71 v. Auto de desobriga e resultado da devassa.

Anos antes, em 1748, Timótia já havia sido repreendida por amancebamento pela terceira vez. Naquela ocasião, prometeu lançar fora de sua casa o branco Antônio Ferreira.<sup>6</sup> Tendo um relacionamento tipicamente mestiço (envolvimento de parda com branco), Timótia parece ter repetido a mesma união de seus pais que lhe dera a qualidade de parda, o que fomentou ainda mais as dinâmicas de mestiçagens<sup>7</sup> biológicas e culturais. Assim, em 1748, o visitador não titubeou ordenando que não mais “recebesse dádivas ou enviasse recados, nem tratasse em público ou secreto com homem algum”.<sup>8</sup> Timótia pagou multa e prometeu emenda, sendo posteriormente liberada.

A Igreja Católica, ao colocar o concubinato como um pecado a ser eliminado, acabava por condenar homens e mulheres que viviam em outras organizações familiares, como no caso do casal formado por Timótia e Antônio. Isso se observa nas entrelinhas de documentos inquisitoriais de foro eclesiástico, entre os quais figuram as devassas.<sup>9</sup> Como o concubinato sobressaiu entre um dos delitos morais mais praticados pela população colonial, ganhou posição de destaque na escala classificatória dos crimes contra a família. Por conseguinte, o estudo aprofundado dos autos de devassas eclesiásticas permite conhecer o modo pelo qual os padres visitadores se orientavam para classificar os delitos morais, segundo a qualidade e condição<sup>10</sup> dos envolvidos e as circunstâncias de cada caso.

---

<sup>6</sup>AEAM. Devassas. Liv. Culpados, jul.-jan. de 1748-1750, f. 15.

<sup>7</sup> Segundo Paiva, as dinâmicas de mestiçagens foi um conceito criado para dimensionar a importância da mobilidade e do trânsito de pessoas, culturas, objetos, fauna, flora, maneiras de viver e formas de pensar. Esse conceito, também reflete as mesclas biológicas e culturais ocorridas entre diferentes agentes, assim como superposições, interseções, discursos e representações de pureza e de impermeabilidade, ver: PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. 2012.; Tese (Professor Titular). Universidade Federal de Minas Gerais -UFMG. Belo Horizonte: 2012, p. 210.

<sup>8</sup> AEAM. Devassas. Liv. Culpados, jul.-jan. de 1748-1750, f. 15 v.

<sup>9</sup> Para alguns trabalhos que aborda o concubinato utilizando fontes inquisitoriais em nível diocesano ver: FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997; CERCEAU NETTO, Rangel. *Um em casa de outro. Concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780)*. São Paulo: Annablume. Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008. (Coleção Olhares).

<sup>10</sup> Optou-se por utilizar a expressão documental “qualidade” para designar as várias características que marcaram identidades e distinções entre as pessoas. Assim, a opção pelo termo “qualidade” referia-se aos distintos fenótipos da população colonial. As significações mais comuns atribuídas a essas “qualidades”, no período colonial em Minas Gerais, foram branca, preta, crioula, mulata, parda, cabra, mestiça, mamaluca, entre muitas outras criadas para identificar e caracterizar as pessoas. As “qualidades” podiam marcar indicativos de lugar de origem, de mobilidade entre grupos e pessoas, de posição social e de ascensão econômica. Também foi comum atribuir a essas “qualidades” significados raciais e étnicos, de cor e de procedência, ver. CERCEAU NETTO, Rangel. *Entre as formas de se pensar e as maneiras de se viver: a família mestiça e a vida familiar em Minas Gerais colonial*. São Paulo: Alameda, 2017, p. 17- 21.

Anos depois, Timótia parece ter investido no agenciamento de mulheres para o comércio sexual. Nesse período, foi culpada por ser consentidora da prática do meretrício,<sup>11</sup> pois havia sido qualificada, de acordo com o edital do Regimento do Auditório Eclesiástico, nas perguntas 12 – “Se alguma pessoa dá alcouve em sua casa consentindo ou induzindo que nelas se deem mulheres a homens e disso for infamada”<sup>12</sup>; e 14 – “Se alguma pessoa usa de alcovitar mulheres ou homens e disso esteja infamada”.<sup>13</sup> Timótia era dona e mantenedora de uma casa de encontros que funcionava em seu domicílio. Foi admoestada por admitir ajuntamentos em sua casa, uma vez que favorecia o encontro entre homens e mulheres cometendo o crime de alcouce (ou prostituição). As mulheres presentes na realidade de Minas Gerais do século XVIII sabiam muito bem utilizar seu poder numa sociedade altamente masculinizada. Vender o corpo e se organizarem em estruturas matriarcais, talvez tenham sido estratégias utilizadas por mulheres de distintos grupos sociais. Timótia, dona de seu destino, parece ter sido uma dessas mulheres que se utilizou do comércio sexual para exercer influência e criar redes de sociabilidade. Choques, impermeabilidades culturais ou resistência foram os estratagemas utilizados por muitas mulheres como Timótia que disputavam com os homens as autoridades de mando e comando das relações sociais.<sup>14</sup>

### **TIMÓTIA: DE ALCOVITEIRA A “FEITICEIRA”**

Voltando a 1777, quase 18 anos depois da primeira presença de nossa personagem nas devassas, a mesma Timótia retornava à cena. Desta vez como “feiticeira”.<sup>15</sup> As testemunhas que denunciaram Timótia fizeram um total de 30 denúncias ao visitador, sendo 8 delas referentes aos itens 4 e 5 do edital mencionado anteriormente. Esses dois

---

<sup>11</sup> Para um estudo mais detalhado sobre essa atividade laboral na Capitania de Minas Gerais no período colonial, ver: FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999. Ver também: PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

<sup>12</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. 1853. Regime do Auditório Eclesiástico, Título VIII, p. 88.

<sup>13</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. 1853. Regime do Auditório Eclesiástico, Título VIII, p. 88.

<sup>14</sup> Sobre autoridades de mando entre patrifocalidade e matrifocalidade no mundo colonial ver: CERCEAU NETTO 2017, p. 73-100.

<sup>15</sup> AEAM. Devassas. Liv. Testemunhas, jan.-mar. de 1767-1778, f. 67v.

questos, para essa vila, se apresentavam majoritariamente nas denúncias e Timótia foi relacionada às pessoas que operavam no plano mágico ou do oculto. Ela havia sido tipificada na pergunta 4 do edital que inferia as testemunhas a dizerem: “se sabem que alguma pessoa seja feitiçeira, faça feitiços ou uso deles para querer bem ou mal, para ligar ou desligar, para saber coisas secretas ou adivinhar ou para outro qualquer efeito, ou invoquem os demônios, ou com eles tenha pacto expresso ou tácito, ainda que disso não esteja infamada”.<sup>16</sup> Já a pergunta 5, que também foi atribuída a Timótia pelas testemunhas, dizia: “alguma pessoa advinha ou benze ou cura com palavras, ou benções sem a nossa licença ou de nosso provisor, e se há alguém que vai buscar crendo, que com suas benções pode haver saúde”.<sup>17</sup> Associadas a essas duas perguntas ocorreram 8 denúncias referentes aos diversos tipos de concubinato, mediante a pergunta 17, qual seja: [se] “alguma pessoa eclesiástica, ou secular, solteiro ou casado, que estejam amancebados com escândalo e disso haja fama na freguesia, lugar, roça ou aldeia ou na maior parte da vizinhança e rua venham me dizer”.<sup>18</sup> Naquela devassa, ocorrida em Pitangui, no ano de 1777, estabelecia-se uma relação direta entre aqueles que praticavam o concubinato, a “feitiçaria” e as artes de curar. Esse parece o caso da parda Timótia Nogueira, pois o visitador atribuiu a ela as ações heréticas e maléficas, evidenciando a cultura moralizadora de influência católica ibérica em contraposição a outras crenças e valores de tradições culturais diversas das quais ela se apropriava e praticava em seu cotidiano. Segundo os murmúrios populares, os rituais utilizados por Timótia garantiam a cura de várias doenças, além de atrair mulheres e homens desejados. Suas cerimônias de comunicação com o sobrenatural misturavam elementos da tradição cristã e de diferentes cultos africanos.

Sobre Timótia, o que impressionava ainda mais o visitador, era seu conhecimento adquirido misteriosamente e em segredo. Os boatos lhe atribuíam poderes ocultos e mágicos “capazes de facilitar as mulheres aos homens para terem entre eles cópula”.<sup>19</sup> O fato é que a atividade que Timótia passou a exercer, facilitar envolvimento amoroso, foi realizada durante alguns anos sem repercussão negativa. Aliás, não eram encaradas como

---

<sup>16</sup> AEAM. Devassas. Liv. Testemunhas, jan.-mar. de 1767-1778, f. 6. Termo de edital feito pelo visitador Miguel de Carvalho Almeida Matos.

<sup>17</sup> AEAM. Devassas. Liv. Testemunhas, jan.-mar. de 1767-1778, f. 7. Termo de edital feito pelo visitador Miguel de Carvalho Almeida Matos.

<sup>18</sup> AEAM. Devassas. Liv. Testemunhas, jan.-mar. de 1767-1778, f. 9. Termo de edital feito pelo visitador Miguel de Carvalho Almeida Matos.

<sup>19</sup> AEAM. Devassas. Liv. Testemunhas, jan.-mar. de 1767-1778, f. 68v.



ameaçadoras pelos religiosos. A mudança de postura por parte dos eclesiásticos ocorreu no momento em que a fama e o sucesso de Timótia se expandiram pelos sertões das Minas Gerais, como demonstrou Donald Ramos analisando a fama pública dessas pessoas que operavam o mundo espiritual. Afinal, a repercussão do prestígio e do poder adquiridos pelas chamadas “feiticeiras” no seio da população evidenciavam o perigo que significavam para os eclesiásticos.<sup>20</sup>

Contra Timótia pesou duas denúncias feitas nos interrogatórios do mês de agosto daquele mesmo ano. Antônio Dias Teixeira das Neves ouvira dizer do capitão José Antônio das Neves que várias pessoas procuravam uma mulher parda chamada Timótia Nogueira, moradora no córrego do Brumado, em Pitangui. Agora sua fama ultrapassava os limites permitidos pelos eclesiásticos. A fama pública que essa mulher adquiriu talvez tenha sido seu infortúnio, pois a presença de muitos populares que frequentavam sua casa colocava em xeque os próprios padres. Afinal, na tentativa de impor o catolicismo eles eram os únicos autorizados a exercer mediação entre o terreno e o espiritual. No caso, Timótia afrontava essa lógica e ainda adquiria vantagens materiais, além de poder influenciar o universo das crenças e da espiritualidade. Segundo os murmúrios, ela havia ficado mais poderosa, pois por meio de possessões do corpo “fazia vir à sua presença o demônio todas as vezes que queria”. Importante observar que, no âmbito da religiosidade, a crença no demônio, ao mesmo tempo em que se realizavam práticas curativas indígenas e africanas, revela mesclas simbólicas ou mesmo sobreposições culturais. No caso de Timótia isso foi percebido pelo relato do capitão português José Antônio das Neves. Perguntado pelo visitador sobre a citação de que Timótia, sua agregada, havia se utilizado de “feiticeira” contra uma sua escrava, disse:

Timótia Nogueira lhe consta de ser feiticeira, pois ser ela agregada dele testemunha tinha este uma escrava por nome Rita a qual tinha tido suas brigas com a dita Timótia e passou a ter por disfarçado o ódio que lhe tinha concedido chamou uma negra lhe exercia um caldo de galinha que a negra por desconfiar não comeu e lançou a uma cachorra dele testemunha que imediatamente comeu e rebentou (...)<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> RAMOS, Donald. A “voz popular” e a cultura popular no Brasil do século XVIII. In: SILVA, Maria Nizza da (Org). *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Estampa, 1995, p. 137-154. Também sobre o tema ver: SILVEIRA, Marco Antonio. *Fama pública: Poder e costume nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2015.

<sup>21</sup> AEAM. Devassas. Liv. Testemunhas, jan.-mar. de 1767-1778, f. 69v.

O fato é que Timótia parece ter envenenado o caldo de galinha e, provavelmente, utilizou-se do conhecimento herbolário para tentar assassinar a rival Rita. Em outro trecho do mesmo relato, Timótia lança mão novamente de seu conhecimento das ervas, porém desta vez para reabilitar um negro enfermo. Em seu depoimento, o capitão revelava ter sido testemunha da doença de um negro de sua propriedade que tinha “uma dor que por mais remédios que lhe aplicavam” não curava. Assim, Neves aproveitou para assistir Timótia curar o negro com “umas bebidas de raízes com a qual se achou melhor e disse que o tal negro tivera feitiços”.<sup>22</sup> Por semelhantes indícios ele suspeitou que a “dita sua agregada era feiticeira e lançou fora da senzalla (...)”.<sup>23</sup> O fato é que o capitão lhe atribuía um papel importante junto a sua escravaria, qual seja, a de assistir espiritualmente seus escravos. Afinal, Timótia tinha sua confiança, pois também receitava raízes para curar seus escravos. Sua atitude contrária a ela se deu tempos depois e no momento em que a fama de Timótia havia se expandido concomitantemente com a repressão dos religiosos, restringindo sua capacidade de proteção. Tratando-se de obstrução eclesiástica, o capitão que em outro tempo lhe tivera como aliada, no uso de seus saberes ocultos para sua proteção, provavelmente, optou por se resguardar, ausentando de assistir a parceira.

Nas palavras do capitão, observa-se certa valorização dessas práticas que eram, muitas vezes, aceitas e legitimadas pela própria comunidade. Aliás, essas situações ocorriam em contraposição ao conhecimento formal que não lograva resultados satisfatórios. Assim também era público e notório nessa freguesia a valorização do contato sobrenatural que muitos curandeiros diziam ter. Dessa forma, o mesmo capitão testemunhou:

(...) que um feitor dele testemunha lhe contou que a dita Timótia lhe dissera que tinha certo segredo com que fazia facilitar as mulheres aos homens quando queria o que dizia umas palavras com que fazia vir o demônio falar-lhe.<sup>24</sup>

Neste caso, observamos que o demônio aparece na fala desses agentes. O demônio é a afirmação do ideal cristão e foi claramente associado às práticas culturais banto – culturas do Congo e Angola, por exemplo.<sup>25</sup> De certa forma, as práticas religiosas

<sup>22</sup> AEAM. Devassas. Liv. Testemunhas, jan.-mar. de 1767-1778, f. 69v.

<sup>23</sup> AEAM. Devassas. Liv. Testemunhas, jan.-mar. de 1767-1778, f. 69v.

<sup>24</sup> AEAM. Devassas. Liv. Testemunhas, jan.-mar. de 1767-1778, f. 69v.

<sup>25</sup> Sobre a proximidade do universo cosmológico baongo com a religiosidade cristã, ver: SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

constantemente se mesclavam, principalmente nos discursos proferidos pelos agentes que os interpretavam, vivenciavam e praticavam. Torna-se claro que havia um conjunto de valores tradicionalmente misturados e associados à Igreja Católica, mas também havia valores distintos daqueles que eram professados pelos eclesiásticos. Por vezes, vários desses quesitos citados mesclavam igualmente com as populações mestiças, tradições e valores diversos.

Em outro relato, o português Manoel de Amorim Pereira inconformado com a morte de sua escrava cabra fazia a denúncia contra Joana, escrava de Dona Maria de Sá Cavalcante. Dizia:

(...) a tal negra fazia feitiços e que por sua boca confessara que quando queria matar alguém usava dos tais pós e que antes de ser Meza dicara que sabia que sua senhora a quem prender por lhe ter matado uma sua escrava cabra e vendo-se com efeito meza entregara a mesma senhora os pós de que usava e confessara ter matado a dita cabra e que perguntando-lhe a mesma senhora por que razão a matara respondeu que o demônio a tentara.<sup>26</sup>

No caso relatado acima, mas também no da parda Timótia, as apropriações religiosas feitas por elas ajudam-nos a entender o universo mesclado das crenças em suas ações práticas: fazer malefícios ou benefícios. Segundo Foucault, atenta-se, porém, para mudanças, já no século XVIII, quando se impõem as instituições de Estado e há uma explosão discursiva de moralização aplicada aos grupos sociais. Neste século, ocorrem mudanças do vocabulário sobre o que é proibido e/ou permitido, existindo um vocabulário codificado autorizado e um vocabulário não permitido.<sup>27</sup> Pode-se dizer que constitui um controle ou “polícia” das palavras, estabelecendo assim, onde e quando se pode falar sobre determinados assuntos como sexualidade e feitiço, com quem se pode dialogar e em quais relações sociais se é autorizado falar. Nas suposições de Foucault, os jogos entre poder e desejo são feitos “jurídicos – discursivo”, ou seja, existem um tipo código de lei do desejo, a lei natural e dinâmica das pulsões das comunidades e outra lei para reprimir, disciplinar os instintos dos órgãos repressores como a Igreja e o Estado. Assim, tanto uma quanto outra lei tem seus domínios e são legítimas representações de poder, só que segundo o emprego

---

<sup>26</sup> AEAM. Devassas. Liv. Testemunhas, jan.-mar. de 1767-1778, f. 33v.

<sup>27</sup> FOUCAULT, 1985, p. 87.

que se faz de uma ou outra forma pode-se levar a duas consequências opostas “liberação e/ou afirmação contraposta à proibição e/ou punição”.<sup>28</sup>

Serge Gruzinski nos alerta para o perigo de atribuir a cada indivíduo ou grupo humano características e aspirações religiosas igualmente determinadas, supostamente fundadas num substrato cultural estável, original, puro ou invariável.<sup>29</sup> Assim, identificar as práticas de religiosidades de pessoas como Timótia, parda forra, não constitui negligência à multiplicidade dos contatos ocorridos entre os diferentes agentes sociais. Acredita-se que ao exemplo da parda Timótia, os indivíduos podem estabelecer suas crenças religiosas a partir da mistura, do contato, o que lhes propiciará a não conformação a um modelo religioso rígido e inflexível. As práticas de crenças e valores religiosos estão associadas às capacidades variáveis de interiorização ou de recusa das normas fixas. Aliás, os valores religiosos comportam multiplicidades de significados atribuídos por interlocutores dotados de identidades plurais, como foi o caso retratado de Timótia. Afinal, as estratégias de sobrevivência das mulheres pobres do século XVIII, assemelham-se aos de Timótia, pois quando lhe convinha apropriava-se de ritos e tradições religiosas diversas.

Segundo Daniela Buono Calainho, a clientela, para aqueles que procuravam os curandeiros, benzedores e “feiticeiros”, foi composta por membros de todas as camadas sociais. Embora focasse seu estudo na metrópole portuguesa, as observações de Calainho são válidas para a dinâmica de todo o Império português no período colonial. Normalmente, os estratos mais baixos utilizavam-se ordinariamente dessas obtenções de cura por meio de consultas a pessoas como Timótia, que operavam nesse universo oculto. Assim, o apelo aos mestiços, africanos, indígenas e seus descendentes era feito pelos grupos mais abastados como última alternativa para se curarem.<sup>30</sup>

No ambiente em que a medicina estava se instituindo e a religiosidade dominava a razão, o sucesso dos curandeiros, benzedores e “feiticeiros” tinha que ser extirpado. O problema, na verdade, era o êxito que essas práticas adquiriram no seio da comunidade. A fama e a publicidade de um resultado positivo colocavam os praticantes em rota de colisão com os padres que, no domínio do oculto, eram os únicos autorizados a operarem curas através dos milagres dos santos. Nesses casos, os mais prejudicados eram os africanos,

---

<sup>28</sup> FOUCAULT, 1985, p. 90.

<sup>29</sup> GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 52-53.

<sup>30</sup> CALAINHO, Daniela Buono. *Metrópole das Mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, p. 93.

indígenas e os mestiços da terra, pois eles tinham conhecimento do poder curativo das ervas medicinais, além de atuarem no trabalho cirúrgico e em partos.<sup>31</sup> No exercício dessas atividades, eles associavam seus conhecimentos ao universo do oculto, por isso mesmo, na visão dos visitantes, não faltavam às curas em rituais mágicos, sábaticos, bruxarias<sup>32</sup> e pacto com o demônio.<sup>33</sup> Nas palavras de Foucault para o século XVIII houve um aumento dos discursos ilícitos, do insulto e de zombarias por novos pudores. Provavelmente a opressão induzida por regras de conduta e decência dos poderes da igreja produziram ações inversas exatamente, a valorização e intensificação dos discursos indecentes.<sup>34</sup> Porém, esses discursos, ações, palavras e gestos eram autorizados, mas somente na surdina, pois quando tomavam uma publicidade e fama a coerção aplicava-se por procedimentos de confronto por vários binômios como: normal e anormal, estruturado e desestruturado, santo e pecador, Deus e Demônio como o caso relatado acima.

Segundo Vanicléia de Souza Santos, na alta Guiné, os adivinhos ou curadores tinham amplo conhecimento herbolário, por isso andavam pelas aldeias aplicando ervas curativas, além de realizarem oferendas aos espíritos.<sup>35</sup> Essa dupla relação observada pelos visitantes associou o curandeirismo, baseado no uso de ervas, a influência de um conhecimento oculto. Foi o que levou o visitador Domingos Soares Brandão, em uma de suas falas, a relatar que “o demônio é enganador e tem conhecimento das ervas, comenta monardes”,<sup>36</sup> pois “ensinou a virtude dos vícios”.

---

<sup>31</sup> Para um saber prático das artes da cura exercido por diversos grupos sociais em Minas Gerais, ver: ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina Mestiça: saberes e práticas curativas nas minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2009; VIANA, Kelly Cristina Benjamim. *Mágicos doutores: a arte médica entre a magia e a ciência na Minas Gerais setecentistas (1735-1770)*. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2008.

<sup>32</sup> Vale lembrar que todas essas práticas de bruxarias têm raízes na Idade Média com a crença no demônio. Entre os diversos manuais que sintetizam a crença na bruxaria, no sabá e no demônio, ver: KRAMER, Heinrich e SPRENGER, James. *O martelo das feiticeiras. Malleus Maleficarum*. Trad. Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. (1ª Edição 1484).

<sup>33</sup> Sobre a demonização da América associada à colonização do Brasil, ver: SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1986; SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

<sup>34</sup> FOUCAULT, 1985, p. 79.

<sup>35</sup> SANTOS, Vanicléia Silva. *As bolsas de mandingas no espaço atlântico: século XVIII*. 255f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social. Área de concentração: História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 2008. 255 p.

<sup>36</sup> Nicolas Bautista Monardes, médico de Sevilha, influente na inquisição e que estava ligado aos novos conhecimentos das plantas e drogas que chegavam do Novo Mundo à Europa. Em 1565 publicou a obra

Assim, as repressões no seio do privado ocorriam na mesma proporção do sucesso dessas curas. Os africanos da África ocidental, especialmente os dos rios da Guiné também eram muito valorizados na manipulação do oculto. No âmbito das relações amorosas e familiares, as práticas relacionadas aos “feitiços” atuaram nas representações e no imaginário popular. O problema é que a crença levava muitos à prisão, pela justiça eclesiástica, e, posteriormente, iam para a fogueira ou eram levados a comutar a pena com atos públicos de fé ou ao degredo, pela ação inquisitorial. Muito próxima das africanas, a parda forra Timótia Nogueira exercia poder por meio de mescladas tradições religiosas, influenciando o universo das relações amorosas nos sertões que ligavam a capitania de Minas Gerais a outras no século XVIII.

Para Laura de Mello e Souza as práticas de magia ou “feitiçaria” executadas pelos grupos de africanos, indígenas e mestiços, serviram como um mecanismo de resistência à escravidão, uma alternativa para aliviar as tensões entre senhores e escravos. Segundo a autora, foi justamente a crença de que essas práticas fossem maléficas e tivessem um resultado eficaz na sua ação, que permitiu que muitos escravos e libertos se protegessem contra a violência senhorial. Assim, Souza relata que existia uma paranoia da camada senhorial ao enxergar os escravos como “feiticeiros”. Neste sentido, essas práticas inseriam-se em uma categoria indireta de resistência contra a escravidão.<sup>37</sup>

## TIMÓTIA, UMA CONCUBINA DE FAMA

Donald Ramos, em estudo do edital do Regimento do Auditório Eclesiástico, demonstrou como a igreja utilizou-se da expressão “público e notório” para legitimar sua ação pelo clamor de uma suposta “voz popular”. Em seu artigo, Ramos traça preliminarmente os contornos de uma cultura dominante, marcada pela imposição da cultura religiosa tridentina e da cultura popular ou alternativa, identificada pelas práticas religiosas africanas e mestiças. Esse estudo coloca em foco as relações de disputas e influências entre culturas. Ramos, ao lançar mão do trabalho de Ginzburg, ressalta que a

---

MONARDES, Nicolás. *Dos libros, el uno que trata de todas as cosas que traen de nuestras Indias Occidentales que siervem al uso de la Medicina*. Sevilla: Casa de Hernando Diaz. 1569. Tal obra teve grande circulação no mundo das monarquias ibéricas e certamente fazia parte das obras de referência dos visitantes mineiros. Por isso, seria citado na devassa de 1759, quanto ao saber curativo, mas também mágico das ervas.

<sup>37</sup> SOUZA, 1993, p. 205.

“voz popular”, presente no conjunto dos testemunhos das visitas episcopais, era como um filtro por meio do qual os valores de diversas culturas eram transmitidos e, portanto, transformados.

A pergunta é: quem e quais grupos sociais influenciaram tais culturas? A questão consiste em se definir quais eram os agentes que atribuíam sentido à cultura popular ou alternativa, e à cultura de elite ou dominante. Nesse aspecto, é necessário relacionar essas formas de cultura aos grupos sociais na perspectiva temporal, pois assim observaremos com clareza os espaços permeáveis para mudanças, ou mesmo aqueles preservados pelas impermeabilidades culturais. Essa identificação permite estabelecer os padrões identificáveis de manifestações culturais que orbitaram o universo da religiosidade no período colonial da América portuguesa. Vale Ressaltar a complexidade dos diversos grupos sociais que influenciaram a cultura colonial. Afinal, as construções identitárias de projetos individuais como o de Timótia está em elaboração continua constituindo-se dentro de um contexto em que diferentes “mundos” se interpenetram, se misturam e muitas vezes entram em conflito ou negociação.<sup>38</sup>

A trajetória da parda forra Timótia lembra muito os primeiros anos da africana courana Rosa Egipcíaca, retratada por Luiz Mott. A trajetória de nossa personagem talvez não tenha chegado tão longe, porém, há semelhanças em suas histórias, como o fato de terem vivido amancebadas, terem atuado no meretrício e adquirido fama de “feiticeiras” nas vilas e arraiais de Minas Gerais, no século XVIII. Também é análogo o fato de serem cativas e, posteriormente, terem conquistado suas alforrias. Para Mott seria surpreendente que a africana Rosa Egipcíaca, juntamente com sua assistente, uma crioula de nome Leandra, tomasse o lugar privativo de sacerdotes católicos, pregando a palavra de Deus, numa sociedade masculinizada e misógina.<sup>39</sup>

Para Mary Del Priore que analisou os textos de teólogos, moralistas, confessores, médicos, entre outros, observou uma mentalidade coletiva colonial que exprimia uma profunda misoginia e um enorme desejo em normatizar o discurso contra a mulher.<sup>40</sup> Reflexo do poder masculino, esses relatos para a autora demonstravam a onipresença da

---

<sup>38</sup> Sobre as diversas culturas e historicidades que envolvem análises mais sensíveis às formas pelas quais os diferentes grupos se inter-relacionam no interior das comunidades ver: SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

<sup>39</sup> MOTT, Luiz. *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993, p. 88.

<sup>40</sup> PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, 2009. 304 p.

misoginia na sociedade ocidental cristã. Assim, também não seria novidade, que as imagens refletidas por esses discursos demonstrassem a dominação e a opressão sobre a mulher. Nesta ótica, o discurso sobre a condição feminina era o de vítima constante da dor, do sofrimento e da exploração física, emocional e sexual. Todavia, Priore irá relativizar esse discurso sobre o poder masculino, em virtude de um discreto poder feminino chamado maternidade. Segundo a autora, a emancipação feminina apresentava-se pelo caráter biológico, o que assegurava às mulheres o poder de resistir e reagir aos modelos paternalistas e patriarcais. Esse aspecto da condição feminina associava-se às condições culturais daquelas mulheres.

O estudo de Priore não tem como objetivo mostrar na sociedade colonial em quais grupos de mulheres esse discurso misógino surtiu efeito. Talvez, por isso, Priore construiu o seu olhar sobre a família como um espaço de domesticação das mulheres. Neste sentido, constitui-se cada vez mais necessário demonstrar em quais grupos sociais o discurso religioso de domesticação da mulher encontrou respaldo. Vale lembrar que a sociedade colonial portuguesa na América foi marcada por um afluxo populacional de pessoas com diversos costumes, muitos dos quais pouco ocidentais e condizentes com os valores cristãos.

Nesse aspecto, cabe aqui relativizar essa idéia de que as mulheres africanas e suas descendentes ficaram passivas diante de um poder masculino e patriarcal, assim como de que a escravidão e a inquisição tiraram a capacidade de milhares de pessoas de serem agentes de suas histórias, mesmo com toda a violência das sociedades escravistas e da própria atuação do Santo Ofício e dos tribunais diocesanos. Talvez devêssemos começar a questionar a visão misógina que esses fragmentos de realidades contidos nas fontes inquisitoriais imprimem à vivência das mulheres africanas e suas descendentes. Vale ressaltar que o uso da documentação eclesiástica como fonte fundamental de referência na elucidação do papel dessas mulheres na sociedade colonial na tentativa de amenizar a lógica nas quais se assentavam, exige grande esforço. Essas fontes podem ter deturpado a ação atuante e de autoridade dessas mulheres nas sociedades atlânticas, que mesclavam comportamentos de autoridades masculinos e femininos divergentes.

É possível que as devassas e os processos inquisitoriais fossem sujeitos à execução da teologia agostiniana e contra-reformista, uniformizando, assim, o discurso moral e misógino da igreja sobre os sujeitos sociais, principalmente no que diz respeito ao olhar



sobre as mulheres. Todavia, na prática, elas estavam exercendo poder de autoridade e influência no cotidiano das populações coloniais, haja vista a intensidade das mesclas culturais e biológicas no seio da família. Nesse caso, cabe problematizar esses registros ao inverso. Seria justamente as constantes influências dessas mulheres no cotidiano das populações coloniais a causa da atuação desproporcional contra elas? A trajetória de Timótia mostra que ela exercia atividades laborais e de ganho condenadas pela moral eclesiástica e vivia em uma relação familiar fora dos padrões impostos pelos poderes constituídos. Aliás, mesmo tendo essa conduta, adquiriu respeito e prestígio naquela sociedade, exercendo autoridade sobre pretos, cabras, pardos, crioulos, mestiços, carijós e até brancos, entre outros. Teve poder de influência sobre escravos, libertos e livres, amealhando bens, conquistando mobilidade, ascensão social e econômica. O fato é que as indígenas, africanas e suas descendentes, tinham outras maneiras de lidar com a sexualidade, família, religiosidade e relações laborais.

A notoriedade adquirida por Timótia trazia pessoas de vários lugares para ter com ela uma consulta. Pode-se pensar que esse comportamento não passivo foi a tônica que influenciou as autoridades de mando na religiosidade e, principalmente, no ambiente familiar, pautado pelos relacionamentos mestiços na sociedade colonial mineira do século XVIII. A percepção da diversidade cultural e de um cotidiano marcado por comportamentos de autoridade divergentes leva-nos a matizar a autoridade patriarcal. Vários aspectos da vida familiar, observados nas devassas, evidenciam o poder de influência matriarcal na religiosidade e em outros aspectos da vida cotidiana, pelo menos em relação ao grupo das africanas, indígenas, mestiças e suas descendentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Minas Gerais, as mulheres africanas<sup>41</sup> e suas descendentes, como as crioulas, pardas e mulatas, constituíam a maioria do contingente feminino que vivia fora das uniões

---

<sup>41</sup>As africanas eram, em sua maioria, divididas em dois grupos: as Minas compunham os Fanti-Ashanti e as Angolas e Benguelas faziam parte do grupo Banto. Neste último grupo a filiação era estabelecida pela linha matrilinear e muitos deles praticavam a poligamia. De forma similar, as Ashanti estabeleciam um tipo de organização matriarcal na qual a mãe era detentora de status e direitos. Ver: RAMOS, Artur. *As culturas negras no novo mundo*. 3 ed. São Paulo: INL/MEC/Brasília, 1979, v. 1, p. 186-249. Sobre a temática, entre os diversos estudos, ver também: KARASCH, Mary C. “Minha Nação”: Identidades Escravas no fim do Brasil Colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 127-141.; REZENDE, Rodrigo de Castro. *As*

fundadas no matrimônio. Senhoras herdeiras de tradições e culturas distintas das europeias, essas mulheres possuíam outro modo de encarar a relação com companheiros e parentes. Vários costumes praticados por elas pautavam-se em relações endogâmicas, poligâmicas, ou mesmo monogâmicas, nas quais, por vezes, a figura feminina era o centro da estrutura de poder familiar.

Muitas dessas mulheres não aceitavam a autoridade masculina marcada pelo patriarcalismo português, ou melhor, pelo estilo de recato e submissão que muitos homens exigiam. Embora ficasse evidente um estilo de vida diferente dos padrões morais da igreja, essas mulheres queriam viver na liberdade que adquiriram, ou de que já eram portadoras. A escolha por culto e tradições religiosas diversas indicava personalidades identitárias múltiplas. Neste caso, o exemplo de Timótia é sintomático. Ela optou por viver em concubinato com vários homens e investir parte de seus conhecimentos e recursos agenciando mulheres na prática do meretrício. Para isso, utilizou-se do simbolismo religioso cristão, como a crença no diabo, ao mesmo tempo em que relacionava os rituais ao estilo africano, como estabelecer o ritual da mesa, praticar sacrifícios e se utilizar do conhecimento herbolário para operar benefícios e malefícios.

Nos sertões das Minas Gerais, foi comum que várias mulheres pretas, pardas, mulatas, crioulas, cabras, carijós e mamalucas aparecessem na documentação colonial como “feiticeiras”, concubinas e donas de domicílios, responsáveis por suas unidades familiares.<sup>42</sup> Timótia foi uma dessas mulheres que conquistara sua liberdade e era a responsável por seu domicílio.

Repleto de referências nas devassas eclesiásticas, os trechos recortados da documentação são fortes indícios dessa realidade. Proprietárias ou responsáveis pelos aluguéis das casas, elas gerenciavam suas vidas, construindo autonomia sobre seus lares. Talvez o fato de Timótia gerenciar sua vida, não sendo passiva nas relações cotidianas, tenha causado tanta repulsa aos padres que aplicavam a doutrina tridentina como modelo de vida para africanas, índias, mestiças e suas descendentes.

---

“NOSSAS ÁFRICAS”: população escrava e identidades africanas nas Minas Setecentistas. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2006.

<sup>42</sup> Para os sertões de Minas Gerais ver: FURTADO, Junia Ferreira. Entre becos e vielas: o arraial do tejuco e a sociedade diamantífera setecentista. In: PAIVA, Eduardo França e ANASTASIA, Carla Maria Junho (Orgs). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 496-512. CERCEAU NETTO, Rangel; Theresa Teyxeyra de Souza: *Uma Africana na América Setecentista*. POLITEIA: História e Sociedade. Vitória da Conquista, v. 10, n 1 p. 203-220 (217), 2010.

A constatação de um grande número de lares tendo a figura feminina como mantenedora e administradora do domicílio provoca questionamentos. No mundo construído em torno do atlântico, onde predominou a escravidão de negros da África e as mesclas de vários indivíduos de origens distintas, as mulheres detiveram maiores recursos que os homens para se tornarem livres<sup>43</sup>, como parece ter sido a trajetória de Timótia, que logo se tornou liberta. Algumas das explicações relacionam-se à capacidade dessas mulheres de acumularem pecúlio, mesmo na condição de escravas. Essa aptidão configura-se como um dos traços culturais que refletiram na formação familiar, principalmente, daquela constituída pelos nuances das mestiçagens e das condições de escravidão. Ao contrário de uma atitude passiva, o papel das mulheres pardas, mulatas, pretas, cabras e mamelucas diferiam daqueles modelos de recato, legado normalmente às mulheres brancas. Nas relações familiares, no período colonial, o papel dessas mulheres tem se mostrado dinâmico, autônomo e bem ativo.

---

<sup>43</sup> Entre os vários estudos seguem nesta direção: PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2000. 220 p.; PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. 285 p.; FURTADO, Junia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes - O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 403 p.; FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700- 1850)*. Tese (Professor Titular). Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2004. 278 p.; HIGGINS, Kathleen J. *“Lecentious liberty” in a Brazilian gold-mining region: slavery gender, and social control in eighteenth century Sabará – Minas Gerais*. Pennsylvania State University, 1999. 236 p.

**A LEI DE TERRAS EM SANTA CATARINA E A POLÍTICA  
FUNDIÁRIA IMPERIAL: A FORÇA DO PODER LOCAL PELA  
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES E A *SOCIEDADE LAGEANA*  
*PARA BENEFICIAR E EXPORTAR*  
*ERVA-MATE*<sup>1</sup>**

**THE LAND LAW IN SANTA CATARINA AND THE IMPERIAL  
LAND POLICY: THE STRENGTH OF LOCAL POWER BY THE  
MUNICIPALITY OF LAGES AND THE *SOCIEDADE LAGEANA*  
*PARA BENEFICIAR E EXPORTAR ERVA-MATE***

**Flávia Paula Darossi**

Pesquisadora do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura, Brasil  
Doutoranda em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
e-mail: [flavia.darossi@gmail.com](mailto:flavia.darossi@gmail.com)

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-5044-4609>

**DOI:**

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v6i12.19263>

Recebido em 4 de julho de 2018

Aprovado em 9 de outubro de 2018

**RESUMO**

Análise a política de terras e sua legislação durante o século XIX, especificamente sobre a província de Santa Catarina. A aplicação da Lei de Terras de 1850 e seu Regulamento de 1854 produziu desdobramentos regionais variados, em razão das relações políticas entre presidentes de província, funcionários municipais como juizes comissários de terras, juizes municipais, delegados de polícia, fiscais da Repartição Especial e a população. Embora a elite Saquarema tenha centralizado a estrutura política do Estado, a viabilização da Lei de Terras implicou a negociação com os “Cidadãos” proprietários, que assumiram cargos públicos locais e a precedência no acesso e regularização de terras devolutas. Enfoca a pesquisa no Planalto Catarinense, no município de Lages, e na fundação, por políticos locais, de uma empresa de beneficiamento de erva-mate a partir da concessão pública de terras. Foram consultados anais do Senado e Câmara dos Deputados, relatórios de presidente da província, periódicos, documentos da Câmara de Lages e da Inspeção de Terras e Colonização. O estudo conclui a importância de camaristas, delegados e juizes para a afirmação da propriedade na província, principalmente a partir do poder de qualificação da legalidade ou ilegalidade de posses de terras à legitimação ou despejo nas jurisdições locais.

**Palavras-chave:** Segundo Reinado; Lei de Terras; Santa Catarina; Planalto

---

<sup>1</sup> O artigo constitui uma parte de um dos capítulos de minha Dissertação: DAROSS, Flávia Paula. *A Lei de Terras em Santa Catarina e a consolidação do Estado Imperial Brasileiro*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2017.

## ABSTRACT

I analyze the land policy and its legislation during the nineteenth century, specifically on the province of Santa Catarina. The application of the Land Law of 1850 and its Regulation of 1854 produced varied regional developments, due to the political relations between provincial presidents, municipal officials such as judges commissioners of lands, municipal judges, police delegates, inspectors of the Special Office and the population. Although the *Saquarema* elite centralized the political structure of the State, the viability of the Land Law implied the negotiation with the “Citizens” owners, who assumed local public positions and the precedence in the access and regularization of vacant lands. I focus the research on the Plateau of Santa Catarina, in the municipality of Lages, and the founding, by local politicians, of a company of beneficitation of yerba *mate* from the public land concession. Annals of the Senate and Chamber of Deputies were consulted, reports of the provincial president, periodicals, documents of the Chamber of Lages and of the Land and Colonization Province. The study concludes the importance of cameramen, delegates and judges for the affirmation of ownership in the province, mainly from the power to qualify the legality or illegality of land holdings to legitimize or eviction in local jurisdictions

**Keywords:** Second Reign; Land Law; Santa Catarina; Plateau

## A POLÍTICA CATARINENSE EM MEADOS DO SÉCULO XIX E O DEBATE SOBRE CONCESSÕES DE TERRAS A MUNICIPALIDADES DA PROVÍNCIA

Santa Catarina dispôs de pouca influência política no cenário nacional durante o período Imperial em razão do baixo número de políticos que a representavam na Corte. Isto influenciou sobremaneira a forma com que a elite política provincial expressou seus anseios políticos junto ao Governo Central. O único catarinense no Senado entre 1845 e 1871 (da 5ª a 14ª legislatura) foi o tenente coronel José da Silva Mafra, natural de Desterro. Indicado para formar a lista tríplice de candidatos ao Senado, em 1844, Mafra desempenhava em Santa Catarina o cargo de secretário da presidência e era deputado provincial (desde a 1ª legisl. de 1835). Havia sido também vice-presidente da província por longo período até assumir a senatoria vitalícia. Era Cavaleiro das Ordens Imperiais do Cruzeiro e da Rosa desde 1823 e na Corte tornou-se 1º secretário da Mesa do Senado.<sup>2</sup> Quando presidiu a sessão do Senado em 27 de agosto de 1846, apoiou uma solicitação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina acerca da concessão de três léguas quadradas para o patrimônio das vilas de São José, São Miguel e Porto Belo, e de quatro léguas quadradas

---

<sup>2</sup> Junto com o Pe. Lourenço Rodrigues de Andrade, Mafra representou a província nas Cortes de Lisboa em 1821. Ele faleceu em 1871 e foi substituído no Senado pelo Conservador Jesuíno Lamego da Costa. Além de Mafra, foram representantes de Santa Catarina no Senado entre 1826 e 1889 o Pe. Rodrigues de Andrade (1ª-5ª legisl.), Lamego da Costa (15ª-20ª legisl.) e Alfredo d'Escagnolle Taunay (20ª legisl.).

para a vila de Lages. O presidente provincial fora ouvido e concordara na necessidade da concessão “por não terem as respectivas câmaras rendas com que recorrer às necessidades mais indispensáveis”.<sup>3</sup> Após discussão em duas outras seções, em que fora diminuída a extensão dos terrenos a serem doados para ½ légua quadrada, o projeto foi deferido no Senado e encaminhado à Câmara dos Deputados.

Era comum Câmaras arrendarem ou aforarem terrenos do patrimônio municipal e logradouros públicos a particulares para produção agrícola, pousio de gado ou extrativismo de produtos da terra, como a erva-mate, no caso do planalto sulino, com vistas à arrecadação do imposto sobre o usufruto da terra.<sup>4</sup>

Aproximadamente seis anos depois de o projeto ter sido deferido no Senado, em maio de 1852 ele foi retomado na Câmara dos Deputados para votação final, em meio às discussões sobre o impasse sobre a demora do início da execução da Lei de Terras após ter sido sancionada em 1850. Como a doação de terras públicas havia sido vetada em 1850, os deputados divergiram opiniões acerca das concessões. O baiano Benevenuto Magalhães Taques opôs-se ao projeto e justificou sua decisão com base nos artigos nº 01 e 12 da Lei de Terras.<sup>5</sup> Seu argumento era que, “se no projeto se tratasse de doar a essas câmaras as terras em que as vilas respectivas estão situadas, eu não duvidaria em dar-lhe meu voto, porque não contrastaria” a Lei de Terras; mas tratava-se “de doar a arbítrio uma porção de terras nacionais em Santa Catarina a essas câmaras municipais, o que é uma alteração grave desta lei, cujo sistema me parece que não deve ser interrompido”.<sup>6</sup> Se a medida tivesse

---

<sup>3</sup> *Anais do Senado do Império do Brasil*. Ano de 1846. Livro I. Disponível no sítio do Senado Federal <[https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais\\_Império/1846/1846%20Livro%201.pdf](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Império/1846/1846%20Livro%201.pdf)>.

Acesso em: 15/01/2018

<sup>4</sup> A erva-mate, ou *Ilex paraguariensis*, refere-se a uma árvore endêmica, concentrada na área florestal correspondente à parte dos atuais territórios dos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, da província de Misiones na Argentina e do Leste do Paraguai. A erva era consumida através da infusão das folhas trituradas em água quente ou fria, e seu comércio foi estimulado pela generalização do consumo entre a população. Segundo Marcos Gerhardt, os ervais nativos mais importantes em Santa Catarina localizavam-se no Planalto norte, no vale do rio Negro e no Planalto sul, junto dos rios Pelotas, do Peixe e Canoas. GERHARDT, Marcos. *História ambiental da erva-mate*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2013. Acerca do processo de beneficiamento da erva-mate: BRANDT, Marlon.; SAMPAIO SILVA, Naiara. A coleta de erva-mate pela população cabocla do vale do Rio do Peixe e Oeste de Santa Catarina: apropriação privada e rupturas. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia-MG, v. 26, n. 3 p. 459-469, 2014.

<sup>5</sup> Respectivamente, o primeiro artigo da Lei normatizou a aquisição de terras devolutas exclusivamente por meio de compra e o 12º previu a reserva de terras devolutas para determinadas situações de interesse público, como a fundação de povoações, aldeamentos indígenas, etc.

<sup>6</sup> *Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Deputados*. Quarto ano da oitava legislatura. Sessão de 1852. Tomo I. Rio de Janeiro: Tipografia de H. J. Pinto, 1877, p. 52.

algum fundamento, dever-se-ia alterar a própria Lei de Terras e ampliar esta possibilidade de doação aos demais municípios do Império, porque “não são somente as quatro câmaras de Santa Catarina cujos patrimônios são exíguos, outras muitas se acham neste caso”. E concluiu sua fala predizendo que “será uma doação somente feita em benefício de algumas pessoas que tenham alguma sagacidade e estejam mais a jeito de se aproveitarem dela”.

Contrapondo a opinião do deputado baiano, o catarinense Joaquim Augusto do Livramento esclareceu que as referidas doações não contradiriam os objetivos da Lei de Terras, a saber, de demarcar e valorar as terras devolutas para a promoção da colonização e de “evitar as invasões continuadas que os particulares faziam”. Ele garantiu que em nada sofreria o domínio público, especialmente em Santa Catarina, onde, segundo ele, “os terrenos devolutos são em tão grande quantidade que meia légua de terra é para eles como uma gota de água para o oceano”. Declarou mais que seria impossível realizar a doação de terrenos situados nas referidas vilas, em razão desses estarem há muito tempo sob domínio particular. Ao finalizar sua defesa do projeto, Livramento associou a capacitação das rendas públicas à ampliação do patrimônio fundiário municipal pelos sistemas de aforamento ou arrendamento, e exemplificou sua afirmação com base em Desterro: “assim é que a câmara municipal da capital de minha província recebe 2½ % das alheações dos terrenos encravados em seu patrimônio, o que lhe dá não pequena renda”.

Já Bernardo de Souza Franco, representante da província do Pará, condicionou a possibilidade das doações à execução da Lei de Terras (“tenho ouvido dizer que esta lei está abandonada...”). O deputado mostrou-se aborrecido com a falta de informações da Comissão do Conselho de Estado sobre o andamento da elaboração do Regulamento da Lei (“suponho que a discussão está deslocada e que é pura perda enquanto os Srs. Ministros não aparecerem para tomarem parte”, “não podemos continuar neste embaraço”), e destacou que o estado provisório em que a instituição fundiária se encontrava no país “só pode agradar a quem não se importe com a administração pública”. Para ele, a Lei promulgada em 1850 precisava imediatamente ser executada ou então que “se sigam outros princípios para distribuição das terras”. Ele concluiu que o projeto de doação deveria ser rejeitado “se algum dos ministros me disser que a Lei de Terras será executada”, porque haveria outros meios de fornecer patrimônio às vilas catarinenses “que o pedem e o merecem”. Diz que províncias “pequenas” como Santa Catarina, “são muito

esquecidas aqui na Câmara; e eu não quero ser do número daqueles que contribuem para o esquecimento em que jazem”.

A última fala da sessão parece ter sido determinante à sanção da lei proposta pela Assembleia Legislativa Catarinense. Isto porque o deputado pernambucano Carneiro da Cunha afirmou que duvidava “muito que tenha execução a lei promulgada em 1850”, os ministros haveriam de ter previsto a “inexequibilidade” da mesma, questionando-se se “tinham força bastante para fazê-la executar”.

## **A REALIDADE FUNDIÁRIA DA PROVÍNCIA**

Na metade do século XIX, a situação das terras ocupadas e devolutas em Santa Catarina ainda era pouco conhecida pelo Estado, de modo que a multiplicidade de formas de apropriação e domínio útil das terras, como a posse por ocupação simples, não formalizada, era uma dinâmica comum da sociedade daquele período. Por este motivo, devemos desconfiar dos discursos oficiais que tratam da província como um “oceano” desabitado de terras devolutas, pois eles promovem um silenciamento operativo sobre incontável número de indígenas, posseiros nacionais pobres, conflitos fundiários e disputas por recursos. A concessão destas terras devolutas às Câmaras para ampliação dos arrendamentos municipais reflete o interesse do governo da província em alterar o formato da posse e fruição das terras, e indica o rumo da política fundiária visada desde 1846 à província pela Assembleia Legislativa e o presidente daquele período. Era exatamente neste contexto que a concepção da propriedade privada estava a ser gestada e legislada no Império.

Ao normatizar o acesso exclusivo às terras devolutas pela compra, a Lei validou uma concepção específica de propriedade da terra – particular, individual –, ao mesmo tempo em que restringiu seu acesso pela oneração e a burocracia. São deste período as discussões sobre a utilização dos imóveis como garantia em hipotecas. Para fazê-lo, contudo, era necessário que as propriedades seguissem um modelo padrão de titulação, principalmente com extensão e limites precisos. A partir de 1854, a complexidade e a pluralidade de relações fundiárias experienciadas no país tornaram-se um desafio a ser ajuizado com base na Lei de Terras, com o agravante de que os novos direitos e a



burocracia regulamentados pelo Legislativo à composição da Lei estavam em pleno processo de construção e início de experimentação.

Rosa Congost sugere que a propriedade em si é apenas uma abstração jurídica. Existem, na realidade, diferentes direitos de propriedade e formas de ser proprietário. A autora parte do princípio de que “as condições de realização da propriedade, que podem ser muito diversas entre si, são o resultado de múltiplas facetas da atividade humana” e não se restringem às decisões dos legisladores,<sup>7</sup> de maneira que “as relações de propriedade, ao serem relações sociais, devem ser observadas desde uma pluralidade de ângulos”. Por esta lógica, quando menciono os direitos de propriedade previstos na Lei de Terras, refiro-me a práticas sociais concernentes à propriedade da terra escolhidas e sancionadas pelo Legislativo Imperial brasileiro, compreendendo este último enquanto uma instituição dotada de pretensões individuais e de interesses político-econômicos regionais sobre o modo de organizar o regime e a estrutura fundiária nacional àquele contexto da metade do Oitocentos.

A condição das terras da província de Santa Catarina durante a primeira década de execução da Lei de Terras foi relatada pela presidência em 1861:

Nesta província existe grande quantidade de terras devolutas, sem compreender mesmo aquelas sobre que há pretensões contestáveis a título de posse ou concessão, e que oportunamente poderão reverter ao Estado. Abstraída uma estreita orla do litoral, aonde está disseminada a população e cultura, pode-se dizer que ainda é um sertão com imensas riquezas inaproveitadas, toda a superfície até a Serra do Mar, que corre internada: no fundo da província, entre esta cordilheira e os longínquos confins, estendem-se elevadas campinas, raramente povoadas e com poucas interrupções de matas e montanhas, nas quais se exerce a indústria pastoril. É tão vasta a região inculta e desabitada, que o gentiu ainda encontra as condições indispensáveis para a vida nômade e esquiva a qualquer contato com a civilização. A quase totalidade do espaço inculto e despovoado pertence ao domínio do Estado. À vista dessa circunstância, e consideradas a uberridade das terras, variedade de sua produção, amenidade de clima, abundância de águas, navegabilidade de rios e outros tesouros exploráveis da natureza, compreende-se que esta província oferece perspectiva á causa da população e do trabalho.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> CONGOST, Rosa. *Tierras, Leyes, Historia: estudios sobre la gran obra de la propiedad*. Barcelona: Crítica, 2007, p. 14-15.

<sup>8</sup> Periódico *O Correio Oficial de Santa Catarina*. Desterro. Ano I, nº 47, p. 02, mai. 1861. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca digital <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

Em 1874, a Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Possuídas descreveu a situação fundiária da província de maneira muito semelhante ao relatório presidencial, haja vista que, segundo a Comissão, a superfície territorial poder-se-ia dividir em 700 léguas quadradas de terras devolutas, 300 ocupadas por “uma limitada população concentrada pela maior parte no município da capital, em outros povoados e pontos do litoral e margens de rios, e 100 consideradas duvidosas ou dependentes de verificação”.<sup>9</sup> Neste quesito, a Comissão destacou que a província apresentaria maior território devoluto se já estivessem definitivamente fixados os limites com a província do Paraná, “alargando-se sua área para o lado do Rio Negro e Campos de Palmas, como parece ser de toda a justiça”. Acerca do assentamento de imigrantes europeus, declarou ser Santa Catarina uma das províncias do Império que melhores proporções oferecia ao desenvolvimento de uma colonização em vasta escala; “não só porque avultam as terras do Estado, com pequenas exceções de superior qualidade, fertilíssimas (...) como porque possui ricas matas de madeiras de lei, possantes minas de carvão”.

De acordo com a Comissão, e convergindo à fala do deputado Livramento na Câmara em 1852, parte considerável de Santa Catarina era devoluta, mesmo em 1874, vinte anos depois do início da execução da Lei de Terras.<sup>10</sup> Pela Lei, eram terras devolutas as que não se achassem aplicadas em uso público-estatal ou no domínio particular por título legítimo, nem por sesmarias e outras concessões do Governo, incursas ou não em comisso ou apossadas, que pudessem ser revalidadas.

A relação discursiva entre baixa densidade demográfica e a disponibilidade de terras é sintomática de uma política fundiária projetada para a colonização europeia na província, com vistas ao povoamento em pequenas propriedades e ao desenvolvimento da agricultura, do comércio e das rendas provinciais, a partir da produção agrícola com mão-de-obra

---

<sup>9</sup> *Descrição topográfica do mapa da Província de Santa Catarina organizada na Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas sob a presidência do Conselheiro Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja*. Rio de Janeiro, Imprimerie Impériale, 1874.

<sup>10</sup> De acordo com o dicionário de 1874, “DEVOLUTO, A, p. p. irreg. de devolver (Lat. *Devolutus*, p. p. de devolvo, devolver), adj. adquirido por direito de devolução (benefício); que passa ao primeiro possuidor d’onde procedeu; v. g. o feudo ficou – ao império: –, vazio, desocupado, sem dono (...). Terra –, não cultivada: –, tornado ao antigo estado”. *Dicionário Enciclopédico ou Novo Dicionário da Língua Portuguesa para uso dos portugueses e brasileiros*. 4ª Edição, vol.1. Lisboa: Francisco Arthur da Silva, 1874, p. 930. O termo “terra devoluta” se referia à terra devolvida ao Estado. Até 1822 o território brasileiro fazia parte do patrimônio real português e a Coroa tinha o poder de transferir lotes a particulares por meio de concessões. Pela Lei das Sesmarias, quando as exigências de cultivo, medição e demarcação não fossem cumpridas, as terras caíam em comisso e deveriam ser devolvidas ao domínio da Coroa.

livre.<sup>11</sup> O Recenseamento Geral de 1872 indica que Santa Catarina possuía quase 160 mil habitantes, enquanto o Rio de Janeiro e o município neutro da Corte somavam pouco mais de um milhão até aquele ano.<sup>12</sup> Em 1854, o presidente provincial João José Coutinho relatou que

Uma província como esta, cuja indústria se limita à lavoura, que quase não tem relações comerciais com as províncias do interior, não pode ter grande comércio, e nem este deixar de acompanhar o desenvolvimento da lavoura, ainda mui limitada por falta de braços e de máquinas que os supram. A colonização e a instrução que se for espalhando pela classe agrícola trará, necessariamente, com o aumento da indústria agrícola, fabril e de mineração, o desenvolvimento do comércio; socorrido este e aquelas pelos melhoramentos das vias de comunicação e pela abertura de novas.<sup>13</sup>

Acerca da região do Planalto, a Comissão do Registro Geral declarou que era “quase toda devoluta e em geral composta por belos campos de criar, mui próprios para estabelecimento de colônias pastoris e trabalhos de arado”. Em razão da falta de “cuidados” e auxílio dos cofres da administração provincial sobre a estrada de Lages a São José (no litoral), a principal ocupação dos lageanos consistia na criação comercial de animais e no gado para consumo.

Em 1854, a população lageana era avaliada em 5.913 habitantes, a saber: 4.625 brasileiros; 131 estrangeiros; 1.077 escravos. Enquanto isso, o termo da capital Desterro

---

<sup>11</sup> Sobre a imigração e a colonização europeia no sul do Império, cf. PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. 3 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994; MACHADO, Paulo Pinheiro. *A Política de Colonização no Império*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999; KLUG, João. Imigração no Sul do Brasil. In: GRIMBERG; SALES (orgs.). *O Brasil Imperial (1870-1889)*. v. III. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 199-232

<sup>12</sup> *Recenseamento Geral do Brasil de 1872*. Biblioteca Nacional do IBGE.

<sup>13</sup> SANTA CATARINA, *Relatório do presidente da província de Santa Catarina Exm. Sr. Dr. João José Coutinho em 19 de abril de 1854*. Desterro: Tipografia Catarinense, 1854, p. 27. Ainda em 1850, Coutinho queixou-se do aparente “atraso” em que a província se encontrava: “A agricultura, que a pouco mais se estende da plantação da mandioca, milho, cana, feijão e arroz, pouco aumento tem tido, já pela falta de braços, e já porque nossos lavradores, aferrados ao que viram praticar seus antepassados, não procuram, apartando-se da antiga rotina, bem amanhar o terreno (...). O café, que faz a riqueza da província do Rio de Janeiro e de alguns municípios de outras, é aqui em pequena escala cultivado, não obstante ter a província terrenos mui apropriados à sua vegetação e frutificação. A erva-mate ainda está por assim dizer escondida nos sertões de São Francisco e nas matas de Lages, e se sai alguma dos campos desse município, espavorida dos perigos de nossa estrada, vai-se asilar em Porto Alegre”. SANTA CATARINA, *Fala que o presidente da província de Santa Catarina Dr. João José Coutinho dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no ato da abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1850*. Desterro: Tipografia Catarinense de Emilio Grain, 1850.

totalizava 19.913 pessoas.<sup>14</sup> O comércio consistia “na venda de bois, couros e erva-mate, sendo estes artigos conduzidos às cidades de Desterro e Laguna”.<sup>15</sup> O relatório provincial de 1854 tratou da produção pecuária da região, na qual a criação de gado *vacum*, “quase exclusivo ramo da indústria de Lages, não chega para o consumo da província, e é avaliado em 80:000\$000 anual”; ressaltou também a regularidade das criações de *ovelhum* e *suíno*, não exportadas “por não corresponder às despesas da viagem para o litoral”.<sup>16</sup>

Habitada por populações indígenas das etnias *Xokleng* e *Kaingang*, Lages foi oficialmente colonizada por bandeirantes e tropeiros paulistas em meados do século XVIII, como parte do caminho de tropas de muares que seguiam das províncias platinas e do Rio Grande do Sul à feira anual de Sorocaba. Sua estrutura administrativa foi implantada em 1771 pela Capitania de São Paulo, quando foi elevada à categoria de vila e instituída a Câmara Municipal. Em 1820 foi transferida da jurisdição paulista à de Santa Catarina.<sup>17</sup>

A condição jurídica de grande parte das terras do Planalto em 1854 era irregular, resultado de uma dezena de sesmarias não legalizadas, expandidas, meadas ou vendidas, de posses por ocupação primária, “duvidosas ou dependentes de verificação”, e de uma infinidade de conflitos entre diferentes tipos de posseiros e proprietários. Santa Catarina possuía ainda um delicado agravante político. Durante todo o século XIX defrontou-se com a necessidade de disputar suas fronteiras interna e externa: com a província do Paraná sobre a parte norte da jurisdição do termo de Lages, e com a Argentina sobre os Campos de Palmas a oeste do rio do Peixe.<sup>18</sup>

---

<sup>14</sup> “Mapa aproximado da população da província de Santa Catarina”. SANTA CATARINA, *Fala que o Exm. Sr. Dr. João José Coutinho Presidente da Província de Santa Catarina dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no ato da abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1855*. Desterro: Tipografia do Correio Catarinense, 1855, p. 36.

<sup>15</sup> COELHO, Manoel J. A. *Memória Histórica da Província de Santa Catarina*. Desterro: Tipografia Desterrense de J. J. Lopes, 1856, p. 180.

<sup>16</sup> SANTA CATARINA, *Relatório do presidente da província de Santa Catarina Exm. Sr. Dr. João José Coutinho em 19 de abril de 1854*, *Op. cit.*, p. 29. Em 1862, vereadores lageanos relataram à presidência a produção agropecuária municipal: “A agricultura neste município encerra-se na plantação de milho e feijão para consumo, sendo isso devido ao clima, e à falta de exportação. O único produto da lavoura que está sendo plantado em maior escala, e muito principalmente nos distritos de Curitiba e Campos Novos, é o fumo, que, segundo informações de pessoas ali residentes, já exporta perto de duas mil arrobas. Os habitantes deste município empregam-se pela maior parte em criar gado *vacum*, *cavalar* e *muar*, deixando de empregar-se na lavoura por causa da esterilidade do terreno”. APESC. *Ofícios das câmaras municipais para presidência da província*. Lages. Livro 1862, p. 52.

<sup>17</sup> Sobre a colonização do Planalto catarinense, cf. COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

<sup>18</sup> Para aprofundamento, cf. COSTA, Licurgo. *Um cambalacho político: a verdade sobre o “acordo” de limites PR-SC*. Florianópolis: Lunardeli, 1987; e HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina: a questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

No que se refere à política fundiária imperial, o Regulamento da Lei de Terras foi extremamente funcional ao Governo por normatizar a instalação de cargos públicos em municípios dos mais afastados das capitais provinciais, a exemplo de Lages, tornando presente a figura do Estado nas décadas posteriores à emancipação política de Portugal, haja vista que, em 1838, a vila lageana foi ocupada por grupos “farrapos” e declarada parte da República Rio-grandense durante a Revolução Farroupilha.

Cristiano L. Christillino já abordou alguns aspectos desta perspectiva quando analisou a aplicação da Lei de Terras em São Pedro do Rio Grande do Sul a partir da aprovação de processos de legitimação de terras pelos presidentes de província. De acordo com o autor, durante a segunda metade do século XIX, a província sulina possuía um histórico separatista muito latente decorrente da Revolução Farroupilha e dos conflitos no Prata, ao mesmo tempo em que abrigava um contingente militar indispensável à manutenção das fronteiras do Império – de modo que a Lei de Terras foi direcionada pela Coroa com vistas à integração destas elites locais nas estruturas do próprio Estado e à concessão de terras enquanto barganha política.<sup>19</sup>

## O REGULAMENTO DE 1854 E A FORÇA DO PODER LOCAL

Contemplando especialmente o caso da província catarinense, procuro flexibilizar a perspectiva de José Murilo de Carvalho acerca do “veto dos barões”, em que o autor destacou a “fraqueza da burocracia central em nível local” e a “resistência dos proprietários” no processo de aplicação da Lei de Terras.<sup>20</sup> Fundamentado em relatórios dos Ministérios do Império e da Agricultura, dos presidentes de província, etc., Carvalho enfocou o aspecto do malogro e da ineficiência da Lei de Terras, a precariedade de sua execução e o não cumprimento de seus principais enunciados por parte das elites agrárias

---

<sup>19</sup> CHRISTILLINO, Cristiano L. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História, Niterói, 2010. Ademais, precisamente sobre a participação de Santa Catarina na Revolução Farroupilha, cf., BOITEUX, Henrique. *A república catarinense: notas para a sua história* (1927). Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox/APESC, 1985; COSTA, Gustavo Marangoni. *Entre contrabando e ambiguidades: outros aspectos da República Juliana*. Laguna/SC – 1836-1845. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2006.

<sup>20</sup> CARVALHO, José Murilo de. A política de terras: o veto dos barões. In: *A construção da ordem: a elite imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p. 303-325.

regionais, como a obrigatoriedade de medição, demarcação e registro paroquial das terras. Refiro-me a flexibilizar o veto senhorial no sentido de questionar as condições da repercussão da Lei em Santa Catarina e de sua apropriação por parte da população e dos seus executores no Planalto.

Isto porque, apesar da lei de 1 de outubro de 1828 e do Ato Adicional de 1834 terem reduzido sobremaneira as funções das Câmaras Municipais em favor das Assembleias Legislativas Provinciais, em Santa Catarina, os vereadores continuaram gozando de relevantes poderes executivos e judiciários, notadamente a partir de duas circunstâncias específicas. A primeira diz respeito ao constante esgotamento das listas de juiz municipal substituto que tornavam o cargo vago, cabendo ao vereador mais votado exercê-lo até que novo juiz fosse nomeado, conforme consta na Lei de Interpretação do Código do Processo Criminal. Desta forma, vereadores tinham a possibilidade de integrar o sistema judiciário e ajuizar processos cíveis nos quais os objetos de ação poderiam ser terras da jurisdição municipal, onde ele próprio, seus parentes e agregados residiam e fora eleito. Já a segunda circunstância diz respeito à execução da Lei de Terras nos municípios. Embora o Regulamento de 1854 não atribuísse qualquer serviço de aplicação da Lei às Câmaras Municipais, os presidentes de Santa Catarina encarregaram vereadores e fiscais das Câmaras por funções legalmente atribuídas aos juízes comissários de terras e inspetores gerais de medições.

A Câmara Municipal de Lages recebeu de presidentes da província requerimentos de compra de terras devolutas, de legitimação de posses e revalidação de sesmarias da jurisdição do município para que fossem verificadas as condições das terras. O fiscal fazia a vistoria – descrevia terrenos devolutos, benfeitorias, culturas agrícolas, criações animais, moradias, éreos confinantes, etc. – e emitia o parecer no referido requerimento, que retornava ao presidente e era também encaminhado à Repartição Especial das Terras Públicas. O ato de verificar e declarar a qualidade da cultura efetiva e morada habitual era o principal elemento do qual dependia a legalidade das posses requeridas à regularização, assim como a consideração do fiscal sobre a condição devoluta de uma parcela de terras era para viabilizar a venda. Os vereadores solicitavam ao presidente prorrogações de prazos para a execução de medições, afixavam editais com o chamamento de reclamações de embargos e recebiam-nas pelo secretário da Câmara, assim como requerimentos de compra de terras devolutas e de legitimações de posses dos requerentes. Se compararmos ambas as

circunstâncias elencadas, concluímos que um mesmo vereador poderia dominar simultaneamente os principais cargos e instrumentos legais de aplicação da Lei de Terras na localidade.

A posse do cargo de fiscal da Câmara foi motivo de disputa entre vereadores, o que revela sua importância na dinâmica política local. Em 1883, por exemplo, a maioria partidária da Câmara aprovou a nomeação de Vicente Pedrozo do Amaral para o cargo de fiscal, fazendo com que os vereadores da oposição reclamassem por meio de um abaixo assinado ao presidente provincial, uma vez que o dito Pedrozo, na qualidade de fiscal da Câmara Municipal “cometera crimes, pelos quais fora condenado definitivamente à perda do emprego e mais à quarenta dias de prisão”. Portanto, tendo esta sentença passada em julgado, não poderia ele ser nomeado para o mesmo emprego que fora condenado a perder, sendo que “estas justas observações foram repelidas com a mais dura grosseria por parte da maioria da Câmara”.<sup>21</sup>

Na prática, a presidência alterou sobremaneira as disposições do Regulamento de 1854 ao inserir as Câmaras Municipais na burocracia da Lei de Terras da província e de certa forma equiparar vereadores a juízes comissários e inspetores gerais de medições. Este procedimento ampliou demasiadamente as possibilidades para que, através dos referidos serviços, vereadores agissem em favor de negócios particulares, expandindo os próprios domínios, ocupando terras públicas ou negociando concessões de terras no município, inclusive estendendo negociações às demais regiões da província, se considerarmos o fato de que vereadores de Lages também ocuparam assentos como deputados na Assembleia Legislativa Provincial. Esta questão torna-se ainda mais complexa se levarmos em conta que todos os artigos de leis e posturas municipais propostos por vereadores eram votados pelos deputados na Assembleia Legislativa provincial.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> APESC. *Ofícios das câmaras municipais para presidência da província*. Lages. Livro 1883, p. 177.

<sup>22</sup> Durante a primeira década de execução da Lei de Terras, Santa Catarina foi administrada por um mesmo presidente. João José Coutinho era natural do Rio de Janeiro, bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo e filiado ao Partido Conservador. Sua nomeação ocorreu em 1849, a partir da chefia do Gabinete Conservador pelo Marquês de Monte Alegre. Antes de ser nomeado por Carta Imperial à Santa Catarina, Coutinho havia sido juiz municipal em Angra dos Reis e em Cabo Frio, e deputado da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro. Ele foi mantido na presidência de Santa Catarina durante toda a política de Conciliação e mesmo durante as alterações ministeriais entre o período de 1850 a 1859, quando chegou ao fim o Gabinete de Marquês de Olinda. Coutinho foi substituído na presidência pelo Liberal alagoano Esperidião Elói de Barros Pimentel (interino por cerca de um mês), seguido pelo Liberal rio-grandense Francisco Carlos de Araújo Brusque. A Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina tanto na 8ª legislatura (1850-52), quanto na 9ª (1852-53) e na 10ª (1854-55), foi constituída majoritariamente por homens ligados ao partido Conservador, embora tenha contado com a participação

Era neste espaço que eles poderiam negociar votos para a criação de uma nova paróquia ou freguesia próxima de suas propriedades, a construção de estradas que virtualmente facilitariam o escoamento de sua produção, promovendo valorização fundiária, etc. Apesar de ter sido votada e aprovada em 1846, a Lei que concedia terras devolutas aos patrimônios das câmaras municipais em Santa Catarina estava diretamente relacionada a este emaranhado político. Ademais, estas demandas locais tocavam diretamente a Lei de Terras, pois a mesma previa a reserva de terras devolutas para a fundação de povoações, abertura de vias, servidões, do mesmo modo que todas as terras devolutas vendidas ficariam sujeitas ao ônus de ceder o terreno necessário à construção de estradas.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina e a Repartição Especial de Terras Públicas (órgão delegado da Repartição Geral que administrava a execução da Lei de Terras na província) reuniram diferentes grupos de poder político regionais.<sup>23</sup> Apesar da Assembleia Legislativa não ter sido incumbida de nomear, legislar ou administrar quaisquer disposições acerca do funcionalismo público ou dos serviços relacionados à execução da Lei de Terras, um número considerável de deputados provinciais catarinenses estiveram envolvidos na aplicação da Lei em algum momento de suas trajetórias políticas, pelo fato deles já terem participado da Repartição Especial de Terras Públicas ou de outros cargos públicos das alçadas administrativa, policial ou judiciária. Para além do engajamento na burocracia da Lei, muitos destes empregados-políticos estabeleceram alianças e mesmo redes de parentesco a partir da participação na Assembleia Legislativa Catarinense e na administração pública municipal.

É difícil mensurar historicamente o peso que a Lei de Terras possivelmente teve para aproximar os diferentes grupos de poder regionais atrelados na burocracia do Estado nas diferentes localidades da província e em Desterro, no intuito de garantir demandas

---

de Liberais renomados como os tenentes coronéis Joaquim Xavier Neves e José Bonifácio Caldeira de Andrada. Apesar da consonância partidária do presidente com a maioria da Assembleia Provincial, a relação entre ambos foi marcada por muitas críticas e rivalidades, ligadas a resoluções de Coutinho sobre orçamento provincial, pagamentos votados pela Assembleia e alterações no quadro de funcionários. Na capital, parte considerável destes debates políticos acontecia através da imprensa periódica. O jornal *O Argos*, por exemplo, foi fundado em 1856 pelo também Conservador José Joaquim Lopes, e travou duras críticas à administração presidencial de Coutinho.

<sup>23</sup> Para aprofundamento, Cf. DAROSS, Flávia P. *A Lei de Terras em Santa Catarina e a consolidação do Estado Imperial Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2017.



relacionadas ao setor econômico privado de suas regiões eleitorais. É fato que a Lei de Terras contribuiu apenas para potencializar esta cultura política clientelista, pela maneira extremamente funcional como foi gestada, ampliando o leque de instrumentos e possibilidades de barganha política pela negociação e concessão de terras e direitos de propriedade. Somado a isto, a sobreposição ou alternância de diferentes empregos por uma mesma pessoa nas estruturas administrativas do município e da capital (e a frequente atividade como substituto prevista na Lei de Interpretação do Código do Processo Criminal) ampliava a experiência e o conhecimento das veredas burocráticas para tornar exequível este clientelismo fundiário. A análise da complexidade da burocracia imperial e sua natureza política possibilita que compreendamos a forma como demandas específicas relacionadas à terra puderam ser agenciadas e muitas vezes favorecidas a curto, médio e longo prazo na província.

A título de exemplo, em janeiro de 1853 a Câmara Municipal de Lages concedeu um terreno de seu patrimônio para a instalação de um engenho de moagem à recém-criada “Sociedade Lageana para Beneficiar e Exportar Erva-mate”.<sup>24</sup> No período da concessão, ocupavam a Câmara Municipal de Lages como vereadores o presidente Manoel Rodrigues de Souza, Antonio Felipe Pessoa, Manoel Delfes da Cruz, o criador Manoel Joaquim Pinto<sup>25</sup> e Bernardino Antonio da Silva e Sá; além de Claudiano de Oliveira Roza, José Pereira de Jesus e Lourenço Dias Baptista, que passaram a integrá-la a partir de outubro daquele ano. E faziam parte da Sociedade Lageana o negociante alemão Jorge Trueter como presidente, *Manoel Delfes da Cruz* como vice-presidente, Antonio Saturnino de Souza e Oliveira como secretário e Guilherme Ricken como gerente – sendo que, após a morte deste último em 1856, tornaram-se tesoureiros *Claudiano de Oliveira Roza* e *Antonio Felipe Pessoa*. O tenente coronel *Manoel Rodrigues de Souza*, o negociante e capitão José Manoel Leite e Leandro Bento Correia eram os sócios que residiam em Lages e José Bonifácio Caldeira de Andrada (futuro delegado da Repartição Especial de Terras Públicas) era um

---

<sup>24</sup> GERHARDT, Marcos. *História ambiental da erva-mate*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2013, p. 34.

<sup>25</sup> Pinto foi um dos principais responsáveis pela fundação da freguesia de São Joaquim da Costa da Serra, desmembrada da cidade de Lages em 1871. Anos antes, havia mandado erguer “uma capela e construir várias casas para seus descendentes e escravos”. BIANCHINI, Susana Scóss. *Recordando São Joaquim*. Florianópolis: Ed. da Aurora, 1986, p. 20.

dos acionistas domiciliados em Desterro.<sup>26</sup> Portanto, o presidente da Câmara Municipal e três vereadores compunham a Sociedade Lageana e foram os responsáveis pelo deferimento da concessão de uma parcela do patrimônio municipal para a instalação de seu engenho de moagem de erva-mate.

No ano seguinte, o presidente da Câmara Manoel Rodrigues de Souza e seus vereadores-sócios Felipe Pessoa, de Oliveira Rosa e Delfes da Cruz propuseram à Assembleia Legislativa de Santa Catarina artigos de posturas municipais relativos à conservação das árvores de erva-mate e à polícia dos ervais:

1º artigo. É lícito fazer erva nos matos devolutos deste município, precedendo participação do Fiscal da Câmara Municipal, com declaração das pessoas que pertencem a mesma comitiva, devendo o fiscal tomar uma nota de todas as pessoas e do lugar aonde pretendem fazer a erva; bem entendido que esta declaração somente dará direito a colheita da erva e nunca ao terreno (...).

2º. Os proprietários legítimos dos terrenos, em cujos fundos e fora dos limites de suas propriedades existir ervais, serão obrigados a dar caminho aos povos que se dedicam a esta indústria, e os que se recusarem sob qualquer pretexto, que sejam incorridos pela primeira vez na multa de dez mil réis, e no dobro nas reincidências (...).

3º. É proibido fazer-se erva desde o 1º de set. até 15 de jan. (...).

6º. Compete ao fiscal ou a seus agentes: §1º visitar os ervais durante o tempo de colheita (...) §2º examinar se as posturas são exatamente cumpridas (...) os agentes dos fiscais receberão como gratificação a metade das multas que legalmente imporem (...).<sup>27</sup>

Eles procuraram restringir o acesso da população aos ervais e monopolizá-los à sua Sociedade, principalmente apoiados no controle a ser desempenhado pelo fiscal da Câmara Municipal no credenciamento antecipado dos ervateiros e na possibilidade de imposição de multas. Neste período, os ervais eram encontrados principalmente em terras devolutas e sua colheita era realizada por trabalhadores nacionais pobres como posseiros e agregados. Nas províncias onde a existência da erva-mate era endêmica, as Câmaras procuraram regulamentar seu acesso no intuito de ampliar a produção e arrecadar os tributos

---

<sup>26</sup> Além de Francisco Duarte Silva, José Maria do Vale (ambos liberais, assim como Caldeira de Andrada e outros), Ulrico Haeblerlé, Antonio Jacques da Silveira, Antonio F. de Faria, Silva & Bastos, Manoel Marques Guimarães, José Maria Barreto de Menezes, a viúva de Martinho José Callado, Julio Melchior von Trompowsky, Manoel Luiz da Silva Leal e João Pinto da Luz. *Jornal O Argos da província de Santa Catharina*. Desterro. Número 254, fev. 1858. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca digital, seção periódicos <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>; João Pinto da Luz era o chefe do partido Conservador em Desterro, um dos mais importantes comerciantes da província.

<sup>27</sup> APESC. *Ofícios das câmaras municipais para presidência da província*. Lages. Livro 1854, p. 314.

concernentes.<sup>28</sup> O baixo custo de produção e os rendimentos positivos de sua exportação possibilitaram maior arrecadação tanto aos beneficiadores quanto à Câmara Municipal.

Nos anos de 1853 e 1854, José Bonifácio Caldeira de Andrada, José Maria do Vale e João Pinto da Luz foram simultaneamente sócios da Sociedade Lageana e deputados na Assembleia Legislativa Provincial. Portanto, os favorecidos com a concessão do terreno em Lages para o beneficiamento da erva-mate dominaram, na prática, todas as esferas burocráticas pelas quais as leis municipais eram criadas e sancionadas, isto é, da Câmara Municipal à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e puderam, na capital, agenciar a restrição do acesso aos ervais nativos de Lages. Em 1854 os vereadores catarinenses ainda votaram favoravelmente o projeto que eximia o pagamento do imposto de exportação da erva-mate na província.<sup>29</sup> Sem contar o fato de que o secretário da Sociedade Lageana, Guilherme Ricken, desempenhou nada menos que os cargos de juiz de Direito, juiz municipal, delegado de polícia e de juiz comissário de terras em 1854, que lhe conferiam o domínio sobre a terra, a população e os próprios políticos da jurisdição municipal. É interessante ressaltar que a “Sociedade Lageana para Beneficiar e Exportar Erva-mate” foi composta por muitos dos principais cidadãos ligados aos partidos Conservador e Liberal da província. Foi extinta em 1859, ano em que houve a substituição de João José Coutinho na presidência da província.

Neste contexto, a Lei de Terras possibilitou a apropriação particular indevida e a expropriação de lavradores nacionais de muitos ervais nativos. Isto porque, apesar da Lei prever a conservação dos “campos de uso comum” dos moradores, os vereadores e fiscais da Câmara eram os funcionários incumbidos de identificar e reconhecer as terras de uso público tradicional da jurisdição local. A Lei ainda previa nos casos de legitimação que “cada posse em terras de cultura ou em campos de criação compreende[sse], além do terreno aproveitado ou do necessário para pastagem dos animais que tiver o posseiro, outro tanto mais de terreno devoluto que houver contíguo (...)”.<sup>30</sup> Ou seja, era possível acessar terras devolutas de matas lavradas, muitas vezes contendo ervais nativos e coletores pobres sem terras, sem necessariamente comprá-las ou ocupá-las com morada habitual e cultura efetiva.

---

<sup>28</sup> Para aprofundamento, cf., entre outros, ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 1997.

<sup>29</sup> Artigo substitutivo nº 2: “A erva-mate que se beneficiar na província não é sujeita na sua exportação a imposto algum”. *Jornal O Conservador*. Desterro. Ano III, nº 241, jul. 1854, p. 2.

<sup>30</sup> BRASIL, Lei nº. 601, de 18 de Setembro de 1850. Artigo 5º §1.

A questão torna-se ainda mais curiosa se contemplarmos o fato de que, entre 1850 e 1855 (isto é, entre a promulgação da Lei de Terras e de seu Regulamento de excussão), muitos destes vereadores, como Lourenço Dias Baptista, Antonio Felipe Pessoa, Manoel Delfes da Cruz, Claudiano de Oliveira Roza, pagavam à Câmara Municipal o aforamento de terrenos na forma da Lei Provincial nº 347, de 1º de maio de 1852,<sup>31</sup> como havia sido projetado no projeto de lei acerca da doação de terras devolutas aos patrimônios das câmaras municipais em 1846.

Somadas à Lei de Terras, as propostas de posturas municipais da Câmara de Lages contribuiriam para que trabalhadores nacionais pobres destituídos de terras próprias tivessem suprimidos os direitos costumeiros de posse e extrativismo em terras devolutas. Paulo Zarth ressaltou que um dos casos mais óbvios de expropriação e de exclusão de lavradores nacionais aconteceu nos ervais públicos do Planalto rio-grandense, consideração que avalio totalmente cabível ao caso do Planalto catarinense, como também já ressaltou Paulo Pinheiro Machado.<sup>32</sup>

Em abril de 1863, o subdelegado de polícia da freguesia de Campos Novos Domeciano de Azevedo Camello Mascarenhas remeteu ao presidente da província um ofício cujo teor é o seguinte:

Ill.mo e Ex. Sr., vedando as Posturas da Câmara Municipal deste termo para que ninguém possa nos matos Nacionais tirar Erva para o fabrico do mate, sem que para esse fim aquele que a quizer fazer obtenha licença de V. Ex.cia e pelo contrário sujeitando-se ter a pagar a competente multa, em vista de que estão privados todos aqueles que se impugnarão nesse fabrico, sendo a maior parte a pobres que já nesse meio se mantinham, procurando desta arte o sustento para suas famílias, em vista do que me solicitar a V. Ex., para que tendo eu consideração e estado mísero da pobreza se dignará por um ato de misericórdia conceder essa permissão, a fim de acudir em eles as suas necessidades.<sup>33</sup>

A solicitação de permissão para que trabalhadores pobres continuassem a coletar e beneficiar erva-mate nos ervais nativos da freguesia foi brevemente respondida pelo presidente, que se limitou a encaminhar o requerimento à Câmara de Lages “para informar”.

<sup>31</sup> Museu Histórico Thiago de Castro. *Lançamento das casas e terrenos que pagam aforamento*.

<sup>32</sup>ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuiú, 2002, p. 87; MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 133-137.

<sup>33</sup> APESC. *Ofícios das subdelegacias de polícia para presidente de província*. Livro 1863, p. 33.

Além da produção de erva-mate, grande parte destes vereadores possuíam outros negócios particulares e atividades produtivas que convergiam à demanda por terras como campos nativos e matos à produção agropastoril. Na relação de eleitores de Lages de 1856, Saturnino de Souza e Oliveira, que era o secretário da “Sociedade Lageana para Beneficiar e Exportar Erva-mate”, autodeclarou-se negociante, e não empregado público, fazendeiro ou oficial da Guarda Nacional como de fato o era, da mesma forma que seus sócios-vereadores o alferes Antonio Felipe Pessoa, Claudiano de Oliveira Roza, Manoel Delfes da Cruz e o capitão José Manoel Leite. Juntamente com Manoel Rodrigues de Souza, Guilherme Ricken, José Bonifácio de Caldeira Andrada e outros, ele fazia parte da Sociedade Filial da Auxiliadora Indústria Nacional de Santa Catarina, além de, entre 1854 e 1855, ter sido sócio correspondente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Grande parte destes vereadores-sócios compunha também o conselho administrativo da Associação Catarinense Promotora do Comércio, Agricultura e Artes. Saturnino de Souza e Oliveira, que foi presidente da Câmara de Lages entre 1847 e 1853 (ano em que foi criada a Sociedade Lageana), ainda em 1848 havia sido indicado pelo presidente de província para o serviço de conservação da estrada “que do Rio Grande atravessa o distrito de Lages a São Paulo”, com o objetivo de torná-la transitável para o comércio de tropas e outros produtos como o charque e a erva-mate.<sup>34</sup>

## À GUIA DE CONCLUSÃO

Em Lages, a maioria que assumiu as subdelegacias de polícia e os juizados municipais tratava-se de “cidadãos ativos”, como médios e grandes fazendeiros, criadores e comerciantes de gado, que compunham a burocracia do Estado por intermédio de nomeações sancionadas pelo Imperador e presidentes de província. Eram estes homens que administravam localmente o policiamento e a justiça. A Lei de Terras foi aplicada por estes funcionários de distintas maneiras nas jurisdições das províncias, dependendo principalmente do contexto e relação política entre municípios e Governo Central, no qual a definição de sentenças de primeira instância e deferimentos sobre a compra de terras

---

<sup>34</sup> SANTA CATARINA, *Fala que o presidente da província de Santa Catarina o marechal de campo Antero José Ferreira de Brito dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província no ato da abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1848*. Tipografia da cidade de Desterro, 1848, p. 04.

devolutas e a legitimação de posses esteve submetida à situação político-partidária dominante a partir da centralidade dos presidentes na província.

Embora a Lei de Terras tenha malogrado no que se refere aos objetivos de regular a ocupação fundiária do território nacional, de estreimar o domínio público do particular e de financiar a imigração de trabalhadores europeus pela venda de terras devolutas, é consensual o fato de que a estrutura burocrática criada para sua execução constituiu-se em um poderoso mecanismo que atendeu ao objetivo de restringir o acesso a terras devolutas principalmente por populações pobres em regiões valorizadas pela agroexportação ou dominadas por grupos de elites e parentelas, haja vista os ervais nativos em Lages.<sup>35</sup>

Em 1850, os regimes e direitos de propriedade vigentes foram alterados com a promulgação da Lei de Terras, e a coleta de erva-mate por populações pobres em terras devolutas, a despeito de ser um costume socialmente acordado, fora politicamente abolida. A multiplicidade de formas de apropriação, usufruto e domínio das terras procurou ser suplantada à padronização da propriedade privada, onerosa e burocratizada. A partir daí, surge uma outra história, a das formas de resistência à imposição deste modelo liberal fundiário, como podemos observar pela experiência dos lavradores e ervateiros pobres do Planalto Catarinense.

---

<sup>35</sup> Existem estudos importantíssimos que tratam da questão agrária e das implicações da Lei de Terras no país. Cf., entre outros, LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. 2 ed. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1954; GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; CARVALHO, José Murilo de. “Modernização frustrada: a política de terras no Império”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1981; CARVALHO, José Murilo de. A política de terras: o veto dos barões. In: *A construção da ordem: a elite imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p. 303-325; MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2 ed. Niterói: Editora da UFF, 2008; SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de Terras de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, Faperj, 2009.

## UM HISTORIADOR FABULOSO: ENTREVISTA COM JAMES NAYLOR GREEN

**Entrevistadores:**

**Prof<sup>o</sup> Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior**  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil

**Prof. Dr. Elias Ferreira Veras**  
Universidade Federal de Alagoas - Brasil

*Entrevista realizada em Florianópolis, em 1º de agosto de 2017, na residência da historiadora Joana Maria Pedro, durante o 13º Congresso Mundos de Mulheres, realizado juntamente com o Seminário Internacional Fazendo Gênero 11. Agradecemos ao historiador James N. Green pela disponibilidade e a Joana Maria Pedro por nos receber em sua casa.*

O historiador, brasilianista e ativista dos direitos LGBT, James Naylor Green, nasceu a 22 de novembro de 1951, em Baltimore, Maryland, Estados Unidos. Pertencendo a uma família de tradições religiosas Quaker, que advinham da Inglaterra, do século XVII, se formou nos valores do pacifismo, da simplicidade e da amizade, rejeitando qualquer tipo de organização clerical. Essa formação pacifista o levou a participar, no final dos anos sessenta, dos protestos contra a presença americana na Guerra do Vietnam, acontecimento decisivo para sua politização. Em contato com um grupo de jovens quakers, passa a partilhar seu interesse em estudar os conflitos políticos na América Latina, terminando por se voltar para o estudo da realidade brasileira. Ele sempre atribui a afinidades pessoais o seu interesse pelo Brasil, mas basta conhecermos o Jimmy para entendermos do porque ter escolhido nosso país para seu objeto de estudo: ele é o americano mais brasileiro que conheço, já que possui ou assimilou, perfeitamente, muitos dos traços culturais que são atribuídos ao ser brasileiro, principalmente os melhores deles: a simpatia, a alegria, a afetividade, a generosidade, a sensualidade, o charme e uma enorme capacidade de sedução.

No início dos anos setenta, se engaja na denúncia da ditadura militar brasileira participando do Committee Against Repression in Brazil liderado pelo ex-presos político Marcos Arruda. Paralelamente, participa do movimento de liberação homossexual nos EUA, fazendo da luta pela conquista de direitos e pela afirmação pública e política do sujeito homossexual a causa maior de sua vida pessoal e acadêmica. Em 1972, coerente com suas atividades de militância, gradua-se em Ciência Política pelo Earlham College, Indiana. Em 1975, ao encontrar-se com uma atriz brasileira, resolve mudar-se para a América Latina, vindo radicar-se em São Paulo, onde se torna um dos militantes fundadores do Grupo Somos

de Afirmação Homossexual, agrupamento pioneiro na luta pela visibilidade do sujeito homossexual no país. Nesse período volta aos estudos de Ciência Política na Universidade de São Paulo, participando do movimento estudantil e integrando o grupo de esquerda defensor das ideias trotskistas, Convergência Socialista, que mais tarde viria a ser um dos agrupamentos políticos fundadores do Partido dos Trabalhadores.

Permaneceu no Brasil, atuando como professor de inglês, entre os anos de 1976 e 1982. De volta aos Estados Unidos, cursa o Doutorado em História da América Latina, na Universidade da Califórnia, Los Angeles, entre os anos de 1992 e 1996. Nesse mesmo ano é contratado como Professor Assistente da Universidade Estadual da Califórnia, Long Beach, onde permaneceu até o ano de 2004. A partir de 2005 torna-se professor da Universidade de Brown, Rhode Island, da qual é, desde 2013, professor titular, onde ocupa a cátedra de História da América Latina, antes ocupada pelo renomado brasilianista Thomas Skidmore.

Vem frequentemente ao Brasil para realizar as pesquisas que embasam seus livros sobre a história do país. As temáticas que aborda estão diretamente ligadas à sua vida e à sua militância em torno das causas que abraçou. Tem se mantido permanentemente atualizado sobre o que se passa no país, vindo ter intervenção importante na denuncia internacional do golpe que afastou irregularmente a presidente Dilma Rousseff do poder. A luta pela democracia, por justiça social e pelos direitos das minorias, notadamente dos homossexuais, tem sido a vida e a causa de viver de James Green. Essa luta se expressa nos livros que escreveu ou organizou sobre a história do país, sempre embasados em ampla e rigorosa pesquisa documental: *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (2000), *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos* (2005), livro por ele organizado; *Frescos Trópicos: fontes para a história da homossexualidade masculina no Brasil (1970-1980)*, organizada com Ronald Polito (2006), *Apesar de Vocês: a oposição e a ditadura militar brasileira nos Estados Unidos* (2009), *Homossexualidade e a ditadura brasileira: Opressão, resistência e a busca da verdade* com Renan Quinalha (2014) e *Revolucionário e Gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel, pioneiro na luta por democracia, diversidade e inclusão* (2018).

O livro que acaba de lançar sobre a vida do militante de esquerda, participante da luta armada, Hebert Daniel, um homossexual que teve um papel relevante na luta contra a estigmatização e o preconceito contra os portadores do vírus HIV, que teve um papel nuclear na luta pela inclusão dos homossexuais como sujeitos de direito, diz muito do que significa a trajetória como historiador e como ativista do próprio Jimmy. Hebert Daniel é uma espécie de alter ego do próprio autor do livro, pois ambos, de maneira generosa, dedicaram sua vida



e seu pensamento a lutar por um mundo mais humano, fraterno, igualitário, plural, inclusivo e democrático. Ambos deram um sentido a sua existência: a luta por uma causa, por uma ideia, por um projeto de mundo e de convivência. Nesse momento tenebroso que se abate sobre o mundo e, especialmente, sobre o país que o Jimmy tanto ama, ouvi-lo é sempre um aprendizado e um bálsamo. Com ele aprendemos que a luta e a resistência em torno de ideais e projetos de um mundo mais generoso e fraterno, que façam de estrangeiros, de estranhos e diferentes, semelhantes e amigos, são sempre necessárias e possíveis.

### **EV – Gostaríamos de iniciar nossa conversa falando sobre sua formação intelectual.**

JG - Eu fiz graduação em Ciência Política, e literatura da língua alemã, mas minha verdadeira formação veio da militância política, ou seja, com 20 anos já era muito politizado nos movimentos contra a guerra no Vietnã e depois no movimento LGBT,<sup>1</sup> nos EUA. A partir de 1973, assumi minha homossexualidade e uma militância em solidariedade à América Latina. Primeiro, contra a tortura no Brasil e, depois, contra o golpe no Chile, contra a intervenção norte-americana no golpe do Chile de 73. Depois de dois anos de atividades intensivas em solidariedade ao povo chileno, tentando fazer uma ponte entre a comunidade LGBT em São Francisco e a esquerda norte-americana, resolvi conhecer a América Latina. Então, viajei pela América Central, fiquei seis meses na Colômbia e depois entrei no Brasil profundo, através do Rio Solimões. A primeira cidade brasileira que conheci foi Tabatinga, que hoje em dia tem um campus universitário; Manaus; Belém, São Luís e fui descendo, conhecendo o país.

O segundo momento de minha formação política no Brasil é com a militância contra a ditadura militar em São Paulo e, também, como um dos fundadores do movimento LGBT em SP, no Somos - Grupo de Afirmação Homossexual.<sup>2</sup> Dentro do grupo Somos e dentro da esquerda, de novo, fazendo essa ponte entre as ideias, as visões, as expectativas das esquerdas e a realidade dos gays, lésbicas e travestis. Então, essa foi sempre a minha missão. Depois de anos e anos na militância, voltei à universidade para fazer o doutorado em História da América Latina e escolhi a temática da homossexualidade masculina no Brasil, no século XX, na verdade, no eixo Rio-São Paulo, justamente para poder aprofundar uma pesquisa que

---

<sup>1</sup> Sigla utilizada para designar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

<sup>2</sup> Primeiro grupo homossexual brasileiro, fundado em São Paulo, em 1978. Para uma história do grupo Somos, ver: MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Salvador: EDUFBA, 2018.

até então não existia no Brasil. Uma história social preocupada com a recuperação de versões do passado dos gays, de homens que gostavam de transar com homens ou amavam homens, resultando no meu livro *Além do Carnaval*.<sup>3</sup>

**EV - Em que medida os livros *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (2000) e *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985* (2009) estão marcados por essas experiências?**

JG - São marcados, primeiro, pelo meu gesto político e subjetivo de assumir minha homossexualidade e tentar fazer a mediação e a relação entre meus desejos, minha vida pessoal, minha vida política e minha condição de norte-americano que vivia aqui no Brasil. Ou seja, eu cheguei ao Brasil no começo da abertura política, quer dizer, a abertura começa em 74 e cheguei em agosto de 76. As pessoas achavam que a abertura ia seguir e que a situação seria cada vez melhor, havia certo otimismo, apesar de todos os obstáculos: eleição de 74, quando o MDB ganha da ARENA; em 75, com a morte de Herzog; em 76, com a morte de Manoel Fiel Filho e; em 77, outras prisões, torturas, mas era um sentimento de que iria melhorar. Cheguei justamente nesse momento de esperança.

Eu já tinha passado pelo momento de 68 nos Estados Unidos, então vivi de 68 a 71 uma politização otimista e cheguei ao Brasil justamente quando estava começando um processo semelhante. Vivi dois 68, dois momentos positivos. Foram, talvez, os melhores seis anos da minha vida, porque sentia que estava vivendo a história, estava consciente de que algo importante estava acontecendo. Quando me lembro do grupo Somos, a gente estava fazendo uma coisa inédita e histórica. Do outro lado, uma certa audácia e falta de controle de me meter numa organização semiclandestina, militar e correr o risco de ser deportado, não preso e torturado, porque acho que estava, talvez, protegido por ser americano. Mas viver e militar no movimento estudantil, no movimento LGBT, foi muito legal.

**EV - Que movimento clandestino era esse?**

JG - Era o Liga Operária, uma organização fundada em 74. Meu namorado entrou na Liga Operária e eu quis entrar também. Ele falou: não pode. Por que não posso entrar? Ele tinha medo de que as pessoas descobrissem que a gente era um casal, pois ele era um gay enrustido.

---

<sup>3</sup> GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: EdUNESP, 2000.

Então, entrei. Esse grupo já estava na transição para se tornar a Convergência Socialista. Durante um pequeno tempo, em 78, esse grupo vai ser o PST [Partido Socialista dos Trabalhadores], mas o comitê central foi preso no congresso clandestino com representantes argentinos, então iniciam o processo de lançar a Convergência Socialista, mas os primeiros contatos eram com a Liga Operária, uma coisa clandestina.

Quando sai do Brasil, em 82, era para seguir essa militância política, então militei nos EUA até 89, fui candidato a deputado federal, tive 5% dos votos válidos. Aqui no Brasil teria sido eleito, mas lá essa cifra não quer dizer nada. Fui dirigente sindical, trabalhei na comunidade centro-americana e mexicana, tudo isso até 89 quando fui percebendo que não teria mais uma revolução rapidamente nos EUA ou na América Latina, então, com 40 anos, não ganhava salário nem nada, não tinha aposentadoria, então resolvi voltar à universidade. Justamente, para poder voltar ao Brasil, porque eu sentia muita saudade, mas tinha certo medo de voltar. Quando voltei para fazer a primeira pesquisa para o doutorado, eu tinha medo de encontrar outra realidade e não ter uma ligação com os amigos como tinha antes, mas foi maravilhoso. Todo mundo me abraçou, estava feliz de me ver, foi um encontro fabuloso.

Bom, a partir desse momento, eu utilizo a academia para poder fazer turismo aqui no Brasil [risos]. Estou brincando, mas é uma maneira de estar sempre aqui. Para mim, que sempre fui uma pessoa consciente das relações desiguais de poder entre Norte e Sul, entre Imperialismo e os países colonizados, era importante se perguntar: qual seria minha intervenção na historiografia? Qual seria meu trabalho? Não para repetir ou roubar, roubando sem citar, como pessoas têm feito. Então, para mim, primeiro se tornou importante realizar esse trabalho sobre a homossexualidade masculina, porque realmente não tinha um trabalho histórico bem feito.

Depois, ao longo dos anos, eu percebi um desconhecimento sobre essa intervenção positiva de poucas pessoas, de americanos em solidariedade com o Brasil e contra a ditadura militar, movimento que conhecia e do qual tinha participado minimamente. Então, achava muito importante contestar essa ideia que EUA é monolítico do ponto de vista político e cultural, pois lá têm esquerdas e setores que foram importantes na denuncia do imperialismo e das ditaduras latino-americanas, daí fiz esse livro [Refere-se ao livro *Apesar de vocês*].

Agora, estou fazendo um livro sobre Herbert Daniel [lançado em 2018], porque de novo percebi que nada havia sobre ele, não dava para ninguém no Brasil, com as condições de produção aqui, fazer. Eu tinha condições, por ser professor titular, de dedicar o tempo

que fosse preciso, não tendo nenhuma pressão acadêmica para produzir o livro, que exigia uma pesquisa muito minuciosa. Tinha que catar fontes de muitos lugares, conquistar pessoas, confiar em mídia, ter de voltar duas ou três vezes para entrevistá-las e a gente conseguir recobrar essa história dele.

**EV – Além desse clima de mais otimismo, em relação ao movimento homossexual nos EUA e no Brasil, quais seriam essas aproximações e esses distanciamentos? Lembro que *O Lampião da Esquina*, já nas últimas edições, entrevistou Guy Hocquenghem, autor do livro *A Contestação Homossexual*, que afirmou que, se comparado ao movimento gay branco de classe média brasileiro, as travestis eram uma revolução. Quais seriam, na sua percepção, as diferenças entre essas experiências homossexuais naquele momento?**

JG - O movimento norte-americano surge em meados de 68 no sentido de um levante juvenil, uma revolta cultural muito forte, onde pessoas se envolvem no movimento de maneira muito viva. As pessoas de classe média e setores populares, aqui no Brasil, no período anterior ao surgimento do movimento homossexual, foram impactadas pelo chamado milagre econômico, que gerou a expansão das classes médias-altas, uma possibilidade de consumo e o aparecimento público da homossexualidade nas boates, nos bares. Essa classe média-alta podia sair de casa, alugar um apartamento ou morar com a família, ter uma quitinete escondida, ter uma vida sexual e parceiros, sem assumir a homossexualidade para a família, mesmo que elas desconfiassem. Eles estavam muito pouco interessados na política, cómodos em sua vida, já podiam viajar aos EUA de vez em quando, com acesso a coisas lá. Então, não estavam muito interessados em uma militância política.

Quem estavam mais interessadas eram as pessoas da classe média-baixa que frequentava os bares, os lugares, mas estava carente de certo apoio. Não recebiam esse apoio em casa, moravam com a família ou com outras pessoas. Então, foi um primeiro momento de muitas conversas e reuniões de autoconhecimento, foi muito importante para as pessoas. Tem que entender que ainda é uma geração que vivia sua adolescência no governo Médici,<sup>4</sup> sem acesso a uma informação politizada. Não são pessoas que faziam parte do movimento estudantil, nem eram politizados em movimentos sociais. Então, os líderes do grupo Somos eram pessoas como João Silvério Trevisan,<sup>5</sup> que havia viajado, ou o Manoel, que foi

---

<sup>4</sup> Refere-se a Emílio Garrastazu Médici, terceiro presidente do período da ditadura civil-militar brasileira, que governou o país entre 1969 e 1974.

<sup>5</sup> Escritor brasileiro, fundador do Somos e do jornal *Lampião da Esquina*. Trevisan é autor de *Devassos no Paraíso*, obra fundamental sobre a história das homossexualidades no Brasil. Cf: Trevisan, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. São Paulo: Objetiva, 2018.

namorado dele, um intelectual que fazia doutorado em Matemática, pessoas que tinham acesso a informação e a uma vida intelectual.

Muitas pessoas participavam do grupo sem recursos, sem possibilidades e com muitos desafios. Isso foi muito difícil para o movimento, conseguir um lugar para reunião era muito difícil, poucas pessoas tinham casas que podiam receber mais de dez pessoas. Uma vez, tentaram alugar salão de festas em condomínio, causando confusão pela resistência da vizinhança. Às vezes, os teatros emprestavam espaço para reuniões nos sábados, foi bem difícil. Em 81, quando houve uma divisão no Grupo Somos, tentamos alugar um local ou sede, mas a gente não tinha fiador, ninguém tinha propriedade no movimento. Fomos falar com Penteadó,<sup>6</sup> que cumpriu papel importante no movimento, que se recusou a ser fiador, inventando algum pretexto. Terminamos por encontrar uma lésbica que nos emprestou um lugar. Infelizmente, eu não sei o nome dessa lésbica, ele mereceria registro. Ela topou ser fiadora para o grupo e a gente conseguiu ter um primeiro local do movimento no país, na Rua da Abolição, em São Paulo, no Bexiga.

#### **EV – Nome muito significativo, Rua da Abolição.**

JG – Totalmente. Fui eu que estava passando, cortando o caminho para a minha casa, vi “alugar” e fomos lá procurar. Mas foi um problema enorme pagar o aluguel, ninguém tinha muito dinheiro, não tinha uma tradição de organização, todo mês tinha que se organizar uma festa para arrecadar dinheiro. Era um saco, porque ninguém tinha carro para buscar a cerveja, tinha que se fazer caipirinha, inventar um som, era muito precário nesse sentido, não tinha ONGS para apoiar, foi muito difícil.

Porém, ao mesmo tempo, em 80, entrou uma nova geração de ativistas que eram pessoas de movimento estudantil, que não se sentiam alienadas pela situação da esquerda, começa a fundação do PT [Partido dos Trabalhadores], os movimentos sociais, as grandes greves de 78 a 80. Eram pessoas sem preconceito contra a esquerda, que não tinham um discurso anti-esquerda, libertário, anarquista, contra o poder. Nesse momento do movimento, o grande problema também foi essa questão econômica, porque o Brasil sofre uma recessão muito grande de 82 para 83, com muito desemprego. Então, muitos não tinham

---

<sup>6</sup> Refere-se ao artista plástico Darcy Penteadó (1926-1987), um dos colaboradores do jornal *Lampião da Esquina*.

como sobreviver, estavam tentando conseguir emprego e outros cansaram desse trabalho de militância sem ganhar nada, deixaram estudos ou empregos.

A partir de 1983 o movimento entra em declínio e onde se manteve o movimento foi justamente com pessoas que tinham certos recursos, como na Bahia, onde o Luiz Mott<sup>7</sup> tinha uma situação financeira definida e o João Antônio Mascarenhas,<sup>8</sup> que tinha um bom emprego, apartamento e recursos. O grupo Triângulo Rosa do Rio de Janeiro e o Grupo Gay da Bahia (GGB) foram os grupos que se mantiveram ao longo dos anos 80, com inflação galopante, dificuldades de organização e confusão política. Só no final dos 80 começam a ser articulados novos grupos que começam a crescer num segundo momento do movimento.

### **EV - Quando é criado, por exemplo, o GRAB – Grupo de Resistência Asa Branca, em Fortaleza...**

JG – Exatamente. E outras organizações nesse segundo momento, mas que não conseguiram se manter. Termina o jornal *Lampião da Esquina em 1981*, foi uma desmoralização quando ele fecha e, realmente, poucas pessoas tinham uma experiência de militância e sabiam serem líderes. Houve todo esse processo, entre 61 e 64, das igrejas, da ação popular, do movimento de base da igreja católica que atuaram na formação de líderes. Mas, depois veio o AI-5, a esquerda clandestina e homofóbica, então não houve escolas de formação para pessoas que poderiam saber como fazer uma organização. Então, a AIDS ajudou muito, porque o movimento percebeu, com recursos do governo, que podia combinar prevenção e formação de pessoas para sustentar os grupos. De repente, recursos para AIDS serviam para ter um local, manter um grupo e, assim, os grupos crescerem muito a partir de 91, 92 e 93. Até que se fundou a ABLGBT<sup>9</sup>, em 95.

### **EV – E na vivência da homossexualidade naquele período, que diferenças você percebe entre Brasil e EUA?**

JG - Eu vivia e assumi a homossexualidade na Filadélfia, onde tinha o centro da cidade, um lugar de pegação ligado aos bares. Todo final de semana ia a um bar, depois saía pelas ruas

---

<sup>7</sup> Fundador do Grupo Gay da Bahia, o antropólogo Luiz Mott protagonizou importantes lutas do movimento homossexual brasileiro, como a despatologização da homossexualidade e a denúncia pública de crimes homofóbicos.

<sup>8</sup> Pioneiro do ativismo homossexual no Brasil, João Antônio de Souza Mascarenhas (1927-1998), foi um dos fundadores do jornal *Lampião da Esquina* e do grupo homossexual carioca Triângulo Rosa.

<sup>9</sup> Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais.

conhecendo as pessoas. Todo mundo tinha um apartamento, você podia levar um companheiro à sua casa ou à casa da pessoa para transar, então não era complicado. Nunca tinha entrado em motel para transar, imagina. Porque as relações familiares nos EUA são mais débeis, as pessoas têm certa obrigação de se virar com 20 anos, mesmo não sendo expulso da casa das famílias. Você termina a universidade e já tem sua independência, então isso é uma coisa normal, era muito difícil para um jovem morar com a família naquela época. Hoje, com as crises econômicas, as pessoas vivem mais, mas o comum foi se sair de casa, arrumar sua vida bem jovem. Aqui não, você fica na sua casa até que case. Se você é gay, muitas vezes, é o filho que vai ajudar a mãe ou sustentar a casa dos pais. Aqui é o contrário, a família não quer que você saia de casa. Então, as possibilidades de transar eram mais limitadas, por isso a opção por transar em motéis ou nos espaços públicos etc.

Nos EUA existia a paquera da rua, mas aqui tem uma coisa diferente. A paquera é mais intensa, você anda na rua olhando para a pessoa nos olhos, se é hétero, fica constrangido e olha para baixo, se é gay, continua olhando, anda mais vinte metros e olha para trás. Quem vai primeiro falar com o outro, vira e fala: oi, tudo bem, como vai, o que você está fazendo? E rola assim uma transa. Isso existia nos EUA, mas é diferente aqui. Acho que pela clandestinidade, eram códigos elaborados para se comunicar com outras pessoas dessa maneira ou outra.

Outras coisas aqui já eram fruto da influência americana: a cultura das discotecas, dos meninos de classe média que se vestiam bem para no sábado sair com os amigos, isso era familiar para mim, não era muito diferente de lá. Também tem o mundo popular, que eu desconhecia, pois é difícil ter acesso a esse mundo e conhecer as pessoas. A pegação nos cinemas, ainda nos anos 70-80 foi uma coisa muito importante, ocorria nos grandes cinemas do centro das cidades, já em decadência, porque se tornaram lugares considerados de segunda ou terceira categoria. A pegação nos banheiros públicos era uma coisa que existia muito aqui, havia nos EUA em um dado período, mas não tem mais não. Não era comum quando me assumi nos EUA, em 73, mas já existia uma cultura de banheiros nos anos 50-60.

No Brasil, o carnaval também é um momento privilegiado para as práticas homossexuais. Tem a Parada Gay hoje em dia, mas carnaval sempre foi historicamente uma coisa bem espontânea e bacana, que gosto muito, então isso talvez se apresente para mim diferente do que vivi nos EUA.

Outra diferença importante aqui: o número de pessoas com identidade heterossexual que transam com homossexuais. Adotando uma estrutura bem binária da identidade, o cara

vai te comer, não pode beijar nem tocar no cu dele. Isso quase não existia nos EUA, só entre pessoas que gostavam de marinheiros, em certos lugares, mas não é como aqui. Isso é uma coisa que me custa muito entender. Esse fenômeno é bem diferente. O que se assemelhava a essa prática, era o que eu via na pornografia norte-americana, pessoas que trabalham com soldados, recrutando jovens que são do exército ou marinha, e transam. Para mim, fica evidente que essas pessoas que se consideram hétero, sentem desejo por outra pessoa do mesmo sexo e tem vontade de chupar um pau, tocar uma punheta.

**EV – Pensando na construção da igualdade, inclusive na etnografia feita com o grupo Somos [que resultou no livro *A construção da igualdade*, de Edward MacRae], não sei se você estava no grupo naquele momento...**

JG – Estava naquele momento, houve um debate muito grande e havia pessoas contra ele fazer essa antropologia. Eu achei fabuloso, porque tinha que registrar esse momento. Entre as pessoas a favor do registro, você me encontra.

**EV – Esse modelo hierárquico bicha/bofe era uma preocupação desse primeiro grupo de homossexuais que pensavam um novo lugar para os homossexuais no Brasil?**

JG- Eu acho que as pessoas vão saber articular teoricamente dessa maneira, mas de fato tinha dois tipos de pessoas no grupo que, independentemente de ser ativo ou passivo, procuravam pessoas mais ou menos masculinizadas ou um pouco mais afeminadas, não os muito afeminados. Tinha outras pessoas no grupo muito afeminadas que procuravam companheiros dentro do grupo e, suponho, arranjaram quem não tinha identidade gay.

Não convivi com Néstor Perlongher,<sup>10</sup> mas tem um livro em que ele dizia que se sentia bem transando com michê. Tinha pessoas do grupo que iam às saunas, que na época não tinha michês. Anos depois, alguém me levou a uma sauna e era uma coisa louca. Quando fui para a sauna, já eram outras pessoas, sentava lá no vapor e encontrava alguém para transar. Quando voltei, era realmente prostituição, você pagava para transar com outra pessoa. Então, isso mudou muito e acho que o Rio de Janeiro e São Paulo é um pouco diferente de outras

---

<sup>10</sup> Poeta e antropólogo argentino, Perlongher é autor de *O negócio do michê*, etnografia pioneira sobre a prostituição viril no Brasil. Cf: PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.



realidades. Conheci outras partes do país, mas vivia basicamente em São Paulo e Rio, com outros comportamentos. Vivi na zona Sul do Rio e na Consolação, esse pedaço de SP que não era periferia, mas com outros tipos de comportamento e convivência.

**EV – O livro *Além do Carnaval* foi importante para nós, historiadores, que até então não discutíamos essas questões no Brasil. Quais foram suas dificuldades com relação às fontes, à metodologia?**

JG – Eu ia fazer um livro diferente, o projeto inicial era fazer uma comparação entre os grupos [homossexuais] brasileiro e argentino. Em 93, passei semanas em Buenos Aires, comecei a fazer entrevistas e quando voltei, em 94, para fazer a pesquisa no Brasil, estava muito nervoso: será que vou encontrar material?

Por sorte, tenho um grande amigo que trabalhava lá nos arquivos do Estado de São Paulo, o Lauro Pereira. Fazendo o *tour* no arquivo, ele falou: a gente tem a coleção do Sanatório Pinel, relatórios de casos dos anos 30 até 44. Procurava exemplos de homossexualidade nos prontuários e encontrei dez casos. Meu trabalho era qualitativo, então, literalmente, sem *iPhone* ou qualquer coisa, ficava consultando pasta por pasta, eram mil e trezentas pastas. Muito material. Você começa a ver muita coisa. O primeiro [caso] que achei foi de um padre alemão que estava aqui no Brasil, assediava meninos e foi mandando pela igreja para São Paulo. Começo um dos capítulos [do livro *Além do Carnaval*] com um casal dos anos 30 que se conhece, um é dono de uma escola com a irmã, mas larga a irmã para fazer essa escola com seu companheiro. A família descobre e o condena ao hospital. Tem cartas que ele escreve para seu companheiro que estão em seu relatório, eram muito bonitas. Nesse momento, todos os pesquisadores já sabiam da minha pesquisa, porque eu era muito assumido. Comecei a ler o prontuário, a pedir ajuda, com quinze pessoas em volta ouvindo essa história absorvente, o que ele passou no final quando saiu, será que voltou com seu companheiro ou não? Isso me deu a indicação de que era possível encontrar material social sobre as pessoas. Um dos problemas em se estudar a homossexualidade é que, como não havia leis diretamente reprimindo a sua prática, é muito difícil encontrar documentação do Estado, da repressão. Pessoas eram presas, tinham que pagar suborno para sair, mas não tem nada registrado.

Depois, peguei pistas com o Instituto Médico Legal, que foram importantes. Imagens dos frescos do começo do século XX. Por sorte, encontrei imagens que foram indicações das ligações entre a realidade e certo conhecimento popular sobre essa vida no Rio de Janeiro e em São Paulo. Outras pessoas me ajudaram, motivadas pelo desejo da solidariedade à minha

pesquisa. Então, o grande desafio, como estava sozinho, não tinha uma equipe de pesquisadores ou alunos que iam pegar, por exemplo todos os números do jornal *Última Hora*, de 52 a 66, para encontrar menções da homossexualidade. Então tinham que percorrer página por página para encontrar todas as referências. Eu não tinha tempo, não tinha dinheiro, com bolsa reduzida, tinha que terminar minha pesquisa rápido e estava ansioso para conseguir um emprego. Fiz uma pesquisa de seis, sete meses aqui no Brasil e escrevi rapidamente a tese de doutorado, que defendi para depois começar a minha carreira como professor universitário.

### **EV – Foi feito em que universidade?**

JG – Na UCLA, Universidade da Califórnia, em Los Angeles.

### **EV – Quem foi seu orientador?**

JG – José Moya, que é um pesquisador muito conhecido na área de história da imigração a Argentina. Originalmente entrei na UCLA para trabalhar com Bradfor Burns, um professor especialista no Brasil, mas ele faleceu no meu segundo ano e não tinha orientador. Moya generosamente me aceitou como um aluno dele. Como eu já era uma pessoa muito mais madura e esclarecida nas questões, fiz meu doutorado em três anos e meio. Escrevi minha tese-livro em seis meses, consegui terminar numa sexta-feira, comecei a dar aulas segunda-feira, dando três matérias por semestre no primeiro ano, com aquela energia que tenho.

Fiz o primeiro livro *Beyond Carnival*, que seria traduzido com o título *Além do carnaval*, porque para mim era muito importante incentivar a produção brasileira sobre o tema. Então imediatamente fiz tudo para ele fosse publicado em português. Isso era fundamental. Também queria uma editora acadêmica para mostrar que é possível fazer esse tipo de trabalho na universidade. Fiz um esforço de colaboração com brasileiros. Por exemplo, editei um número de numa revista onde o historiador Durval Muniz publicou um dos artigos mais inteligentes sobre homossexualidade no Brasil.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.; CEBALLOS, R.. Trilhas urbanas, armadilhas humanas: a construção de territórios de prazer e de dor na vivência da homossexualidade masculina no Nordeste brasileiro dos anos 1970 e 1980. In: Mônica Raisa Schpun. (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 129-150.

Fiz mais três ou quatro projetos de livros que, hoje em dia, teria feito de maneira diferente, mas sempre com um brasileiro como colaborador: *O homossexualismo em São Paulo*,<sup>12</sup> *Frescos Trópicos*,<sup>13</sup> uma coletânea de fontes sobre a história de homossexualidade masculina no Brasil no século XX e *Homossexualidade e a ditadura brasileira: Opressão, resistência e a busca da verdade* com Renan Quinalha,<sup>14</sup> que foi ligado a um capítulo do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, que nos escrevemos<sup>15</sup>.

**EV – E a bibliografia sobre as homossexualidades, que você publicou no *Cadernos AEL*.**

JG – Sim, co-organizado com a antropóloga Sonia Maluf e com a participação importante de Marisa Fernandes, uma militante história do movimento de lésbicas-feminista. O volume é uma coletânea sobre o movimento LGBT no Brasil.<sup>16</sup> Passei muito tempo incentivando que mulheres fizessem a história das lésbicas, que ainda é lacuna muito séria. Uma ficou em minha casa, nos EUA, seis meses. Eu orientando ela e outra pesquisadora, tentando que elas fizessem esse trabalho, enfim, porque era um compromisso com o Brasil, com feminismo e com as minha amigas lésbicas.

Além disso, tive uma preocupação de fazer muita colaboração, ajudando o máximo as pessoas, fazendo livros conjuntos, buscando a internacionalização da produção brasileira, proporcionando mais acessos à vida acadêmica americana. Nossa política na Brown University é muito clara: incentivar, principalmente, afrodescendentes brasileiros e pessoas trabalhando sobre a negritude no Brasil. Tenho recebido dezenas de brasileiros. Enfim, há toda uma preocupação não somente com a questão LGBT ou da esquerda, mas de como criar laços internacionais que não reproduzam hierarquias imperialistas.

**EV – Em 2018, será lançado o seu novo livro.**

---

<sup>12</sup> GREEN, James e TRINDADE, Ronaldo. *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2005.

<sup>13</sup> GREEN, James e POLITO, Ronald. *Frescos trópicos: Fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2006.

<sup>14</sup> GREEN, James e QUINALHA, Renan. *Homossexualidade e a ditadura brasileira: Opressão, resistência e a busca da verdade*. São Paulo: Editora da UFSCar, 2014.

<sup>15</sup> GREEN, James e QUINALHA, Renan. Homossexualidades, repressão e resistência durante a ditadura. In: Comissão Nacional da Verdade. (Org.). *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*, Vol. 2. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 289-302.

<sup>16</sup> GREEN, James e MALUF, Sônia. Homossexualidade: sociedade, movimento e lutas. *Cadernos Edgard Leuenroth*, 18/19, Campinas, 2003.

JG – Que tem o título *Revolucionário e gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel*. Estou apaixonado pelo título.<sup>17</sup>

**EV – Quando você se interessou pelo Herbert e em que medida a trajetória dele se aproxima e/ou distancia daqueles primeiros grupos?**

JG – Foi interessante, porque na verdade, quando estava fazendo *Apesar de Vocês*, que também levou muito tempo, pois sou muito cuidadoso com as fontes e eu não preciso correr para fazer um livro. Essa questão de ficar indo e vindo, quando venho ao Brasil, faço mil coisas, não só pesquisas no arquivo, mas visitando pessoas, criando laços, organizando conferências. Então, estava entrevistando um ex-presos político, Ivan Seixas, que me contou uma história superinteressada sobre dois presos que na luta armada tiveram um caso e foram marginalizados na prisão. Isso resultou em um artigo que adoro, *Quem é o macho que quer me matar?*<sup>18</sup> Daí descobri Herbert Daniel. Então, usei, nesse texto, passagens de coisas que ele tinha escrito, como parte da argumentação do artigo. Demorei a publicar esse artigo também, porque era complicado.

Um dia, comentando sobre a pesquisa, a historiadora Denise Rollemberg diz: ‘por que você não fala com a mãe dele? Ela mora em Minas Gerais’. Deu o telefone e liguei para ela: ‘estou querendo entrevistar a senhora, é sobre seu filho.’ Ela aceitou ser entrevistada e comprei uma passagem, no outro dia fui a Belo Horizonte. Entrevistei ela durante três horas e duas coisas aconteceram. Primeiro, no meio da conversa, ela pergunta ao seu filho, o irmão de Herbert, o nome da namorada dele. Falou em Laís, então peguei o nome dessa pessoa que era a melhor amiga dele no colégio e estudou medicina com ele. Fui à Escola de Medicina e me atenderam muito bem lá, encontraram essa pessoa e liguei para ela que, por sorte, aceitou ser entrevistada. Ela contou coisas maravilhosas sobre ele, eram amiguíssimos. Então, já tinha uma versão da infância dele, da mãe, que dizia: faça o livro sobre ele, é uma pessoa esquecida. Ela sentia muito amor por ele. Depois, com Laís consegui recompor a história sobre a adolescência dele.

Já tinha feito contato com duas guerrilheiras que participaram da luta armada com ele, então era a questão de acompanhar as dezoito vidas dele, porque são dezoito capítulos,

---

<sup>17</sup> O livro foi lançado no Brasil, no segundo semestre de 2018. Ver: GREEN, James. *Revolucionário e gay: A vida extraordinário de Herbert Daniel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

<sup>18</sup> Cf: GREEN, James. “Quem é o macho que quer me matar?”: Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, Ministério da Justiça, n. 8, (jul. / dez. 2012), 2012, p. 58-93.

e recuperá-las. Ele tinha tendência a estabelecer laços muito fortes com mulheres, amigas de confiança e, como a vida dele era muito maluca, morando na clandestinidade, fugindo da repressão, vivendo no exílio em Portugal e na França, ele tinha que abandonar as suas amigas, mas vão surgindo outras. Cada uma delas tem uma ideia sobre sua vida, mas nenhuma das pessoas que entrevistei sabiam inteiramente da vida dele. Ele escrevia sobre o seu passado, contando algumas coisas, mas deixava muitas lacunas. Então tinha que recuperar essa vida.

O mais difícil foram os períodos de clandestinidade, os oráculos da história, mas consegui mais ou menos recobrá-los naquele período e depois fazer uma narrativa não celebratória demais, mas eu tinha grande gratidão e identificação com ele. O livro peca por isso, talvez, a biografia pudesse ser mais crítica. Daniel viva um desafio: ser da esquerda e homossexual assumido, e cobrar da esquerda uma posição não preconceituosa sobre o tema.

O episódio mais feliz aconteceu no final da pesquisa. Eu queria entrevistar a Dilma,<sup>19</sup> porque sabia que ela conhecia bastante ele. Eles militavam juntos em Minas Gerais entre 1967 e 68 e conviveram na clandestinidade no Rio em 1969, mas não tinha como ter acesso a ela quando ela era presidenta. Depois do golpe contra a democracia,<sup>20</sup> quando ela foi afastado da presidência, tive a sorte de estar no Brasil quando organizaram um evento de Historiadores pela Democracia em Brasília.<sup>21</sup> Você estava comigo [refere-se a Durval Muniz]. Quando terminou os discursos dos historiadores presentes, eu falei com ela: ‘estou fazendo um livro sobre Herbert Daniel.’ A única coisa que ela queria fazer naquele dia era falar comigo sobre isso. Fiquei constrangido, não queria ser o gringo dominando a cena. Entreguei o manuscrito a ela, ela o leu mesmo e me deu uma entrevista maravilhosa.

Na realidade, há partes da vida dele que não tive acesso, e a biografia sobre ele é uma história incompleta. Se eu tivesse ficado mais dez anos pesquisando podia ter conseguido completar um pouco mais, mas foi bem legal a participação de Dilma nessa história. Ele assume a homossexualidade para ela em 67-68 e se apaixona por um companheiro da organização. Ele pede conselhos a Dilma, que disse para falar com a pessoa. Então, ele faz

---

<sup>19</sup> Refere-se à presidenta Dilma Rousseff.

<sup>20</sup> No dia 31 de agosto de 2016, após um longo processo que se iniciou na Câmara dos Deputados e se encerrou com a votação final no Senado Federal, a presidente Dilma Rousseff foi afastada definitivamente de suas funções de presidenta da República, através de um processo de impeachment, que se baseou em acusações frágeis e juridicamente questionáveis, num claro atentado contra a normalidade democrática e constitucional do país, perpetrando uma nova forma de se protagonizar um golpe contra as instituições, a exemplo do que já havia acontecido anteriormente no Paraguai e em Honduras.

<sup>21</sup> Ele se refere a um encontro promovido pelo movimento Historiadores pela Democracia, entre representantes do movimento e a presidenta Dilma Rousseff, no Palácio da Alvorada, no dia 07 de junho de 2016, para demonstrar o apoio dos historiadores brasileiros a continuidade da normalidade democrática e ao respeito as decisões do voto popular.

isso e o cara diz que gosta muito dele, são muitos amigos, mas não dava. Ele fica arrasado, volta à Dilma, que o consola, o abraça e ele não aguenta, pensa em se matar, por tanto desespero em ser homossexual nesse momento. Depois, entra na luta armada: isso vai ser minha vida, ele pensa, vou me comprometer com a revolução.

**EV – Mas não é outra forma de se matar?**

JG – Não sei. A resposta é complicada. Porque durante esses quatro anos de guerrilha, ele se apaixonou direto por vários companheiros. As pessoas me contaram: ele tratava um ou outro menino de maneira muito exagerada, ajudava muito, escolhia pessoas para fazer outras atividades, ele se apaixonou por militantes da organização. Por exemplo, ele se apaixonou por um simpatizante da organização e mandou uma carta de amor para ele. O outro gostava de Daniel e o recebeu como grande amigo. Mesmo quando a mãe do menino descobre a carta e fica desconfiada, esta simpatizante manteve o relacionamento com Daniel. Herbert Daniel era uma pessoa muito humana, doce, que gostava de ouvir, era muito culto. Sabia de cinema e literatura, então os intelectuais da luta armada gostavam de conversar com ele. Marcava pontos para conversar sobre cinema italiano, o último livro que tinham lido, então era uma pessoa muito complexa. Ele reprimiu a homossexualidade dele durante o seu tempo militando na clandestinidade, mas ele se sentia muito feliz neste momento na vida dele. Entrar na luta armada não foi um ato de suicídio. Foi um ato de acreditar nas possibilidades de lutar contra a ditadura e transformar a sociedade brasileira.

Quando eu fiz a biografia, tem um grande problema, você tem que entrevistar as pessoas, mas se você mostra essa obra para elas, nunca vai terminar seu livro. Ninguém vai sair satisfeito. Fui cuidadoso ao só mostrar capítulos eventuais, queria evitar erros. Só Dilma leu todo e falou que realmente eu consegui retratá-lo, que reconheceu seu amigo no livro. Quando ela falou isso, fiquei mais tranquilo, porque talvez outros não vão reconhecer, no livro, seu filho, seu irmão, mesmo com as palavras dele sobre eles. Tudo é baseado na palavra dos outros e nas minhas leituras sobre essas coisas.

**EV – Claro. Você falava do quanto se preocupou em fazer essas interlocuções, ainda mais com o movimento epistemológico, dos estudos pós-coloniais, subalternos. Toda essa experiência de pesquisa e de vivência, de estar ensinando História do Brasil nos EUA. De que modo isso transformou sua maneira de escrever história?**

JG – É um grande desafio. A primeira aula de história do Brasil sempre é maravilhosa. Todo mundo tem que falar algo que sabe sobre o Brasil e não pode repetir. As pessoas, mesmo

nervosas, falavam: Copa mundial de 2014, Olimpíadas de 2016, depois, quando chega a décima terceira pessoa, já não sabem o que falar, porque já disseram que se falava português ou da selva Amazônica. É um desconhecimento total. Mesmo as pessoas cultas, sabe? Você começa do zero.

Uma vantagem, você está criando uma narrativa sobre a história do país que vai influenciar muito na maneira como eles vão entender o país. Então, isso é um desafio, mas é um desafio para meus livros também. Eu escrevo para vários públicos, não é um livro em inglês e outro livro em português. Escrevo muito consciente de que falo para quatro ou cinco públicos alvos: o público americano, dos meus colegas, porque tem que ter certa qualidade no trabalho; os alunos, que quero que compreem e leiam o livro; quero que os professores usem esse livro em sala de aula; pessoas LGBT que não sabem sobre o Brasil e especialistas que não sabem nada sobre o mundo LGBT, então são quatro públicos americanos.

No Brasil, são os públicos brasileiros LGBT que não têm a ver com a história, e historiadores que trabalham muito a teoria. Eu não trabalho muito a teoria, porque acho inacessível para as pessoas. Não critico quem faz isso, mas não é minha praia. Trabalho mais as fontes e encontro narrativas gostosas que vão envolver bastante as pessoas. Dialogo com a esquerda, no caso, em todos os livros; com o público LGBT e meus pares acadêmicos, para ter um trabalho de qualidade, que se sustente ao longo do tempo.

Também tem o historiador Thomas Skidmore na mente quando escrevo. Eu estou no lugar dele na Brown University. Ele se aposentou, e a universidade fez vários concursos até eu entrar no lugar dele e fui honrado de ser o procurador jurídico das obras dele no Brasil e de manter a obra dele. Faleceu o ano passado. Sou muito ligado à família dele. Skidmore foi o primeiro historiador americano que tentou fazer uma história mais ampla sobre o século XX, quando a maioria dos historiadores falava sobre o período colonial ou sobre o século XIX e ele fez uma coisa nova. Tem problemas com a narrativa dele sobre Vargas, mas era coisa nova, usava muitas fontes jornalísticas e ele conseguiu fazer um outro livro importante sobre a ditadura. Foi conhecido como uma pessoa de visão ampla sobre o país.

Não é o tipo de produção que temos de fazer, hoje, nos EUA. Já existem livros didáticos sobre o Brasil. Inclusive, vou atualizar um livro didático dele sobre história do Brasil. Terminei de co-organizar, agora, um livro *The Brazil Reader: History, Culture and Politics*, que tem 120 fontes sobre história do Brasil: da carta de Pero Vaz de Caminha até o discurso de posse da presidenta Dilma, para usar em salas de aula nos EUA.

Para mim, é mais importante pensar como um gringo, como nós americanos, principalmente, podemos atuar para fazer mais conhecido o Brasil no exterior. Qual é a área que devo pesquisar? Posso fazer uma intervenção na produção historiográfica? Para alguns temas as condições não são dadas para um brasileiro ou uma brasileira fazerem um determinado trabalho. Por exemplo, não é para eu fazer um trabalho sobre o Nordeste, porque já tem pessoas, inclusive, nos EUA, que fizeram esse trabalho e fiquei muito preocupado se iriam reproduzir tudo o que foi feito.

Por exemplo, uma vez fui duro em um parecer sobre um manuscrito, falei: olha, valoriza o que tem sido feito no Brasil e faz coisas diferenciadas em inglês. Para não roubar mesmo. Sempre procurar o que posso fazer, qual seria minha intervenção. Acho isto é o caso do no meu próximo livro *Geração 77*, sobre São Paulo, no processo de democratização, onde quero pegar sete personagens e escrever sete capítulos sobre este momento. Vou fazer uma coisa bem cabalística [risos]. Vou pegar pessoas que não estão sendo retratadas na história: lésbicas, negros, mulheres, etc.

Meu último livro seria uma obra exigente. Quero voltar ao Rio de Janeiro, a capital do Segundo Reinado, para entender o espaço em volta da Praça Tiradente no centro da cidade. Quero entender muito mais essa convivência entre alta sociedade, a família real, as prostitutas, os frescos, os atores, os vendedores, populares, tentar fazer uma história social urbana desse centro da cidade, da Praça Tiradentes, entendendo como conviviam e não conviviam esses setores sociais. Não sei se vou conseguir fazer esse livro, é uma fantasia. Quero fazer uma história íntegra, mostrar que os homossexuais, as lésbicas, os travestis podem ser inseridos na narrativa nacional. *Além do Carnaval* provocou a compreensão que existe uma história a ser contada e inserida na narrativa nacional. Alguns fazem isso, os professores mais iluminados, não somente os gays e lésbicas. Quero fazer uma obra realmente clara sobre a história urbana, desse setor que convivia e tinha um entendimento sobre essa cidade, o capital, durante esse período.

[ ...] quando fiz “Além do Carnaval”, a minha fantasia era ver vinte outras pessoas fazerem o mesmo tipo de estudo sobre Salvador, Recife, Manaus, Belém. São coisas muito parecidas e muito diferentes, porque Rio de Janeiro e São Paulo eram as maiores zonas de atração para os homossexuais. As pessoas saíam de suas cidades para ir para essas duas cidades, mas Belém do Pará com certeza tinha práticas muito parecidas, a mesma coisa em Manaus também, em Fortaleza. Quando tinha dez bares gays em SP, tinha três bares no



Ceará, mas existia uma praça Tiradentes para pegação, praça não sei qual, banheiros públicos como no Rio, práticas eróticas nas praias.

**EV – Porque tem a coisa também dos discursos circularem nos meios de comunicação. Por mais que uma série de coisas fosse proibida, um filme exibido em São Paulo também era exibido em Fortaleza; obra publicada que repercutia também nos jornais de Fortaleza.**

JG - Nos anos 30, por exemplo. O senhor mais velho que eu entrevistei imitava uma atriz de cinema norte-americana e veio para o Rio de Janeiro trabalhar, porque sabia que o espaço era maior. Então, tem muito trabalho a ser feito. Infelizmente, são poucos os professores com experiência de orientar esta temática. Há um problema sério na produção acadêmica que são os prazos limitados, a necessidade de correr, de entrar no programa de doutorado antes do mestrado acabar, fazer doutorado em três ou quatro anos com todas as dificuldades. Então, tem que ter uma pessoa muito disponível para fazer uma coisa de boa qualidade. Não é que os brasileiros não são capazes de fazer, mas as condições são precárias. Espero que o livro os inspire. Vou fazer uma nova edição ampliada do Além do Carnaval, que vai sair ano que vem também. Espero que circule conhecimento dessas obras e gere outros filhotes. Apostei em vários indivíduos.

**EV – A gente percebe o quanto sua trajetória enquanto historiador está ligada a uma série de questões que você vivenciou e vivencia, sua participação nos movimentos homossexuais, militância contra a ditadura e, agora, a denúncia internacional do golpe, com apoio à Dilma. A partir desse engajamento, dessa ética, quais os desafios da história e do historiador?**

JG – É uma bela pergunta. Acho que, infelizmente, o golpe de direita e centro-direita que está no poder vai ficar por muitos anos. A possibilidade de ter um governo de centro-esquerda com projeto progressista no Brasil vai demorar. Acho que em 11 ou 13 anos, com duas campanhas presidenciais com pessoas eleitas não favoráveis a classes populares, acadêmicos, estudantes, etc. Não queria que fosse assim, pois pessoalmente sou muito otimista. Acho realista, porque a esquerda cometeu muitos erros, ainda não é capaz de fazer autocrítica. A mídia é tão dominante que fez uma lavagem cerebral. As esquerdas não criaram novas gerações de líderes fortes, então vai demorar muito para se recuperar. Porém o Brasil é um país difícil de prever, porque não se sabe o que vai acontecer amanhã e pode ter reviravoltas imprevisíveis, como a morte de Tancredo Neves, milhares de exemplos. Sempre brinco, imagina um grupo de pessoas no Rio de Janeiro, em 1807, falando sobre Maria Louca

e Dom João como figuras remotas, no outro ano estão recebendo a Rainha e o Príncipe Regente e a cidade se torna a sede do Império Português.

As pessoas têm que ser conscientes, que não será numa resistência de um ano, que as coisas vão mudar, que logo o Temer vai cair, depois com eleições diretas e que vamos eleger o Lula de novo ou outra pessoa da esquerda. Vai ser uma resistência louca. Isso para quem está envolvido. É como enfrentamos esse problema na minha terra, com o Trump.<sup>22</sup> Não vai ser fácil derrubar esse fenômeno, porque é global, da direita consolidada em tudo quanto é lugar. O que descobri na campanha de solidariedade com o Brasil contra o *impeachment* foi: coletamos mil assinaturas de acadêmicos fora do Brasil muito rapidamente. Era um sentimento muito forte de solidariedade com o Brasil, entre os professores que ensinam estudos latino-americanos. Então, diria que 90% das pessoas que procurei assinaram na hora e ficaram muito preocupados com a situação. Mas houve um setor que me surpreendi de não querer criticar o processo do Lava-jato hegemônico, ficando neutro na situação atual do país. Isso me assustou, porque como vai ficar neutro em um golpe, onde há o desmantelamento de todas as conquistas, implementação de projetos neoliberais que vão acabar com a possibilidade das universidades. Não somente pela crise econômica desse momento que estão cortando o orçamento, mas há uma política do Estado, das forças que estão no poder e vão estar no poder. Então, fiquei muito triste de ver inclusive pessoas que conhecia e confiava sem serem solidárias com o Brasil. Foi uma decepção.

Do outro lado, especialmente a visita do Jean Wyllys no ano passado aos Estados Unidos, uma pessoa que valorizo demais, espetacular e, depois, com a vista da Presidenta Dilma, consolidamos uma experiência de trazer pessoas aos EUA para falar nas universidades e foi muito feliz, um êxito. A presidenta foi muito bem recebida, ninguém criticou ou vaiou. Ela não foi maltratada em momento nenhum. Foi muito respeitada. Era uma curiosidade tanto entre os brasileiros nos EUA, das pessoas que se interessam pelo Brasil e outras pessoas curiosas, que não conhecem muito sobre a realidade brasileira. Isso foi bom, só de consolidar a opinião de várias pessoas que claramente, não só pelo discurso progressista, mas por serem de fato progressistas. Então, esse foi muito positivo. Agora, temos que ser criativos para saber quais são os próximos passos, que coisas poderemos fazer para avançar essa solidariedade internacional, independentemente das colaborações normais entre acadêmicos brasileiros e norte-americanos, recebendo pessoas, organizando simpósios internacionais e reuniões da Associação de Estudos Brasileiros (BRASA) - que vamos realizar

---

<sup>22</sup> Refere-se ao presidente dos EUA, Donald John Trump.

no Rio em 2018 e no Texas em 2020. Essas maneiras de intercâmbio mais regulares entre acadêmicos, independentemente da nossa visão política. A luta continua.

**EV – A história como uma produção do passado tem todo o significado no presente. E o historiador, diante de todas essas lutas?**

JG – Vou falar sobre o Brasil generalizando, sabendo que cada um é diferente e tal. Em geral, as pessoas que se envolvem com o Brasil passam por uma mudança subjetiva ao contatar com um professor maravilhoso que fez um curso e ficou encantado ou fez um trabalho e ficou interessado ou uma pessoa fascinada com os movimentos populares daqui, os movimentos sociais, o MST ou o movimento negro. Às vezes, por acaso tinha um brasileiro que fazia intercâmbio no colégio no Estados Unidos ou um americano que passa um tempo no Rio de Janeiro. São pessoas, em geral, muito tocadas pela injustiça social, porque nós temos essa divisão social nos Estados Unidos, mas como é parte da sua cultura, às vezes, você não consegue enxergar racismo ou diferenciações sociais na sua terra. Ou você vai a um lugar onde está fora da sua zona de conforto e percebe uma série de coisas que você não está acostumado de ver.

Em muitos deles, há certa identificação com a esquerda e os movimentos sociais populares, que incentivam certa preocupação sobre as temáticas a serem pesquisadas. Por exemplo, a escravidão, para entender as origens da desigualdade social ou questões de gênero, sexualidade ou regionalismo, porque uma pessoa acabou caindo no Ceará, e resolveu fazer um trabalho sobre o Nordeste porque teve uma família carinhosa que acolheu a pessoa. Então resolve fazer um trabalho sobre o abolicionismo no Ceará ou sobre a construção das novas identidades no Nordeste. São subjetividades no geral, por isso são progressistas, odeiam o Trump, não são agentes do imperialismo. Infelizmente, alguns deles ainda mantêm rasgos da sua cultura e cometem erros aqui refletindo a sua cultura, que às vezes tem atritos e problemas. Mas a maioria dos brasilianistas são pessoas que respeitam muito o país. Tenho uma situação particular, porque não tem outro que militou aqui seis anos em dois movimentos. A minha situação é única. Então, minha relação é por dentro e diferente.

**EV – Obrigado.**